

*História
Econômica
&
História de
Empresas*

ISSN 1519-3314

v. 26 | n. 2

mai.-ago. | 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Diretoria (2021-2023)

PRESIDENTE: Bruno Aidar (Unifal)

VICE-PRESIDENTA: Cláudia Alessandra Tessari (Unifesp)

PRIMEIRO-SECRETÁRIO: Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal)

SEGUNDA-SECRETÁRIA: Renata Bianconi (Unicamp)

PRIMEIRO-TESOUREIRO: Michel Deliberari Marson (Unifal)

SEGUNDO-TESOUREIRO: Julio Cesar Zorzenon Costa (Unifesp)

Conselho de representantes

REGIÃO CENTRO-OESTE: Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT) e Déborah Oliveira Martins dos Reis (UnB); suplente: Caroline Gonçalves (UFMS)

REGIÃO NORDESTE: Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE) e Idelma Aparecida Ferreira Novais; suplente: Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UEFS)

REGIÃO NORTE: Siméia de Nazaré Lopes (UFPA) e Leila Mourão Lopes (UFPA); suplente: Danilo Araujo Fernandes (UFPA)

REGIÃO SÃO PAULO: Milena Fernandes de Oliveira (Unicamp) e Guilherme Grandi (USP); suplente: Janaína Fernanda Battahin (Unesp)

REGIÃO SUDESTE: Rita de Cássia da Silva Almico (UFF) e Pérola Maria Goldfeder e Castro (UFOP/UEMG); suplente: Vitória Fernanda Schettini (Universo)

REGIÃO SUL: Fábio Faria de Moraes (CIASC) e Talita Alves de Messias (Unisinos); suplente: Valter Lenine Fernandes (IFSUL, UFRGS)

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Luiz Carlos Soares (1997-1999), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando João Dalla Costa (2011-2013), Ângelo Alves Carrara (2013-2015), Alexandre Macchione Saes (2015-2017), Luiz Fernando Saraiva (2017-2019) e Alcides Goularti Filho (2019-2021).

História Econômica & História de Empresas

EQUIPE EDITORIAL

Fabio Moraes (USP)

Ivan Colangelo Salomão (USP)

Marcos Taroco Resende (UFMG)

Milena Fernandes de Oliveira (Unicamp)

Renata Bianconi (Unicamp)

Revisão de texto: Jeferson Mello Rocha

Editoração eletrônica: Eva Maria Maschio

*História
Econômica
&
História de
Empresas*

ISSN 1519-3314

v. 26 | n. 2

mai.-ago. | 2023



www.hehe.org.br | hehe.abphe@gmail.com

História Econômica & História de Empresas /
Associação Brasileira de Pesquisadores em História
Econômica – v.2
São Paulo: ABPHE, 1998-
Quadrimestral
ISSN 1519-3314

Sumário

- 343 A linguagem e o campo científico da economia
Rafael Galvão de Almeida e Celso Pereira Neris Junior
- 353 O estilo de raciocínio e a influência da ciência econômica
Celso Pereira Neris Junior
- 372 Ciência é contar histórias: a ciência econômica como narrativa
Rafael Galvão de Almeida e Lucas Casonato
- 409 A Torre de Babel da ciência econômica: é possível um tradutor universal?
Tiago Camarinha Lopes
- 430 Problema da “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos e os diversos níveis da linguagem do discurso econômico
Cícero Lourenço da Silva e Emmanoel de Oliveira Boff
- 462 Wittgenstein entre os economistas: uma primeira aproximação
José Ricardo Fucidji e João Victor Paulo Teixeira
- 475 Ideias, virtudes e o acordo burguês: a retórica da economia de McCloskey reafirmada
Lucas Klotz
- 507 Não um método, mas uma gramática: a economia da palavra
Keith Tribe
- 523 Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria língua
Ryan Walter
- 541 Resenha bibliográfica
Henrique Pons Agnelli
- 548 Resenha bibliográfica
De novos e antigos rumos: a historiografia econômica do período colonial
Antonio Carlos Jucá de Sampaio

Table of contents

- 343 Language and the Scientific Field of Economics
Rafael Galvão de Almeida e Celso Pereira Neris Junior
- 353 The Style of Reasoning and the Influence of Economics
Celso Pereira Neris Junior
- 372 Science is Storytelling: Economics as Narrative
Rafael Galvão de Almeida e Lucas Casonato
- 409 The Tower of Babel of Economics: Is a Universal Translator Possible?
Tiago Camarinha Lopes
- 430 Problem of the “Travel” of Economic Ideas Between Distinct Contexts and
the Different Levels of the Language of Economic Discourse
Cícero Lourenço da Silva e Emmanoel de Oliveira Boff
- 462 Wittgenstein Among the Econs: a First Approach
José Ricardo Fucidji e João Victor Paulo Teixeira
- 475 Ideas, Virtues and the Bourgeois Deal: McCloskey’s Rhetoric of Economics
Reasserted
Lucas Klotz
- 507 Not a Method, but a Grammar: The Economy of the Word
Keith Tribe
- 523 Language, Context and History of Economic Thought: Before Economics
Had its own Language
Ryan Walter
- 541 Book review
Henrique Pons Agnelli
- 548 Book review
Of New and Old Directions: The Economic Historiography of the Colonial
Period
Antonio Carlos Jucá de Sampaio

A linguagem e o campo científico da economia*

Language and the Scientific Field of Economics

Rafael Galvão de Almeida e Celso Pereira Neris Junior**

Os economistas frequentemente discordam entre si sobre uma diversidade de assuntos. Mas, para um observador atento, é possível perceber que a característica comum entre eles é a maneira como falam. Quando se trata de economistas acadêmicos, observa-se que eles utilizam expressões, cuja articulação pode ser distinta entre os diferentes programas de pesquisa, com significados específicos.

Por exemplo, é comum tratarem de “consumo”, “produção”, “preço”, “racionalidade”, “equilíbrio”, entre outros. No dia a dia, as pessoas também utilizam esses termos, mas que, na comunidade científica da ciência econômica, são considerados conceitos nucleares de determinadas teorias.

Os conceitos empregados na ciência econômica quase sempre são carregados de juízo de valor, embora alguns autores tenham se esforçado em defender a justaposição entre economia e ética na economia ao longo do tempo. Por esta razão, estudar a linguagem da ciência econômica é também uma maneira de tornar explícito estes juízos.

Tomemos, por exemplo, a palavra “racionalidade”. O dicionário Priberam define como a “qualidade do que é racional” ou a “faculdade de raciocinar”.¹ Entende-se que ao “usar a razão”, as pessoas devem abordar a situação com calma, normalmente ponderando as melhores alternativas. Quer dizer, agir com racionalidade é algo considerado adequado, bom, correto. Isso é uma implicação ética do termo.

Mais do que isso, um estudante de ciência econômica frequentemente percebe, nos manuais de economia, que a racionalidade não é só uma palavra, ela é um método. O conceito de racionalidade está presente no núcleo duro de determinadas teorias, sem qualquer refutação. Ele permite aos modelos econômicos “fecharem” e produzir resultados úteis.

* DOI: 10.29182/hehe.v26i2.951

** Respectivamente: (1) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com | (2) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Brasil | ORCID: 0000-0003-1280-3049 | E-mail: celso.neris@unesp.br

¹ <<https://dicionario.priberam.org/racionalidade>>.



Nas palavras de Douglass North, o arcabouço da teoria da escolha racional, que consiste na “teoria do preço e custo de oportunidade – a maneira econômica de raciocinar – é a ferramenta mais poderosa de todas as ciências sociais”. Este arcabouço teórico permite aos economistas “dominarem a conversa, não necessariamente porque [economistas] são mais barulhentos, mas por causa dessa maneira de raciocínio, [economistas] têm uma ferramenta muito poderosa” (Lyons; Cain; Williamson, 2008, p. 203, tradução nossa).

Com isso, podemos dizer que o conceito de racionalidade da teoria da escolha racional tem um papel fundamental no estilo de raciocinar da ciência econômica. E, ao empregar esse conceito, os economistas estão fazendo uma escolha de uma ética particular e seu conjunto de julgamentos morais implicados a respeito do que seria “bom” que as pessoas fizessem (Boumans; Davis, 2016). Uma cosmovisão, por assim dizer. É evidente que, fora dos muros da comunidade científica na ciência econômica, existem outras possibilidades comportamentais a respeito do que pode se constituir como algo bom na vida, que não tenha necessariamente a ver com essa perspectiva teórica de racionalidade (Boumans; Davis, 2016).

Assim, a palavra “racionalidade”, junto com suas variantes, tem não só um significado único para os economistas, mas também carrega um julgamento de valor implícito. Assim como “consumo” e “produção” – que re-matam suas respectivas teorias microeconômicas – “preço” e “equilíbrio”, entre todas as outras contidas nos manuais de ciência econômica.

A linguagem é um processo fluído. Uma palavra pode ter um significado hoje que não existia há 100 anos. Mais do que isso, palavras indicam variações na maneira como pessoas entendem certas questões. Não somente isso, quando pensamos na comunidade científica da economia, é frequente a disputa por termos considerados “atraentes”, como no caso do termo “economia política”, onde pesquisadores ligados a diferentes tradições tentam se apropriar dele para beneficiar a propagação das suas respectivas tradições (Almeida, 2021).

Isso nos permite uma breve digressão histórica pelas teorias econômicas. A década de 1930 foi um momento de grande mudança tanto na economia quanto na teoria econômica. Impulsionado pelas mudanças no nível de preços e da expansão do desemprego involuntário, atraindo economistas, matemáticos, clássicos e físicos, emergem aquilo que Shackle (1967) chamou de “anos da alta teoria”.

Nesse momento, muitos conceitos e métodos, que são comuns a qualquer estudante de graduação em ciência econômica hoje em dia, foram desenvolvidos. Por exemplo, a teoria da demanda por moeda, a econometria, o conceito de competição monopolística, o campo de estudo da macroeconomia. Como Hoover (2014) argumenta, Ragnar Frisch originou os termos “econometria”, “macroeconomia” e “microeconomia” nessa época para fazer uma separação entre aquilo que ele chamou de níveis de decisão e análise econômica. Essa separação criou fundamentos para a expansão do escopo da pesquisa econômica. Hoje em dia, pode se dizer que isso se traduz no alto nível de especialização, com inúmero nichos e subdisciplinas na ciência econômica, cada uma delas com seu jargão e folclore, seus “dialetos” (Cedrini; Fontana, 2018).

Escrevendo nesses anos, o economista escocês L. M. Fraser (1937) notou como os economistas estavam lidando com uma nova linguagem e, como é caro aqueles que lidam com uma linguagem nova, muitos ainda não dominavam determinadas estruturas de argumentos. Para ele, “os economistas não somente interpretavam errado os argumentos uns dos outros, mas também falharam em entender as implicações das suas contenções”, justamente por essas mudanças na linguagem (Fraser, 1937, p. 20, tradução nossa).

Neste mesmo momento, o jurista americano Thurman Arnold (1937) nota a emergência daquilo que ele chama de folclores entre diferentes tipos de economistas. Isto é, axiomas econômicos, derivados da linguagem que diferentes economistas usam, tornam-se guias práticos para diferentes grupos de economistas. E, como a prática precisa se ajustar mais rapidamente aos tempos do que a teoria, muitos desses termos ficam obsoletos e obscuros: “capitalismo, comunismo e fascismo eram as maiores realidades entre o povo, e ninguém poderia dar um relato inteligível de qualquer um desses sistemas” (Arnold, 1937, p. 2, tradução nossa).

Tanto Fraser quanto Arnold chamaram a atenção para um fenômeno pouco discutido já naquela época: o fato de que a teoria econômica não avança no mesmo ritmo que a linguagem. Se de um lado, tal característica é necessária para dar estabilidade ao corpo científico da economia (Stigler, 1982), por outro lado isso pode enrijecer as estruturas de comunicação.

Ao enrijecer as estruturas de comunicação, tem-se uma certa regularidade da atividade científica, mas em prejuízo de novas descobertas que podem ser úteis ao campo. Mas, essa linguagem padronizada e estável também pode ser uma força da ciência econômica, na medida em que ela pode afetar outros

campos de estudo. O pioneiro da escolha racional na ciência política, William Riker (1995) argumentou que o método econômico é o único modelo capaz de dar explicações robustas para as ciências sociais e à psicologia; um “sopro de ar puro” para ciência política, nas palavras de Hirschleifer (1985, p. 54, tradução nossa). Nas palavras de Lazear (2000, p. 142, tradução nossa, ênfase adicionada), “o objetivo da teoria econômica é unificar o pensamento e fornecer uma *linguagem* que pode ser usada para entender uma variedade de fenômenos sociais”. Desse ponto de vista, a linguagem econômica é a linguagem dos profetas, que são enviados às outras ciências para lhes trazer um evangelho de rigor e resultados.

Por outro lado, tal processo também tem resistência por parte de muitos praticantes de outras disciplinas, justamente porque observam a inadequação da linguagem econômica para o tratamento de certos problemas. Na mesma ciência política, o movimento “Perestroika” resistiu à tentativa de tomar a supremacia dos principais canais de transmissão, dando oportunidade para a resistência a algo que certos autores deram como certo (Hériter, 2016; Mörschbacher, 2018).

Até mesmo alguns argumentam que há uma reversão do imperialismo econômico (Ambrosino; Cedrini; Davis, 2023). Como coloca Coase (1978, p. 207, tradução nossa), “dizer que a economia é a ciência da escolha não será o suficiente para fazer com que sociólogo, cientistas políticos e advogados a abandonarem seu campo ou, na pior das hipóteses, tornarem-se economistas”. Desse ponto de vista, a linguagem econômica é linguagem dos bárbaros acampados ao redor das muralhas da cidadela, traduzindo-se em empobrecimento.

A linguagem cria, então, muitas questões como essas. Tomando-se uma perspectiva focada na linguagem e na comunicação das ideias, há assim potencial para se entender o processo de produção científica da ciência econômica. Como enfatiza McCloskey ([1985] 1998), dados sozinhos não vão convencer – é necessário atar eles a uma narrativa, a uma história que seja capaz de chamar a atenção de uma audiência, seja para a convencer ou para fazer com que ela reaja, mesmo que negativamente.

O diálogo é um dos meios mais fundamentais pelo qual a economia avança e, muitas vezes, envolve elementos que são estranhos aos modelos matemáticos mais comuns na ciência econômica. Mas, apesar disso, os diálogos frequentemente estão calcados na linguagem em que esses modelos são comunicados. Isso posto, há na ciência econômica uma relação entre sua

linguagem, a maneira como ela convence sua audiência e o seu método dominante.

Em resposta às críticas ao seu livro de que narrativas não são necessárias, Thurman Arnold conclui com uma anedota: ele foi, durante um tempo, funcionário dos correios de Nova York, cuja organização tinha como lema a frase “nem neve ou chuva, nem calor ou frio da noite impedirão os carteiros completar rapidamente suas entregas”. De um ponto de vista puramente positivista, a frase poderia ser modificada para “o correio será entregue até em tempo ruim”. Sobre isso, Arnold (1938, p. 353, tradução nossa) comenta que “aquele que faz essa mudança não entende nem as funções, muito menos a arquitetura e os fatores emocionais que fazem com que as organizações funcionem”.

A tradução de determinadas ideias para uma linguagem objetiva carrega consigo essa possibilidade de perda do sentido original. Isso é um descolamento entre linguagem e realidade que, em última instância, está relacionado ao estreitamento da visão a respeito do objeto de estudo para que ele caiba no conceito escolhido. Algo comum no procedimento científico da ciência econômica.

Apesar disso, como pontua McCloskey ([1985] 1998), uma das formas da ciência evoluir é a partir do diálogo de ideias, do convencimento e seus processos. Embora rigor e conformidade com os preceitos científicos tenham tido um peso importante, Keynes e não Kalecki foi conhecido como o fundador da macroeconomia e Lucas, não Muth, foi conhecido como o fundador das expectativas racionais. Isso porque eles se preocuparam mais em apresentar seus resultados de forma condizente com a linguagem dominante de sua época; eles não reduziram o lema dos correios de Nova York a uma proposição simples e correta, objetiva cientificamente, porém sem atratividade.

Este dossiê pretende lidar com essas questões que envolvem linguagem e o campo científico da ciência econômica. Apresentamos seis artigos e duas traduções.

O artigo “Ciência é contar histórias: a ciência econômica como narrativa”, de e Lucas Casonato, discute a capacidade de contar histórias (*storytelling*) dos cientistas e de sua importância fundamental para o progresso e popularização da ciência, focando-se nos economistas. A assim chamada “economia da narrativa”, quando aplicada ao modo com que economistas constroem seus modelos, torna-se uma disciplina que investiga a retórica e a apresentação dos argumentos econômicos. Há uma ênfase em demonstrar como narrativas

agem diretamente no diálogo econômico, para organizar a ordem lógica entre eventos e conclusões. Demonstra-se com a aplicação do tratado clássico de retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005), os escritos de retórica econômica de Arida (1984) e McCloskey ([1985] 1998), como economistas usam aquilo que é tradicionalmente associado a narrativas, com obras de ficção e as aplicações diretas feitas por alguns economistas, seguindo o volume editado por Morgan e Stapleford (2023).

O artigo “A Torre de Babel da ciência econômica: é possível um tradutor universal?”, de Tiago Camarinha Lopes, escreve sobre os problemas de comunicação entre os economistas. Há o reconhecimento de que diferentes tradições de pensamento econômico têm diferentes linguagens. Tais diferenças são representadas por fatores inerentes (diferenças políticas, metodológicas e histórico-locais) e fatores extrínsecos (comunicação propriamente dita). Usando exemplos do debate do cálculo socialista e das diferenças de interpretação da teoria do valor, Camarinha Lopes demonstra como diferentes tradições que se engajam nesses debates podem entender umas às outras, usando exercícios de tradução. Eles envolvem esforço para ver como que o outro pensa, para colocar em prático o pluralismo

O artigo “Ideas, virtues and the bourgeois deal: McCloskey’s rhetoric of economics reasserted”, de Lucas Klotz, é uma releitura da obra de McCloskey que se foca não somente no seu trabalho sobre retórica, mas a influência deste em seu trabalho posterior – especialmente a sua Trilogia Burguesa; nessa série de livros (*The Bourgeois Virtues* [2006], *Bourgeois Dignity* [2010], *Bourgeois Equality* [2016]), McCloskey argumenta que o que enriqueceu o mundo não foi o progresso tecnológico ou o aumento da produtividade, pelo menos não sozinhos, mas o sistema ético que emergiu da classe burguesa. Este sistema ético é o que permite a utilização racional dos recursos e o estabelecimento de relações amistosas de comércio. Klotz investiga os elos entre o trabalho anterior de McCloskey sobre retórica e seu trabalho mais recente de origens do desenvolvimento econômico.

O artigo “O estilo de raciocínio e a influência da ciência econômica”, de Celso Neris Jr., descreve o papel dos modelos econômicos e aponta quais as relações dessa discussão com a do papel das narrativas e das metáforas na ciência econômica. O texto argumenta que essas discussões tem em comum o fato de que a linguagem utilizada pelos economistas importa, uma vez que ela pode influenciar a realidade. Com isso, reconhece-se a necessidade de se investigar as implicações normativas da utilização dos modelos, o controle

das narrativas e o alcance das metáforas levando em consideração a estrutura institucional e cultural da ciência econômica.

O artigo “Problema da ‘viagem’ das ideias econômicas entre contextos distintos e os diversos níveis da linguagem dos discursos econômico”, de Cícero Lourenço e Emmanoel Boff, propõe-se a discutir a questão da “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos. Os autores partem da ideia de tradução das ideias econômicas, uma vez que a aplicação de determinadas ideias em contextos distintos passa por processos complexos e em contextos socioculturais distintos. Os autores fazem uma crítica metodológica à abordagem da difusão, que preconiza o fato de a viagem dê um conceito se dê de maneira linear, isto é, de um produtor para um receptor. O artigo se propõe a fazer, nas palavras dos autores, um sobrevoo pela abordagem de tradução das ideias, a fim de mostrar como ela é mais adequada para tratar da aplicação de conceitos econômicos em contextos sociais e culturais distintos do original.

O artigo “Wittgenstein entre os economistas: uma primeira aproximação”, José Ricardo Fucidji e João Victor Paulo Teixeira, tenta mapear as influências cruzadas entre Ludwig Wittgenstein e os economistas de Cambridge, John Maynard Keynes e Pierro Sraffa. O artigo mostra como conceitos de significado de Wittgenstein pode ter sido apreendido por Keynes por meio da teoria de interdependência industrial de Sraffa. Os autores mostram ainda como Wittgenstein atribuía importância intelectual a Sraffa, mas que o inverso não era verdadeiro. No entanto, os autores ressaltam uma via de influência. Enquanto Wittgenstein pode ter sido influenciado por um economista, o intelectual do Círculo de Viena, pode ter sido o ponto de confluência de importantes transformações da teoria econômica, uma vez que ele afetou teóricos como Frank Ramsey, Friedrich Hayek e John von Neumann.

O artigo “Não um método, mas uma gramática: a economia da palavra”, de Keith Tribe, é a tradução de introdução do seu livro de 2015, *The economy of the word*. Nele, Tribe investiga as origens da palavra “economia” e do linguajar associado a ela. A introdução expõe seu argumento, enfatizando como o linguajar econômico conquistou seu lugar na ciência econômica, num processo histórico. Tribe se foca em dois exemplos: a evolução de como os argumentos de Adam Smith, em *A riqueza das nações*, foram recebidos, indo de mera referência canônica a um texto digno de estudos mais aprofundados; e as similaridades entre as obras de Marx e Walras, em que ambos dialogam com o pensamento saint-simoniano da França pré-1848 para entender a evolução das desigualdades no capitalismo.

O artigo “Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria língua”, de Ryan Walter, é traduzido das primeiras seções de seu livro de 2021, *Before method and models: the political economy of Malthus and Ricardo*. Este livro é um trabalho na mesma linha do de Tribe, em que Walter busca entender o contexto no qual a economia política surgiu como disciplina. Contra a afirmação bastante comum de que Malthus e Ricardo foram os primeiros teóricos da economia, Walter procura demonstrar que eles estavam menos interessados em serem protótipos de economistas modernos e mais em participar dos debates públicos no contexto britânico da época. Eles elaboraram cuidadosamente sua linguagem para que ela fosse adequada aos debates ingleses, que viam com suspeitas palavras como “teoria” e “inovação”.

Assim, espera-se que este dossiê possa introduzir aos pesquisadores em economia, história econômica e disciplinas afins novas ideias sobre como os economistas pensam e como eles podem contribuir para a discussão em geral.

Referências

ALMEIDA, R. G. de. From ‘what new political economy is’ to ‘why is everything new political economy?’. *Economic Thought*, v. 10, n. 2, p. 28-46, 2021.

AMBROSINO, A.; CEDRINI, M.; DAVIS, J. B. Today’s economics: one, no one and one hundred thousand. *European Journal of the History of Economic Thought*, 2023. Forthcoming. DOI: 10.1080/09672567.2023.2238857.

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica, 1984. In: GALA, P.; REGO, J. M. (Org.). *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, p. 13-44, 2003.

ARNOLD, W. T. *The folklore of capitalism*. New Haven: Yale University Press, 1937.

ARNOLD, W. T. The folklore of Mr. Hook: a reply. *University of Chicago Law Review*, v. 5, n. 3, p. 349-353, 1938.

BOUMANS, M.; DAVIS, J. B. *Economic methodology*. Understanding economics as a science. London: Bloomsbury, 2016.

CEDRINI, M.; FONTANA, M. Just another niche in the wall? How specialization is changing the face of mainstream economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 2, p. 427-451, 2018. DOI: 10.1093/cje/bex003

COASE, R. Economics and contiguous disciplines. *Journal of Legal Studies*, v. 7, n. 2, p. 201-211, 1978.

DOBUSCH, L.; KAPELLER, J. Heterodox United vs. Mainstream City? Sketching a framework for interested pluralism in economics. *Journal of Economic Issues*, v. 46, n. 4, p. 1035-1058, 2012.

FRASER, L. M. *Economic thought and language*. A critique of some fundamental economic concepts. London: Adam and Charles Black, 1937.

HÉRITER, A. “Rigour versus Relevance”? Methodological discussions in political science. *Politische Vierteljahresschrift*, v. 57, n. 1, p. 11-26, 2016.

HIRSCHLEIFER, J. The expanding domain of economics. *American Economic Review*, v. 75, n. 6, p. 53-68, 1985.

HOOVER, K. D. Man and machine in macroeconomics. *Cahiers d'économie politique*, v. 67, n. 2, p. 15-34, 2014. DOI: 10.3917/cep.067.0015.

LAZEAR, E. P. Economic imperialism. *Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 1, p. 99-146, 2000.

LYONS, J. S.; CAIN, L. P.; WILLIAMSON, S. H. (ed.). *Reflections on the cliometrics revolution*. Conversation with economic historians. London: Routledge, 2008.

MORGAN, M. S.; STAPLEFORD, T. A. Narrative in economics: a new turn on the past. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 395-421, 2023.

MÖRSCHBÄCHER, M. *A ciência e a política da ciência*. Pluralismo intelectual e diversidade profissional na ciência política norte-americana. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SHACKLE, G. L. S. *The years of high theory*. Invention and tradition in economic thought 1926-1939. Cambridge: Cambridge University Press, 1937.

STIGLER, G.J. *The process and progress of economics*. Nobel Memorial Lecture, 8 December, 1982. Nobelprize.org. Disponível em: <<https://www.nobel-prize.org/uploads/2018/06/stigler-lecture.pdf>>.

O estilo de raciocínio e a influência da ciência econômica*

The Style of Reasoning and the Influence of Economics

Celso Pereira Neris Junior**

Resumo: Este trabalho procura descrever o papel dos modelos econômicos e ilustrar as intersecções dessa discussão com a do papel das narrativas e das metáforas na ciência econômica. A disciplina da economia possui influência sobre o campo de estudo, no sentido de que provê não só uma explicação sobre como as coisas funcionam, mas também fornece aos indivíduos maneiras de enxergar as relações e as estruturas existentes na realidade. A modelagem é o estilo de raciocínio dominante a partir do qual os economistas descrevem e observam o mundo. As narrativas são um tipo específico de relato que ordena e conecta elementos para dar sentido às suas relações. As metáforas, por sua vez, são dispositivos que habilitam determinadas maneiras de ver as coisas. Assim, tem-se um elo entre esses elementos cuja exploração permite derivar conclusões acerca das implicações e dos compromissos éticos da ciência econômica em torno dos seus procedimentos metodológicos.

Palavras-chaves: Modelos. Narrativas. Metáforas. Metodologia. Influência.

Abstract: This paper seeks to describe the role of economic models and illustrate the intersections of this discussion with the role of narratives and metaphors in economic science. The discipline of economics has an influence on the field of study in the sense that it provides not only an explanation of how things work, but also gives individuals ways of seeing the relationships and structures that exist in reality. Modeling is the dominant style of reasoning from which economists describe and observe the world. Narratives are a specific type of story that order and connect elements to make sense of their relationships. Metaphors, in turn, are devices that enable certain ways of seeing things. Thus, there is a link between these elements whose exploration allows conclusions to be drawn about the implications and ethical commitments of economic science in relation to its methodological procedures.

Keywords: Models. Narratives. Metaphors. Methodology. Influence.

JEL: B41. A11. Z13.

* Submissão: 20/8/2023 | Aprovação: 28/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.943

** Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Brasil | ORCID: 0000-0003-1280-3049
| E-mail: celso.neris@unesp.br



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

Introdução

Após a crise econômica de 2007-2008, a discussão a respeito da influência que os economistas exercem sobre a economia e sobre os outros campos de estudo se tornou frequente entre os cientistas sociais. Hirschman e Berman (2014) apontam três motivos pelos quais os economistas possuem tal influência. Em primeiro lugar, os economistas possuem autoridade profissional, uma vez que a ciência econômica é um campo de estudo prestigiado e bem financiado. Em segundo lugar, os economistas possuem uma posição institucional privilegiada, pois estão presentes em organizações e redes de formulação de políticas públicas. Por fim, os autores apontam a infraestrutura cognitiva da ciência econômica. Este último motivo diz respeito a um estilo de raciocinar dos economistas, que deriva em, ao menos, duas consequências. A primeira é a de criar uma forma de se comunicar única entre os membros da comunidade científica e, em segundo lugar, relaciona-se com a capacidade que a ciência econômica tem de estabelecer dispositivos políticos e econômicos na realidade, que produzem conhecimento e ajudam os indivíduos a tomarem decisões econômicas.

Fourcade, Ollion e Algar (2015), no texto *The superiority of economists*, discutiram a influência, do ponto de vista metodológico, que a ciência econômica possui em outros campos de estudo. O texto provocou uma série de questionamentos a respeito da credibilidade não só dos economistas, mas sobre o que eles consideram e como se nutrem da sua metodologia científica. À época, Paul Krugman (2014), um teórico agraciado com o prêmio Nobel de Economia em 2008, comentou o texto dos autores em tom de alerta para a comunidade acadêmica. Segundo ele, há muito prestígio para economistas que publicam em revistas consideradas de elite na profissão. Essas revistas publicam “modelos elegantes”, mas que, em geral, não são relevantes para a compreensão de fatos econômicos da vida real. Ademais, a busca por prestígio, por meio de publicações de modelos, pode impedir que métodos alternativos de raciocinar a economia sejam considerados.

De acordo com Morgan (2012), a ciência econômica se tornou uma disciplina poderosa não só por dar um particular entendimento da economia, mas também por prover mecanismos para intervir no seu campo de estudo. Modelos, nesse sentido, ajudam a criar diferentes modos de interagir com a economia e, como na engenharia, modificam o mundo de maneira diferente da que era feita pelos economistas de outrora. Modelos expressam, de uma maneira rigorosa e sofisticada, o que os economistas querem entender e des-

crever. Morgan (2001, p. 361) explica que “a maneira como os modelos ajudam a descrever e entender o mundo econômico em que vivemos é contando histórias sobre o mundo”. Isto é, modelos precisam de histórias que os tornem inteligíveis.

O modo de raciocinar a partir de modelos e de explicar o mundo é um estilo de raciocínio dominante na ciência econômica, de tal modo que é considerado uma prática naturalizada e muitas vezes tomado sem questionamentos por parte dos economistas. Essa interação entre modelos e o modo de contar as histórias tem sido objeto de estudo por parte da metodologia econômica. De um lado, há a necessidade de se entender como se dá a comunicação dos economistas (dentro de quais parâmetros ela se dá) e, por outro, o quanto um modo específico de linguagem utilizada entre os economistas pode influenciar a ciência econômica. Este trabalho tem o objetivo de discutir esses pontos partindo da discussão da adoção do estilo de raciocínio com base em modelos. A ideia de adoção permite observar que a ciência econômica tem uma constituição do conhecimento científico permeada não só por critérios científicos, mas também psicológicos e sociais. Em seguida, discutem-se as definições, o papel e a relevância dos modelos, das narrativas e das metáforas na ciência econômica, respectivamente. Busca-se ilustrar as intersecções dessa discussão entre esses elementos e, por fim, fazer considerações a respeito das implicações da adoção e da influência do estilo de raciocínio adotado pela ciência econômica.

1. A adoção do estilo de raciocínio

A sociologia do conhecimento científico (SSK), à luz da influência de Thomas Kuhn e sua abordagem de paradigmas da ciência, estabelece que os cientistas de uma comunidade particular são levados a pensar por meio de determinados modos do fazer científico estabelecidos consensualmente. Assim, os cientistas são influenciados por aspectos da sua comunidade, isto é, onde estudaram, treinaram ou mesmo onde estão empregados (Boumans; Davis, 2016). É nesse sentido que o consenso metodológico em torno do procedimento científico de se fazer modelos na ciência econômica, isto é, o estilo de raciocínio baseado em modelos econômicos¹, é discutido.

¹ Neste texto, a compreensão é a de que esse estilo de raciocínio a partir de modelos é uma abordagem metodológica *mainstream* na ciência econômica. Segundo Colander *et al.* (2004), *mainstream* são as ideias dos indivíduos que são dominantes nas principais instituições acadêmicas, organizações e revistas em um determinado momento. Como a discussão aqui está vinculada a um estilo de raciocínio, não é exagero

No texto “O que são modelos econômicos?”, Ouliaris (2011, p. 46) afirma que:

An economic model is a simplified description of reality, designed to yield hypotheses about economic behavior that can be tested. An important feature of an economic model is that it is necessarily subjective in design because there are no objective measures of economic outcomes. Different economists will make different judgments about what is needed to explain their interpretations of reality.

Nessa definição, a modelagem é vista como uma atividade “necessariamente subjetiva”. Isso é verdade, em um primeiro momento, uma vez que a seleção dos fatos e a maneira de como abordá-los são atividades inicialmente subjetivas. Mas a atividade científica se dá em comunidade, e, portanto, a modelagem é o resultado de um processo de adoção de determinada abordagem metodológica por parte de um pesquisador individual em um contexto social.

Almeida, Angeli e Pontes (2017) discutem o fato de que a formação de um economista não está apenas relacionada ao ensino de conceitos, teorias e dados históricos. Essa formação é resultado da interação entre a “organização social e científica” da ciência econômica e os pesquisadores individuais. Isto é, a adoção de determinado estilo de raciocinar e seu desenvolvimento estão imersos socialmente e, portanto, vinculados a interações caracterizadas por “redes, posições internamente relacionadas com as regras e práticas associadas” (Pagano, 2004, p. 252).

Nesse sentido, de maneira não exaustiva, Neris Jr. (2020) aponta quatro aspectos relacionados à organização social e científica da ciência econômica para a adoção de determinadas abordagens teóricas, que podem ser interpretados como potenciais explicações para a adoção do estilo de raciocínio aqui discutido.

O primeiro deles é a visão particular da realidade. Esse aspecto diz respeito ao fato de que as crenças que os indivíduos possuem são *path dependente*, isto é, elas estão alicerçadas em julgamentos, pontos de referências e noções pré-concebidas do mundo. Assim, a adoção de um estilo de raciocínio pode ter uma relação direta com a história de cada indivíduo e com suas “visões pré-concebidas de mundo” (Schumpeter, 1954).

dizer que aprender e trabalhar com modelo é uma prática que independe da posição teórica e/ou ideológica que um pesquisador em economia ocupa.

O segundo aspecto é o da mediação social. Os indivíduos de uma comunidade acadêmica devem apresentar seus produtos de pesquisa em uma ampla gama de canais. Isto é, devem ter seus trabalhos lidos, discutidos e chancelados por seus pares. Assim, a adoção de um estilo de raciocínio será influenciada pelo desejo de participar de determinados grupos que utilizem aquela maneira de se pesquisar na ciência econômica. Quer dizer, é uma maneira de agir que evita se insular daquilo que é considerado consensual no meio científico.

O terceiro aspecto tem relação com o segundo. Diz respeito à influência do *mainstream*, que é a porção sociológica da comunidade mais prestigiada do campo científico. É natural que os indivíduos de uma comunidade acadêmica queiram fazer parte de um grupo que possua uma abordagem bem-sucedida. Por bem-sucedida entende-se a abordagem que “(a) adota suposições amplamente aceitas; (b) possui um modo padronizados sobre como fazer as coisas (isto é, uma linguagem comum); e (c) é reforçada pelos praticantes que estão nas melhores posições acadêmicas” (Neris Jr., 2020, p. 207). Pesquisadores na ciência econômica serão influenciados por aquilo que é *mainstream*, assim como os tomadores de decisão política serão mais facilmente influenciados por abordagens de pesquisadores que estejam nessa posição. Isto é, um tomador de decisão política provavelmente optará por seguir aquela abordagem que possui prestígio e relevância dentro da comunidade científica da ciência econômica.

O quarto aspecto diz respeito à instrumentalização da realidade pela teoria econômica. A adoção de uma determinada abordagem pode se dar pelo fato de que é a que está mais imersa na realidade por meio de dispositivos de interpretação e dispositivos de escolha (Hirschman; Berman, 2014). Isto é, os dispositivos que possibilitam as pessoas perceberem o mundo de uma maneira nova e os que fornecem alguns artifícios para estreitar o campo de visão de um tomador de decisão em situação de incerteza, respectivamente. Quanto mais embasadas as falas dos economistas estiverem nos dispositivos incorporados na realidade, mais influência seu discurso terá sobre a realidade. Por essa razão, a discussão que se segue visa discutir o papel da modelagem como estilo de raciocínio e em que medida a sua adoção permite influenciar a realidade.

2. A modelagem como estilo de raciocínio adotado

Mary Morgan tem um longo histórico de pesquisa a respeito dos modelos na ciência econômica. No capítulo 10 do seu livro *The world in the*

model: how economists think, ela discute alguns aspectos do papel dos modelos no mundo social. Destacam-se dois pontos que são de particular interesse para a discussão feita neste trabalho. Um diz respeito aos modelos na comunidade científica da ciência econômica e o outro como objeto da realidade.

Em primeiro lugar, o papel dos modelos como “objetos de trabalho” da ciência econômica (Morgan, 2012). A exposição do raciocínio econômico a partir de um modelo totalmente abstrato nos remete ao trabalho de David Ricardo no século XIX. Se o autor inglês raciocinou a partir de demonstrações lógicas e dedutivas, a ciência econômica evoluiu de tal maneira que, hoje em dia, os modelos são apresentados de maneira totalmente matemática e/ou diagramática. Mary Morgan (2012) explica que a noção de leis e as teorias gerais desapareceram da ciência econômica ao longo do tempo. Ainda no início do século XX, a obra de John Maynard Keynes já enunciava sua pretensão em *A teoria geral dos juros, do emprego e da moeda*. Ao longo do século, principalmente no pós-guerra, com o avanço das técnicas estatísticas, o que se observou na disciplina da ciência econômica foi o avanço da matematização e o colapso da distinção entre teoria e modelos.

Os modelos são pequenos mundos, isto é, são objetos que expressam a vida de uma forma exata e curta (Morgan, 2012), por isso eles possibilitam aplicações específicas. Uma comparação possível é com atlas, espécimes, processos em laboratórios, mas também com sonetos. Em comum com esses outros elementos de interpretação e descrição da realidade, os modelos econômicos observam o mesmo processo de redução da escala, simplificação e o suporte de regras formais e, para serem manuseáveis, suprimem alguns elementos da realidade (Morgan, 2012).

Estas duas últimas características merecem atenção. Tanto a supressão da realidade quanto a maneabilidade de um modelo são requisitos estabelecidos pela comunidade científica da ciência econômica. Em relação à supressão da realidade, é necessário se ancorar em hipóteses e conceitos que sejam compartilhados no campo científico da ciência econômica. No que diz respeito à maneabilidade, os modelos devem ser construídos em torno de ferramentas conhecidas e adotadas dentro da academia.

Do ponto de vista epistemológico, é possível dizer que a ciência econômica *mainstream* evoluiu ao longo do tempo para uma junção de ideias, linguagem e conteúdo que podem ser sintetizadas em duas hipóteses: maximização da utilidade individual e tendência ao equilíbrio. Mesmo que não apareçam de maneira conjunta, Morgan (2012) destaca que essas duas hipóteses foram

suficientes para construir qualquer modelo na ciência econômica. Assim, a modelagem, com base em alguns pressupostos e conceitos angulares, é um compromisso metodológico consensual dentro da comunidade acadêmica da ciência econômica. Aqueles que não possuem essa prática, de alguma maneira, estão devem buscar canais de comunicação alternativos dentro do campo de pesquisa.

O segundo aspecto é sobre os modelos no mundo (Morgan, 2012). Morgan ressalta o fato de que é possível observar na ciência econômica, desde Adam Smith, a intenção de teorizar para intervir no mundo. Isto é, selecionar um problema específico da realidade, desenvolver uma interpretação e sugerir uma recomendação de política econômica. Isso pode ser observado tanto na restrição às importações dos cereais, tratadas na obra de David Ricardo, quanto nas recentes contribuições agraciadas com o prêmio Nobel, como a teoria dos contratos ou mesmo a dos leilões.

Ao mesmo tempo, os acontecimentos no mundo mudam a percepção que a comunidade científica possui a respeito dos modelos utilizados para descrever a realidade. É o caso das mudanças na teoria macroeconômica decorrentes da grande depressão em 1930, da estagflação em 1970 e, mais recentemente, da crise econômica de 2007-2008. Esses eventos provocaram questionamentos e forçaram uma revisão dos consensos metodológicos estabelecidos na teoria macroeconômica em cada um desses períodos.

Quando observamos o papel dos modelos na realidade, à luz do estudo de Morgan (2012), dizemos que eles são ferramentas como as utilizadas na engenharia, pois oferecem elementos para serem operacionalizados e carregam, dentro de sua estrutura, sugestões normativas (deve ser feito isso ou aquilo). Esse ponto será detalhado a seguir, mas é possível depreender, dessas últimas observações, que os modelos econômicos podem influenciar aspectos da realidade, ao mesmo tempo que podem ser modificados à luz das mudanças observadas na realidade.

Segundo Morgan (2012), esse estilo de raciocinar e descrever o mundo a partir de modelos matemáticos e diagramáticos não muda a forma como o mundo é construído e que o formata, mas naturaliza o que é reconhecido e interpretado no mundo. Quer dizer, após aprenderem por meio de modelos, os indivíduos podem passar a interpretar a realidade econômica à luz daquilo que foi desenvolvido no interior da comunidade acadêmica da economia. A modelagem, portanto, provê uma nova maneira de olhar e enxergar os indivíduos. Para utilizar a formulação de McCloskey (1992), a educação na ciência

econômica carrega o ideal de que o estudante começará a “pensar como economista” (McCloskey, 1992, p. 238). Mas, mais do que se restringir aos estudantes de economia, por meio da articulação do estilo de raciocínio e elementos na realidade, a ciência econômica pode moldar a visão dos indivíduos a respeito da realidade econômica (Neris Jr.; Fucidji; Almeida, 2021).

Essa é uma das razões pelas quais esse estilo de raciocinar, considerado rigoroso e objetivo, garante à ciência econômica prestígio e influência. Mas ainda é preciso avançar mais no sentido de compreender como os economistas articulam seu estilo de raciocinar com as narrativas que possuem a respeito do curso dos eventos e, assim, podem influenciar a realidade. De antemão, o sentido de narrativa adotado utilizado por este trabalho é o enunciado por Morgan e Stapleford (2023), qual seja, o de um gênero específico de relato que ordena e conecta vários elementos para dar sentido às suas relações. Na interpretação aqui adotada, o que é ordenado e conectado são os elementos oriundos dos modelos, presentes na realidade, e a cognição dos agentes, presentes na economia.

3. As narrativas como forma de influenciar a realidade

Tendo discutido a respeito do estilo de raciocinar por parte dos economistas, é necessário compreender como os modelos ajudam a descrever e entender o mundo econômico a partir de narrativas contadas a partir deles (Morgan, 2001). Modelos econômicos são utilizados para que se entendam as relações causais existentes no mundo e são complementados, ou mesmo refinados, à luz de testes empíricos. Modelos são específicos para um contexto particular e, em geral, possuem uma cláusula de *ceteris paribus*, que possibilita a análise da causalidade de uma variável, deixando todas as demais constantes.

Como pontua Klein (1999), os modelos econômicos são ferramentas de papel. Após construídos, os modelos precisam ser manipulados por uma dinâmica externa para que possam dar respostas, de acordo com as perguntas que podem ser feitas a partir de sua estrutura. Em um modelo simples de oferta e demanda, não é possível verificar qual o efeito do aumento da demanda na taxa de juros, pois ele não contém essa variável dentro de sua estrutura. Assim como, do ponto de vista de sua operacionalidade, não é possível verificar o efeito do aumento do preço na quantidade demandada, sem que se mantenha a oferta constante.

Na definição de Boumans (2001, p. 273), “models are the economist’s instruments of investigation, just as the microscope and the telescope are tools of the biologist and the astronomer”. Para investigar, é preciso ter perguntas que irão orientar tal atividade. Isso implica que modelos não são apenas governados por lógicas dedutivas de argumentação, mas também pelas histórias que podemos contar a partir deles (Morgan, 2001). As perguntas e respostas que podem ser derivadas dos modelos formam suas narrativas.

Morgan (2001) ilustra esse ponto da seguinte maneira. Um modelo da ciência econômica caracteriza um aspecto do mundo em uma forma matemática. Em seguida, usa-se essa caracterização para responder uma pergunta relevante para o mundo. Ao responder essa pergunta, contam-se histórias a partir dos modelos que se ligam com os objetos presentes no mundo. Morgan (2001) pontua que modelos econômicos não visam responder “por quê?”, mas estão preocupados com duas questões principais “o que acontece se?” e “como isso acontece?”.

Na ciência econômica *mainstream*, existe um aspecto consensualmente aceitável de que os modelos econômicos não precisam ser baseados em suposições realistas. Isto é, modelos econômicos são apoiados em hipóteses e conceitos que não são necessariamente observados na realidade, mas que seria ideal se assim o fossem. Por exemplo, a suposição de expectativas racionais nos modelos macroeconômicos. É pouco provável que todos os agentes em uma economia conheçam como uma economia funciona, tal qual supõe o modelo, mas os resultados desses modelos mostram que os resultados observados seriam melhores se assim os agentes o fossem. Nesse sentido, indo além das considerações de Morgan (2001), os modelos também fornecem elementos que mostram como a realidade poderia ser “consertada”.

Então, a maneira como os modelos se relacionam com o mundo se dá também por meio de interpretações. Mais do que um critério científico de falseabilidade de um modelo (como proposto por Popper), a maneira que os economistas possuem de convencer o público, tanto o interno à academia quanto o externo à ela, a respeito das questões evocadas por seu modelo, é por meio do quão persuasivas são as histórias contadas a partir dele. Para que os agentes possam ter expectativas racionais, por exemplo, dispositivos deveriam ser construídos a fim de permitir maior acesso às informações por parte dos agentes e, com isso, propiciar a possibilidade de um resultado ótimo, do ponto de vista econômico. Ademais, é preciso um ator da realidade econômica que conte uma história a partir desse modelo e guie as expectativas dos agentes.

Assim, modelos são ferramentas que precisam de uma narrativa, um discurso para que possam ser acionados na realidade. O estilo de raciocinar da ciência econômica se conecta com o mundo a partir da interação de dispositivos na realidade, mas também por meio do discurso. Nesse contexto, a estratégia retórica para persuadir o público é importante.

Analisando o trabalho de Bianchi e Patalano (2017) e Ingrao (2018), Morgan e Stapleford (2023) mostram dois pontos que se coadunam com a visão até aqui discutida a respeito da conexão entre o estilo de raciocínio e a influência da ciência econômica. Em primeiro lugar, a importância que as narrativas dos economistas desempenham para o comportamento dos agentes econômicos, isto é, o papel cognitivo que as narrativas desempenham para os agentes que a economia está modelando. A narrativa é um dispositivo de raciocínio que irá reunir o que é conhecido (a realidade, “como é”) com o que pode ser possível (“como se” [as if]). É uma combinação da “dimensão lógico-científica” com “experiência do ordenamento” na “construção da realidade” (Bianchi; Patalano, 2017).

Em segundo lugar, Morgan e Stapleford (2023) discutem sobre a relevância das práticas narrativas como função cognitiva para os próprios economistas no exercício de teorização/modelagem. O primeiro passo para isso ocorre no esqueleto matemático do modelo desenvolvido pelo economista. Ele é rotulado com nomes e significados a fim de criar um mundo econômico fictício. O segundo passo é a “argumentação narrativa” com o modelo, conforme explicada anteriormente em Morgan (2001), isto é, como as interações sociais que se quer analisar podem ser enquadradas conceitualmente no modelo. Por fim, a narrativa é um recurso potencial que visa explicitar como os personagens fictícios do modelo podem ser “transfigurados” em eventos da realidade (Ingrao, 2018).

A seguir, discute-se o papel das metáforas no mundo social, uma vez que os modelos podem ser comumente vistos como elementos metafóricos utilizados no interior da ciência econômica para interpretar e ensinar sobre a economia.

4. Metáforas interpretadas como modelo e metáforas no discurso científico

O mundo social é o local complexo e multifacetado no qual os agentes econômicos precisam tomar decisões em um cenário de incerteza. Alguns

estudiosos assumem a possibilidade de que as metáforas ajudam um observador a estabelecer relações causais entre os elementos que compõem o mundo e, até mesmo, projetar fatos futuros.

No campo da linguística cognitiva, esse papel é reconhecido pelos autores Lakoff e Johnson, no livro *Metaphors we live by*, em 1980. Para eles, “the essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another” (Lakoff; Johnson, 2003, p. 5). Nas palavras de Morgan (2010), metáforas criam *insights*. Isto é, as metáforas proporcionam imagens pedagógicas que fornecem uma compreensão, mesmo que parcial, a respeito do que está sendo observado por um indivíduo. As metáforas possibilitam a projeção de fatos e situações e, com isso, organizam, em um esquema mental, as relações observadas entre os elementos visualizados.

Por outro lado, as metáforas também distorcem e são carregadas de limitações (Morgan, 2010). Quando direcionam a atenção para uma determinada relação, as metáforas desviam de outras possibilidades relacionais e/ou causais. Ou seja, ao passo que “criam maneiras de ver”, também estão criando maneiras de “não ver”, ou mesmo perceber, os fatos observados (Morgan, 2010).

Os linguistas Lakoff e Johnson (2003) utilizam o exemplo de se tomar, metaforicamente, uma discussão (*argument*) como uma guerra. Diversas expressões ilustram isso: “ele atacou cada ponto do argumento”, “sua crítica foi direto ao ponto”, “esse é um ponto indefensável” etc. Quando se assume essa perspectiva, estrutura-se a imagem de que o interlocutor seja um oponente. Assim, nosso comportamento em uma discussão será “estruturado pelo conceito de guerra” (Lakoff; Johnson, 2003).

Os autores propõem um exercício no qual, em um contexto alternativo, uma discussão fosse vista como semelhante à uma dança. Nessa situação, o interlocutor teria uma imagem diferente da de alguém que deva ser vencido; a discussão seria vista, ao invés disso, como uma parceria em torno de um mesmo objetivo comum. Assim, a metáfora não só condiciona uma prática discursiva, mas também pode estruturar a visão de mundo dos indivíduos sobre como eles percebem os fatos da vida e, com isso, influenciar suas ações.

Quando assumimos que as metáforas podem ajudar a estruturar como se observa o mundo, assumimos a possibilidade de que determinadas metáforas irão não só explicar como as coisas funcionam, mas também que podem ajudar na tarefa de influenciar realidades. Essa discussão retornará a seguir.

Antes, porém, é preciso discutir por quais caminhos essa discussão a respeito das metáforas se deu na comunidade científica da ciência econômica.

Em oposição ao que chamou de “modernismo na Ciência Econômica”, McCloskey (1985) desenvolveu uma abordagem a respeito da retórica da economia. Para ela, a ciência econômica é uma disciplina literária. Segundo a autora, a fim de tornar seus discursos atraentes, uma das ferramentas literárias mais utilizadas pelos economistas é a metáfora. Essa é uma visão que, quando publicada, chamou a atenção para a conversação entre os economistas. Isto é, como os economistas trocam suas ideias em comunidade e como persuadem uns aos outros a respeito delas. Uma das recomendações feitas pela autora era de que isso se fizesse a partir de algumas regras para que, então, pudesse se dar de maneira razoável (“a boa conversa”).

Mas, mais do que convencer uma audiência acerca de uma determinada ideia que julguem adequada, os economistas também podem utilizar metáforas para evidenciar causalidades observadas na realidade social e, com isso, dar explicações econômicas para fatos da vida social. De acordo com Henderson (1986, p. 110-111), metáforas, no contexto da ciência econômica, podem ser entendidas como “a device for exploring specific economic problems and a basis for extending the domain of economic ideas”. McCloskey (1995, p. 215), em seu artigo *Metaphors economists live by*, inspirada na abordagem de Lakoff e Johnson (1980), também pontuou o fato de que metáforas não são meros ornamentos retóricos do discurso dos economistas.

As metáforas implicam “uma maneira de pensar e uma maneira de ver, que permeia a forma como entendemos o mundo” (Morgan, 2006, p. 4). Quando olhamos para a comunidade científica da ciência econômica, podemos ter em mente as palavras de Morgan (2006, p. 339):

[...] when scientists study light as a wave it reveals itself as a wave. When it is studied as a particle, it reveals itself as a particle. Both tendencies or qualities co-exist. The metaphor that the scientist uses to study these latent tendencies shapes what he or she sees. The same is true of organization. Think “structure” and you’ll see structure. Think “culture” and you’ll see all kinds of cultural dimensions. Think “politics” and you’ll find politics. Think in terms of system patterns and loops, and you’ll find a whole range of them. (Morgan, 2006, p. 339)

Três exemplos de metáforas constitutivas na ciência econômica são fornecidos por Bicchieri (1988, p. 107): (i) a extensão da teoria do consumidor

para outros campos que não a ciência econômica; (ii) a teoria dos jogos; (iii) o programa dos microfundamentos na macroeconomia. Em todos esses casos, segundo ela, objetos ou fenômenos são representados “como se” (*as if*) eles possuíssem certas propriedades ou como se eles satisfizessem determinadas relações. Além disso, em todos esses exemplos, existe determinada maneira de se conceber os indivíduos, quer dizer, é conferida a eles uma regra *ex ante* de comportamento não observada na realidade, mas que dá suporte ao modelo em questão.

Ao estarem contidas nos modelos da ciência econômica, essas regras de comportamento são utilizadas para influenciar a realidade. Segundo Bicchieri (1988), o uso de modelos requer o uso de metáforas, e estas evocam uma analogia e criam, a partir disso, similaridades. Assim, o que está contido nos modelos é uma descrição metafórica que sugere novas relações, ou novas maneiras de olhar um determinado fenômeno, bem como sugere possíveis ajustes a serem feitos na realidade para que ela funcione melhor.

Bicchieri (1988) argumenta que a metáfora é interativa entre dois elementos constitutivos: o objeto (*subject*) primário e o secundário. Uma metáfora efetiva implica que os dois objetos são tomados de diferentes domínios, ou modos de discurso, e são trazidos juntos interativamente (Bicchieri, 1988). As metáforas científicas são destinadas a serem usadas amplamente e são submetidas à articulação com os indivíduos. Os dois níveis (*subjects*) são explorados, por vezes, por mais de uma geração de pesquisadores. Por conta disso, uma metáfora científica bem-sucedida é uma metáfora morta (estabilizada), uma vez que ela está entranhada no corpo de conhecimento de determinada comunidade científica (Bicchieri, 1988).

Klamer e Leonard (1994) identificam três classes de metáforas científicas, a saber: (i) “metáforas pedagógicas”, que iluminam e clarificam uma exposição, de modo que podem ser omitidas sem que a argumentação seja afetada; (ii) “metáforas heurísticas”, que são catalisadoras do pensamento, ajudando-o a abordar um fenômeno de uma nova maneira, por exemplo, a partir do uso de uma analogia; (iii) “metáforas constitutivas”, que operam, em um nível ainda mais fundamental, como esquemas conceituais por meio dos quais interpretamos o mundo que seja incognoscível ou desconhecido, isto é, estruturam o pensamento a respeito de um objeto de pesquisa (Klamer; Leonard, 1994). Os três tipos de metáforas, portanto, modificam o modo como as coisas são vistas na realidade, pois elas colocam a realidade dentro de uma determinada estrutura, assim como os modelos fazem.

Aplicando ao interior do âmbito científico, as metáforas ajudam a definir, ou mesmo reforçar, uma “matriz disciplinar” no sentido kuhniano ou um “núcleo duro” da ciência no sentido lakatosiano. Richard Bronk (2009), por exemplo, afirma que a incorporação de uma metáfora pode ajudar um paradigma a evoluir, mas também, por vezes, pode resultar em sua mudança, uma vez que ela pode desempenhar um papel semelhante ao da poesia ao “bagunçar nossos modos habituais de ver” (Bronk, 2009, p. 273).

Richard Bronk (2010) recorre a Immanuel Kant para dizer “que o mundo, tal como ele é, é uma criação da nossa própria mente” (Bronk, 2010, p. 102). Nesse sentido, o autor utiliza a citação de um ensaísta inglês do século XIX, S.T. Coleridge, segundo o qual “you must have a lantern in your hand to give light, otherwise all the materials in the world are useless, for you cannot find them and, if you could, you could not arrange them.”

Essa citação é útil para algumas qualificações feitas por Bronk (2010). A luz projetada pela lanterna possui uma direção, o que implica que, enquanto uma área está iluminada, outras não estarão. Assim são os modelos na ciência econômica, segundo ele. Quando se interpreta o mundo em termos de um modelo, estrutura-se a visão e a análise de uma certa maneira. Quanto mais útil esse modelo parecer, mais as pessoas se esquecerão de que se trata de algo estilizado e o modelo se tornará cada vez mais internalizado como parte da explicação de como as coisas realmente são.

Nesse sentido, Bronk (2010) discute sobre a necessidade de que os economistas estejam conscientes de como as metáforas e os modelos estruturam suas análises. A razão para isso é a possibilidade de se experimentar diferentes visões e interpretações do mundo, que não estejam consolidadas em um pensamento único, mesmo que esse pensamento possa ser consensual dentro da comunidade científica. Bronk (2010) escreve esse texto em um livro sobre a crise financeira de 2008 e a conclusão é a respeito da necessidade de que os economistas utilizem modelos que sejam menos alinhados à uma visão de racionalidade, calcada metodologicamente em modelos influenciados pela física, e mais associados a uma visão orgânica e complexa. Tal visão, segundo o autor, iluminaria ainda mais aspectos da realidade não observados pelos economistas no momento da crise.

Em que pese sua crítica ser datada de um momento específico da história e lançar luz sobre a prática da teoria macroeconômica do período, o aspecto que chama atenção aqui, além do fato de que metáforas e modelos são utilizados de maneira intercambiável, é como isso gera implicações tanto do

ponto de vista da comunidade acadêmica como para o público externo. Isto será pontuado brevemente nas considerações finais.

5. Considerações finais

Retomar as questões associadas à crise de 2007–2008 pode parecer um pouco distante, uma vez que nos defrontamos com problemas econômicos novos e a fronteira da teoria econômica têm discutido, cada vez mais, temas que vão além dos aspectos macroeconômicos. No entanto, essa retomada nos permite traçar conclusões em dois pontos principais.

O primeiro diz respeito à consolidação da visão dos economistas *mains-tream* de que a ciência econômica pode ser definida como uma disciplina que tem por atividade científica a construção de modelos matemáticos. Sheila Dow (2021) discute como essa definição é incontestada por determinado grupo de pesquisadores em economia e que isso pode ser definido como um monismo metodológico, em contraposição a um pluralismo. Se a realidade econômica, objeto de estudo da ciência econômica, é plural e multifacetada, não deixa de ser problemática essa visão em torno de apenas um procedimento metodológico como sendo considerado como o único científico. Além disso, corre-se o risco de que, como enunciado por Krugman (2014), a relevância seja suplantada não pelo desejo de rigor da atividade científica, mas pelo fato de que, por ser organizada de maneira social e científica, a prática da pesquisa econômica seja notabilizada pela rotina pouco crítica de *apenas* se fazer modelos para angariar mais fama e prestígio na profissão. Nesse sentido, chama atenção o fato de que o mais prestigiado prêmio atribuído aos economistas, o Nobel, é frequentemente dado para aqueles pesquisadores que conseguem expandir o alcance do estilo de raciocínio da ciência econômica. Tomado dessa forma, o que é considerado avanço científico coloca a busca pela ampliação do conhecimento do objeto de investigação, a economia, em segundo plano.

Neste trabalho, foi possível observar que o estilo de raciocínio com base em modelos vai além da compreensão de como as coisas funcionam, uma vez que eles podem também influenciar a realidade social. No campo da metodologia da economia, tem-se alertado para a importância da discussão ética a respeito tanto de novos meios de comprovação de resultados dos modelos (a partir de métodos estatísticos importados de outras ciências) quanto sobre as implicações normativas dos dispositivos de intervenção da realidade oriundos

desses modelos. Neste último ponto, se a maneira como as histórias são contadas a partir dos modelos importa, chama-se a atenção para uma discussão ética a respeito de quem domina as narrativas, uma vez que a ciência econômica não é uma disciplina que está ilhada de outros aspectos (mecanismos de poder, por exemplo) da realidade social, que também influenciam suas pesquisas científicas.

Isso leva a um segundo ponto dentro dessa discussão sobre ética. Percebemos que esse estilo de raciocínio da ciência econômica é, na verdade, uma linguagem particular que a torna, ante a sociedade e outras ciências sociais, parcialmente hermética. É possível dizer que existe um estilo de raciocinar econômico, cuja construção demanda uma necessária incursão aos manuais teóricos da disciplina. A articulação de um modelo e a possibilidade de se contar histórias a partir dele é algo apenas facultado àqueles atores da realidade que sabem teoria econômica ou que dominam os canais de comunicação da ciência econômica. Isso a despeito do fato de que os efeitos de uma intervenção na realidade serão sentidos por todos os indivíduos do sistema econômico.

A fim de que possamos avançar na compreensão desses pontos e chamar a atenção para a falta de pluralismo metodológico, para as implicações éticas das pesquisas em economia e para as implicações do domínio das narrativas a partir dos modelos, é preciso, como pontua Maki (2021), investigar a ciência econômica como sendo uma disciplina com uma estrutura institucional e cultural interna, cujas características moldam seu funcionamento.

Referências

ALMEIDA, F.; ANGELI, E.; PONTES, R. An institutional explanation for economists' theoretical and methodological choices. *Review of Political Economy*, v. 29, n. 1, p. 80-92, 2017.

BIANCHI, M.; PATALANO, R. Storytelling and choice. *Rounded Globe*, 2017. Disponível em <<https://roundedglobe.com/html/1dd3bc40-0775-4182-87a1-d20e0529076f/en/Storytelling%20and%20Choice/>>. Acesso em 1º jul. 2023.

BICCHIERI, C. Should a scientist abstain from metaphor? In: KLAMER, A.; MCCLOSKEY, D.; SOLOW, R. (Org.). *The consequences of economic rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 100-114, 1998.

BOUMANS, M.; DAVIS, J. *Economic methodology: understanding economics as a science*. Basingstoke, UK: Palgrave, 2016.

BRONK, R. *The romantic economist: imagination in economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BRONK, R., Models and metaphors. In: SKIDELSKY, R.; WIGSTRÖM, C. (Org.). *The economic crisis and the state of economics*. Palgrave Macmillan, p. 101-109, 2010.

COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER JR., B. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004.

DOW, S. Economic methodology, the philosophy of economics and the economy: another turn? *Journal of Economic Methodology*, v. 28, n. 1, p. 46-53, 2001.

FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAR, Y. The superiority of economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n. 1, p. 89-114, 2015.

HIRSCHMAN, D.; BERMAN, E. Do economists make policies? On the political effects of economics. *Socio-Economic Review*, v. 12, n. 4, p. 779-811, 2014.

INGRAO, B. Models in economics: fables, fictions, and stories. *Annals of the Fondazione Luigi Einaudi*, v. 52, p. 109-132, 2018.

KLAMER, A.; LEONARD, T. So what's an economic metaphor? In: MIROWSKI, P. (Org.). *Natural images in economic thought: markets read in tooth and claw*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 20-51, 1994.

KLEIN, U. Paper tools and techniques of modelling in classical chemistry. In: MORGAN, M.; MORRISON, M. (Org.). *Models as mediators*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 146-167, 1999.

KRUGMAN, P. Notes on the floating crap game (Economics Inside Baseball).

New York Times, 30 de novembro de 2014. Disponível em <<https://archive.nytimes.com/krugman.blogs.nytimes.com/2014/11/30/notes-on-the-floating-crap-game-economics-inside-baseball/>>. Acesso em 1º jul. 2023.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, [1980] 2003.

MÄKI, U. The field: tasks, pasts, futures. *Journal of Economic Methodology*, v. 28, n. 1, p. 3-13, 2021.

MCCLOSKEY, D. A retórica da economia, In: REGO, J. (Org.). *A retórica da economia*. São Paulo: Editora 34, p. 47-80, [1985] 1996.

MCCLOSKEY, D. Other things equal: the natural. *Eastern Economic Journal*, v. 18, n. 2, p. 237-239, 1992.

MORGAN, G. *Images of organization*. Thousand Oaks, CA: Sage, [1997] 2006.

MORGAN, M. Models, stories and the economic world. *Journal of Economic Methodology*, v. 8, n. 3, p. 361-384, 2001.

MORGAN, M. *The world in the model: how economists think*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MORGAN, M.; STAPLEFORD, T. Narrative in economics: a new turn on the past. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 395-421, 2023.

NERIS JR., C. Estabilização e resiliência das abordagens teóricas: o caso da teoria macroeconômica moderna. *Análise Econômica*, v. 38, n. 77, p. 201-225, 2020.

NERIS JR., C. FUCIDJI, J.; ALMEIDA, R. The performativity thesis and the interactions between economic theories and social reality. *Nova Economia*, v. 31, n. 2, p. 487-510, 2021.

OULIARIS, S. What are economic models? *Finance & Development*, v. 48, n. 2, p. 46-47, 2011.

PAGANO, U. The economics of institutions and the institutions of economics. In: LEWIS, P. (Org.). *Transforming economics: perspective on the critical realist project*. London: Routledge, p. 252-267, 2004.

SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. Nova York: Oxford University Press, 1954.

Ciência é contar histórias: a ciência econômica como narrativa*

Science is Storytelling: Economics as Narrative

Rafael Galvão de Almeida e Lucas Casonato**

Resumo: O artigo defende que fazer ciência é contar histórias, e que a economia não foge à regra. Por meio de uma revisão da literatura sobre as narrativas na ciência, o trabalho apresenta as possibilidades científicas das narrativas, a relação entre narrativa e retórica, e os usos das narrativas por economistas em seus trabalhos acadêmicos. O artigo avança na literatura ao discutir dois tipos de uso retórico das narrativas: a voltada ao público geral e a voltada à comunidade científica. Ele também apresenta potencialidades que foram apontadas em trabalhos que fizeram análises de narrativas específicas: explorar os limites do conhecimento econômico, abrir espaço para comparação entre ideias econômicas e superar barreiras metodológicas entre teorias.

Palavras-chave: Ciência; Narrativas. Contar histórias. Metodologia econômica.

Abstract: The article argues that doing science is storytelling, and that economics is no exception to this rule. Through a literature review on narratives in science, the paper presents the scientific possibilities of narratives, the relationship between narrative and rhetoric, and the uses of narratives by economists in their academic work. The article advances in the literature by discussing two types of rhetorical use of narratives: one for the general public and other to the scientific community. By presenting potentialities that were pointed out in works that carry out analysis of specific narrative, we can: explore the limitation of economic knowledge, make room for comparison between economic ideas and overcome methodological barriers between theories.

Keywords: Science. Narratives. Storytelling. Economic methodology.

JEL: B40.A12.

* Submissão: 04/05/2023 | Aprovação: 28/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.929

** Respectivamente: (1) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com | (2) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil | ORCID: 0000-0003-1280-3049 | E-mail: casonato.economia@gmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

Introdução

“Ciência é contar histórias.” Assim escreve John Polanyi, Prêmio Nobel de Química de 1986, ao distinguir *scientia*, o conhecimento em geral, e “ciência”, a capacidade de organizar o conhecimento em formato passível de entrar na mente das pessoas e contribuir para a melhoria pessoal e social da humanidade (Polanyi, 2000). Suas palavras demonstram que o termo “história(s)” não deve ser associado somente a obras de ficção. Histórias são mais que isso: elas podem ser o veículo para levar conhecimento a um número de pessoas maior que o do público de teoremas e equações.

Essas palavras também mostram influência das ideias de seu pai, o químico e economista Michael Polanyi, sobre conhecimento tácito. Para este, cada pessoa tem sua “dotação” de conhecimento individual e tem como desafio traduzir essa bagagem em conhecimento explícito. “Nós interiorizamos pedaços do universo e o povoamos com entidades compreensivas” (Polanyi, 1966, p. 35, tradução nossa). Isso acrescenta às tarefas do cientista a missão de transformar seu conhecimento em algo útil – o que depende da disseminação das suas ideias. A “República da Ciência”, proposta por Michael Polanyi (1962), seria formada por cientistas e seus pares e teria a capacidade de julgar o que é conhecimento útil e se ele foi efetivamente comunicado. Disso, podemos afirmar que os debates científicos, sejam ou não na República da Ciência, também são disputas sobre quem apresenta a melhor história, aquela narrativa que é mais convincente, com os argumentos mais persuasivos.

Narrativas se tornam ubíquas até mesmo em campos nos quais seria “curioso” falar delas. Por exemplo, em um evento promovido pela Academia de Ciências de Nova York, físicos renomados argumentaram que a busca por uma “teoria de tudo”, capaz de unificar a física, também tem por objetivo oferecer à humanidade uma narrativa da criação. O físico Marcelo Gleiser admitiu, em tom de humor, que chamar o *Big Bang* de “mito da criação” não vai dar bolsa de pesquisa a ninguém, mas tal comparação é menos imprópria do que se imagina, pois envolve questões que fascinam a humanidade desde o seu princípio (Paulson *et al*, 2015).

Assim, o papel dos intelectuais públicos é traduzir as pesquisas de vanguarda científica para uma narrativa que tenha como público o “leitor comum”, o leigo que não tem tempo suficiente para se dedicar ao treinamento formal, mas tem interesse em questões científicas (Repapis, 2014). Diferentes campos científicos têm essa demanda, como a física (Carl Sagan, Stephen Hawking, Carlo Rovelli), a biologia (Richard Dawkins), a história (Eric

Hobsbawn, Geoffrey Blainey) e, obviamente, a economia (o fenômeno *Freconomics*).

A ciência popular coloca à vista algo que está no subtexto da pesquisa científica: a ubiquidade das narrativas. As palavras de Gleisler acima não são apenas gracejos em um evento informal; antes, fazem referência às discussões entre físicos que se comunicam em sua linguagem. Formas diferentes de comunicação, então, geram abordagens distintas e narrativas alternativas emergem (Braid, 2006). Unificar diferentes abordagens tem sido um desafio na física, como a síntese entre a teoria gravitacional e a mecânica quântica.

Por outro lado, em uma disciplina como a história o papel das narrativas é muito mais proeminente. Munslow (2012, 2019) argumenta que muito do que o historiador produz em sua pesquisa é narrativo, porque, para ele, o passado não pode ser mais acessado; por isso, existe uma diferença ontológica entre “passado” e “história”. Assim, Munslow (2012, p. 8, tradução nossa) define a história como uma “construção fictiva” que “é um discurso narrativo que é uma construção do historiador”.¹ Não é o mesmo que uma ficção, pois o historiador organiza eventos reais que ocorreram no passado em um discurso narrativo que é capaz de dizer algo sobre o desenvolvimento histórico de um tópico. Munslow chama essa propriedade de “figurativa”, que permite ao passado parecer real a nós hoje (Munslow, 2012, p. 19).

Argumentamos que essas propriedades estão também presentes na economia. Embora Benjamin Ward (1972, p. 179) tenha lamentado que a economia sem matemática já fosse considerada um “remanescente não científico” nos anos 1970, prestes a morrer com os economistas mais velhos, o caráter narrativo dos modelos econômicos formais tem sido cada vez mais destacado nas últimas décadas (Gibbard; Varian, 1978; Morgan, 2001; Cowen, 2007; Gilboa *et al.*, 2014; Ingrao, 2018; Sacco, 2020; Roos; Reccius, 2021; Morgan; Stapleford, 2023). Esse destaque retoma a importância da arte de contar histórias (*storytelling*), que já na década de 1980 recebia a atenção de economistas como McCloskey (1983, [1985] 1998) e Arida (1984). Eles demonstraram que os economistas usam ferramentas retóricas para dar suporte aos seus argumentos e dar a eles a propriedade figurativa.

Física e biologia precisam simplificar seu objeto de estudo tanto na pesquisa quanto na apresentação dos resultados por lidarem com sistemas complexos. No campo da história é necessário selecionar os principais ele-

¹ O que não é o mesmo que “fictício”, uma vez que Munslow (2019, p. 48) define que em uma narrativa “fictiva” o narrador deve lidar conscientemente com questões éticas e morais envolvidas.

mentos e suas relações a fim de obter uma explicação unificada para um evento que poderia ser abordado a partir dos múltiplos fatores envolvidos – o que também a torna uma ciência que lida com sistemas complexos. Mais uma vez, na economia não é diferente. Os economistas precisam tanto construir como aplicar seus modelos a fenômenos sociais complexos. Em seu popular livro-texto de microeconomia, Varian (2021) aponta que a construção do arcabouço teórico precisa simplificar a realidade, lembrando que um mapa com escala 1:1 não tem utilidade nenhuma. Para McCloskey (1983, [1985] 1998, 2017), essa também é a função da narrativa, que busca enfatizar os elementos mais relevantes na sua explicação, justamente aqueles que foram selecionados por quem está contando a história.²

Porém, encerra-se aí essa aproximação entre a visão mais ortodoxa acerca do que constitui a simplificação entregue por um modelo e aquela oferecida por uma narrativa. Porque a primeira exige uma capacidade de “[...] traduzir um relato econômico numa equação ou num exemplo numérico [...]” (Varian, 2021, p. vi), enquanto a segunda admite que “[...] os cientistas lançam mão de elementos de narração pura (*na biologia evolutiva e na história econômica*) ou de matemática pura (*na física e na economia*) para desenvolver seus argumentos científicos” (McCloskey, 2017, p. 53, grifo nosso). Ou seja, na perspectiva retórica os elementos narrativos ampliam o poder e o alcance da ciência.

Recentemente, o termo “economia da narrativa” (*narrative economics*) começou a ser popularizado quando Robert Shiller (2017, 2019), Prêmio Nobel Memorial de Economia de 2013, buscou apontar que as narrativas afetam as decisões humanas por meio de suas influências sobre os modelos mentais e processos de decisão. Porém, essa não é a única forma de estudo das narrativas. Juille e Juille (2017) apontam duas possibilidades: (i) analisar o uso de narrativas para a construção de modelos econômicos; ou (ii) investigar os impactos das narrativas sobre o comportamento dos agentes, tendo assim transversalidade com a economia comportamental. Em outras palavras, enquanto (i) lida com “vieses na construção de argumentos científicos”, (ii) lida com “vieses na decisão individual”.³

² Aqui surge uma diferença importante entre narrativas científicas e não científicas. As histórias científicas precisam selecionar os elementos relevantes, apresentar suas relações e oferecer alguma explicação para a sucessão dos eventos narrados. Na análise retórica, como enfatiza McCloskey (1983; [1985] 1998), essa distinção faz referência à escolha econômica da argumentação pelo narrador – a melhor seleção dos recursos escassos entre os fins alternativos.

³ Ainda é possível apontar para um terceiro campo: a economia da linguagem, que estuda os resultados

Nosso artigo explora o ponto (i), a relação entre narrativas e modelos econômicos, como economistas pensam e argumentam usando histórias que são contadas e/ou incorporadas aos modelos econômicos. Para tanto, o trabalho inicia com uma discussão sobre o que constitui uma narrativa científica, observando quais são os elementos que a caracterizam, e sua relação com as definições de retórica oferecidas por Perelman e Olbrechts-Tyteca e McCloskey, com maior ênfase nesta última. Na sequência são discutidas as narrativas dos economistas, voltadas ou não para a economia, e como elas se assemelham ao entendimento tradicional de “narrativas” presente nos estudos literários. Por fim, o artigo conclui que a narrativa econômica é um tipo de retórica, caracterizada pela organização de elementos ordenados em sequência lógica específica que toma como base uma teoria econômica com fins de explicá-la, e que oferece algumas vantagens em relação a outras formas de apresentação das ideias econômicas.

1. Narrativas, retórica e suas possibilidades científicas

O termo “narrativa” é normalmente associado a histórias fictícias, mas não deve ser limitado a estas. Roland Barthes (1972, p. 19) argumenta que as narrativas estão presentes “[...] no mito, na lenda, na fábula, no conto, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura [...], no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação [...]”, adquirindo “[...] formas quase infinitas”. Todas essas formas compartilham da busca por organizar a linguagem para que esta seja compreensível aos seus pares.

De acordo com Charles Taylor (2016), a linguagem é um fator constitutivo da humanidade, porque permite a qualquer pessoa a capacidade de atribuir signos a coisas e emitir juízo de valores sobre tais signos. Histórias, então, permitem que esses signos e os juízos de valor sejam organizados em um esquema de causalidade (Taylor, 2016; Morgan, 2017). Por isso, Gottschall (2012, tradução nossa) argumenta que “[...] as histórias são para o ser humano o que a água é para o peixe – algo que o cerca, mas que não é palpável”.

Para Manfred Jahns (2021, p. 2), narratologista da Universidade de Köln, a narrativa pode ser definida rigorosamente como “[...] qualquer coisa que

econômicos de estruturas linguísticas, isto é, se diferenças nas construções linguísticas de diferentes culturas explicam o desenvolvimento econômico de diferentes países (por exemplo, a presença ou não de termos que traduzem comércio). Sobre esse ponto, ver Mavisakalyan e Weber (2017).

conta ou apresenta uma história”. Seu componente básico, a história, é definido por ele como “[...] uma sequência de eventos envolvendo personagens”. Essas histórias são contadas por “narradores”, que articulam os textos narrativos. É importante enfatizar, como destacado por Munslow (2012, 2019), que não existe uma narrativa sem um narrador, pois é ele, o narrador/autor/contador de histórias, que vai dar forma e levar a narração adiante – em outras palavras, narrativas não são “descobertas”, são criadas.

Se as narrativas são essencialmente histórias envolvendo personagens em eventos sequenciados, contadas entre pessoas a fim de atribuir significados e juízos às coisas e comunicá-los aos demais, um número enorme de trabalhos científicos é classificável como “narrativo”. Como a ciência busca entender a realidade, a atividade científica num meio social exige a comunicação com outros cientistas e o público em geral. Isso permite aos materiais científicos serem veículos daquilo que está sendo descoberto ou especulado.

Como visto anteriormente, as histórias podem ser uma ferramenta para organizar conhecimento tácito em explícito (Polanyi, 1966). Se o cientista usa narrativas, ele o faz para destacar os elementos que julga mais importantes, justamente os que imprimem a coerência desejada à história. Para Crasnow (2017), é possível acompanhar em uma narrativa quais são as hipóteses que estão subjacentes na sua conclusão, pois elas retratam histórias menos abstratas, auxiliando na compreensão do que está sendo discutido.

Os elementos enfatizados pelo narrador precisam ser ordenados em sequência lógica. Isso resulta em uma ordenação específica, que fica condicionada aos mecanismos causais escolhidos pelo cientista, dando um sentido às relações entre os elementos da história (Morgan, 2017). Ademais, essa ordenação cria uma estrutura de relações interdependentes entre os elementos oferecidos pela história, dando um sentido ainda mais abrangente à narrativa, o que confere um significado geral ao público. Isso torna o método narrativo útil para lidar com fenômenos complexos, porque, como destacado por Morgan e Wise (2017), nesses casos uma única teoria pode ser incapaz de descrever todas as relações envolvidas. O que, na nossa leitura, é conveniente por permitir uma explicação geral que facilite a sobreposição de outras, aqui entendidas como, respectivamente, a estrutura narrativa geral e as várias relações internas que estão incorporadas.

Quadro 1 – Características das narrativas científicas selecionadas na literatura secundária	
Elemento narrativo	Literatura secundária
Colocada em ordenação lógica	Morgan (2017); Crasnow (2017); Morgan e Wise (2017)
Dotada de mecanismos causais	Morgan (2017); Swaim (2019); Currie e Sterelny (2017); Crasnow (2017)
Adequada para sistemas complexos, permitindo generalização, mas com limitado poder de previsão	Morgan (2017); Currie e Sterelny (2017); Morgan e Wise (2017)
Analisada de forma exploratória	Morgan (2017); Swaim (2019)
Ilustrada por eventos reais ou fictícios que poderiam ter ocorrido – está no campo do plausível, não do impossível	Morgan (2017); Beatty (2017)

Fonte: Casonato (2023, p. 524), tradução nossa.

Essas características foram enfatizadas na literatura sobre narrativas científicas nos últimos anos, como mostra o Quadro 1. Nesse sentido, elas também apontam outros aspectos que caracterizam as narrativas científicas em relação às não científicas. Mas, como essa seção busca apontar, as semelhanças são mais surpreendentes do que as diferenças, uma vez que as narrativas são todas histórias contadas.

O teste fundamental é se um texto for uma história que faz sentido ou não. Se não for nem mesmo uma história, ou seja, uma sequência temporal de eventos, podemos falar de um tópico como uma coleção de palavras. Se um texto é uma história, mas não tem a função de fazer sentido, pode ser uma história divertida ou de interesse humano. (Roos; Reccius, 2021, p. 17, tradução nossa)

Logo, uma narrativa científica é uma história que estabelece a ordem lógica entre os eventos selecionados a partir dos mecanismos causais escolhidos para dar sentido àquilo que está sendo transmitido. Essa nossa definição é simples e atende aos quatro critérios usados por Roos e Reccius (2021) para que um conceito possa contribuir com o progresso científico: (i) não-trivialidade, porque não repete uma mesma definição para a qual já exista outro termo; (ii) não-vazia, por não especificar demais ao ponto de tornar sua aplicação muito restrita; (iii) relevância, por ser capaz de nortear a comunidade acadêmica para aquilo que queremos discutir; e (iv) não-contraditória, porque não esbarra na definição de narrativa utilizada em outras áreas, sobretudo na literatura.

Se nossa conceituação é válida, isso permite estabelecer que todas as narrativas encontram unidade no fato de serem histórias; logo, narrativas científicas podem ser consideradas boas histórias quando atendem ao seu objetivo de persuadir o público acerca daquilo que está sendo proposto. E isso remete ao estudo da retórica, considerada tanto por Chäim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (ambos nomes importantes na Nova Retórica, que ajudaram a renovar a retórica como arte e ciência) quanto por Deirdre McCloskey como a arte da argumentação para conquistar uma audiência.

Em seu livro *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 1) definem que “[o] campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo”. Fazendo referência à retórica aristotélica, o discurso oral voltado ao público de ouvintes, os autores resgatam o termo em sentido mais amplo, expandindo suas possibilidades para abranger a retórica como qualquer argumentação, incluindo a escrita, para uma audiência. Logo, definem a retórica como aquilo que um orador expressa de forma deliberada em função da audiência a que está direcionado.⁴

A audiência é definida como o público que se quer influenciar, ou aquele tido em mente na construção da argumentação. Se um auditório é constituído de vários públicos, isso exige que a estratégia retórica use múltiplos argumentos a fim de conquistar esses diferentes grupos. Assim, a audiência tem importância não apenas por provocar o molde daquilo que está sendo alegado, mas porque ela é, em última instância, a juíza principal na avaliação da qualidade do discurso (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005).

A retórica seria capaz de superar a demonstração lógica por apelar àquilo que é compartilhado entre os indivíduos: uma racionalidade e um conhecimento comum, a necessidade do debate acerca de determinadas questões, uma linguagem e uma técnica que permitam a comunicação etc. (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005). Ou ainda, como sugere nosso artigo, quando da impossibilidade ou impertinência: (i) da descrição completa e detalhada dos fatos; ou (ii) da formalização matemática. Mesmo que os axiomas sejam sequenciados, é necessário construir o argumento ao auditório almejado. “Pois toda argumentação visa a adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe

⁴ “Com efeito, se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório [...]. Mudando o auditório, a argumentação muda de aspecto e, se a meta a que ela visa é sempre a de agir eficazmente sobre os espíritos, para julgar-lhe o valor temos de levar em conta a qualidade dos espíritos que ela consegue convencer” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005, p. 7).

a existência de um contato intelectual” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005, p. 16).

Enquanto Perelman e Olbrechts-Tyteca propuseram algo mais geral, retornando à noção grega de retórica para contornar o pensamento cartesiano, McCloskey escreveu sobre o campo da economia. Como economista, McCloskey (1983) intitulou seu primeiro ensaio sobre retórica explicitando a aplicação econômica (“The rhetoric of economics”). Assim, é necessário observar que Perelman e Olbrechts-Tyteca se propuseram a, basicamente, reinventar a retórica, enquanto McCloskey escreveu para economistas, ainda que os elementos levantados por ela possam ser aplicados a outras áreas.

No artigo seminal que abriu as portas da economia à análise retórica, McCloskey (1983) confrontava o problema da demarcação científica na economia. Argumentando que esta tem priorizado a posição positivista como cânone metodológico, a autora afirma que esse é apenas o discurso, uma vez que os economistas têm empregado diferentes métodos de persuasão entre seus pares. Assim, a fim de reunir sob a mesma definição os diferentes meios de comunicação usados na economia, recorre ao conceito de retórica, que é apresentado como a arte de explorar um pensamento, por meio do diálogo sobre ele, com o objetivo do convencimento.

McCloskey (1983) descreve certas vantagens de superar, ou ignorar, a demarcação científica na economia, pelas possibilidades de: abordar uma anomalia pela primeira vez, dado que a teoria dominante não consegue explicá-la; ampliar o público para uma ideia, melhorando a escrita ou o ensino; aumentar a aproximação com outros grupos não adeptos do positivismo, sejam eles de economistas ou de outras áreas; discutir conceitos não mensuráveis; divulgar ideias para o público geral etc. Ou seja, a autora está esclarecendo para os economistas o que eles fazem sem perceber, algo que é próprio da análise retórica, já que “[o] propósito do escrutínio literário do argumento econômico seria ver além da visão recebida do conteúdo” (McCloskey, 1983, p. 499, tradução nossa).

No livro de mesmo nome, *The rhetoric of economics*, McCloskey ([1985] 1998) ampliou sua argumentação e análise, sobretudo para mostrar como todos os anúncios científicos buscam a persuasão, seja da comunidade científica ou do público em geral. Ela chega a interpretar a persuasão como ação econômica racional, já que pressupõe a escolha dos meios de linguagem que levam à maximização da persuasão.

Segundo McCloskey ([1985] 1998), os economistas se engajam em narrativas a fim de dar sentido lógico às suas ideias, explorando mecanismos de causa e consequência, também para persuadir seus pares. Então, essas narrativas podem tomar rumos diferentes entre escolas econômicas ou mesmo para duas teorias na mesma escola quando distintos mecanismos causais são enfatizados. É isso que tornaria possível a discordância entre essas abordagens, dado que cada uma delas prioriza uma determinada relação dentro do modelo que simplifica o fenômeno econômico. Assim, ao privilegiar diferentes relações, as narrativas dos economistas ficam abertas a vários desfechos.

Portanto, nossa discussão sobre narrativas e retórica traz alguns esclarecimentos. Enquanto a narrativa exige uma história estruturada (sobretudo ordenação lógica com o uso de mecanismos causais – ver Quadro 1), a retórica envolve toda a forma de linguagem que busca ser coerente para um auditório. Uma forma simples de colocar isso seria dizer que o autor quer ser didático, do seu ponto de vista, quando constrói uma narrativa; ao passo que prioriza ser coerente, para os outros, quando seleciona argumentos retóricos. Tendo isso em mente, a narrativa se torna um componente da retórica, e mantém a última como mais abrangente. Por exemplo, uma equação matemática em um modelo simboliza o comportamento esperado das variáveis ali selecionadas, o que pode ser retoricamente convincente para quem domina sua linguagem, mas a equação não precisa contar uma história. Entretanto, todas as histórias com a pretensão científica buscam esclarecer algo, o que faz de suas narrativas um tipo de retórica.

Portanto, se a ciência for a capacidade de levar o conhecimento às pessoas a fim de que resulte em melhorias pessoais e sociais (Polanyi, 2000), a retórica pode ser encarada como forma de superar a simples demonstração de uma tese (Perelman, Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005), ou como a forma de contornar a metodologia dominante (McCloskey, [1985] 1998). Se, além disso, a narrativa científica puder ser classificada como um caso particular de retórica, como sugerimos, então as narrativas aumentam as possibilidades da ciência por, no mínimo, libertarem o pesquisador das amarras de uma metodologia específica, ampliando a possibilidade de comunicar suas ideias.⁵

⁵ Com a revisão sobre usos e potencialidades das narrativas na economia, Roos e Reccius (2021) buscam conceituar, de modo próximo a Shiller, o termo “narrativa econômica coletiva”, que eles propõem como “[...] uma história que faz sentido acerca de um tópico economicamente relevante e é compartilhada pelos membros de um grupo, emergindo e se proliferando na interação social, sugerindo ações” (Roos; Reccius, 2021, p. 13, tradução nossa), que constituiria o necessário para que uma narrativa seja “economicamente relevante” (Roos; Reccius, 2021, p. 2, tradução nossa). A definição de narrativa científica e sua associação às potencialidades retóricas que apresentamos também atendem aos critérios estabelecidos por esses auto-

1.1 Narrativas e as possibilidades retóricas

No penúltimo parágrafo acima utilizamos a palavra “coerente” de maneira deliberada, a fim de substituir dois termos que temos usado alternadamente até aqui como sinônimos, “convencer” e “persuadir”. Uma vez esclarecida a possibilidade científica das narrativas, podemos expandir o ponto (i) proposto na introdução: narrativas como parte da construção de modelos (econômicos, sobretudo). Para tanto, procuramos adaptar a seguinte ideia de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 31): chamamos uma argumentação de “persuasiva” aquela “que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional”.

Nossa sugestão é de que essa divisão possa ser aplicada à totalidade do público com que um cientista se depara na divulgação científica: a comunidade da sua profissão consiste no “auditório particular”, ao qual se dirige de maneira persuasiva, e o público geral é composto de “todo ser racional” para quem quer ser convincente, o “leitor comum” (Repapis, 2014). Tal possibilidade é reforçada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, quando tratam da

[...] distinção entre educação e propaganda [...] o padre católico que ensina os preceitos de sua religião a crianças católicas [...] cumpre um papel de educador, ao passo que é propagandista e se dirige, com o mesmo intento aos adultos de outro grupo religioso. (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005, p. 57)⁶

Desta forma, quando McCloskey (1983, [1985] 1998) direcionou sua análise da retórica para observar como os economistas conversam entre si na

res, já que as consideremos: (i) histórias contadas por economistas; que buscam (ii) fazer sentido para o público selecionado; e são (iii) compartilhadas pelos pesquisadores de uma abordagem econômica; e foram (iv) originadas e disseminadas por adeptos dessa abordagem ou simpatizantes da ideia central da narrativa; com capacidade de (v) sugerir ações, nesse caso a mobilização do conhecimento.

⁶ Em outro trecho, os autores esclarecem que a separação entre educador e propagandista pode ser aplicada a um mesmo grupo formado por pessoas com ideias distintas, de tal maneira que é considerado um educador aquele que se dirige aos que já concordam com ele, e propagandista o que se dirige a quem dele discorda. “Não obstante, na medida em que a educação aumenta a resistência a uma propaganda adversa, é útil considerar educação e propaganda como forças que atuam em sentido contrário” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, [1958] 2005, p. 60). Logo, mesmo que aplicável a pessoas que compartilham do mesmo campo de pesquisa, nossa proposta segue válida na medida em que diferencia um grupo particular dentro de outro mais geral. Nosso argumento é corroborado por Raquel Almeida (2023), em seu estudo sobre o “jogo de linguagem científica” na economia, admitindo a existência de hierarquias e grupos de interesse e representatividade na ciência econômica. Nessa situação, os economistas estabelecem diferentes comunicações quando se direcionam a outros economistas, quando há a formação de pares especialistas que se tratam como equivalentes durante a discussão de um tópico por meio da linguagem formal, ou quando se direcionam a estudantes (que na nossa leitura podem ser todos os interessados em um tema), quando surge um par assimétrico em nível de conhecimento, um diálogo que também é realizado em linguagem formal na reunião do mestre-especialista com aquele que recebe o conhecimento acumulado do primeiro.

mesma comunidade científica, ela tratou do que propomos chamar de persuasão. Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005), por outro lado, definiram a argumentação de maneira geral, especificada apenas pela atenção à audiência, permitindo aquilo que chamamos de convencimento.⁷

Se essa taxonomia é válida, o convencimento é a retórica direcionada ao público geral, e a persuasão é a retórica dirigida a uma comunidade específica, ambas no propósito de veicular ideias. Logo, ao escreverem ao grande público como divulgadores da ciência, Carl Sagan (2017; 2019), Stephen Hawking (2015; 2016) e Carlo Rovelli (2017; 2021), entre outros, buscaram convencer a comunidade geral acerca do comportamento das leis da física e suas implicações para a origem do universo, ainda que apreciem teorias alternativas em seus livros. Igualmente, Dawkins (2007) se propôs a atualizar e levar adiante a mensagem de Darwin [1859], e o fez transformando o gene – substituto da espécie na nova ortodoxia darwinista – em personagem principal na história da evolução.

Já a persuasão fica como a retórica que é voltada aos profissionais da área que o narrador quer convencer, o que exige dele o emprego da linguagem adequada.⁸ McCloskey ([1985] 1998) lista toda uma série de estratégias neste sentido, como o uso de equações, diagramas, metáforas, parábolas, histórias, argumentos de autoridade etc. Porém, a autora recorda que o sucesso retórico dependerá de o auditório conhecer e dar relevância àquela forma de linguagem. “[...] A retórica enfatiza a audiência. O escrever apenas escolhe uma audiência de uma população existente; em sua mente, no tom da sua escrita, os leitores não se tornam meramente sua escolha, mas sua criação” (McCloskey, [1985] 1998, p. 84, tradução nossa).

Logo, toda história usada na explicação de uma teoria é uma narrativa científica, porque impõe uma estrutura que organiza os elementos envolvidos na teoria, estabelece seus mecanismos de causalidade e ordena logicamente a sucessão de fenômenos. Essas características distinguem as histórias científicas das demais. Portanto, toda narrativa científica também é uma estratégia retórica, para convencimento ou persuasão, porque é uma história usada inten-

⁷ Nos termos utilizados por Raquel Almeida (2023), essa diferença se dá entre a linguagem formal, que é utilizada no diálogo entre especialistas, e linguagem natural, aquela comumente aceita que expressa de forma geral o significado da sentença – a linguagem comum.

⁸ “A utilização de uma linguagem formal em vez de uma linguagem natural desempenha, assim, um duplo papel no processo de argumentação científica na Economia: proporciona a concisão argumentativa e a persuasão da comunidade acadêmica. Para convencer a comunidade dos economistas, é preciso adotar o jogo de linguagem dominante, que é, cada vez mais, o formalismo matemático” (Almeida, R. M., 2023, p. 13, tradução nossa).

cionalmente para explicar a teoria a uma audiência. Esse conjunto de relações é ilustrado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Relação entre histórias, retóricas e as narrativas científicas



Nota: O tamanho dos círculos e de suas intersecções não tem qualquer significado, portanto, não buscam exprimir relações de quantidade entre os tipos textuais representados.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da pesquisa.

2. Os economistas e as narrativas que eles usam

A partir desse ponto, não é difícil argumentar que modelos econômicos também são narrativas científicas. Narrativas podem ser a base da literatura, mas, argumentamos, não somente da literatura.⁹ Narrativas são valiosas à ciência não só pelo seu valor pedagógico, mas também por reunir eventos e relações entre eles, possibilitando a descoberta do que é semelhante em outros cenários, abrindo as portas para se generalizar a partir de situações particulares (Morgan; Wise, 2017).

No prefácio de seu manual de introdução à economia, Paul Krugman, Prêmio Nobel Memorial de Economia de 2008, e sua coautora, Robin Wells, fazem a primeira referência não a um economista, mas a um escritor: George Orwell.¹⁰ É notável que eles tenham escolhido prestar reverência e emular um escritor ao invés de um economista na busca em tornar o material mais acessível. Isso é relevante porque, para eles, a coisa mais importante que um estu-

⁹ Afinal, uma das seções básicas de artigos empíricos é quase sempre intitulada “revisão da literatura”, implicando que ali estão reunidas contribuições importantes da área, pelo menos o suficiente para estarem ali.

¹⁰ “O que é preciso acima de tudo é deixar que o significado escolha as palavras, e não o caminho contrário” (Krugman; Wells, 2007, p. ix).

dante de economia pode aprender é o uso adequado dos modelos econômicos num primeiro contato.

Assim, narrativas se destacam pelo importante caráter pedagógico, mas não estão limitadas a ele. Os cientistas usam narrativas para se comunicar, e os economistas não são exceção. Para McCloskey ([1985] 1998), o objetivo do cientista em uma afirmação é a persuasão porque a ciência é uma construção humana, e como tal exige ser comunicada. A ciência é um contínuo processo de aprendizado, por isso capacidade de comunicação é um fator fundamental para o progresso científico. É conhecida a explicação oferecida pela autora ([1985] 1998) do porquê John Muth ter se tornado um autor obscuro, apesar de ter sido o primeiro a elaborar a hipótese de expectativas racionais, ao passo que Robert Lucas, Prêmio Nobel Memorial de Economia em 1995, herdou a glória de ter apresentado a hipótese porque o fez em linguagem mais interessante aos economistas.

John Maynard Keynes, durante a controvérsia Keynes-Tinbergen sobre o uso de métodos econométricos na pesquisa econômica, estava hesitante sobre o uso generalizado da econometria com bases de dados ainda pouco desenvolvidas e que simplificavam demais as relações econômicas. A partir disso, ele propôs o seguinte desafio:

É sabido que os setenta tradutores da Septuaginta [tradução da Bíblia Hebraica para o grego] foram trancados em setenta salas separadas com o texto em hebraico e trouxeram, com eles, depois que terminaram, setenta traduções idênticas. O mesmo milagre seria repetido se setenta correlações múltiplas fossem feitas com o mesmo material estatístico? (*apud* Almeida, 2015, p. 81).

Diferentes pesquisadores reagiriam de maneira distinta quanto a essa provocação. Podemos modificar esse desafio: em um experimento, trancam-se 70 físicos com as notas e rascunhos de Albert Einstein sobre a teoria da relatividade; a tendência é que esses físicos saiam com a mesma conclusão de Einstein, um triunfo do método científico. Em outro experimento, trancam-se 70 escritores com as notas e rascunhos usadas por Machado de Assis na escrita de *Dom Casmurro*; se todos os escritores retornarem com o mesmo texto que Machado de Assis submeteu para publicação, isso seria um “milagre maligno” – porque nenhum deles teria adicionado nada ao que Machado de Assis já narrou em seu livro.

Obviamente, a escala não é tão rígida. Embora não haja um padrão único para se avaliar novelas e autores, críticos literários e o público conseguem

eleger os livros entre os razoavelmente bons e os ruins. Mas esse é um processo que, diferente do ambiente científico, dá mais ênfase a fatores subjetivos. Harold Bloom (2013), considerado o maior crítico literário americano do século XX, reconheceu que a experiência pessoal influencia na crítica literária; portanto, mais importante do que ser objetivo é ser justo com os autores analisados.

Devido a essa subjetividade, narrativas podem ser vistas com suspeitas na ciência. Preocupando-se com essa crítica, Munslow (2019, p. 48, tradução nossa) faz questão de afirmar que “fictivo” não é sinônimo de “fictício”. Para uma narrativa ser historicamente válida, ela deve se preocupar em lidar com eventos passados, mas exige que o historiador seja consciente “do relativismo ético e o dos compromissos morais” em questão. Carlo Ginzburg (2002, p. 114) adverte contra a tendência excessiva de examinar “[...] só o produto literário final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas, etc.) que o tornaram possível.” Neste ponto, narrativa e história do pensamento econômico se complementam, pois a história do pensamento permite entender o contexto da narrativa.

Essa preocupação quanto à objetividade das narrativas científicas também já foi discutida na literatura sobre retórica na economia. Pérsio Arida foi um pioneiro no Brasil em 1984 por escrever em português sobre o papel da retórica no pensamento econômico, quase que ao mesmo tempo em que McCloskey (1983) o fazia em inglês. Segundo Arida (1984), economistas sempre buscaram persuadir, e a transição da ciência econômica do modelo “*soft science*” para o de “*hard science*” teria lhe permitido se tornar um campo mais científico. Nessa lógica, toda a teoria pré-matemática é considerada incorporada pela ortodoxia corrente, em um processo de superação positiva. Nessa perspectiva, é lugar comum pensar que a substituição de determinadas práticas e teorias simplesmente “acontece”, como se a ciência fosse uma “escada rolante” avançando incondicionalmente em direção à “verdade”, exigindo paulatinamente uma maior formalização matemática.¹¹

¹¹ Raquel Almeida (2023) oferece outro motivo pelo qual é possível discutir a dicotomia entre narrativas e modelos econômicos. Na revisão de como se deu a disseminação do formalismo matemático na economia, a autora argumenta que esse resultado foi historicamente condicionado pelas escolhas dos economistas, e não a consequência natural e invariável da melhora do seu procedimento científico. Logo, a representação das ideias econômicas por modelos formalizados matematicamente seria uma estratégia retórica dos economistas para inflar o prestígio da própria área e aumentar a capacidade de persuadir o público. “A abordagem mainstream, então, não é ortodoxa em virtude de qualquer superioridade teórica, pois sua supremacia decorre da hierarquia social que existe dentro e fora da academia e cuja adesão majoritária silencia qualquer contribuição que não siga as regras do jogo de linguagem”. (Almeida, 2023, p. 16, tradução nossa).

A análise da retórica proposta por Arida (1984) e McCloskey (1983, [1985] 1998), entretanto, mostra que o formalismo é apenas mais uma forma de estratégia retórica para convencimento, e não a única. Entre as estratégias retóricas, como destacado na segunda seção deste artigo, está a arte de contar histórias, o uso de narrativas. McCloskey (1998, p. xiv, tradução nossa) afirma que “economistas são contadores de história sem o perceber”, mas a partir de contribuições da própria autora é possível esclarecer isso a eles. McCloskey ([1985] 1998) define uma história (*story*) na economia como a narração de causas e consequências em sentido lógico, que permita ao leitor a compreensão do porquê, do tipo “se A, então B”. Logo, isso permite que qualquer explicação econômica na forma literária de linguagem seja considerada uma história e, portanto, uma narrativa econômica – e científica, como visto na segunda seção.

2.1 Economistas como narradores “tradicionais”

Um dos fatores que justifica prestar mais atenção nas narrativas é a capacidade delas de dialogar com o “leitor comum” – o leigo interessado em assuntos científicos, incluindo econômicos (Repapis, 2014). Autores como H. G. Wells, Arthur C. Clark, Isaac Asimov, entre outros, promoveram ideias científicas por meio de obras fictícias. A série *Jornadas nas estrelas*, por exemplo, foi uma fonte de inspiração para vários cientistas (NASA, 2017).

Apesar disso, a literatura é uma disciplina subestimada por pesquisadores mais voltados ao empirismo, mas ela é um veículo para se discutir o mundo. Rancièrè (2021, p. 7) lembra que Aristóteles, em sua *Poética*, entendia que o que diferenciava a realidade da ficção não era o déficit de realidade, mas o acréscimo de racionalidade. As histórias são úteis porque permitem a ilustração de mecanismos de causa e efeito que intencionam evidenciar como o mundo funciona por meio de personagens situados em um drama. Uma tragédia, por exemplo, tem o objetivo demonstrar para a audiência como a queda do protagonista ocorreu por meio de suas decisões e sua ignorância dos sinais.

Ainda de acordo com Rancièrè, a era moderna borrou a linha criada na *Poética* aristotélica, que distribuía saberes e ignorâncias. “A ciência social endossou os princípios aristotélicos da racionalidade ficcional ao mesmo tempo que aboliu as fronteiras que delimitavam seu campo de validação” (Rancièrè, 2021, p. 10). Hoje, aplica-se ao mundo real a mesma lógica de encadeamento da ficção, por meio de modelos. “O mundo obscuro [da *Poética*] se torna o

mundo verdadeiro enquanto mundo cuja verdade é ignorada num outro sentido – desconhecida – pelos que vivem nele” (Rancière, 2021, p. 10). Como coloca Dennis Robertson (1952, tradução livre), ele mesmo um dos arquitetos da síntese neoclássica, em seu poema “The non-econometrician’s lament”: “Meus pensamentos são tristemente inelásticos/Meu atos invariavelmente estocásticos”.

A literatura, porém, afasta-se da *Poética*. “Ela destruiu os seus próprios princípios para abolir os limites que circunscreviam um real próprio à ficção” (Rancière, 2021, p. 11). Depois do século XIX, autores passaram a perceber a “potência da história”, como se vê em Balzac e Victor Hugo. A partir desse século, vários gêneros começaram a se desenvolver, assim como a crítica literária. A relação entre ficção e realidade evoluiu por meio da novela (e, posteriormente, de suas artes sucessoras, como o cinema), quando se passa a valorizar um “realismo” em relação ao mundo. Por causa disso, Allende Portillo (2010) argumenta que a literatura deve ser observada por economistas e historiadores econômicos, já que o que importa não é o rigor, mas o fato de que “[...] a literatura nos permite sentir o ‘pulso’ da história” (Allende Portillo, p. 1, tradução nossa). Nesse ponto, a novela age para cumprir a função da narrativa científica, de simplificar uma realidade complexa (Morgan; Wise, 2017).

O apêndice de Allende Portillo (2010) reúne várias novelas importantes que permitem nova perspectiva à história econômica. *As vinhas da ira* (1939, de John Steinbeck, oferece uma visão sobre a economia agrícola americana durante a Grande Depressão. *Germinal* (1885), de Émile Zola, é um romance histórico que tem como pano de fundo a industrialização francesa. Fora dos círculos literários mais tradicionais, tais preocupações também estão presentes. Por exemplo, Sir Terry Pratchett, um dos maiores escritores de fantasia que já viveu, escreveu a novela *Making money* (2007) que disserta sobre o estabelecimento de um Banco Central num reino de fantasia e sobre os problemas do padrão ouro. A série de animação japonesa *[C] – The money of soul and possibility* (2011) aborda questões sobre política econômica, austeridade e longo prazo, em arenas onde disputas financeiras são resolvidas com batalhas entre espíritos animais literais.

Tais iniciativas mostram que é possível aos economistas se aproveitarem dessa mudança para adicionar as narrativas ao seu repertório. Recentemente, economistas têm ficado cientes do papel pedagógico da ficção na sala de aula (Wattsee, 2002), e o campo da economia e literatura têm se tornado popular (Davies, 2018; Seybold; Chihara, 2018; Akdere; Baron, 2019). Questões de

ética econômica também podem ser confrontadas com a literatura (Lee; Bohanon, 2019).

Para Henderson (1995), existe uma tradição de economia literária que também surgiu no século XIX, que conta Ricardo, Malthus, Keynes, entre outros, como economistas literários. Essa tradição tem consciência da natureza fictiva do discurso econômico, “[...] de fundir razão e imaginação; da significância da metáfora e do papel da narrativa no desenvolvimento do argumento econômico” (Henderson, p. 14, tradução nossa). Mesmo que não inclua escritos fictícios, ela reconhece a importância de ferramentas que também são comuns na ficção. Isso contrasta com o fato de que são poucas as narrativas fictícias escritas pelos economistas, apesar de elas terem aparecido já na era da economia política clássica, como *A fábula das abelhas*, de Bernard de Mandeville. Até mesmo Karl Marx se aventurou a escrever novelas antes de seguir o caminho da crítica à economia política (Marx, 2018).¹²

No Quadro 2, segue uma lista em ordem alfabética de alguns economistas que se tornaram escritores de ficção, incluindo novelas, poesias e até mesmo *raps*. Essa lista tentou ser exaustiva, e reconhecemos que se concentra em obras escritas em inglês e português, mas ela demonstra que os economistas não têm se aventurado a escrever obras de ficção.

¹² Marx definitivamente faz parte da tradição de economia literária. Hinkelammert (2012, p. 273) argumenta que Marx via o mundo real como um drama, guiado pela tragédia da lei da exploração capitalista, e “não a sombra de teorias”.

Quadro 2 – Economistas como escritores de ficção

Autor	Especialização	Obras
Bronfenbrenner, Martin	Economia internacional, história do pensamento econômico	<i>Tomioaka stories from the Japanese occupation</i> (1975), relatos dramatizados com base nas suas experiências como consultor no Japão pós-Segunda Guerra.
Cardoso, Eliana	Economista do Banco Mundial e figura pública no Brasil	<i>Bonecas russas</i> (2014), <i>nuvem Negra</i> (2016), ficção literária sobre as vidas de várias mulheres.
Defoe, Daniel	Economia política, <i>projector</i> (nome antigo para empreendedor) e precursor do jornalismo econômico	Vários, especialmente <i>Robinson Crusoe</i> (1719), famoso em livros-textos de economia, considerado por Lukács (2000) o primeiro romance moderno.
Dobb, Maurice	Economia marxista	<i>The shadow of the Vatican: a story of diplomacy and politics</i> (1919), <i>thriller</i> político, não publicado (Shenk, 2013).
Du Bois, W. E. B.	Economista pioneiro do movimento negro americano	<i>The quest for the silver fleece</i> (1911), ficção literária sobre a situação do negro americano.
Foster, William Trufant e Waddil Catchings	Precusores de ideias keynesianas nos Estados Unidos	<i>The road to plenty</i> (1928), novela em forma de conversação instrucional, que critica a teoria clássica e propaga ideias que poderiam ser chamadas de “pré-keynesianas”.
Freedman, Craig	História do pensamento econômico	<i>The last time I saw Richard</i> (2011), ficção literária, estudo de personagem.
Galbraith, John Kenneth	Economista público e diplomata, economia institucional original	<i>A tenured professor</i> (1990), sátira da cultura econômica acadêmica.
Harvey, William	Advogado e economista informal	<i>Coin's financial school</i> (1894), panfleto cujo protagonista se engaja em aulas sobre o bimetalismo, na forma de diálogo com uma classe e narrativa das reações a ela.
Jay, Peter e Michael Stewart	Jay foi embaixador inglês nos Estados Unidos (1977-1979) e monetarista; Stewart foi economista keynesiano e historiador do pensamento econômico	<i>Apocalypse 2000</i> (1987), ficção científica que argumenta que políticas econômicas ruins e restritivas causariam um “apocalipse econômico” no ano 2000.

(continua)

Quadro 2 – Economistas como escritores de ficção

Autor	Especialização	Obras
Jevons, Marshal	Pseudônimo de William Breit (antitruste e história do pensamento econômico) e Kenneth Elzinga (antitruste)	Aventuras de Henry Spearman, economista com doutorado em Harvard (<i>Murder at the margin</i> (1978), <i>The fatal equilibrium</i> (1985), <i>A deadly indifference</i> (1995), <i>The mystery of the invisible hand</i> (2014), em que ele resolve mistérios com ajuda da teoria econômica.
Leacock, Stephen	Um dos primeiros professores de economia no Canadá, autor de livros-textos, orientando de Veblen	Vários (1910–1946), ficou conhecido por ser humorista e ganhou a medalha Lorne Pierce (1937), principal prêmio literário canadense.
Mandeville, Bernard de	Médico e economista político	<i>A fábula das abelhas</i> (1714).
Marx, Karl	Fundador do socialismo científico e materialismo histórico	<i>Escorpião e Félix</i> e <i>Oulanem</i> (1837), obras satíricas incompletas.
Meade, James	Prêmio Nobel Memorial de 1977 por seu trabalho em economia internacional	<i>Economic forecasting</i> (1937–1938), poema sobre o ciclo econômico e os economistas (Besomi, 1999).
Nesi, Edoardo	Empresário industrial italiano	<i>Storia della mia gente</i> (2011), novela autobiográfica com foco na desindustrialização de certas regiões na Itália, ganhou o <i>Premio Strega</i> , maior honra literária da Itália (Adamo, 2016).
Nutter, G. Warren	Escolha pública da tradição de Virgínia	<i>The strange world of Ivan Ivanov</i> (1969), em que narra dramaticamente a vida de um trabalhador russo no regime repressivo da União Soviética.
Perrault, Charles	Economista político e assistente de Jean-Baptiste Colbert, na corte de Luís XIV	Suas coleções de contos de fada (1696, 1701) se tornaram parte do cânone ocidental e tinham mensagens mercantilistas (Balak; du Lys, 2019).
Reardon, Jack	Pluralismo econômico e ensino de economia	<i>Swimming backwards</i> (2021), romance, tendo como pano de fundo questões trabalhistas.

(continua)

Quadro 2 – Economistas como escritores de ficção

Autor	Especialização	Obras
Roberts, Russ	Liberalismo clássico	Novelas <i>The invisible heart</i> (2001) e <i>The price of everything</i> (2008), que procuram demonstrar a superioridade do liberalismo de mercado livre e escreveu o rap <i>Fear the boom and the bust</i> (2010), que viralizou na internet.
Robertson, Dennis	Escola de Cambridge	<i>The non-econometrist lament</i> (1952), poema crítico de como a economia se torna incompreensível ao leigo.
Rubinstein, Ariel	Teoria dos jogos	<i>Economic fables</i> (2012), mistura de novela autobiográfica e livro-texto de teoria dos jogos.
Scheall, Scott	Metodologia econômica	<i>Dialogues concerning natural politics</i> (2023), diálogo literário sobre as capacidades epistêmicas da análise de políticas econômicas.
Silveira, Antonio Maria da	Economia do setor público	<i>Os economistas também amam</i> (2004), contos sobre relações entre economistas e a economia.
Teixeira, Erly	Economia rural	<i>Leny e o informante</i> (2022), romance sobre a Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura brasileira.
Varoufakis, Yanis	Economia da complexidade, ministro das finanças da Grécia (2015)	<i>Another now</i> (2020), ficção científica que imagina a vitória de movimentos de esquerda na geopolítica mundial.
Velloso, João Paulo Reis	Ministro do planejamento, Brasil (1969-1979)	<i>Os cristãos que se beijam</i> (2011), romance histórico sobre a expansão do cristianismo.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da pesquisa. Agradecemos à lista de discussão da *History of Economics Society* pela ajuda.

2.2 As histórias que os economistas contam

Como visto na introdução, cada vez mais tem sido enfatizado o caráter narrativo dos modelos econômicos formais. Pesquisadores buscam apontar e esclarecer o papel de elementos narrativos em textos científicos (Quadro 1). Apesar de terem se envolvido pouco na escrita de livros de ficção (Quadro 2), nem por isso os economistas têm deixado de usar elementos narrativos em seus trabalhos. Nessa linha de pesquisa, Mary Morgan tem se tornado uma expoente entre os economistas na elucidação das dimensões narrativas da economia (Morgan, 2001; 2017; Morgan; Wise, 2017; Morgan; Stapleford, 2023).

Morgan e Stapleford editaram um volume da *History of Political Economy* (HOPE) para promover essa visão e promover uma conversação entre economistas. Portanto, é útil revisar as contribuições desse volume, não só porque a análise de tais trabalhos corrobora nosso argumento de que os economistas contam histórias, mas também pela possibilidade de mostrar como as narrativas podem ter diferentes usos e potencialidades nas mãos dos acadêmicos, sobretudo na economia.

Morgan e Stapleford (2023) definem a narrativa científica como um gênero específico que oferece significados para as relações entre elementos que são ordenados e conectados por meio da própria narrativa. Desse modo, ela permite explicações aos “por quês” levantados na economia, oferecendo respostas a essas perguntas, apoiando-se em diferentes formas de argumentar: modelos, teorias, fatos históricos, situações imaginadas etc. O que há em comum entre elas é a necessidade de relacionar logicamente os elementos e os respectivos fenômenos em que estão inseridos. Portanto, as narrativas cumprem a função científica de ser a “tecnologia de dar sentido” (Morgan; Stapleford, 2023, p. 403, tradução nossa), e na economia assumem a missão especial de fazer a mediação entre: “níveis gerais e particulares, teoria e evidência, presente e futuro, explicação e predição, e assim por diante” (Morgan; Stapleford, 2023, p. 405, tradução nossa).

No primeiro artigo do volume, Harro Maas (2023) estuda a obra de Marshall, contextualizando-o em sua busca por: (i) uma forma de análise para o estudo da história econômica que juntasse fatos históricos à sua teoria do *Principle of economics*, mas superasse a condição de *ceteris paribus* ali utilizada, o que resultaria em um meio termo entre evidências empíricas da história e categorias genéricas da teoria; e (ii) um tipo de análise diferente da estatístico-matemática usada por Jevons para os dados econômicos. De tal iniciativa

veio a explicação marshalliana da história econômica, sobretudo no livro *Industry and trade*.

De acordo com Maas (2023), o método narrativo permitiu a Marshall lidar com a sequência de eventos e seus resultados econômicos de maneira exploratória, observando a complexidade envolvida na sucessão de fenômenos de todos os tipos, como políticos, sociais e econômicos. Assim, a narrativa marshalliana conectava os eventos históricos e oferecia a noção de causalidade, apontando que eles estavam logicamente relacionados. Por meio das narrativas, Marshall conseguiu mostrar e explicar o porquê de algumas situações econômicas terem resultados diferentes do esperado da análise exclusivamente teórica baseada no modelo de oferta e demanda.

No trabalho de Jeff E. Biddle (2023), os primeiros trabalhos de Zvi Griliches foram considerados narrativas para explicar o aumento da produtividade agrícola nos Estados Unidos a partir do milho híbrido e da adoção de fertilizantes. O contexto teórico do autor é marcado pela ausência de um modelo matemático que explicasse a mudança entre estados de equilíbrio nos mercados, o que permitiu ao autor o uso de histórias para esclarecer esses períodos transitórios, que o próprio Griliches chamou de narrativas. Para Biddle (2023), elas foram ferramentas apropriadas porque eram capazes de lidar com a complexidade inerente aos vários resultados possíveis que poderiam ser esperados a partir das mudanças iniciais que deram origem aos fenômenos estudados.

Nessas histórias, Griliches assumia que a agricultura norte-americana era formada por agentes econômicos racionais se deparando com eventos exógenos. Como a busca de tais indivíduos era maximização do lucro, a narrativa serviu como explicação das decisões que foram sendo tomadas em relação às oportunidades que foram aparecendo ao longo do tempo. Adicionalmente, tais histórias foram úteis ao autor também para identificar de maneira exploratória as variáveis que poderiam ser usadas nas regressões econométricas, além de justificar a escolha de alguns dados estatísticos para a análise. Com resultados inicialmente pouco satisfatórios, Griliches mudou o problema de investigação dentro da mesma narrativa, ao que obteve resultados econométricos mais favoráveis (Biddle, 2023).

Diferente dos trabalhos anteriores, Daniel Kuehn (2023) não faz uma análise da narrativa de Warren Nutter, mas de como este autor utilizou a narrativa de terceiros em suas pesquisas. Nutter foi membro de uma divisão da *National Bureau of Economic Research (NBER)* encarregada de estudar o cres-

cimento econômico soviético. Porém, as pesquisas no Ocidente sobre esse tema estavam limitadas por dificuldades como sigilo de dados e falsificações por parte da burocracia soviética. Para superar tais limitações, Nutter inovou ao usar relatos de viajantes como forma de colher informações e preencher as lacunas existentes nos dados soviéticos, usando contos de imigrantes, turistas e cidadãos soviéticos em viagens internacionais.

Descrito por Kuehn (2023, p. 471, tradução nossa) como um “contador de histórias entusiasmado”, Nutter usou os registros de viajantes para avaliar qualitativamente os dados industriais da União Soviética, a fim de estimar sobre ela: (i) o tamanho da distorção e/ou fraude nos dados que era provocada pela burocracia; (ii) a qualidade dos bens de consumo e de capital; e (iii) especular sobre dados militares.¹³

Ibanca Anand (2023) também trata da economia soviética, mas sob as lentes de Evsey Domar. Segundo a autora, a narrativa foi um método de argumentação pertinente aos objetivos dele para: (i) oferecer uma visão alternativa sobre os soviéticos; (ii) dialogar com um auditório maior; e (iii) mostrar a complexidade dos temas abordados; todos eles por meio da discussão de histórias criadas pelo próprio Domar como contrafactuais para as situações empiricamente verificadas. Usando narrativas, ele explorou a possibilidade de diferentes explicações sobre os temas: sistemas econômicos comparados, economia soviética e história econômica.

Logo, os diferentes cenários especulados por Domar não foram escolhidos para pavimentar um caminho específico direcionado a uma conclusão. Antes, serviram para evitar qualquer tipo de desfecho acerca dos temas tratados, o que é apontado por Anand (2023) como uma resistência quanto ao encerramento das narrativas. Assim, as narrativas de Domar intencionavam deixar mais ambiguidades do que certezas, realçando a situação “em aberto” de cada um dos tópicos analisados, enfatizando a indeterminação quanto à possibilidade de um posicionamento indubitável sobre eles. Para Anand (2023), isso permitiu a Domar mostrar os limites do conhecimento na pesquisa.

Também tratando de narrativas específicas, Lucas Casonato (2023) mostra o papel das histórias fictícias que Israel Kirzner criou para iluminar deficiências na teoria da firma e a assimetria de informações na abordagem neoclássica. Nesse trabalho foram selecionadas histórias sobre observação marciana da terra, disputa de caçadores, professores perdidos, mães comprando

¹³ Isso influenciou seu livro *The strange world of Ivan Ivanov* (1969), mencionado no Quadro 2.

presentes para os filhos e convidados de casamento, todos cenários imaginados para simplificar relações econômicas e mostrar a viabilidade de interpretá-las com a teoria do estado de alerta empresarial subjetivo.

Tendo como pano de fundo a noção de que Kirzner é um autor heterodoxo, e forte crítico do *mainstream* da sua época, o trabalho mostra como suas narrativas permitiram uma aproximação à abordagem que ele buscava criticar, apesar de não compartilhar com ela as mesmas bases metodológicas. É justamente pela possibilidade de superação dessa ausência de uma base comum entre crítico e criticados que Casonato (2023) atribui às narrativas uma capacidade maior de diálogo dentro da economia.

A possibilidade de apresentação narrativa de uma teoria econômica não foi útil na economia apenas aos economistas, como mostram Alexandra Quack e Catherine Herfeld (2023) na análise de como William Riker levou a teoria dos jogos para a ciência política. Riker foi um dos pioneiros na iniciativa de aplicar a teoria dos jogos às discussões políticas, sobretudo no campo da formação de coalizões. Assim, as histórias narradas por ele lhe permitiram: (i) identificar os personagens de um jogo, os que agem em situação de interação estratégica; (ii) oferecer evidências históricas que confirmam a co-dependência entre suas decisões; e (iii) validar o próprio modelo teórico por duas vias, ao usar os dados históricos para construir o modelo e para aplicá-lo aos fatos da narrativa, de modo a evidenciar a conformidade entre previsão e resultado.

A explicação narrativa de Riker ainda tem a vantagem de progredir nos pontos em que o modelo teórico é incapaz de avançar, como na deficiência do modelo estático usado na época, já que a formação das coalizões envolve um processo dinâmico. Por isso Riker passa a descrever de maneira narrativa as interações que ocorreriam entre jogadores no modelo, já que estava incapaz de fazê-lo formalmente, o que permite às suas histórias lhe servirem como demonstração informal de tese apresentada (Quack; Herfeld, 2023).

Por fim, Laetitia Lenel (2023) nos mostra como as narrativas têm influência em instâncias mais relevantes de poder econômico, analisando os esforços do FMI para convencer os países membros acerca da política econômica adequada. Tendo como pano de fundo as décadas de 1970 e 1980, Lenel descreve a criação de cenários prospectados pelo FMI a partir das diferentes políticas econômicas passíveis de serem adotadas e seus possíveis resultados em termos de taxa de crescimento e balança comercial. Logo, tais cenários não eram mais do que projeções, futuros imaginados, mas que tinham o papel de

persuadir acerca das melhores políticas diante da complexidade dos resultados possíveis, solucionando dúvidas quanto às diferentes alternativas à disposição.

O trabalho de Lenel (2023) é também uma resposta à proposta de Shiller (2019) de que as narrativas econômicas afetam o comportamento social de maneira aleatória, por se disseminarem sem controle ou intencionalidade. Com seu estudo de caso sobre o FMI, a autora mostra que as narrativas dos economistas impactam na forma com que as pessoas encaram os problemas econômicos.

Morgan e Stapleford (2023) consideram que, a partir desses artigos na edição especial da *HOPE*, há quatro objetivos que as narrativas podem cumprir: explorar, explicar, encerrar e reabrir. Narrativas são úteis para explorar possibilidades subjacentes nas ideias, conceitos, teorias, modelos etc., de modo a levar a novos resultados que ainda não tenham sido mostrados, como nos trabalhos de Kirzner (Casonato, 2023) e do FMI (Lenel, 2023). A explicação decorre da possibilidade de acrescentar ideias, conceitos, teorias, modelos etc. a uma sequência específica de eventos que se queira oferecer como versão alternativa, como visto em Marshall (Maas, 2023) e Griliches (Biddle, 2023).

O encerramento se refere à noção de que a narrativa pode responder ao porquê de um determinado acontecimento, como em uma relação de causalidade, oferecendo uma explicação completa sobre um evento, como visto nas propostas de Nutter (Kuehn, 2023) e Riker (Quack; Herfeld, 2023). Finalmente, a narrativa também pode servir para reabrir uma questão e reconsiderá-la sob nova perspectiva, como feito por Domar (Anand, 2023).

Além das possibilidades levantadas por Morgan e Stapleford (2023), sugerimos que desses artigos também é possível destacar três outras potencialidades narrativas: (i) mostrar a limitação do conhecimento econômico; (ii) abrir espaço para comparação entre propostas; e (iii) superar barreiras metodológicas entre teorias.

A primeira característica a ser apontada é que as narrativas podem evidenciar “limitações do conhecimento”, ou seja, mostrar que os fatos observáveis não exprimem toda a informação disponível. Esse aspecto tem forte relação com a capacidade de “exploração” identificada por Morgan e Stapleford (2023), mas não se limita a ela. Na nossa visão, as narrativas também mostram os limites do conhecimento do pesquisador, que está preso a uma narrativa ou se libertando dela.

Por exemplo, em Maas (2023) se vê um Marshall preocupado com os impactos de eventos fora da economia, e que poderiam ser negligenciados nas correlações estatísticas dos dados econômicos. Kuehn (2023) mostra que Nutter foi buscar dados suplementares nas histórias de viajantes para acrescentá-los às informações oficiais dos soviéticos. Anand (2023) apresenta um Domar preocupado em não fazer conclusões sobre assuntos que poderiam ser revistos à luz de novas informações. Em Casonato (2023) há um Kirzner que oferece nova versão sobre uma relação econômica já estabelecida na tese neoclássica. Em Lenel (2023) se tem o fato de que os governos e o FMI aceitavam que lidavam com um futuro incerto, e que por isso era conveniente a projeção de possíveis resultados.

A segunda característica é que as narrativas abrem espaço para uma avaliação comparativa entre ideias, conceitos, teorias, modelos etc. ao possibilitar que seus autores trabalhem com eventos reais e fictícios e os explorem (no sentido empregado por Morgan e Stapleford (2023)) no tema em discussão. Essas comparações são importantes porque influenciam na avaliação de prós e contras das características distintivas a serem levadas em conta. Por exemplo, Anand (2023) mostra como Domar explorou o método narrativo para comparar não só os sistemas econômicos norte-americano e soviético, mas também para especular com base em situações imaginadas para essas realidades. Casonato (2023) aponta que Kirzner elaborou diferentes cenários que lhe permitiam contrastar sua teoria com a neoclássica. Lenel (2023) descreve como o FMI projetou diferentes cenários a fim de influenciar a política econômica dos países.

A terceira potencialidade das narrativas é a superação de critérios metodológicos, já que podem ignorar qualquer demarcação científica na medida em que buscam oferecer explicações coerentes. Por exemplo, Casonato (2023) argumenta que Kirzner usou suas narrativas como forma de participar de diferentes discussões e levar a elas um ponto de vista austríaco, confrontando a economia neoclássica, apesar de não partilhar com esta os mesmos critérios metodológicos. Casonato (2023) inclusive conclui que, por serem tão abrangentes, as narrativas são especialmente úteis a abordagens heterodoxas. Reforço disso é oferecido pelo exemplo de Quack e Herfeld (2023), que descreve como Riker levou a teoria da escolha racional e a teoria dos jogos da economia para a ciência política, transitando entre diferentes áreas do conhecimento por meio da narrativa.

O Quadro 3, a seguir, oferece uma síntese dos trabalhos revisados nessa subseção e os relaciona com: os elementos científicos discutidos na segunda seção (Quadro 1); as possibilidades narrativas colocadas por Morgan e Stapleford (2023) (discutidas acima); e as três potencialidades que sugerimos.¹⁴

¹⁴ Antes de passar às considerações finais, o leitor mais exigente poderia questionar que não apresentamos uma discussão ou evidências de que os economistas usam histórias para convencer o público geral. Afinal, seguindo nossa própria Figura 1, as narrativas científicas podem ser analisadas tanto sob a ótica das histórias no sentido tradicional (evidenciadas na subseção 3.1), das histórias para persuasão dos próprios pares (que foram tratadas nesta subseção 3.2), ou de histórias para convencer o público leigo. Porém, a própria ciência econômica começa com as tentativas da economia política clássica em convencer a opinião pública por meio de livros sobre a pertinência das práticas de livre comércio. E desde então essa lógica não passou por uma mudança substancial, a despeito de a cultura acadêmica ter migrado para privilegiar cada vez mais a publicação artigos científicos. Assim, se as narrativas podem ser entendidas como as explicações de ideias econômicas, elas se fazem necessárias na exposição ao público mais amplo, o que nos permite evitar a tarefa hercúlea de tentar listar todas as obras econômicas que se pautaram em histórias ilustrativas em algum ponto do livro.

Quadro 3 – Exemplos da análise de narrativas econômicas específicas				
Autoria	Breve resumo da análise de narrativa realizada	Elementos narrativos (Quadro 1)	Possibilidades narrativas (Morgan; Stapleford, 2023)	Usos potenciais das narrativas
Maas, Haaro	Análise das narrativas de Alfred Marshall que integraram sua versão teórica de oferta e demanda com a histórica econômica. Mostrou como isso permitiu a Marshall usar uma estratégia narrativa para superar as limitações estatísticas, que ignoravam os eventos cujos dados não fossem considerados ou tivessem seu peso devidamente apontado, e avançasse em relação ao suposto teórico de <i>ceteris paribus</i> .	Todos.	Explicação; encerramento.	Limites do conhecimento.
Biddle, Jeff E.	Análise das narrativas de Zvi Griliches que buscavam preencher uma lacuna na explicação de como o mercado agrícola dos EUA mudou entre estados de equilíbrio a partir de eventos exógenos, a adoção do milho híbrido e do uso de fertilizantes na produção. Mostrou como as narrativas construídas com base na economia neoclássica poderiam explicar a dinâmica econômica subjacente na história da agricultura norte-americana com base em ações racionais de agentes maximizadoras de lucro.	Todos.	Explicação; encerramento.	
Kuehn, Daniel	Análise de como Warren Nutter utilizou as narrativas de viajantes para suplementar os dados soviéticos oficiais. Mostrou como as narrativas usadas por Nutter lhe foram úteis para calcular o tamanho dos problemas nos dados disponíveis e estimar dados da produção industrial e militar na União Soviética.	Nenhum.*	Encerramento; reabertura.	Limites do conhecimento.

(continua)

Quadro 3 – Exemplos da análise de narrativas econômicas específicas				
Anand, Ibanca	Análise das narrativas de Evsey Domar que buscaram oferecer uma nova visão sobre os temas relacionados à economia soviética, sendo essa interpretação alternativa à dominante na época. Mostrou como isso permitiu a Domar abrir mais espaço para dúvidas do que para certezas acerca desses assuntos, o que realça sua noção quanto aos limites do conhecimento.	Todos.	Reabertura.	Limites do conhecimento; Espaço para comparações.
Casonato, Lucas	Análise das narrativas de Israel Kirzner que buscavam apontar falhas na teoria econômica neoclássica dos preços e a possibilidade de superação por meio da teoria austríaca para a atividade empresarial. Mostrou como as narrativas fictícias de Kirzner buscavam superar a explicação neoclássica para a teoria da firma e a assimetria de informações.	Todos.	Exploração; explicação; encerramento; reabertura.	Limites do conhecimento; Espaço para comparações Supera critérios metodológicos.
Quack, Alexandra; Herfeld, Catherine	Análise das narrativas de William Riker que ampliaram o auditório das noções de teoria dos jogos, usadas para levar a ferramenta à Ciência Política. Mostrou como isso permitiu a Riker construir um modelo de interação estratégica, aplicá-lo e suplementar seus resultados na explicação de alguns processos históricos de formação de coalizões políticas.	Todos.	Explicação; encerramento.	Supera critérios metodológicos.
Lenel, Laetitia	Análise das narrativas do FMI que mostravam diferentes cenários a partir de futuros imaginados a depender das políticas econômicas adotadas pelos países. Mostrou como essas narrativas atendiam às necessidades do FMI de realizar distintos prognósticos, esclarecer dúvidas acerca das políticas disponíveis, mas, em especial, tentar deliberadamente influenciar o rumo da política econômica dos países membros.	Todos.	Exploração; encerramento; reabertura.	Limites do conhecimento; Espaço para comparações.

* Porém, a partir de Kuehn (2023), é possível dizer que as narrativas usadas por Nutter fossem: ordenadas logicamente, analisadas de modo exploratório e baseadas na realidade.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da pesquisa.

3. Considerações finais

Como visto, uma narrativa pode ser definida como uma história que organiza os eventos em ordem lógica a partir de mecanismos causais que expliquem a sucessão entre eles. Na economia, é a teoria quem cumpre o papel de especificar como os diferentes elementos estão relacionados. Dessa forma, a descrição da teoria, na medida em que precisa explicar essas conexões, já é uma narrativa. A exemplificação da teoria é outra forma, assim como também o é sua aplicação a um caso real. Portanto, é possível afirmar que fazer ciência econômica é contar histórias, sejam elas direcionadas ao convencimento do público geral ou à persuasão da comunidade específica dos economistas.

McCloskey (1983) já apontava os benefícios de superar a demarcação científica na economia, permitindo: a explicação de questões não encaradas pela teoria dominante; a possibilidade de ampliação do auditório; a aproximação a outras áreas do conhecimento; e a possibilidade de comunicação das ideias e resultados ao público geral. Todos esses méritos se veem demonstrados pelas análises das narrativas dos economistas.

Apesar de não terem se engajado na escrita de obras literárias não-científicas, nem por isso economistas têm deixado de empregar elementos narrativos em seus trabalhos. Para além das vantagens que isso permite, mencionadas acima, também há a possibilidade de esses elementos: demonstrarem os limites do conhecimento; abrirem espaço para comparações; e superarem a exigência de critérios metodológicos.

Conquanto a economia não-matemática possa parecer uma ciência velha, como já atestava Ward (1972), a análise de narrativas confirma a proposta de McCloskey (1983, [1985] 1988) de que os modelos matemáticos são apenas mais uma forma de linguagem da economia. Principalmente se observarmos a relação entre as narrativa e tais modelos: em Maas (2023), a forma funcional resultante dos dados econômicos não era suficiente para Marshall exprimir todos os condicionantes de um fenômeno econômico; em Biddle (2023), não havia uma explicação da dinâmica na transição entre os estados de equilíbrio que pudesse ser usada por Griliches; em Casonato (2023), o método matemático se mostra incapaz de incorporar um elemento descrito por Kirzner como imprevisível; em Quack e Herfeld (2023), o modelo matemático da teoria dos jogos só podia explicar uma situação estática. Todas essas limitações puderam ser superadas com o uso das narrativas.

Referências

- ADAMO, S. The crisis of the Prato industrial district in the works of Edoardo Nesi: a blend of nostalgia and self-complacency. *Modern Italy*, v. 21, n. 3, p. 245–259, 2016.
- AKDERE, C.; BARON, C. (Org.). *Economics and literature: a comparative and interdisciplinary approach*. London: Routledge, 2019.
- ALLENDE PORTILLO, F. Fictional literature as a means to understanding economic history. 35th ECONOMIC AND BUSINESS HISTORICAL CONFERENCE SOCIETY, Braga, Portugal, 2010.
- ALMEIDA, R. G. de. O debate Keynes–Tinbergen: relato histórico de uma controvérsia sobre a origem da economia. In: FERRARI F.; BITTES, F.; TERRA, F. H. (Org.). *Keynes: ensaios sobre os 80 anos da Teoria Geral*. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 71–96, 2016.
- ALMEIDA, R. M. Economics as a rhetorical language game. *Economia*, v. 4, n. 1, p. 24–43, 2023.
- ANAND, I. Resisting narrative closure: the comparative and historical imagination of Evsey Domar. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 497–521, 2023.
- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica, 1984. In: GALA, P.; REGO, J. M. (Org.). *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, p. 13–44, 2003.
- BALAK, B.; du LYS, C. Tquet. The invisible hand of the fairies: post-mercantilism and magnanimity in women’s fairy tales of the 1690s. In: BALAK, B.; du LYS, C. T. (Org.). *Creation, recreation and entertainment: early modern and post-modernity*. Tübingen: Narr, p. 147–166, 2019.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. *et al. Análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 19–62, 1971.
- BEATTY, J. Narrative possibility and narrative explanation. *Studies in History and Philosophy of Science, Part A*, 62, 31–41, 2017.

BESOMI, D. Inter-war trade cycle theorists in a poem by James Meade. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 6, n. 2, p. 297-300, 1999.

BIDDLE, J. E. Narratives and empirical strategies in Zvi Griliches's early research. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 447-470, 2023.

BLOOM, H. *A anatomia da influência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

BRAID, D. "Doing good physics": narrative and innovation in research. *Journal of Folklore Research*, v. 43, n. 2, p. 149-173, 2006.

CASONATO, L. Israel Kirzner's use of narratives to illuminate the limitations of neoclassical economics and the austrian alternative. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 523-547, 2023.

COWEN, T. Is a novel a model? In: LEVY, D. M.; PEART, S. (Org.). *The streetporter and the philosopher: discussion on analytical egalitarianism*. Michigan: University of Michigan Press, p. 319-337, 2007.

CRASNOW, S. Process tracing in political science: What's the story? *Studies in History and Philosophy of Science*, Part A, p. 62, 6-13, 2017.

CURRIE, A.; STERELNY, K. In defence of story-telling. *Studies in History and Philosophy of Science*, Part A, 62, p. 14-21, 2017.

DAVIES, W. (Org.). *Economic science fictions*. London: Goldsmiths, 2018.

DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GIBBARD, A.; VARIAN, H. R. Economic models. *Journal of Philosophy*, v. 75, n. 11, p. 664-677, 1978.

GILBOA, I.; POSTLEWAITE, A.; SAMUELSON, L.; SCHMEIDLER, D. Economic models as analogies. *Economic Journal*, v. 124, p. 513-535, 2014.

GINZBUG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOTTSCHALL, J. *The storytelling animal: how histories make us humans*. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012. Ebook.

HAWKING, S. *Uma breve história do tempo*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2015.

HAWKING, S. *O universo numa casca de noz*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2016.

HENDERSON, W. *Economics as literature*. London: Routledge, 1995.

HINKELAMMERT, F. *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.

INGRAO, B. Models in economics: fables, fictions and stories. *Annals of the Fondazione Luigi Einaudi*, v. 52, p. 109–132, 2018.

JAHN, M. *Narratology: a guide to the theory of narrative*. Cologne: University of Köln. Disponível em <<https://www.uni-koeln.de/~ame02/pppn.pdf>>.

JUILLE, T.; JUILLE, D. Narrativity and identity in the representation of the economic agent. *Journal of Economic Methodology*, v. 24, n. 3, p. 274–296, 2017.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

KUEHN, D. “Marco Polo Economics” and narrative in the NBER Soviet Growth Study. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 471–496, 2023.

LEE, D. R.; BOHANON, C. Economics and novels: good, evil and becoming better people. *Journal of Cultural Economics*, v. 43, p. 527–544, 2019.

LENEL, L. Economists as storytellers: scenario drafting at the International Monetary Fund. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 577–608, 2023.

- LUKÁCS, G. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MAAS, H. Marking time: Marshall's search for narrative explanatory coherence. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 423-446, 2023.
- MARX, K. *Escritos ficcionais*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MAVISAKALYAN, A.; WEBER, C. Linguistic structures and economic outcomes. *Journal of Economic Surveys*, v. 32, n. 3, p. 916-939, 2018.
- MCCLOSKEY, D. M. Storytelling in economics. In: NASH, C. (Org.). *Narrative in culture: the uses of storytelling in the sciences*. London: Routledge, p. 5-22, 1990.
- MCCLOSKEY, D. M. *The rhetoric of economics*. Madison: University of Wisconsin Press, [1985] 1998.
- MCCLOSKEY, D. M. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.
- MCCLOSKEY, D. *Os pecados secretos da economia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- MORGAN, M. S. Narrative ordering and explanation. *Studies in History and Philosophy of Science, Part A*, 62, p. 86-97, 2017.
- MORGAN, M. S.; WISE, M. N. Narrative science and narrative knowing. Introduction to special issue on narrative science. *Studies in History and Philosophy of Science, Part A*, 62, p. 1-5, 2017.
- MORGAN, M. S.; STAPLEFORD, T. A. Narrative in economics: a new turn on the past. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 395-421, 2023.
- MORGAN, M. Models, stories and the economic world. *Journal of Economic Methodology*, v. 8, n. 3, p. 361-384, 2001.
- MUNSLOW, A. *A history of history*. London: Routledge, 2012.

MUNSLOW, A. *Narrative and history*. London: Red Globe Press, 2019.

NASA. *The science of Star Trek*. Disponível em <https://www.nasa.gov/topics/technology/features/star_trek.html>.

PAULSON, S.; GLEISER, M.; FREESE, K.; TEGMARK, M. The unification of physics: a quest for a theory of everything. *Annals of the New York Academy of Sciences*, n. 1361, p. 18-35, 2015.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 2005.

POLANYI, J. C. Doing science. *The Globe and Mail*, 29 de abril, 2020. Disponível em <<https://www.nobelprize.org/prizes/chemistry/1986/polanyi/article/>>.

POLANYI, M. The Republic of Science: its political and economic theory. *Minerva*, v. 1, p. 54-74, 1962.

POLANYI, M. *The tacit dimension*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

ROBERTSON, D. The non-econometrician's lament. 1952. In: LUNDERG, E. (Org.). *The business cycle in the post-war world*. London: Macmillan, 1955. Disponível em <<https://www.hetwebsite.net/het/texts/method/robertson-lament.htm>>.

ROOS, M. W. M.; RECCIUS, M. Narratives in economics. *Ruhr Economic Papers*, n. 922, RWI – Leibniz-Institut für, Wirtschaftsforschung, Essen, 2021.

QUACK, A.; HERFELD, C. The role of narratives in transferring rational choice models into political science. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 549-576, 2023.

RANCIÈRE, J. *As margens da ficção*. São Paulo: Editora 34, 2021.

REPAPIS, C. J. M. Keynes, F. A. Hayek and the Common Reader. *Economic Thought*, v. 3, n. 2, p. 1-20, 2014.

ROVELLI, C. *O abismo vertiginoso: um mergulho nas ideias e nos efeitos da física quântica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

ROVELLI, C. *A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

SACCO, P. L. “There are more things in heaven and earth...” A “narrative turn” in economics? *Journal of Cultural Economics*, v. 44, p. 173–183, 2020.

SAGAN, C. *Cosmos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SAGAN, C. *Pálido ponto azul: uma visão do futuro da humanidade no espaço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEYBOLD, M.; CHIHARA, M. (Org.) *The Routledge companion to literature and economics*. London: Routledge, 2018.

SHENK, T. *Maurice Dobb*. London: Palgrave, 2013.

SHILLER, R. Narrative economics. *American Economic Review*, v. 107, n. 4, p. 967–1004, 2017.

SHILLER, R. *Narrative economics: how stories go viral and drive major economic events*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

SWAIM, D. G. The roles of possibility and mechanism in narrative explanation. *Philosophy of Science*, v. 86, n. 5, p. 858–868, 2019.

VARIAN, H. R. *Microeconomia: uma abordagem moderna*. Rio de Janeiro: GEN, 2021.

WARD, B. *What’s wrong with economics?* New York: Basic Books, 1972.

WATTSEE, M. How economists use literature and drama. *Journal of Economic Education*, v. 33, n. 4, p. 377–386, 2002.

A Torre de Babel da ciência econômica: é possível um tradutor universal?*

The Tower of Babel of Economics: Is a Universal Translator Possible?

Tiago Camarinha Lopes**

Resumo: Partindo da história bíblica da Torre de Babel para a origem dos diferentes idiomas, este artigo elabora a ideia de que a ciência econômica está fragmentada em distintas correntes ou escolas que não conseguem se comunicar adequadamente. Tradicionalmente essa dificuldade de interlocução é atribuída às diferentes metodologias de investigação e recomendação de políticas econômicas, refletindo principalmente divergências de caráter político e de contexto temporal e local. Este artigo defende que uma parte da incomunicabilidade entre as diferentes escolas de pensamento econômico não deriva desses fatores inerentes de desacordo, mas a fatores extrínsecos relacionados com a ausência de um tradutor universal entre os economistas. A dimensão, portanto, da linguagem precisa ser tratada com muita atenção para que os economistas não apenas se comuniquem melhor com o público, mas principalmente entre si. Realizando dois exercícios para pensar na viabilidade de um tradutor universal, argumento que é possível estabelecer um canal de diálogo inteligível entre membros de escolas diferentes, pelo menos em tópicos pontuais.

Palavras-chave: Teoria e linguagem da economia. História do pensamento econômico. Metodologia. Ciência e luta de classes.

Abstract: Starting from the biblical story of the Tower of Babel and the origin of different languages, this article elaborates on the idea that economics is fragmented into distinct schools or currents that are unable to communicate effectively. Traditionally, this difficulty in communication is attributed to different methodologies for investigating and recommending economic policies, reflecting mainly political and temporal and local context disagreements. This article argues that part of the incomprehensibility between different schools of economic thought does not stem from these inherent factors of disagreement, but from extrinsic factors

* Submissão: 15/05/2023 | Aprovação: 30/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.935

** Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil | ORCID: 0000-0002-5907-777X | E-mail: tiagocamarinhalopes@gmail.com



related to the absence of a universal translator among economists. Therefore, the dimension of language needs to be treated with great attention so that economists not only communicate better with the public, but mainly with each other. By performing two exercises to think about the feasibility of a universal translator, the argument is made that it is possible to establish an intelligible channel of dialogue between members of different schools, at least on specific topics.

Keywords: Theory and language of economics. History of economic thought. Methodology. Science and class struggle.

JEL: B40. Z10.

Introdução

A comunicação é uma das tarefas mais importantes da prática profissional do economista. Entre os recursos mais utilizados para transmitir ideias econômicas para o grande público está o uso de narrativas, histórias e parábolas. No entanto, o trânsito de informações não está restrito à avenida economistas-público e público-economistas. Para promover um desenvolvimento mais coletivo e plural da ciência econômica, é também necessário que as diferentes escolas de pensamento econômico estejam interagindo num ambiente saudável de aprendizado recíproco. Ou seja, a intercomunicação entre distintas escolas deve ser objeto de atenção daqueles que investigam as questões e desafios da interface entre a ciência econômica e a linguagem.

Este artigo coloca a dificuldade de comunicação entre escolas de pensamento diferentes no centro da discussão, fazendo um paralelo com a história bíblica da Torre de Babel. A ideia principal é que existiria uma maneira de colocar todas as correntes de pensamento econômico dentro de um “tradutor universal”, que teria condições de converter o linguajar de cada escola para o idioma de uma outra escola qualquer. A partir dessa possibilidade de se construir metodologicamente esse aparato, o artigo aponta secundariamente para uma missão adicional à já valiosíssima tarefa do historiador do pensamento econômico de mapear e registrar o processo de formação das ideias econômicas.

O artigo está assim estruturado: a seção 2 (“A arquitetura conflituosa da ciência econômica”) traça o paralelo entre a parábola da Torre de Babel para a origem dos diferentes idiomas dos povos do mundo e o processo de construção da ciência econômica; a seção 3 (“Os dois conjuntos de fatores causais de desentendimento”) define o que seriam os dois principais fatores que causam divisão e conseqüente formação de escolas de pensamento; a seção 4 (“Dois exercícios”) apresenta duas tentativas de montar um “tradutor universal”, restrito a tópicos selecionados; a seção 5 (“Conclusão”) encerra defendendo a importância de se promover uma interação saudável e inteligível entre escolas distintas.

1. A arquitetura conflituosa da ciência econômica

O mito da Torre de Babel, registrado na Bíblia em Gênesis 11:1-9, é utilizado para explicar a origem dos diferentes idiomas falados pelos seres humanos. De acordo com essa narrativa, a humanidade falava nos primórdios

uma única e mesma língua, não havendo problemas de comunicação. Todos conseguiam transmitir suas ideias aos demais, não havendo desentendimentos por problemas de comunicação. Então, as pessoas resolveram construir uma gigantesca torre para atingir a glória dos céus, o que era uma empreitada ambiciosa devido à escala e à complexidade do projeto. Não gostando do que via, Deus fez surgir diferentes idiomas entre os construtores, e, assim, o que antes era um único grupo coerente se tornou uma miscelânea de diferentes povos, cada um com sua língua. Ninguém entendia mais ninguém e a confusão tomou conta. Devido a essa incomunicabilidade, não foi mais possível avançar com a construção, que requeria uma sofisticada coordenação do trabalho coletivo e, portanto, um padrão comum de transmissão das informações. No lugar da união, compreensão recíproca e paz, agora reinava a divisão, a desconfiança e a guerra.

Diferentes pensadores já estabeleceram um paralelo entre o problema da linguagem, central na história da Torre de Babel, e a construção da linguagem científica. Kuhn ([1962] 2013), em *A estrutura das revoluções científicas*, por exemplo, desenvolve a ideia de que a ciência se forma a partir da combinação e interação de diferentes abordagens e modos de se comunicar, até que se defina um campo comum que serve como parâmetro para o fluxo de informações. As diferentes correntes que antes se desentendiam fortemente acabam encontrando as bases sobre as quais podem conversar e chegar a acordos, definindo que um novo conhecimento foi conquistado e fazendo dele o novo paradigma a partir do qual desentendimentos mais elevados possam se desenrolar.

Quando se nota a relevância da ciência como eixo agregador da humanidade, fica evidente que ela se assemelha à própria torre, ainda mais quando se concebe a ciência como a ousada empreitada humana de desafiar os desígnios do Criador. A arquitetura da ciência em geral não é homogênea, e certamente existem muitas discontinuidades e partes desajustadas no construto como um todo. De todo modo, a torre está em processo de construção e continua avançando, subindo um pouco mais ali, um pouco menos acolá, precisando às vezes até de uma demolição parcial em alguns pontos. Mas o fato é que essa obra está em andamento, de modo que a comunicação entre os construtores é pré-requisito para o sucesso da empreitada.

No campo específico da economia, esse progresso fragmentado que se assemelha em muito à arquitetura multifacetada da Torre de Babel é nítido. Os pensadores da economia têm estilos de trabalho variados e não são parcimoniosos quanto ao escopo de suas elaborações, abrindo muito espaço para

desentendimentos no canteiro de obras. A pretensão de muitos economistas vai além da mera observação, atrelada à uma postura passiva de simplesmente conhecer a verdade ou de descobrir como a natureza funciona. Querem mudar o mundo para “melhor”, o que incita ainda mais a discórdia tendo em vista a relatividade do que isso pode significar.

A Economia Política, nome original do que se designa hoje ciência econômica, é um vasto conjunto de estudos que unem pesquisa e recomendação política sobre como enriquecer as nações. Diferente das tradicionais áreas em que não se têm dúvidas de categorizá-las como ciência, como a física, a química e a biologia, a ciência econômica é uma junção complexa de muitos campos do conhecimento que envolve uma sofisticada síntese entre diversas linhas investigativas para explicar como formações sociais humanas se arranjam para garantir sua reprodução material. Entre elas estão a formação física do planeta (que explica, por exemplo, a ocorrência de determinados recursos naturais pelo globo) e a constituição legal de soberanos políticos (que explica, por exemplo, as fronteiras nacionais e as diferentes culturas e histórias sociais humanas).

No ocidente, a história da ciência triste, expressão cunhada por Thomas Carlyle no século XIX (Dixon, 1999; Groenewenger, 2001) e que hoje permanece devido aos frequentes resultados depressivos da economia para a condição humana, começa de fato com a formação dos Estados-nação modernos. Apesar da história do pensamento econômico remontar até as origens da própria filosofia, considera-se que a linha contínua do que se entende por ciência econômica hoje parte dos séculos XV e XVI na complementaridade antagônica entre o pensamento mercantilista e o pensamento fisiocrata, atinge um ápice hegemônico quase-homogêneo nos séculos XVIII e XIX com a escola clássica britânica, e se desmembra em variadas correntes competidoras nos séculos XX e XXI que seguem observando o desenvolvimento histórico do capitalismo.

Nesse sentido, fora do período clássico em que a escola de Adam Smith reinava praticamente absoluta, diferentes correntes disputam acirradamente o controle do corpo central do que se entende por ciência econômica. Por isso, na história da ciência econômica, o mainstream, a corrente principal, está sempre circuncidada por alternativas que contestam o cânone oficial. Em alguns momentos a dominância de certa escola se aproxima da completa hegemonia, enquanto em outros temos um mosaico colorido de possibilidades metodológicas igualmente válidas, ainda que isso nunca seja explicitamente

admitido devido ao esforço em suprimir a realidade das contradições, brigas e competição entre as diferentes correntes.

A intensa luta pelo domínio da oficialidade catedrática da Economia Política não pode ser tratada como um adendo curioso. Essa característica é marcante nesse campo e por esse motivo a questão da linguagem para a intercomunicação entre os economistas é tão fundamental, talvez muito mais do que nas demais áreas da ciência, onde os interesses privados não estão tão imbricados no objeto de investigação. Marx anotou no prefácio à primeira edição alemã do volume 1 de *O capital* que

No campo da Economia Política, a livre pesquisa científica depara-se não só com o mesmo inimigo que em todos os outros campos. A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado (Marx, [1867] 1996, p. 132).

Em outras palavras: não se pode menosprezar a força dos interesses econômicos particulares no processo constitutivo da própria Economia Política como ciência e como isso potencializa o caos interativo entre seus expoentes.

Apesar dessa multiplicidade de abordagens e de fortes desacordos entre os pensadores da economia, existem também ideias-forças que unem os “filósofos mundanos” (Heilbroner, 1961). Entre elas está a noção de que o seu papel é, de alguma forma, colaborar para acabar com a miséria terrena, ajudando a humanidade a caminhar em direção à abundância e à plenitude. Fazer a pobreza virar história e a riqueza presente, sem distinção e restrições, é o mote mítico dos guardiões da cornucópia.¹

Abraçando essa postura generosa com o humanismo burguês, e, portanto, extrapolando os limites da ideologia Estadocêntrica moderna de acúmulo de riqueza como poder, poderíamos dizer que a missão da ciência econômica é de fato promover o enriquecimento de todos os povos do mundo. Essa nobre descrição não parece ser disputada pelos economistas. Todos os cientistas dessa área vão se apresentar como estudiosos e militantes da causa pela me-

¹ Na antiguidade clássica, a cornucópia [do Latim *cornu* (chifre) e *copia* (abundância)] era um símbolo de fartura e prosperidade. Ela é representada por um vaso no formato de um grande chifre de onde transbordam os produtos junto com frutas e flores. Ela tem aparecido atualmente no debate sobre os limites biofísicos do crescimento econômico, em que os economistas cornucopianos são opostos por aqueles que apontam para as contradições de uma economia inimiga da natureza. Para uma apresentação do cornucopianismo como ideologia, ver Jonsson (2014).

lhoria das condições materiais de vida de todos os habitantes da *oikos* Terra. Mas se há uma convergência tão explícita nesse ponto fundante, por que a ciência econômica é tão profundamente dividida em diferentes escolas de pensamento? Será que há algum modo de diminuir as distâncias entre elas?

2. Os dois conjuntos de fatores causais do desentendimento

Existem dois conjuntos de fatores que explicam a ramificação da ciência econômica em diferentes escolas ou linhagens de pensamento. O primeiro conjunto agrega fatores que chamarei de “inerentes”. O segundo conjunto agrega fatores que chamarei de “extrínsecos”.

2.1 Fatores inerentes

Entre os fatores inerentes estão ao menos três, que são interrelacionados e sempre resultam numa espécie de cercamento de uma escola de pensamento que não pode ser furada pelo tradutor universal aqui proposto. São eles o fator político, o metodológico e o histórico-local.

O fato de os pensadores serem necessariamente agentes reais faz com que sua posição histórico-social delimite sua elaboração intelectual e teórica. Desse modo, economistas separados pelo tempo, pelo espaço e pelas classes sociais (caso sejam contemporâneos), produzem abordagens teóricas distintas. Essas diferenças se cristalizam em escolas distintas que ficam aparentemente separadas devido a diferenças metodológicas. Mas o fato é que as metodologias adotadas não são simplesmente uma escolha livre do investigador, mas derivam dessa localização histórico-social em que ele está inserido.

O enfoque nos fatores “inerentes” para se explicar a divisão entre escolas do pensamento econômico é um dos destaques da tradição da Economia Política Marxista. De modo simplificado, as fronteiras são delimitadas, em última instância, pela luta de classes. Nessa tradição, o fator principal para explicar as controvérsias econômicas é o interesse material dos agentes. Quando há, portanto, um ponto polêmico em torno de qualquer assunto, a metodologia de investigação inaugurada por Marx determina que se procure as motivações interessadas por trás da matéria. Os economistas, assim, seriam meramente os porta-vozes de grupos sociais específicos, que existem no tempo e no espaço e que têm interesses econômicos perfeitamente identificáveis. Nessa linha, as teorias não são resultado de um estudo descolado das

forças reais do mundo material, mas o produto de uma elaboração conceitual profundamente enraizada na política propriamente dita. Levando esse raciocínio ao pé da letra, todo debate entre economistas se explicaria completamente pelos interesses divergentes dos quais são apenas representantes.

A história do pensamento econômico é estudada na tradição Marxista como a história das classes que controlam a corrente principal das ideias econômicas. Assim, o pensamento mercantilista sintetiza os interesses da emergente classe burguesa em seu processo de derrubada do Antigo Regime e constituição do Estado moderno. A consolidação da Economia Política como campo de investigação científica seria a conquista completa sobre a narrativa oficial do que se entende por “ciência econômica”, e a inserção da filosofia *laissez-faire* fisiocrata aos preceitos de enriquecimento da nação (ou seja, da classe burguesa e seu Estado) operada por Adam Smith superaria as velhas ideias medievais contra o comércio e a usura.

Nessa linha, os debates nos séculos XVI e XVII expressam o conflito entre as antigas classes nobres dominantes e as novas classes sociais que praticam crescentemente a compra e a venda como fundamento de vida e poder. A vitória da burguesia altera o *mainstream* do pensamento econômico e, com isso, atualiza o corpo daquilo que pode ser classificado como ideia econômica oficial. Como o conceito de ciência que usamos é fruto do próprio Iluminismo e da revolução burguesa, é justamente nesse momento que se atribui o *status* de científico ao pensamento econômico.

Similarmente, no decurso da industrialização original, a tradição Marxista salienta que a formação da classe burguesa/capitalista é acompanhada da formação da classe trabalhadora assalariada. Assim, conforme se consolidam as ideias econômicas capitalistas como as ideias econômicas dominantes ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, nascem e crescem as ideias econômicas socialistas, que expressam os interesses materiais da classe trabalhadora assalariada. As disputas ideológicas travadas nos séculos XX e XXI são assim sintetizadas de modo a contrapor essas duas principais classes que protagonizam a luta de classes na sociedade capitalista.

Embora correta, essa forma de reduzir todas as divergências entre os economistas aos fatores inerentes parece desconsiderar um outro conjunto de fatores explicativos que não podem ser enquadrados nessa dimensão da posição histórico-social real do pensador. Afinal, mesmo quando dois economistas reivindicam pertencimento à mesma escola e se reconhecem como parceiros do mesmo lado na luta política, nunca há garantia de acordo em

todos os tópicos.² Além disso, quando se considera que muitos economistas não possuem consciência de classe devido ao caráter dominante do capital sobre o processo educacional e profissionalizante que os preparam para posições-chave na condução do sistema capitalista, nota-se que a sua vontade genuína de moldar a economia de acordo com os interesses da classe trabalhadora, à qual realmente pertencem, fica capturada numa linguagem totalmente estranha aos idiomas de escolas assumidamente políticas e vinculadas com a população trabalhadora. Assim, é necessário pensar sobre um outro conjunto de fatores que dê conta dessas divergências não diretamente relacionadas aos fatores inerentes.

2.2 Fatores extrínsecos

Os fatores extrínsecos são aqueles relacionados com a questão da comunicação propriamente dita. Em outras palavras, os fatores extrínsecos causais de desacordos no debate econômico são aqueles que não têm a ver com a dimensão sócio-histórica dos interlocutores, mas sim com os diferentes modos de expressão de ideias utilizados por eles.

Para exemplificar essa situação, podemos imaginar dois debatedores que discutem determinado assunto, como as causas fundantes da pobreza. Evidentemente, esse é um enquadramento muito largo e há bastante espaço para explicar o fenômeno em termos de nível de abstração. Porém, se supomos que os dois debatedores têm uma posição praticamente coincidente (vamos classificá-los como “liberais fundamentalistas” apenas para ilustração) e que acreditam que a pobreza se deve principalmente ao poder coercitivo do Estado tributador, restringindo a ação da mão invisível do mercado, e, portanto, limitando as forças criadoras de riqueza, parece que não vai haver desentendimento. A não ser que um deles só fale grego e o outro, mandarim.

A própria expressão “mão invisível” é cunhada em inglês britânico num contexto histórico específico, de modo que os dois personagens em questão talvez não tenham nem como usar essa figura de linguagem. A ideia de ordem natural, berço filosófico do liberalismo econômico no Ocidente, não é exclusividade da fisiocracia europeia e pode ser encontrada ao longo de toda a história da filosofia humana nos mais variados locais.

² Existem diversas controvérsias intra-escolas (e não inter-escolas) que são acirradíssimas e que podem gerar subdivisões. Exemplos: a controvérsia sobre a transformação dos valores em preços na Escola Marxista, a controvérsia sobre a unicidade do programa de investigação de Mises e Hayek na Escola Austríaca, as múltiplas controvérsias sobre a condução da política macroeconômica na Escola Keynesiana.

Podemos mencionar pelo menos duas ocasiões específicas de ideia de livre mercado que foram ressignificadas *a posteriori* para convergirem com a mão invisível do iluminismo escocês de Adam Smith. A primeira é a apresentação didática de Lao Zi feita pelo professor Ricardo Feijó, que identifica nas ideias deste filósofo da China antiga uma espécie de *laissez-faire* primitivo (Feijó, 2007, p. 6). A segunda é o paralelo entre a ciência econômica ocidental e o que seria uma ciência econômica islâmica, fundada na ideia de que nem mesmo o profeta Maomé tinha como interferir nos preços, que se movimentavam conforme a mão invisível de Alá (Deus) (Khan, 2017).

Assim, apesar do sentido ser bastante parecido a ponto de haver de fato uma convergência, não existe uma linguagem em comum entre um filósofo mundano britânico do século XVII, outro chinês de alguns séculos a.C. e outro ainda árabe do século VII para expressar o que se tem em mente, e isso pode gerar uma série de dificuldades. Daí deriva a importância de se pensar em modos de se comunicar com o interlocutor para evitar querelas e mal-entendidos que não têm a ver diretamente com o tópico em discussão, mas apenas com problemas de transmissão de informação.

Como se nota a partir desse exemplo ilustrativo, os fatores extrínsecos não existem no vazio, por assim dizer. Diferentes idiomas existem devido à sua constituição real no tempo e no espaço. Contudo, há uma maneira de reduzir drasticamente o ruído ao se levar em conta justamente essa especificidade histórico-geográfica do linguajar na qual o pensador se expressa.³ Considerando isso, reduzimos progressivamente as divergências de ideias aos fatores inerentes mais nucleares, que giram necessariamente em torno dos interesses materiais de classes sociais distintas. Tal procedimento poderia, idealmente, fazer dois economistas entrarem em pleno acordo quanto ao funcionamento do sistema econômico, enquanto discordam frontalmente acerca do julgamento político a respeito de tal sistema porque se reconhecem mutuamente e abertamente como inimigos de classe.

Esse ponto seria o ápice da transparência de uma controvérsia, em que ambos os interlocutores já eliminaram todos os fatores extrínsecos de desentendimento e podem, a partir daí, entender perfeitamente como o outro enxerga a realidade econômica. Neste estágio, seria como se um tradutor universal estivesse acionado, de modo que o discurso narrativo de cada escola, que tem

³ Não precisamos pensar apenas em termos de diferentes idiomas, como o grego, mandarim e o inglês, mas também nos variados formatos de sistematização da língua, como a matemática, a escrita discursiva, a oralidade etc.

suas idiossincrasias, fosse automaticamente convertido numa linguagem compreensível para todas as demais escolas. Aqui, o analista do pensamento econômico, conseguindo promover tal intercomunicação e sendo de fato tal tradutor, ganha uma função ainda mais importante do que a já nobre missão de registrar o passado e contar a história da ciência econômica: ele adquire a responsabilidade de promover e coordenar o processo de construção coletiva rumo ao futuro.

3. Dois exercícios

Para incitar o debate sobre a viabilidade do tradutor universal entre diferentes escolas de pensamento econômico, apresento dois exercícios que estabelecem uma conexão transversal entre diferentes correntes teóricas. A ideia que subjaz ao tradutor universal é a de que não se trata de uma conversão recíproca entre duas escolas apenas, o que seria um dicionário útil apenas entre essas duas escolas e que poderia funcionar por agregação paulatina de escolas que já são próximas. Na verdade, o mecanismo tradutor deve abranger o máximo possível de idiomas, tendendo para a totalidade e sendo especialmente útil quanto melhor ele conseguir conectar escolas que são extremamente avessas a interagirem.

3.1 O debate sobre o cálculo econômico socialista

O primeiro exercício aqui proposto parte do debate sobre o cálculo econômico socialista. Essa é uma controvérsia teórica que se popularizou e se consolidou na literatura com a publicação de um artigo de Ludwig von Mises em 1920, no qual ele defendeu a inviabilidade técnica de uma economia sem propriedade privada sobre os meios de produção, uma vez que tal sistema socialista não teria condições objetivas de realizar sua contabilidade racionalmente.

O desenrolar do debate nas décadas seguintes nos interessa aqui pelo fato de ele colocar em uma relação triangulada três escolas do pensamento econômico distintas. Essas três escolas, apesar de suas especificidades, são forçadas a interagir profundamente no tratamento dessa questão do cálculo econômico porque, apesar da extrema discordância a respeito da viabilidade técnica da planificação socialista, ambos os lados precisam se comunicar sobre uma base minimamente comum. Em linha com a abordagem metodológica de análise metalinguística desenvolvida por Camarinha Lopes (2022a) sob

inspiração crítica do trabalho de Don Lavoie, a escola neoclássica *mainstream* foi essa plataforma compartilhada de comunicação no estágio clássico do debate, que colocava a escola austríaca e a escola marxista num mesmo ringue sob as mesmas regras.

Por isso, o ponto de partida da controvérsia se dá dentro de um *framework* que se pode classificar de modo geral como neoclássico. Ou seja, o argumento da impossibilidade da contabilidade racional sob o socialismo não é construído a partir da abordagem da economia clássica, em que a dinâmica interativa entre estados nacionais e as macroestruturas da população com sua tecnologia que produzem e distribuem riqueza ao longo da história estão no centro da atenção. Mises faz parte de uma tradição que rompeu com o modo clássico de investigação, adotando o individualismo metodológico. Nesse sentido, seu raciocínio é elaborado sob as asas do esquema neoclássico em toda sua extensão, abrangendo todos os aspectos derivantes de Menger, Jevons e Walras (Camarinha Lopes, 2022b).

A principal contribuição do arcabouço *mainstream* neoclássico se expressa de forma mais acabada no modelo de Lange (1936), que simboliza o ápice de uma construção sequencial na linha de Lerner (1934), Dickinson (1933), Knight (1936) e Taylor (1929) e mais remotamente a de Barone (1908a, 1908b), Pareto ([1906] 2014) e, finalmente, Walras ([1874] 1954). Esse modelo é responsável por fundamentar a chamada tese de similitude formal. Trata-se da descoberta de que, num plano abstrato, tanto um sistema econômico de livre mercado, com decisões completamente descentralizadas nos proprietários privados de meios de produção atomizados, quanto um sistema econômico de planificação central, que aloca recursos a partir de um *bureau* que coleta todas as informações sobre oferta e demanda, precisam resolver exatamente o mesmo problema. Tal problema pode ser expresso no conjunto de equações que descrevem o equilíbrio geral do sistema, de modo que mercado e planejamento são simbolicamente representados pela mesma estrutura formal. Esse é o resultado da matemática de Walras, que culmina na identidade entre a mão invisível de mercado e o leiloeiro walrasiano.

Apesar de constituir um consenso na profissão, esse modelo que se fundamenta na linguagem matematizada do neoclassicismo não é a única maneira de se aproximar da questão do cálculo econômico. Por essa razão, ainda que tal resultado faça sentido, economistas insatisfeitos com esse idioma ou *framework* buscam outras formas de lidar com a controvérsia do cálculo econômico. E é nesse ponto que o antagonismo na controvérsia do cálculo fica explí-

cito, porque as duas escolas que protagonizam a querela são a escola Austríaca e a escola Marxista, ambas muito críticas do modelo mainstream matemático. A tese da similitude formal é o ponto de contato entre os dois lados em combate, de modo que seu significado é acirradamente disputado ao mesmo tempo que esses dois lados convergem em sua negação do linguajar do *mainstream* sincrético de Alfred Marshall.

De um lado, os austríacos repelem especialmente o arcabouço walrasiano de equilíbrio argumentando que ele não é apropriado para descrever a dinâmica dos mercados, que seria melhor classificada como um processo que nunca chega ao estágio de repouso. De outro lado, os marxistas já haviam rejeitado a Economia Política marginalista, que se encontrava em gestação nas décadas anteriores a 1870, período no qual Marx elaborou a sua Crítica da Economia Política. Para fazer essa refutação no plano do discurso da oficialidade do pensamento econômico, entretanto, ambos os lados precisam minimamente entender o significado da tese de similitude formal. Isso quer dizer que austríacos e marxistas, pelo menos durante o período clássico do debate sobre o cálculo econômico socialista (dos anos 1920 aos anos 1940) digladiavam no mesmo idioma do que se considerava então “ciência econômica oficial”. Foi somente como consequência do melhor domínio do idioma por parte dos marxistas, em específico o economista polonês Oskar Lange, que os antissocialistas tiveram que elaborar um outro jeito de dizer que a planificação não tem como dar certo.

Disso se conclui que existe uma mesma linguagem capaz de transmitir as ideias de cada um dos lados, mesmo que essas ideias não possam ser expressas com o nível máximo de acurácia. Afinal, nem mesmo quando nos expressamos em nossa língua materna conseguimos colocar para fora todos os meandros e detalhes do nosso pensamento. O *framework* neoclássico mainstream funcionou como o idioma estrangeiro compartilhado entre austríacos e marxistas, registrando num mesmo padrão suas desavenças.

Posteriormente, conforme o debate se desenrolou nas décadas seguintes, os participantes de cada lado foram abandonando esse *framework* e elaborando em seus próprios termos as novas questões que surgiam em torno do desafio da construção de um sistema econômico planejado. Atualmente, no contexto do fim da URSS, do ciclo neoliberal na virada do século XX para o século XXI e do dilema chinês sobre a relação entre mercado e planejamento, o debate do cálculo não é mais travado com base no vocabulário neoclássico. A abordagem institucionalista, a perspectiva histórica-realista e a adesão ao

paradigma da complexidade em substituição aos modelos simplistas mecânicos são eixos estruturantes que podem formar um novo idioma, o esperanto que pode colocar os oponentes neste embate em contato direto novamente. Essa base organizada para troca de ideias é, aliás, um dos grandes trunfos do debate sobre o cálculo que possibilitou descobertas científicas importantes a partir de uma interação inteligível entre economistas de posições políticas tão contraditórias quanto aquela relação entre capital e trabalho. Buscar restabelecer esse canal de diálogo entre os antagonistas é, assim, uma tarefa interessante que pode ajudar no desenvolvimento do tradutor universal que temos em mente.

3.2 Como se diz “trabalho” em “sraffianês”?

Se cada escola de pensamento econômico tem o seu vocabulário próprio e funciona como uma espécie de idioma, então deve haver um modo de, por exemplo, um marxista, cuja língua materna é o “marxianês”, aprender a falar “austrianês”. Entender e saber se expressar com a terminologia de uma escola alheia àquela em que se foi criado não significa que se adotou sua posição metodológica ou política, mas apenas que se é capaz de separar o que são os fatores inerentes e extrínsecos de divergência.

O Quadro 1, a seguir, explicita que quatro tradições teóricas têm o seu jeito de conceituar o que podemos chamar de “elementos básicos da atividade econômica em abstrato”.

Quadro 1 – Paralelo entre os elementos básicos da atividade econômica em abstrato em diferentes tradições teóricas			
Sraffa (mercadorias/ valores de uso)	Marx (três elementos simples do processo de trabalho)	Mainstream neoclássico (fatores de produção)	Menger (linha contínua ligando bens de ordem inferior a bens de ordem superior)
Porcos	1. Atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo	Trabalho	Ação humana (ponto de partida)
Trigo	2. Seu objeto e	Terra	Bens de ordem inferior
Ferro	3. Seus meios	Capital	Bens de ordem superior

Na tradição de Sraffa ([1960] 1983), esses elementos são conceituados a partir das noções de mercadoria e valor de uso que remontam à linhagem da Economia Política Clássica fiel à abordagem do excedente fisiocrata. No início de sua obra *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, Sraffa monta um exemplo concreto de uma economia de subsistência em que porcos, trigo e ferro se reproduzem continuamente em uma escala constante. O modelo de Sraffa é generalizado conforme o livro progride, explicitando que nessa perspectiva, o objetivismo é totalizante. Não há como saber quais elementos assumem o papel ativo e passivo no processo de transformação dos insumos e produtos. O modelo se assemelha à imagem de um liquidificador que simplesmente mistura os insumos e gera os produtos como se todos os ingredientes tivessem igualmente a mesma postura passiva perante o eletrodoméstico. Nenhum dos elementos possui agência. Esse é o motivo pelo qual o modelo inicial, que concretiza os elementos em porcos, trigo e ferro, é tão pertinente.

Quando se imagina o processo interativo desses três (e somente desses três!) elementos, surge imediatamente a imagem de uma fazenda gerida por porcos, que usam enxadas de ferro para trabalhar a plantação de trigo. De fato, nesse sistema formalizado de modo ultrassimplificado, nada impede alguém de atribuir ao trigo a posição ativa no processo, como se esse cereal utilizasse os demais elementos para reproduzi-los ao mesmo tempo que ele próprio se reproduz. Contudo, colocar os porcos nessa posição é mais preciso: isso gera uma hierarquia que parte dos elementos naturais brutos (o ferro simbolizando a matéria não-viva, inerte), passando pelos elementos naturais intermediários (o trigo simbolizando a matéria viva, primeiramente selvagem depois domesticada) e chegando no cume do agente que trabalha todos os elementos antecedentes de modo pensado, conforme suas necessidades e desejos (os porcos simbolizando os seres humanos como seres da natureza, mas que ao se apropriarem dela e transformá-la, também se transformam num processo reprodução global).

Essa leitura do modelo de Sraffa nos transfere imediatamente para o desenvolvimento realizado por Marx no capítulo 5 (Processo de trabalho e processo de valorização) do volume 1 de *O capital*. Ali, Marx anuncia explicitamente que “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (Marx [1867] 1996), p. 298). Ou seja, toda aquela colorida, variada e “imensa coleção de mercadorias”, são redutíveis a esses três elementos, dependendo de sua posição no processo de produção. A classificação de Marx organiza a hierarquia

na linha entre posição ativa/passiva de modo a ilustrar que o trabalho humano é quem está no comando. E que esse controle não é feito sem mediação: a mão humana ataca, manuseia, altera o objeto de trabalho com ferramentas, chamadas aqui de meios de trabalho. O conjunto dos meios de trabalho com o objeto de trabalho constituem os meios de produção.⁴

Assim, nota-se um paralelo entre as diferentes nomenclaturas empregadas por Sraffa e por Marx para se referirem basicamente à mesma coisa. Aqui, os porcos-fazendeiros personificam a atividade orientada a um fim, o trigo assume a posição do objeto de trabalho e o ferro na forma de enxada entra como os meios de trabalho.

Esse paralelo já é arriscado, uma vez que podemos considerar que Marxistas e Sraffianos constituem duas escolas de pensamento econômico distintas com rixas relevantes. Por outro lado, Marx e Sraffa não estão tão distantes assim quando se consideram aspectos mais fundamentais de suas posições contra a teoria do valor utilidade, que subjaz à Revolução Marginalista. Será que o paralelo pode ser traçado às tradições dessa linhagem também?

Vejamos primeiro o arcabouço do *mainstream* neoclássico, em uma versão padrão dos livros-texto introdutórios. Aqui encontramos também três elementos, que são chamados “fatores de produção”. As expressões empregadas para se referir a eles geralmente são: “trabalho”, “terra” e “capital”. O raciocínio, do ponto de vista do processo produtivo é parecido com o anterior: alguém trabalha o solo usando equipamentos, ou na terminologia do *mainstream* neoclássico, “capital”. Nota-se que os paralelos entre “trabalho” e “terra” do *mainstream* neoclássico com os “porcos” e “trigo” de Sraffa e com a “atividade orientada a um fim” e “objeto de trabalho” de Marx não são tão problemáticos. Só que o paralelo entre “capital” e aquilo que funciona como mediação entre o trabalho e a Natureza em Marx e Sraffa é muito mais difícil, porque a noção do que seja “capital” é muito distinta entre essas vertentes. Esse, aliás, é um dos pontos elementares da Crítica da Economia Política de Marx: as ferramentas não são capital imediatamente, mas assumem essa forma apenas quando estão presentes certas instituições sociais e históricas.

Apesar desse desalinhamento, o exercício dos paralelos parece ser válido como recurso tanto didático quanto de promoção do diálogo, por ajudar os adeptos de cada corrente a entenderem melhor suas diferenças. O tradutor universal não deve ter a pretensão de fazer todo mundo falar a mesma língua,

⁴ “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção” (Marx, [1867] 1996, p. 300).

mas sim de facilitar o processo de entendimento recíproco quando os termos utilizados têm significados muito díspares. No caso de “capital”, o significante é idêntico, mas o significado é totalmente diferente.

Passemos agora para a coluna de Menger, no sentido de desafiar ainda mais as capacidades do tradutor. A Escola Austríaca de economia se reconhece como uma linha herdeira de Carl Menger, em diferenciação com os demais expoentes da Revolução Marginalista, Stanley Jevons e Léon Walras, devido à sua fidelidade radical ao individualismo metodológico e ao subjetivismo. Assim, os elementos básicos da atividade humana em Menger não são exatamente os mesmos da versão padronizada do *mainstream* neoclássico, que engloba diversos autores desde 1870 formando uma síntese que se cristaliza como a ortodoxia em ciência econômica ao longo do século XX.

Em seu livro, *Princípios de economia*, Menger ([1871] 2007) organiza uma classificação dos bens econômicos de acordo com sua distância em relação ao ato de consumo direto, ou de acordo com as “conexões causais” entre os bens (Menger ([1871] 2007), p. 56). Todos os bens econômicos ficam enfileirados numa linha contínua que parte do ponto zero (o agente produtor/consumidor), passa pelos bens mais simples prontos para serem consumidos imediatamente (o fruto no pé na natureza aberta, mas também o fruto embalado e disposto numa geladeira, oriundo de uma sequência longa de trabalho humano prévio, ou o pão, como é o exemplo adotado pelo próprio Menger) e chega nos bens mais complexos que constituem a maquinaria e infraestrutura e funcionam como meios de produção. Os bens de primeira ordem são aqueles passíveis de serem consumidos diretamente pelo agente econômico para atender às suas necessidades, desaparecendo completamente no ato de consumo. Bens de ordem superior, por sua vez, são aqueles utilizados como meios para gerar os bens de ordem inferior. Desse modo, bens de ordem superior são consumidos apenas de modo indireto, por meio de sua constante transformação em bens de ordem inferior conforme vão sendo depreciados no processo de produção.

A construção de bens de ordem superior seria então o processo no qual as ferramentas vão se complexificando por meio da produção de meios de produção cada vez mais poderosos, o que aumenta o comprimento da linha sem que Menger perceba que a lógica da produção para atendimento de necessidades humanas foi subvertida pela lógica de acumulação infinita de riqueza abstrata, e, portanto, de acumulação de capital. Essa seria uma pon-

deração crítica a partir da perspectiva Marxista, que engaja ativamente com a terminologia e a lógica conceitual da Escola Austríaca.

Traçando o paralelo no Quadro 1, podemos identificar que o ponto zero “ação humana”⁵ se assemelha à noção de “atividade orientada a um fim” no esquema de Marx, ou “trabalho” no *framework mainstream* neoclássico, e, no modelo de Sraffa, aos “porcos-fazendeiros”. Os “bens de ordem inferior” se aproximam, com boa vontade, ao conceito de “trigo” em Sraffa, se pensarmos que este é um produto já mais próximo de se transformar em pão do que, por exemplo, os tratores feitos de “ferro” que foram usados para gerar esse mesmo trigo e poderiam ser classificados como bens de ordem mais elevada conforme a classificação mengeriana. Os paralelos entre “bens de ordem inferior e superior” com os conceitos de “meios de trabalho” e “objeto” de trabalho” em Marx, de um lado, e “terra” e “capital” do *mainstream* neoclássico, do outro, exigem uma série mais longa de mediação e desenvolvimento e não ocorrem sem problemas. Por exemplo, a expressão “capital” do *mainstream* neoclássico como praticamente sinônimo de máquinas é excessivamente concreta e simplificadora e não condiz integralmente com a noção mais geral de “capital” da Escola Austríaca, que envolve essa dimensão concatenada entre bens econômicos, incluindo aí o elemento tempo de um modo muito mais nítido.

Em suma, este segundo exercício indica que estabelecer canais de comunicação entre sistemas teóricos diferentes pode ser viável e que um ponto de partida pode ser o paralelo entre os termos usados por cada sistema para conceituar os elementos básicos da atividade econômica em abstrato.

4. Conclusão

A ciência econômica é destacadamente dividida em escolas de pensamento econômico, e o processo constitutivo da corrente principal é bastante turbulento. Reconhecendo que esse atrito deriva, em última instância, dos interesses materiais contraditórios de grupos sociais diferentes, este artigo levanta a possibilidade de se identificar um outro conjunto de fatores que não estão intrinsecamente ligados aos conflitos de ordem política, mas sim

⁵ A expressão “ação humana” não aparece em Menger ([1871] 2007), mas é um dos conceitos nucleares da Escola Austríaca enfatizado especialmente por Ludwig von Mises ([1949] 1998), cuja obra máxima, que se alicerça em Menger, leva este título.

ao fato de que existem diferentes formas de expressar as mesmas ideias econômicas.

Disso deriva a ideia de que haveria a possibilidade de se construir um “tradutor universal” para que economistas de distintas linhagens pudessem se comunicar melhor, viabilizando um mapeamento mais preciso de seus pontos de divergência e convergência. Os dois exercícios realizados demonstram que é possível iniciar a organização dessa base intercomunicativa, pelo menos em tópicos específicos. No primeiro exercício, a abordagem proposta sobre o debate a respeito do cálculo econômico socialista viabiliza colocar três escolas (neoclássica *mainstream*, austríaca e marxista) em uma relação funcional, ampliando e limpando seus canais de troca de informações. Já o segundo exercício parte de um conceito bastante abrangente dos elementos básicos da atividade econômica para traçar um paralelo do vocabulário empregado por quatro correntes teóricas, cada uma com suas especificidades (sraffiana, marxista, *mainstream* neoclássico e mengeriana/austríaca).

Considerando que o trabalho não pretendia entregar um “tradutor” pronto em pleno funcionamento, mas apenas apontar para passos iniciais que possam colocar a ideia deste projeto em debate, o objetivo foi cumprido ao mesmo tempo que se demonstrou a importância do historiador do pensamento econômico no processo propositivo de construção da ciência econômica em direção ao futuro. Levando em conta ainda a etapa educativa das novas gerações de economistas, acredito que estimular a construção dessa plataforma amistosa de interação é muito importante para que os futuros membros das variadas escolas de pensamento tenham alicerces mais sólidos para trabalhar em acordo com sua filiação política, metodológica e teórica, em prol do pluralismo que enriquece e diversifica a profissão.

Referências

BARONE, E. Il ministro della produzione nello stato collettivista. *Giornale degli Economisti*, v. 37, p. 267-293, 1908a.

BARONE, E. Il ministro della produzione nello stato collettivista (Continuazione). *Giornale degli Economisti*, v. 37, p. 391-414, 1908b.

CAMARINHA LOPES, T. Humans, technology and control: an essay based on the metalanguage of economic calculation, *Journal of Economic Behavior &*

Organization, v. 204, p. 631–642, 2022a. doi: <<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2022.10.041>>.

CAMARINHA LOPES, T. Rejoinder: Mises's attempt to scientifically reject socialism failed. *Cambridge Journal of Economics*, v. 46, n. 3, p. 613–617, 2022b. doi: <<https://doi.org/10.1093/cje/beac013>>.

DICKINSON, H. D. Price formation in a socialist community. *The Economic Journal*, v. 43, n. 170, p. 237–250, 1933.

DIXON, R. The origin of the term “dismal science” to describe economics. *The University of Melbourne, Department of Economics. Working Paper Series*, n. 715, 1999. Disponível em <<https://ideas.repec.org/p/mlb/wpaper/715.html>>.

FEIJÓ, R. *História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas*. São Paulo: Atlas, 2007.

GROENEWENGER, P. Thomas Carlyle, the dismal science and the contemporary political economy of slavery. *History of Economics Review*, v. 34, 74–94, 2001.

HEILBRONER, R. L. *The worldly philosophers: the lives, times, and ideas of the great economic thinkers*. New York: Simon and Schuster, 1961.

JONSSON, F. A. The origins of cornucopianism: a preliminary genealogy. *Critical Historical Studies*, v. 1, n. 1, p. 151–168, 2014. doi: <<https://doi.org/10.1086/675081>>.

KHAN, M. Building Islamic economics from theological roots. SSRN, 2017. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=2886156>>. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2886156>>.

KNIGHT, F. H. The place of marginal economics in a collective system. *The American Economic Review*, v. 26, n. 1, p. 255–266, 1936.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, [1962] 2013.

LERNER, A. Economic theory and socialist economy, *The Review of Economic Studies*, v. 2, n. 1, p. 51-61, 1934.

MARX, K. Prefácio da Primeira Edição. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política. livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

MENGER, C. *Principles of economics*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, [1871] 2007. Disponível em <https://cdn.mises.org/Principles%20of%20Economics_5.pdf>.

MISES, L. v. *Human action*. Alburn: Ludwig von Mises Institute, [1949] 1998.

PARETO, V. *Manual of Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, [1906] 2014.

SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril, [1960] 1983.

TAYLOR, F. M. The guidance of production in a socialist state. *The American Economic Review*, v. 19, n. 1, p. 1-8, 1929.

WALRAS, L. *Elements of pure economics*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin for American Economic Association and Royal Economic Society, [1874] 1954.

Problema da “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos e os diversos níveis da linguagem do discurso econômico*

Problem of the “Travel” of Economic Ideas Between Distinct Contexts and the Different Levels of the Language of Economic Discourse

Cícero Lourenço da Silva e Emmanoel de Oliveira Boff**

Resumo: O artigo objetiva fazer uma atualização do programa de pesquisa da Indeterminação de Senior (Silveira, 1999) pela via da epistemologia histórica e da Teoria Ator-Rede (TAR). Essa proposta de atualização visa dar conta de um problema metodológico que envolve a “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos. Usualmente, essa “viagem” é entendida como processo de difusão de teorias e ideias, como nos modelos de Spengler (1970) e Mäki (1996). Apontamos que a abordagem da difusão das ideias econômicas é limitada devido à natureza dos objetos socioeconômicos e à heterogeneidade do discurso econômico. Por fim, fazemos um sobrevoo sobre a abordagem da tradução das ideias, mostrando como redes de saber-poder demandam que conceitos econômicos sejam estudados de um ponto de vista retórico e que sejam traduzidos antes de serem difundidos. Concluímos apresentando quatro motivos por que a abordagem da tradução pode auxiliar na compreensão de como se dá a “viagem” das ideias econômicas.

Palavras-chave: Tradução das ideias econômicas. Indeterminação de Senior. Teoria ator-rede.

Abstract: The article aims to actualize the Senior indetermination research program (Silveira 1999) by means of historical epistemology and Actor-Network Theory (ANT). This proposal intends to deal with a methodological problem which involves the “travel” of economic ideas in different contexts. Usually this “trip” is understood as a process of diffusion of theories and ideas, as in the models of Spengler (1970)

* Submissão: 02/12/2022 | Aprovação: 27/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.934

** Respectivamente: (1) Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil | ORCID: 0000-0003-4331-8337 | E-mail: ciceralourenco@id.uff.br | (2) Professor do Curso de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil | ORCID: 0009-0006-6835-339X | E-mail: emmanoelb@id.uff.br



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

and Mäi (1996). We show that the diffusion approach is limited due to the nature of socio economic objects and to the heterogeneity of economic discourse. Finally, we present an overview of the translation of ideas approach, showing how power-knowledge networks demand that economic concepts be studied from a rhetorical point of view and that ideas be translated before diffusion. We conclude presenting four reasons by which the translation approach can help understanding how the “travel” of economic ideas actually happens.

Keywords: Translation of economic ideas. Senior Indetermination. Actor-Network theory.

JEL: B41. B59.

Introdução

Como podemos compatibilizar a pretensão universal de conceitos presentes em teorias sociais e econômicas com as realidades concretas locais que eles pretendem descrever e/ou explicar? Em que medida os contextos locais – principalmente periféricos – funcionam como um limite à aplicabilidade de tais conceitos?

Questões assemelhadas a essas costumam frequentar os debates metodológicos desde o início do século XIX.¹ Contudo, foi a “viagem” das teorias elaboradas na Grã-Bretanha em sua discussão com o pensamento historicista (em especial na Alemanha a partir de List e Roscher) que transformou o debate em uma “Batalha dos Métodos” (1883–1884).

De fato, tal debate gerou em fins do século XIX e início do século XX uma série de propostas que almejavam superar o fosso entre as ambições universalistas da ciência e as particularidades que caracterizam os agrupamentos humanos na história. Essas propostas podem ser encontradas nos primeiros marginalistas e também em Weber.² Embora tais discussões tenham ficado em segundo plano com a mudança do centro de produção do pensamento econômico da Europa para os Estados Unidos nos anos 1940, a sensibilidade para a problemática de unir a universalidade dos conceitos da ciência a contextos locais periféricos esteve presente no pensamento da CEPAL (Prebisch, 1949) e em especial no pensamento econômico e social desenvolvido no Brasil.³

Um tratamento metodológico dessa questão foi desenvolvido no programa de pesquisa da Indeterminação⁴ de Senior nos anos 1990 por Silveira (1993a, 1993b, 1994, 1999). Esse programa de pesquisa procura compatibilizar uma *teoria pura* da economia (de linguagem usualmente matemática, formal e universal) com uma *economia aplicada* (que envolve ciências afins, mas distintas da economia e uma linguagem dialógica, no sentido de Georgescu-Roegen) e ainda com uma *arte da economia* (que atenta também para as especificidades

¹ Da troca de cartas entre Ricardo e Malthus, entre 1811 e 1823, seguiram-se, na tradição inglesa, as contribuições de McCulloch (1824), J. S. Mill (1836 e 1843) e Nassau Senior (1850).

² Em Jevons temos a proposta de divisão que engloba tanto a ciência pura quanto a aplicação prática em cinco subáreas; em Menger e Walras temos propostas na mesma linha, mas a subdivisão é em apenas três áreas, o mesmo ocorrendo com Weber.

³ Ver Boianovsky (2015) sobre Furtado; também Rangel (1959), Ramos (1960), Pinto (1961).

⁴ O termo indeterminação refere-se à falta de clareza existente do ponto de passagem obrigatório que os conceitos socioeconômicos realizam entre a teoria pura da economia, a economia aplicada e a arte da economia, para não incorrer no “Vício Ricardiano”.

locais via estudo da história econômica e para o caráter retórico – ou “advocatório” – do discurso econômico).

Este trabalho se insere nessa linhagem de pensamento metodológico que problematiza a relação entre a suposta aplicabilidade universal almejada pelos conceitos das ciências socioeconômicas e as especificidades locais – principalmente periféricas, como sublinhado – em que eles são aplicados. Mais precisamente, pretende-se verificar se é possível uma atualização do programa de pesquisa da indeterminação de Senior, avaliando em que medida a proposta de Silveira pode render frutos hoje. Como forma de realizar essa verificação e avaliação, faremos uma análise metodológica sobre a “viagem” que conceitos socioeconômicos fazem no tempo e no espaço, entre épocas e lugares distintos. De que forma conceitos podem se alterar durante essa “viagem”? Seriam eles *difundidos* em diversos graus por realidades distintas daquelas onde foram produzidos ou seriam eles *traduzidos*, de forma a alterar seu próprio significado e seu estatuto científico durante a “viagem”?

Para explorar essas questões, dividimos o trabalho em três partes centrais, além desta introdução e das notas conclusivas. A primeira parte central esclarece em que consiste o programa da indeterminação de Senior e apresenta como a questão da difusão das ideias econômicas tem sido tratada em economia, podendo se relacionar a ele. A segunda parte apresenta a abordagem da difusão das ideias econômicas, apontando para seus limites nas análises de Spengler (1970) e Mäki (1996). Por fim, a última parte central faz um sobrevoo dos principais temas e conceitos da abordagem da tradução, passando pelas contribuições da epistemologia histórica e da teoria ator-rede (TAR) de Latour e Callon.

1. A indeterminação de Senior e o estudo da difusão das ideias socioeconômicas

Como indicado na introdução, o programa de pesquisa da indeterminação de Senior faz parte de uma longa linhagem de pensamento metodológico em economia que visava evitar o que Schumpeter (1954) denominava “vício ricardiano” – “o hábito de empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece, em sua simplicidade, não apenas atrativa, mas convincente” (Schumpeter, 1954 apud Silveira 1999).

A definição do “vício” coloca em relevo alguns pontos de interesse para

nosso argumento a respeito da “viagem” das ideias econômicas. Em primeiro lugar, trata-se de um “hábito”, o que sugere um padrão ou forma típica de pensamento. Em segundo lugar, distingue-se entre a “fundação”, caracterizada por “simplicidade”, atratividade e capacidade de convencimento e a “carga pesada de conclusões práticas”. Essa distinção aponta, em terceiro e último lugar, para um descompasso entre a “fundação” e a “carga pesada de conclusões práticas” que dela se poderia, em princípio, extrair.

Qual a contribuição de Silveira ao problema do “vício”? Segundo o próprio, foi sair da dicotomia entre ciência e arte para uma tricotomia: a ciência se subdividiria em duas áreas (ciência pura e aplicada), somadas à arte. Embora o pioneirismo de tal avanço possa ser contestado – afinal, os primeiros marginalistas também adotavam uma divisão da economia em até cinco disciplinas (como em Jevons) – a versão elaborada por Silveira carrega a inovação da Indeterminação de Senior, assim definida:

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva entrelaça teorias econômicas puras e todas as ciências sociais, mas com relevância variável. Conclusões normativas sob a forma do que não pode ser feito são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades de cada caso. (Silveira, 1999, p. 2)

A Indeterminação de Senior pretende alertar para o perigo do “vício ricardiano”, detalhando como se dá a relação entre a “carga pesada de conclusões práticas” e a “fundação” que pode sustentá-las. De acordo com o trecho anterior, depreendemos que as proposições da teoria pura não servem como “fundação” para “conclusões normativas” ou mesmo para nos informar sobre como agir na prática. No entanto, sugere Silveira, tais proposições não podem ser ignoradas. Para que atinjamos alguma conclusão normativa, ainda que de forma privativa (na forma do que “não pode ser feito”), precisamos entrelaçar as proposições da teoria pura com as de todas as ciências sociais – mas com “relevância variável”. Já para conclusões normativas acerca do que *deve* ser feito, devemos afinar ainda mais nossa pesquisa para as “especificidades de cada caso” – que o estudo da história e dos contextos locais nos fornece. Podemos finalmente acrescentar que, para implementar na prática e localmente nossas conclusões normativas, devemos ter conhecimento dos obstáculos existentes e do funcionamento efetivo das organizações capazes de implementá-las.

Ou seja, da “fundação” teórica até a “carga pesada de conclusões práticas” Silveira nos mune com os contornos de um programa de pesquisa frutífero, mas não totalmente desenvolvido. Por isso mencionamos apenas “contornos”, já que não descobrimos detalhamentos de como se dá o entrelaçamento “em graus variados” da economia pura com “todas as ciências sociais” – Silveira apela, para especificar tal entrelaçamento, ao que Schumpeter denominou “toque de sabedoria” ou “*esprit de finesse*” (Silveira, 1995), remanescente também do “senso comum treinado” (de Marshall) ou ainda do “bom senso nacional” (de Rangel). Também não encontramos detalhamento de como qualificar nossa nova “fundação” (agora com contribuição de todas as ciências sociais) para que ela dê conta das “especificidades de cada caso”. Por fim, a implementação prática das nossas “conclusões normativas” também não é exemplificada.⁵

Em seus últimos trabalhos, Silveira (1999) parecia estar ciente dessas lacunas ao sugerir a aplicação do programa da Indeterminação de Senior não somente à história do pensamento econômico, mas também à análise comparativa das economias pura e social, à filosofia da ciência (e da economia em particular), à análise das revoluções científicas na economia, ao estudo da ciência econômica como parte de uma tecnocracia⁶ e à análise da formação do economista.

Apesar das lacunas indicadas acima, a proposta de Silveira parece presciente em grande medida nos dias de hoje. A história recente do pensamento econômico tem mostrado como, desde os anos 1970, a “economia aplicada” e os estudos empíricos ganharam importância em face da teoria (Backhouse; Cherrier 2017; Angrist *et al.*, 2017) e como as ciências da engenharia e da economia têm se entrelaçado (Duarte; Giraud 2020). Tal história recente aponta para o fato de que o discurso econômico opera, efetivamente, em uma tricotomia, como sugere Silveira. Os níveis dessa tricotomia, por sua vez, segundo os trabalhos citados, não são rigidamente separados – algo que Silveira já apontara com sua observação sobre o “entrelaçamento” da economia a outras ciências no campo aplicado. Dessa forma, buscamos com este trabalho

⁵ A FGV-RJ publicou em 1993 e 1994 vários estudos sobre a “Indeterminação de Senior”. No entanto, tais estudos aplicavam a Indeterminação de Senior à HPE, como o próprio Silveira realizou com relação a Buchanan, Wagner, Schmoller e outros.

⁶ A ideia da economia como tecnocracia – a “econocracia” – pode ser encontrada em Self (1975) e mais recentemente em Earle *et al.* (2016) e Davis (2017). A área das ciências sociais da quantificação, inspiradas no trabalho pioneiro de Desroisières (1998) também tangencia a questão da relação entre quantificação, ciência econômica e o *policy-making*.

sugerir uma metodologia para investigar como ocorre o processo de transnacionalização de teorias econômicas alegadamente universalizáveis (Fourcade, 2006). Em outros termos, trata-se de compreender como “hábitos” na forma de rotina de pesquisa dos economistas teóricos muitas vezes devem ser adaptados às realidades nacionais para que sejam convincentes e para que o “vício ricardiano” seja minimizado. Para que a “viagem das ideias” seja bem-sucedida, não basta, portanto, termos uma teoria econômica formal e universalizável como fundação: é também necessária uma metodologia para explicar como a teoria é incorporada, modificada e recebe contribuições de outras áreas em certos contextos e instituições específicas (Cardoso, 2017). Somente então pode-se extrair “conclusões práticas” que não sejam “pesadas” demais diante da fundação que se utiliza. É a metodologia da tradução de ideias – mais que a de sua difusão – que pretendemos introduzir e defender nas próximas seções para avançar o programa da Indeterminação de Senior. Mas antes precisamos entender por que e em que condições o conceito de tradução seria mais adequado que o de difusão para entender o modo como ideias econômicas viajam.

2. A viagem das ideias como difusão em um modelo de comunicação linear

A disseminação de práticas científicas de países centrais para periféricos no pós-guerra colocou em relevo a necessidade de se investigar o processo e os obstáculos que dificultam a plena transmissão da ciência realizada nos países centrais aos periféricos (Basalla, 1967). Desde os anos 1950, tal processo também preocupou economistas. Especificamente, os trabalhos de Stigler (1983), Colander e Coats (1989), Mäki (1996) e Cardoso (2009; 2017) procuram embasar metodologicamente a investigação sobre a “viagem” das ideias econômicas”.⁷

Não vamos nos ater especificamente aos modelos de difusão por contágio e de mercado da ciência econômica – um resumo crítico desses tipos de difusão pode ser achado em Cruz e Silva (2016). Vamos antes nos concentrar em um aspecto que, em nossa visão, não foi suficientemente elaborado nos modelos de difusão informacionais como os de Spengler (1970) e Mäki

⁷ Focamos especificamente nesses trabalhos por sua preocupação em fornecer um arcabouço metodológico para a compreensão da “viagem” das ideias. Nosso objetivo é contribuir com o já grande número de estudos de caso que envolvem em diferentes graus o estudo da transmissão de ideias em contextos distintos, como apresentaremos na próxima seção.

(1996). Esse aspecto diz respeito aos condicionantes do processo linear em que teorias econômicas passam do contexto sócio-histórico em que foram gestadas para outros em que serão difundidas e aplicadas. O que os modelos de Spengler e de Mäki pressupõem como forma geral de difusão das ideias econômicas é um esquema linear em que:

1. há uma fonte de produção das teorias e ideias econômicas;
2. há um “meio” ou um sistema de “portos de exportação e importação” de teorias e ideias com mecanismos de transmissão das mesmas;
3. há possibilidades de modificação no conteúdo ou forma das ideias e teorias; ou ainda interferência de ruído sobre a ideia ou teoria transmitida; e, por fim,
4. há uma fonte.

Ora, os modelos propostos podem ser entendidos como uma das variações do modelo matemático original de comunicação linear de Shannon e Weaver (1949). Neste trabalho, gostaríamos de investigar os limites desse modelo linear de comunicação especificamente para o caso das “viagens” que o discurso econômico faz entre contextos socioculturais distintos. Para iniciar essa investigação, precisamos colocar duas questões: primeiro, em que medida o discurso econômico pode ser reduzido a informações na forma de “ideias” ou “teorias”. Depois, precisamos também verificar em que medida os objetos socioeconômicos dependem do contexto social e histórico em que surgem. A primeira questão é importante para sabermos em que medida a “viagem” do discurso econômico pode ser metodologicamente embasada por meio de um modelo de difusão como os sugeridos por Spengler e Mäki. Por sua vez, a segunda questão é importante para sabermos em que medida os objetos sociais presentes em um contexto se modificam em outro contexto (demandando, portanto, uma qualificação, limitação ou até mesmo descarte das teorias que tratam deles).

2.1 Limites do discurso econômico como composto de “ideias” e “teorias”

Vamos ao primeiro ponto: pode o problema da transposição de ideias e teorias entre contextos distintos ser reduzido à difusão de ideias e teorias, como sugerem Spengler e Mäki? Vemos dois problemas com essa redução: o primeiro problema, como colocará Stapleford (2017), é que a difusão não é exatamente de algo como ideias ou pensamentos, mas *textos* heterogêneos

que circulam por diferentes contextos. Essa constatação já sinaliza uma dificuldade do modelo linear acima: em vez de apenas uma linha de transmissão de ideias entre uma fonte e um receptor, temos na prática concreta da produção, circulação e consumo de textos um entrecruzamento de vários emissores, receptores e canais de transmissão com níveis distintos de ruído. O problema torna-se então como abstrair dessa complexidade de textos modelos de transmissão de “ideias” e “teorias” entre diferentes contextos.

Seguindo Mäki, seria possível reduzir o objeto da investigação historiográfica para a elite intelectual (*intellectual peak*) da sociedade, de forma que se reduzissem os textos estudados àquilo que Silveira chamaria teoria pura. Certamente isso é possível, mas o programa da Indeterminação de Senior nos ensina que há limitações para essa estratégia: tanto o discurso econômico é tricotômico e entrelaçado com outras áreas (de modo que a separação entre teoria pura, aplicada e arte é relativa), quanto as próprias elites intelectuais que compõem o *mainstream* da economia mudam no espaço e no tempo (Dequech, 2018). Essas limitações aumentam a possibilidade de ruído e dificuldades de transmissão de textos de um lugar a outro.

Um segundo problema diz respeito ao “vício ricardiano”. Se por acaso confinamos nosso interesse à difusão de teorias econômicas puras, corremos dois riscos: um, de não entendermos como aquela teoria pura é mediada por outros discursos (econômicos ou não) até ser aplicada na prática; outro, de achar que podemos aplicá-la em contextos distintos sem maiores problemas por sua suposta universalidade.

Desse modo, identificamos primeiramente duas limitações nos modelos lineares de difusão de ideias econômicas: primeiramente, eles são mais facilmente aplicados a textos produzidos segundo um cânone estabelecido e associado a uma área de pesquisa institucionalmente definida. Em segundo lugar, essa área de pesquisa é composta por grupos que possuem um *background* sociocultural similar, o que facilita a transmissão de seu conteúdo com menor ruído.

2.2 A natureza dos objetos socioeconômicos

Em que medida os objetos estudados pelas ciências econômicas são similares àqueles das ciências naturais e em que medida essa semelhança afeta o conhecimento a que o economista aspira? No campo da economia, a contribuição de Searle (1995; 1998; 2010) e Lawson (1997; 2012) apontam, ainda que com ênfases distintas, para a importância do contexto sócio-histó-

rico na própria constituição dos objetos sociais. Como veremos na próxima seção, a natureza dos objetos sociais aponta para a necessidade do estudo da retórica e das relações de poder.

Iniciemos com Searle. Em Searle, a realidade social é construída a partir de representações coletivas que possuem a mesma estrutura de atos de fala. Estes, por seu turno, são dependentes da linguagem humana. Mais detalhadamente, Searle apresenta a forma lógica da realidade institucional humana segundo a fórmula “*X conta como Y no contexto C*”. Nesta fórmula *X* é um “fato bruto” natural – por exemplo, um papel retangular com cores e marcas – que pode representar um meio de troca, unidade de conta ou reserva de valor *Y* (que socialmente denominamos “dinheiro”). No entanto, tal representação coletiva não é imediatamente universal: ela é limitada no espaço e no tempo pelo contexto *C* (uma região em um dado tempo em que a coletividade representa para si certos pedaços retangulares de papel como dinheiro).

Em outros termos, se objetos sociais *Y* dependem de representações coletivas que são contextuais, o problema apresentado na introdução deste artigo, de unirmos o desiderato de universalidade da ciência com as especificidades locais é relevante. Dessa forma, em um nível não puramente lógico (como apresenta Searle), resta perguntar como é mantida, reproduzida e eventualmente ampliada a outros contextos específicos *C* a identidade de objetos sociais *Y* (em especial, quando eles porventura viajam entre contextos distintos).

Em seu longo artigo de 2012, Lawson se propõe a ir além do modelo lógico de Searle para explicar a insuficiência das representações coletivas na constituição dos objetos sociais. Essa insuficiência ocorre porque os fatos institucionais *Y* dependem crucialmente para serem mantidos e reproduzidos de relações sociais hierárquicas de poder que criam direitos e deveres para os membros de certa coletividade em dado contexto *C*. Esses direitos e deveres funcionam, respectivamente, como expansões e restrições às preferências individuais dentro da coletividade em questão.⁸ Lawson, entretanto, enfatiza os mecanismos causais emergentes através dos quais o posicionamento social (*social positioning*) surge, mantém e reproduz certa estrutura social hierárquica baseada em regras e rotinas de comportamento. Também para Lawson tal estrutura hierárquica sempre se refere a dado contexto *C* (ele o denomina “comunidade relevante”).

⁸ De fato, é Searle quem reconhece centralmente a questão do poder já no capítulo 7 de seu livro de 2010.

Não nos cabe aprofundar neste trabalho o debate entre Searle e Lawson, mas apresentar duas características dos objetos socioeconômicos que impactam nosso argumento com relação à “viagem” das ideias econômicas e o programa da Indeterminação de Senior. A primeira característica é que objetos socioeconômicos (“PIB”, “taxa de desemprego” etc.) vão depender de relações sociais hierárquicas de poder que, por sua vez, vão embasar representações coletivas em dado contexto *C*. Isso significa que, a depender da estrutura de poder presente em diferentes contextos *C*, um objeto social *Y* como o “PIB” pode perder ou ter sua identidade substancialmente modificada ao “viajar” entre contextos distintos (Deane, 1948; Coyle, 2014).

A segunda característica é que o conhecimento sobre tais objetos deverá ser mediado por um discurso econômico que englobe o grau de universalidade dos conceitos teóricos (a “fundação” mencionada na seção anterior) e suas “conclusões práticas” em contextos específicos. Isso significa que a preocupação dos economistas de fins do século XIX e de Silveira de dividir o discurso econômico em diversos níveis de universalidade é plenamente justificada diante da ontologia social de Searle e Lawson. Por fim, cabe observar que os conceitos teóricos podem ter caráter performativo e persuasivo (“advocatio” na linguagem de Silveira): eles podem reforçar, enfraquecer, expandir ou diminuir a abrangência de crenças e representações coletivas acerca da identidade de certos objetos sociais *Y* em diferentes contextos *C*. Devido a esse caráter persuasivo e performativo os conceitos teóricos estão também relacionados à retórica e ao poder.

Está na natureza dos objetos sociais, portanto, a segunda limitação dos modelos lineares de difusão das ideias e teorias econômicas. Por esse motivo, é duvidoso que ideias e conceitos em economia simplesmente sejam difundidos: o que podemos verificar através dos textos é um processo complexo de filtragem, modificação e acoplamento de tais ideias e conceitos a outras ideias e conceitos em realidades distintas daquelas em que foram elaboradas. Ou ainda, mais que difundidos isomorficamente de uma fonte para um alvo, ideias e conceitos supostamente universais (vindos da economia pura e social) devem ser modificados e adaptados às realidades locais onde são implantadas (pelas artes da economia). Podemos começar a entender o processo de tradução como este processo em que ideias e teorias que almejam a universalidade são mais que difundidas, pois são em parte alteradas para que possam entrar e ser utilizadas em outros contextos.

Seguindo Silveira (1999, p. 3), podemos evitar o “hábito de empilhar

conclusões práticas em fundação tênue” prestando atenção aos próprios hábitos e rotinas presentes na construção de cada nível do discurso econômico (puro, social, arte da economia) por diferentes grupos de pesquisadores. Por outro lado, também devemos atentar a como certo discurso teórico pode se modificar e ter sua pretensão à universalidade confirmada ou rejeitada ao se confrontar com a arte da economia em contextos específicos. Assim, podemos aprofundar a abordagem sugerida em Almeida, Angeli e Pontes (2017) – que aponta para os aspectos institucionais da formação das teorias econômicas – para um contexto social e teórico mais amplo. Acreditamos que a epistemologia histórica de inspiração foucaultiana pode auxiliar a entender como certos objetos econômicos – sejam eles macro ou microeconômicos – podem ser “montados” e “desmontados” no tempo em dispositivos de saber-poder. Procuraremos fornecer um arcabouço de análise que nos mostre como certos objetos socioeconômicos são constituídos e ganham consistência em uma rede que garante sua veridicção em práticas epistemológicas e na aplicação concreta em políticas econômicas. Vamos, então, introduzir essa epistemologia histórica e no final do trabalho mostrar como ela pode fazer conceitos “viajarem” e serem aplicados em contextos distintos de onde foram criados.

3. A “viagem” das ideias econômicas e dos objetos teóricos: a importância da tradução

3.1 Complementaridade entre a epistemologia histórica e o programa da Indeterminação de Senior

Até agora, nosso trabalho foi basicamente descritivo e crítico. Foi descritivo por mostrar como o programa da Indeterminação de Senior ajuda a enxergar a produção de discursos econômicos além da esfera da teoria pura, rumo à teoria aplicada e à arte da economia. Por outro lado, foi também crítico no sentido de apontar os limites de abordagens como as de Mäki e Spengler, que pressupõem que as ideias e teorias econômicas são basicamente difundidas. Note-se, todavia, que não propusemos um descarte do conceito de difusão – até porque uma leitura cuidadosa dos artigos de Mäki e Spengler mostra que eles estão cientes dos condicionantes sócio-históricos dos seus modelos. Nosso ponto, nesta seção, portanto, é apresentar detalhadamente uma abordagem metodológica que poderia ir *além* de tais condicionantes, dando conta da estrutura tricotômica dos discursos econômicos, como sugere Silveira.

Nesse sentido, o campo das práticas epistemológicas,⁹ presente nas abordagens de tradição francesa (com em Foucault, Canguilhem, Bachelard), propõe uma alteração na forma tradicional como as pesquisas históricas em ciência são realizadas. A vantagem dessas abordagens é permitir a investigação de teorias que almejam algum grau de universalidade *a partir de hábitos ou convenções de pesquisa presentes em certo grupo de pesquisadores situados em certo contexto sócio-histórico*. Essa abordagem metodológica difere daquela recentemente discutida por Rodrik (2015) e bastante debatida por especialistas em metodologia da economia.¹⁰ Em Rodrik, a ciência econômica é compreendida como “coleção de modelos diversos” que visam resolver problemas econômicos específicos. A abordagem da epistemologia histórica não abandona esse aspecto da economia, mas propõe ainda investigar como “coleções de modelos” podem ser ou não acoplados ou modificados perante outras práticas discursivas e objetos que encontramos em contextos distintos. São esses acoplamentos e modificações que nos fornecerão a robustez dos modelos utilizados e seu escopo de aplicação (ou seu grau de universalidade).

Encontramos em Thomas Stapleford (2017) um amparo para aplicação da epistemologia histórica francesa ao discurso econômico, já que ele sugere que façamos a análise da produção do discurso econômico como análise de práticas sociais de conhecimento teórico e também prático, como sugere Silveira. Ao mostrar a relação entre epistemologia histórica e o estudo das práticas, Stapleford define e usa o termo práticas como um elemento que ajuda a ampliar o campo de análise e diferenciar a “epistemologia histórica” da “história do pensamento”. Ao tratar da aplicação das práticas nas ciências econômicas, Stapleford argumenta que aquilo que denomina “fazer economia”,¹¹ engloba uma coleção de comportamentos distintos que exibem

⁹ As práticas são (1) coleções de ações que estão (2) ligadas por teleologia (podem ser entendidas como elementos num processo orientado para fins ou objetivos) e (3) estão sujeitas a uma avaliação normativa (elas, ou o processo global do qual fazem parte, podem ser feitas bem ou de forma deficiente) e, conseqüentemente, exibem (pelo menos temporariamente) padrões ou tendências regulares. Além disso, esses três elementos têm papéis diferentes. As práticas são constituídas por relações de responsabilização que fornecem avaliações normativas. Essa normatividade implica reivindicações teleológicas e visões do que constitui sucesso relativo na prática. Finalmente, as práticas são decretadas através de ações corporativas, tipicamente envolvendo outras pessoas ou artefatos, coerente com as ontologias sociais propostas por Searle e Lawson.

¹⁰ Ver o número especial do *Journal of Economic Methodology* (v. 25, n. 3), de 2018, dedicado à discussão da proposta de Rodrik em *Economics Rules*.

¹¹ Os economistas tentam realizar certas coisas, e o que constitui uma realização válida está sujeito a uma avaliação normativa. No entanto, cada economista pode ter uma visão ligeiramente diferente dos objetivos da economia e das suas próprias normas. Os economistas marxistas, por exemplo, terão expectativas diferentes para a investigação econômica em relação aos economistas neoclássicos, e, portanto, as práticas e normas que compõem a economia serão diferentes para os marxistas e os neoclássicos. Apesar dos seus

padrões regulares em qualquer momento e lugar. Comparando com a proposta de Silveira, podemos identificar em economia *práticas de nível superior* – que estariam no campo mais abstrato da economia pura e alguns ramos da economia social – e *práticas de nível inferior* – aquelas associadas à arte da economia.

De acordo com essa abordagem, busca-se estudar os traços estruturais de um texto em todas as suas dimensões, além das intenções autorais. Ou seja, há uma busca pela compreensão da teia de práticas epistemológicas que estão atreladas ao texto ou às ideias, algo realçado na observação de Silveira (1999, p. 161) de que a Indeterminação de Senior nos permite aceitar a “multiplicidade de formas complementares do conhecimento científico e [...] as limitações de cada uma delas”. Dessa forma, paradoxalmente, a atenção aos detalhes estruturais de um texto, conceito ou teoria, conduz o historiador para uma rede mais ampla de práticas (Stapleford 2017).

A proposta staplefordiana de análise da economia como prática social pode ser metodologicamente embasada a partir da noção de *dispositivo*. Foucault (1977) define o dispositivo como uma rede de relações ou um conjunto heterogêneo de elementos linguísticos e não linguísticos (discursos, regulamentos, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, soluções arquitetônicas). Ao mesmo tempo, essa rede está investida de relações de poder e inclui em si a *episteme*¹² presente em dada sociedade, tornando possível a produção, circulação e o consumo – ou seja, uma certa economia – de determinados conhecimentos e teorias. Assim, entramos em um campo em que relações de forças em mecanismos de saber-poder são essenciais para a compreensão de como ocorre certa economia do conhecimento.

Dessa forma, a proposta da epistemologia histórica pode ser útil para avançar o programa da Indeterminação de Senior, pois inclui a heterogeneidade do discurso econômico em sua investigação, e porque pode preencher as lacunas deixadas por Silveira – por exemplo, o problema da economia formando uma tecnocracia e o problema da formação do economista podem ser entendidos como problemas de como uma rede de saber-poder opera. É

objetivos divergentes, esses grupos estão unidos pelo seu empenho comum numa luta para definir o que significa ser um economista e gerar conhecimento econômico.

¹² Essa noção não tem o mesmo significado de saber ou conhecimento verdadeiro, mas é a existência de uma ordem anterior, dentro do espaço de saber, ou seja, “as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico”, ou seja, as condições de possibilidade de sua existência (Foucault, 1996; Vandresen, 2016). A *episteme* pode ser relacionada também ao *contexto sociocultural amplo* em que os discursos são produzidos (Pinto, 1999).

nesse ponto que a abordagem sugerida neste artigo vai além dos estudos já citados como os de Spengler, Mäki e Rodrik – embora todos reconheçam a inserção do discurso econômico em uma rede de poder, há pouca investigação sistemática de como essa rede influencia e condiciona a produção de saber econômico.

Em Foucault, por sua vez, é a imbricação entre saber e poder que faz emergir e sustenta o “real” – ou seja, que sustenta certa estrutura social ao mesmo tempo dinâmica e hierarquizada composta por práticas e rotinas de (re)produção do saber e do poder. Vista sob esse ângulo, o que Foucault denomina de “real” pode bem ser compatível com o que Lawson (2012) denomina “realidade social”.¹³ Ora, como a realidade social de cada grupamento humano está limitada a certo contexto *C* (ver seção acima), ela envolve também uma produção de rotinas e práticas que buscarão separar o verdadeiro do falso (o conjunto dessas rotinas e práticas é chamado de “regime de veridicção” por Foucault). Se considerarmos que a produção científica é uma prática social situada, temos que esses regimes de veridicção nos darão diferentes critérios de aferição da verdade e falsidade das proposições. Estes, por sua vez, estarão associados a diferentes comunidades científicas. A coexistência e graus de interação entre essas diferentes comunidades nos dará uma medida do pluralismo presente em certo contexto *C*.

Como tal abordagem poderia atualizar o programa da Indeterminação de Senior? Além de entender a produção do discurso econômico como baseada em práticas de nível superior (teorias puras e aplicadas) e inferior (artes da economia), pode-se dizer que os “regimes de veridicção” nos permitem separar tipos distintos de verdade. Parfraseando McCloskey, “verdades com V maiúsculo” (associadas a práticas teóricas de nível superior) serão produzidas em certo contexto *C* com pretensão de aplicabilidade em outros contextos (seu grau de universalidade). Por sua vez, as verdades empíricas relativas a contextos específicos (associadas a práticas de nível inferior), deverão ser acopladas às “verdades com V maiúsculo” tanto para que sejam “atrativas e convincentes” quanto para manter e reproduzir certa estrutura de poder. Em outros termos, ao dividir o discurso econômico em diferentes níveis de universalidade, o programa da Indeterminação de Senior nos permite compreender

¹³ “The conception of social reality [...] turning on the category of collective practice, is of an emergent form of organization: it is a (normative) mode of organization of individuals that facilitates forms of coordinated interaction, (relative) stability and predictability that would be unavailable to each individual in the absence of any such organization.” (Lawson, 2012, p. 364).

como os regimes de veridicção produzem diferentes tipos de verdade e seu papel em uma dada rede de saber-poder.

3.2 A Teoria Ator-Rede como metodologia possível para a epistemologia histórica

Embora tenha estudado detalhada e historicamente rupturas tanto no campo do saber (como em *As palavras e as coisas* e *O nascimento da clínica*) quanto no do poder (em *Vigiar e punir*), Foucault não nos deixou um arcabouço teórico além da aplicação de seu método arqueogenealógico. Foucault gostaria que suas contribuições pudessem ser vistas como “caixa de ferramentas” – e elas assim têm sido usadas – mas não explicitou eventuais limites no uso dessas “ferramentas” em contextos sociais e históricos distintos da Europa Ocidental. Como estamos interessados justamente em saber o que poderia ocorrer com a “viagem” das teorias em diferentes contextos, precisamos identificar melhor como lidar com esses limites.

Desse modo, vamos aproximar a noção de dispositivo em Foucault das contribuições de Bruno Latour (1984) com sua Teoria do Ator-Rede (TAR), recorrendo à noção de rede ou dispositivo sociotécnico.¹⁴ Assim, podemos avançar na lacuna da análise teórica foucaultiana, na qual não há explicitação dos limites para o uso das “ferramentas” de conhecimento em contextos sociais e históricos específicos (limite que é dado pelo “vício ricardiano”).

Para Latour (1984), haveria uma espécie de integração, interdependência e inseparabilidade entre humanos e não humanos (atores-rede ou *actantes*) ou entre o social e a técnica: nas palavras de Latour, trata-se de uma rede ou híbrido sociotécnico. A análise dessa rede sociotécnica deve ser feita com “os mesmos métodos e estratégias que englobam corpos, materiais, técnicas, sentimentos, leis, organizações” (Callon; Latour, 1981, p. 284). A heterogeneidade presente na TAR é um elemento que se vincula à noção de práticas como compreendidas por Stapleford (2017), pois as práticas não são um conjunto homogêneo de atividades que existem num único plano de análise.

Na rede sociotécnica de Latour, busca-se saber o que é transportado entre os pontos, conhecer como são e de que maneira ocorrem deslocamen-

¹⁴ Rede composta de relações que formulam conhecimentos advindos da realidade, incorporando sempre novos componentes para o seu interior, através das negociações feitas, sendo capaz de crescer para todos os lados e direções. O único elemento constitutivo da rede é chamado de nó, já as malhas são os fios conectores dos nós que sustentam a produção da rede (Latour, 1990). Para Latour (1994), uma rede sociotécnica não está baseada na reunião de recursos e informações, mas principalmente na reunião de indivíduos, num coletivo híbrido.

tos, o que está circulando, apreciar o que está em causa, o que se está fabricando como identidade, a natureza do que se desloca. A relevância, então, é compreender como ideias expressas em textos circulam e são transportadas, ou seja, o que ocorre quando elas “ganham vida” além de sua fonte produtora (Fonseca, 2015, p.46). Além disso, é possível estudar também as “modificações” e “alterações” que ocorrem quando textos “viajam” de um contexto para outro (como veremos nas próximas subseções).

Assim, além da “fundação” das teorias formais e universalizáveis da teoria pura – que “ganham vida” ao circularem além de sua fonte produtora –, as ideias ou conceitos socioeconômicos, quando compreendidos a partir de uma rede sociotécnica ou daquilo que “circula em rede” (Callon, 2008), esclarecem um ponto importante do programa da Indeterminação de Senior: como podemos estudar o entrelaçamento “em graus variados” das proposições da economia pura com “todas as ciências sociais”, além das “especificidades de cada caso”. Ou seja, as redes sociotécnicas fornecem um arcabouço para que possamos estudar o entrelaçamento e hibridação entre os vários discursos que compõem as práticas discursivas que englobamos sob o nome de “ciências econômicas”.

Para Callon (2008), compreender como tais práticas circulam dentro de uma rede sociotécnica é outro aspecto que requer esclarecimentos. Dentro da TAR, segundo Callon (2008), é impossível compreender a ação humana e a constituição de coletivos sem levar em conta a materialidade, as tecnologias e os elementos não humanos, componentes relevantes na análise das práticas. Para compreender a ação humana, Callon (2008, p. 1) refere-se à noção de *tradução*, destacando que se trata de uma noção simples e essencial, “[...] pois me parece que não podemos descrever a ação, partindo de fontes de origem que são pontos, estruturas ou agentes, mas sim, através da circulação de um certo número de entidades que são mais importantes que os pontos ou às estruturas”. Na circulação, as relações são mais interessantes que os pontos relacionados; contudo, essas relações se referem antes aos próprios actantes que circulam do que ao sentido formal dos termos isolados da relação.

3.3 A viagem das ideias econômicas como tradução: alongamento dos conceitos e etapas da tradução

Compreender como as ideias econômicas “viajam” internacionalmente e como estas são adaptadas aos contextos específicos envolve, portanto, recorrer às contribuições da epistemologia histórica das práticas, além da noção

de redes sociotécnicas de Bruno Latour. É necessário, assim, a compreensão do conhecimento em rede, em trânsito ou movimento, como sugerem Latour (1984), Secord (2004) e Callon (1986; 2008). Desse modo, nosso interesse recai em uma história que busca condições, relações e instituições que possibilitaram a emergência, apropriação e disseminação de determinados tipos de conhecimento.

No que tange ao campo da economia, Fonseca (1996, p. 241) enfatiza que “os economistas lidam com uma matéria que se transforma constantemente”, ou seja, algo movediço. Para o autor, os problemas da economia são colocados como situações-problema de caráter histórico e mais ou menos transitório. Objetos socioeconômicos como a “pobreza” ou “inflação” não apenas dependem para sua existência de um conjunto de crenças coletivas como também de relações de poder que os sustentem. O nosso problema é saber como fazer o deslocamento de conjunto de crenças e estruturas de poder entre localidades centrais e periféricas. Aqui percebemos que a análise da “viagem” de um objeto socioeconômico não pode ser realizada apenas como a “viagem” ou difusão da teoria pura de um lugar para outro.

Partindo da compreensão de que as teorias e conceitos econômicos de épocas distintas lidam com um conjunto de problemas significativamente distintos, Fonseca (1996, p. 242) enfatiza que, “à medida que o conteúdo empírico dos problemas muda, assim também o fariam – com maior ou menor velocidade – o escopo da disciplina, as técnicas de análise e a ortodoxia teórica vigente”. Entendemos que essa “velocidade” e os “vários níveis” condicionam o que seria uma espécie de “nível ou taxa de difusão”¹⁵ das práticas discursivas entre diferentes contextos. Assim, poderíamos levantar a hipótese de que quanto mais idênticos os contextos *C* (ou, similarmente, o *background* sociocultural amplo), maior será essa “taxa de difusão” e a correspondência das ideias expressas em textos que “viajam” entre esses contextos. Nesse caso, há poucos problemas no uso da abordagem difusionista. Porém, quanto mais distintos forem os contextos *C* (ou menos similar o *background* sociocultural), menor será a velocidade de propagação e menor será a correspondência entre as ideias expressas no texto que “viaja”. Em outras palavras, *backgrounds* socioculturais distintos sinalizam representações coletivas partilhadas distintas sustentadas por redes de poder-saber distintas. É precisamente nesse caso que seria necessário recorrer ao aporte teórico-metodológico da

¹⁵ Definimos a “taxa de difusão” como sendo conjuntos de práticas discursivas transmitidas no tempo/nível de adesão entre grupos distintos pertencentes ou não a um mesmo contexto.

TAR, pois ele nos mostra como determinada teoria ou conceito sofre alterações, mutações e enxertos, ao ser deslocada de um contexto sócio-histórico para outro bastante distinto.

Tal é o caso da “viagem” no tempo do conceito “desenvolvimentismo”, estudado por Fonseca (2015). Devido às diferentes redes de saber-poder que sustentaram a Era Vargas (1930-1954) e a Era Lula (2003-2010), economistas depararam-se com casos novos ou com particularidades que exigem a incorporação de novos atributos ao “desenvolvimentismo”. Assim, se economistas julgarem tal termo teórico incapaz de apreender tal atributo, podem abandonar o conceito ou, se quiserem, mantê-lo ou tentar “alongá-lo”. Teríamos, então, aquilo que Fonseca denomina como alongamento ou adaptabilidade dos conceitos, inspirado nas contribuições de Sartori (1970). Ao levarmos em conta o pressuposto do “nível ou taxa de difusão” na disseminação de práticas científicas de contextos centrais para contextos mais periféricos, teríamos uma tendência de maior “alongamento” do conceito, diferente do que ocorreria se a disseminação fosse entre contextos similares.

O exemplo do conceito de “desenvolvimentismo” e a análise acima sugerem o quão duvidoso e insatisfatório é atribuir apenas a teorias puras com pretensões de universalidade a explicação dos fenômenos socioeconômicos. Ou seja, quando as teorias ou conceitos socioeconômicos “ganham vida”, quando ideias ou conceitos “viajam”, a “velocidade” e o “alongamento do conceito” nos contextos receptores precisam de uma abordagem que os *traduza* de fato entre diferentes contextos: nesses casos, eles *não são* apenas difundidos.

Na abordagem da tradução, o intuito é entender como ideias ou normas, sustentadas por diferentes redes de saber-poder são reinterpretadas, apropriadas, adaptadas ou editadas para se adequarem ao novo contexto, implicando uma transformação de seus elementos ideativos e materiais, em vez de uma simples transferência de estruturas imóveis (Latour, 1997; Callon, 2008; Stone, 2020). O interesse na abordagem da tradução se dá tanto pela possibilidade de trazer para o debate como se dá a passagem entre os diferentes níveis de universalidade do discurso econômico (proposto por Silveira) quanto para entender o tipo de modificação necessário nas ideias quando elas “viajam” em diferentes contextos.

Mais especificamente, para Callon (1986) o processo da tradução ocorre em quatro etapas: *problematização* (em que se trata de determinar os contornos do problema e identificar um conjunto de atores e tecnologias necessários

para tratá-lo através de pontos de passagem obrigatórios); *interessamento* (trata-se de um “teste de força” para fixar as identidades e os termos estabelecidas na problematização com os envolvidos no processo da tradução); *inscrição* (em que os atores travam batalhas, formam alianças, resistências e testam forças quanto ao processo de tradução até formar uma convivência estável ou um alinhamento de práticas, como menciona Stapleford); e *mobilização* (trata-se de mobilizar os porta-vozes dos vários atores que constituem o dispositivo pós-tradução). Dentro desse processo de quatro etapas, alguns atores (humanos ou não) emergem como “atores focais” que funcionam como tradutores ao longo de todo o processo de construção e fortalecimento de uma rede. Para facilitar tal tradução, existem “pacotes institucionais”¹⁶ (Guidi, 2011), que visam acionar no dispositivo (ou rede de saber-poder) da região-alvo uma forma de governamentalidade da região-fonte.

Gond e Boxenbaum (2013) oferecem um relato abrangente de três tipos de tradução, que podem ser combinados, dependendo do nível de diferença do *background cultural*, quais sejam: filtragem, reaproveitamento e acoplamento. A *filtragem* ocorre quando os atores eliminam ou minimizam características da prática importada que possam ser percebidas como ilegítimas ou pouco atraentes e podem bloquear sua adoção no novo contexto. *Reaproveitamento* se refere a uma mudança de significado ou aplicação para aumentar a utilidade ou aceitabilidade percebida de uma prática no novo contexto. Finalmente, ocorre o *acoplamento* quando os atores adicionam novo material (relacionado à prática, simbólico ou discursivo) à prática importada para facilitar sua aceitação local.

Vê-se, então, que a abordagem de tradução busca oferecer respostas ao entendimento de como as práticas e as ideias (como representações coletivas partilhadas) são transferidas *em conjunto com relações de poder* por trás de tais processos. Ela concebe ideias como “contas imateriais” que são transformadas durante a transferência. Há nesse traslado ou “trânsito” das ideias – contexto de origem (descontextualização) e destino das ideias (contextualização ou processo de tradução) relações de poder envolvendo uma multiplicidade de interpretações que a ideia dispara em cada ator dentro de uma rede (Latour, 1987; Røvik, 2016).

¹⁶ Sistema coerente de dispositivos ou arranjos institucionais discursivos que obtiveram sucesso em determinado contexto, promovendo certa governamentalidade – conceito utilizado por Foucault, pode ser compreendido como governo das condutas, que reúne um conjunto de técnicas de dominação e técnicas de si, no qual a relação saber-poder é indissociável – sendo estes importados por indivíduos ou grupos de outros contextos, a fim de produzir uma mesma forma de governamentalidade (Guidi, 2011).

Com isso, entender a abordagem da tradução envolve compreender a rede sociotécnica ou a mobilização de atores e *actantes* (incluindo pessoas, objetos, conceitos, inovações e ideias) que estão sempre mudando em relação aos outros atores e *actantes* que aparecem em sua rede. Uma das características fundamentais na tradução é a de que os atores da rede são “membros ativos” que moldam e transformam reivindicações, artefatos, discursos e interpretações de acordo com seus diferentes projetos (Latour, 2012).

Nas palavras de Guidi (2011), a tradução das ideias econômicas permite estudar a circulação e a adaptação das ideias e textos econômicos a novos contextos intelectuais e sociais, além de investigar como a criação de novas ideias se espalham em alguns outros países e às vezes retornam ao ponto de partida sob novas formas. O termo “enxerto” é usado por Cornel Ban (2018) para associar o processo de tradução de novas ideias econômicas com ideias preexistentes (que é outra forma de caracterizar o processo de “acoplamento” ou “hibridização” de Gond e Boxenbaum (2013)).

Para Ban (2018), a compreensão de como o elemento original é alterado (ou seja, o hibridismo causado a determinado objeto durante a “viagem”) é o foco da abordagem da tradução: quando a ideia “viaja”, ela se transforma, ela não é efetuada de forma neutra e será adaptada às condições sociais e políticas dos tradutores, políticos e estudiosos em determinado tempo e lugar. De fato, o que estamos analisando, como já mencionado em Stapleford (2017), é a tradução não de pensamentos ou ideias, mas de *práticas econômicas que expressam representações coletivas compartilhadas sustentadas por redes de saber-poder*. Ao estudar tais práticas, buscamos entender por que mecanismos elas se entrelaçam em redes que possibilitam uma estrutura tricotômica de um discurso econômico que é situado local e temporalmente.

Quando textos científicos são traduzidos, a “problematização”, o “interessamento”, a “inscrição” e “mobilização” são fundamentais, pois eles devem ser vistos como instrumentos que estão presentes na “viagem do conhecimento”, que ganha ainda mais significância quando é feita entre comunidades de conhecimento muito distintas (como costumam ser as dos países centrais e periféricos). Além disso, quando a ideia sai de um lugar para o outro, a apropriação ou recepção se dá de modo ativo e está ligada às estratégias e aos planos daqueles que estão engajados no processo de importação e assimilação de ideias. Os mecanismos de apropriação e recepção também nos obrigam a analisar as condições institucionais que viabilizam o processo de legitimação da mensagem ou do objeto apropriados, bem como a superação de constran-

gimentos e resistências que possam ter sofrido antes de serem aceitos (Cardoso, 2017).

Dessa forma, para Guidi (2017), a tradução de trabalhos originais de economia publicados em outro país está longe de ser um exercício puramente intelectual: ela é o produto de indivíduos e círculos intelectuais que desempenham papéis essenciais nas instituições, nas atividades econômicas e políticas. Na mesma linha de compreensão de Guidi, podemos citar o estudo de caso realizado por Cornel Ban (2013): ao tratar da política econômica brasileira nos anos Lula (2003–2010), Ban nos informa que o regime de políticas socioeconômicas implantadas naquele período não é uma réplica do Consenso de Washington nem um total afastamento dele. A evidência apontada por Ban é que o regime lulista seria um *híbrido* composto de objetivos políticos e econômicos liberais, instrumentos presentes no Consenso de Washington, além de instrumentos atribuídos à tradição desenvolvimentista, cunhando, assim, o termo *neodesenvolvimentismo liberal brasileiro*.

3.4 Instituições, poder e retórica no processo de tradução das ideias econômicas

Ao empreendermos uma análise via abordagem da tradução na economia, buscamos a relevância dos diferentes processos de adaptação na propagação das ideias econômicas (que estamos considerando como práticas de circulação de ideias expressas em textos). A compreensão de que a ciência é moldada localmente implica que seus impactos e domínios de aplicação são limitados. Isso, segundo Cardoso (2017), significa que a criação do conhecimento está incorporada nos fluxos da vida prática e ocorre em arranjos espaciais onde se dão as interações. Consideraremos, assim, que a abordagem da tradução das ideias econômicas expande os componentes relevantes na sua análise ao abarcar elementos importantes que são, de certa forma, negligenciados na abordagem da difusão internacional das ideias econômicas.

A relevância do papel das instituições é um primeiro elemento a ser considerado no processo da tradução. Em oposição aos modelos difusionistas do institucionalismo estadunidense, o institucionalismo escandinavo enfatiza que as ideias se movem pelos diversos níveis sociais, sendo transformadas em objetos ou práticas (Waeraas; Nielsen, 2016). Para Cardoso (2017), a ciência é moldada localmente e seu impacto e domínio de aplicação também têm uma dimensão local. Isso também implica que a criação de conhecimento é embutida de fluxos da vida prática e ocorre nas interações dos arranjos es-

paciais. Temos, então, a mudança institucional atuando como um processo ativo, verificando as ações e mecanismos que regem o processo (Wust, 2017).

No que tange às relações de poder, Block e Somers (2014) argumentam que algumas ideias são mais bem difundidas em determinados contextos do que em outros. Isso ocorre por elas terem “privilégios epistêmicos”,¹⁷ pelo fato de serem mais bem enquadradas no seio de ideias pré-existentes ou ainda por serem defendidas por atores que funcionam como “pontos de passagem obrigatório” do discurso científico (podendo, assim, apresentar um alto “nível ou taxa difusão”). Para Ban (2018), isso se dá pelo fato de as ideias econômicas serem elaboradas, negociadas e reproduzidas crescentemente em redes transnacionais, cuja dinâmica interna é mais apropriadamente vista como uma mistura de relações de poder verticais (hegemônicas do tipo centro-periferia) e dinâmicas verticais (grupo de pares em que há um centro produtor e outro receptor de ideias). Assim, as relações de poder emergem como uma peça importante para a análise da tradução, pois, dependendo das diferentes estruturas de poder presentes nos contextos distintos, ao “viajarem” as ideias econômicas podem ser modificadas em menor ou maior grau.

A proposta empreendida por Archela (2016) sobre a análise formal das relações de poder na economia, denominada Economia Política do Poder (EPP), também inspirada nas contribuições de Foucault, ajuda a entender a importância da verticalidade das relações de saber-poder nos dispositivos em que circulam ideias econômicas. A análise da EPP combina elementos multidisciplinares ao recorrer a uma abordagem genealógica¹⁸ e institucional. Ao propor uma análise da história como genealogia, Archela (2016) se aproxima da noção de práticas epistemológicas, pois compreende que a história da economia não é algo estável e linear, mas, sim, busca entender o caráter descontínuo, transitório e provisório das ideias econômicas em uma rede socio-técnica.

Ao buscar inserir e analisar formalmente o poder dentro do campo da economia, Archela (2016) afirma que as relações de poder são relevantes para entender como as ideias são apropriadas por instituições sociais e políticas, perpassando, assim, as quatro etapas do processo de tradução que citamos anteriormente (Callon, 1986). Archela nos mostra a necessidade de explorar

¹⁷ Certas ideias possuem privilégios epistêmicos se estão situadas em meios ou quadros institucionais (ou em um “regime de verificação”) que possibilitam acesso privilegiado ao estatuto de verdade (Somers; Block, 2014).

¹⁸ Busca entender o porquê da existência e transformação dos saberes, situando-os em um jogo de relações de poder ou incluindo-os em um discurso político (Machado, 2007).

o papel das relações de poder dentro de redes sociotécnicas transnacionais de circulação do discurso econômico, pois esse estudo ajuda a esclarecer como e sob que condições determinadas ideias são apreendidas, apropriadas e moldadas em contextos distintos.

Assim, devemos compreender as seguintes questões no processo de tradução: i) as redes têm características ou arquiteturas diferentes (algumas são mais planas, outras são mais hierárquicas ou porosas); ii) as redes têm diferentes tipos de atores; iii) as redes podem ser formadas e evoluir em contraste e em conflito com outras redes. Com isso, precisamos estar cientes das dinâmicas diferentes que compõem as redes para entendermos os processos de criação, transmissão e recepção das ideias econômicas. Quanto menos perturbações, ruídos, e mais “plana” (não hierárquica) a rede, maior a capacidade de uma ideia ser difundida; porém, quanto mais perturbações, mais porosa a rede e a ideia serão “traduzidas” em um nível maior ou menor.

Além do poder, outro ponto de destaque no processo de tradução é a retórica. Destacamos esse elemento na abordagem da tradução, pois, segundo Latour (2000), quanto mais nos direcionamos do homem comum para o da ciência e dos políticos para os especialistas, teremos controvérsias e mais controvérsias, com o ruído sempre aumentando. Assim, quando passamos das especificidades locais para as teorias gerais, as controvérsias são inevitáveis. Para a resolução dessas controvérsias (ou seja, para acharmos “as maneiras de ganhar um júri”), é necessário a utilização do instrumento da retórica. Segundo o autor, a retórica seria o instrumento responsável por estudar como as pessoas são levadas a acreditar em algo e a se comportar de determinada forma. A retórica torna-se relevante quando os debates se exacerbam a ponto de se tornarem, além de científicos e técnicos, também políticos (Latour, 2012; Pires; Fernández 2020).

Nesse sentido, a retórica emerge como um instrumento da abordagem da tradução, pois opera dentro da rede como conectora entre a ciência (pura), a técnica (ciência aplicada) e a política (arte da economia). Vista dessa perspectiva, o lado “advocático” da economia não se restringe à arte da economia, como sugere Silveira (1999), mas liga e dá coerência à tricotomia constitutiva do discurso econômico. Ou seja, a retórica clarifica o modo como se integram as três áreas, mostrando de que forma redes de poder condicionam a elaboração de modelos próprios da economia pura a se integrar a outras ciências, de modo que a partir desse entrelaçamento surjam propostas de resolução de problemas socioeconômicos específicos.

A abordagem da tradução se propõe a resolver um problema metodológico nos estudos de difusão, qual seja, o pressuposto de que a “viagem” de uma teoria supostamente universal para contextos específicos só pode enfrentar ou problemas no canal de transmissão da mensagem, ou de ruídos ou ainda de erros de codificação e decodificação da mensagem. Neste artigo, sugerimos que, especificamente no caso da economia, tal modelo linear de comunicação é limitado, haja vista que não há passagem direta entre a economia pura e a arte da economia sem “vício ricardiano” e “indeterminação de Senior”. A abordagem da tradução mostra como a passagem da economia pura à arte da economia é fundamentalmente complexa, pois os “alongamentos conceituais”, a “intensidade dos ruídos na disseminação das ideias”, a “hibridação” e os “*patchworks*” teóricos que se desdobram dentro dos diferentes países ou contextos são fundamentais para explicar a “traducibilidade” das ideias econômicas e o descompasso entre a passagem da “fundação” teórica e a “carga pesada de conclusões práticas” que a teoria idealmente deveria suportar.

4. Notas conclusivas

O artigo se propôs a fazer uma atualização do programa de pesquisa da Indeterminação de Senior pela via da epistemologia histórica e da Teoria Ator-Rede (TAR). Essa proposta de atualização visa dar conta de um problema metodológico que envolve a “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos: dado que, segundo a proposta de Silveira (1999), o discurso econômico é tricotômico e envolve mais do que a economia pura, um modelo de “viagem” que comporte apenas a difusão linear de teorias de um polo produtor para outro receptor é limitado. Essa limitação se dá pelo grau de dissimilaridade das redes de saber-poder que possibilitam certa economia do discurso em contextos distintos. Além dessa limitação, tal modelo de difusão corre o risco de incorrer no “vício ricardiano” (por supor que uma teoria pura pode ser facilmente aplicada a contextos distintos de onde foi produzida) e na “Indeterminação de Senior” (ao supor que os resultados da teoria pura *devem ser* aplicados a contextos distintos sem considerar a heterogeneidade dos contextos e do discurso econômico).

Desse modo, pelo exposto no texto, a análise da disseminação das ideias econômicas estaria mais bem alicerçada na abordagem da tradução – ao menos quando os contextos socioculturais em que elas circulam são substancialmente distintos – pelos seguintes motivos: 1) ela pressupõe como ponto inicial de

análise a compreensão da existência de uma rede complexa ou dispositivo de atores ativos – humanos e não humanos; 2) a tradução é um processo que não é linear e isomórfico; pelo contrário, é dinâmico e heterogêneo; 3) a tradução pressupõe que os atores participam na elaboração, criação, testes, reprodução, modificação das ideias econômicas, ou seja, promovem mutações e hibridizações nas ideias; 4) a tradução confere à análise da retórica e às relações de poder no campo da economia o papel de instrumentos relevantes para explicar a complexidade das regras presentes no processo de tradução das ideias econômicas.

Como ainda não achamos na literatura econômica em língua portuguesa uma crítica metodológica à abordagem da difusão das ideias na economia, decidimos, neste trabalho, apresentar essa crítica e fazer apenas um sobrevoo pela abordagem da tradução das ideias, sem ainda verificar empiricamente como elas podem resolver problemas específicos de “viagem” de certos conceitos econômicos. Deixamos para os próximos trabalhos tal aplicação prática.

Referências

ALMEIDA, F.; ANGELI, E.; PONTES, R. An institutional explanation for economists' theoretical and methodological choices. *Review of Political Economy*. v. 29, n. 1, p. 80-92, 2017.

ANGRIST, J.; AZOULAY, P.; ELLISON, G. HILL, R.; FENG LU, S. Economic research evolves: fields and styles. *American Economic Review*. v. 107, n. 5, p. 293-97, 2017.

ARCHELA, D. C. G. Keynes, keynesian economics and the political economy of power of the postwar world. Paraná: UFPR, 2016. (Tese de Doutorado em Políticas Públicas da UFPR).

BACKHOUSE, R. E; CHERRIER, B. The age of the applied economist: the transformation of economics since the 1970s. *History of Political Economy*. v. 49, p. 1-33, 2017.

BAN, C. Brazil's liberal neo-developmentalism: new paradigm or edited orthodoxy? *Review of International Political Economy*. v. 20, n. 2, p. 298-331, 2013.

BAN, C. Translation and economic ideas. In: EVANS, J.; FERNANDEZ, F. (Org.). *The Routledge handbook of translation and politics*. Abingdon: Routledge p. 48-63, 2018. (Routledge Handbooks in Translation and Interpreting Studies)

BLOCK, F.; SOMERS, M. R. *The power of market fundamentalism: Karl Polanyi's critique*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

BOIANOVSKY, M. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, v. 22, n. 4, p. 413-438, 2015.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, J. (Org.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, p. 196-233, 1986.

CALLON, M. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, n. 19, p. 302-321, 2008.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: CETINA, K. K.; CICOUREL, A.V. *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, p. 1-47, 1981.

CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 251-265, 2009.

CARDOSO, J. L. Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation. In: CUNHA, A. M.; SUPRYNIAK, C. E. (Org.). *The political economy of Latin American independence*. New York: Routledge, p. 27-35, 2017.

COATS, A. W.; COLANDER, D. C. An introduction to the spread of economic ideas. In: COLANDER, D. C.; COATS, A. W. *The spread of economic ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-22, 1989.

COSTA, A. O Banco de Portugal e a disseminação das ideias econômicas. In: NEVES, V.; REIS, J. (Org.). *A ciência económica em Portugal: uma história recente*. Portugal: Grupo Almedina, p. 99-138, 2019.

CRUZ E SILVA, V. Economia keynesiana ou a economia de keynes? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro *Princípios de Economia Monetária* de Eugênio Gudín. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DAVID, A. The new professional econocracy and the maintenance of elite power. *Political Studies*, v. 65, n. 3, p. 594-610, 2017.

DEANE, P. The measurement of colonial national incomes: an experiment. *The Economic Journal*, v. 58, n. 236, p. 593-595, 1949.

DEQUECH, D. Institutions in the economy and some institutions of mainstream economics: from the late 1970s to the 2008 financial and economic crisis. *Journal of Post Keynesian Economic*, v. 41, n. 3, p. 478-506, 2018.

DESROSIÈRES, A. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Cambridge: University Press, 1998.

DUARTE, P. G.; GIRAUD, Y. Economics and engineering: institutions, practices, and cultures. *History of Political Economic*, v. 52, n. 6, p. 1-29, 2020.

EARLE, J.; MORAN, C.; WARD-PERKINS, Z. *The econocracy: on the perils of leaving economics to the experts*. United Kingdom: Manchester Political Studies, 2016.

FONSECA, E. D. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. *Estudos Econômicos*, v. 6. n. 2, p. 235-239, 1996.

FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Textos para discussão, 2103)

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOURCADE, M. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. *American Journal of Sociology*, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006.

GOND, J.-P.; BOXENBAUM, E. The glocalization of responsible investment: contextualization work in France and Québec. *Journal of Business Ethics*, v. 113, n. 4, p. 707-721, 2013.

GUIDI, M. E. L. Translation and the circulation of economic ideas across nations. In: CARDOSO, J. L.; KURZ, H. D.; STEINER, P. (Org.). *Economic Analyses in Historical Perspective*. London: Routledge, p. 144-154, 2011.

LATOUR, B. The powers of association. *The Sociological Review*, v. 32, p. 264-280, 1984.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; São Paulo: Edusc, 2012.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practices*, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LAWSON, T. *Economics and reality*. London: Routledge, 1997.

LAWSON, T. Ontology and the study of social reality: emergence, organisation, community, power, social relations, corporations, artefacts and money. *Cambridge Journal of Economics*, v. 36, p. 345-385, 2012.

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MÄKI, U. Economic thought on the outskirts: toward a historiographical framework for studying intellectual peripheries. *Research in the history of economic thought and methodology*, v. 14, p. 307-323, 1996.

MCCLOSKEY, D. N. *The rhetoric of economics*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.

PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

PIRES, M. S. S.; FERNÁNDEZ, R. G. Dando nome ao elefante: a retórica da economia de Deirdre N. McCloskey sob a ótica de Bruno Latour. *Anais ANPEC*, 2020.

PREBISH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia.*, v. 2. n. 3. p. 47-101, 1949.

RAMOS, A. G. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Saga, 1960.

RANGEL, I. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RODRIK, D. *Economics rules: the rights and wrongs of dismal science*. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

RØVIK, K. A. Knowledge transfer as translation: review and elements of an instrumental theory. *International Journal of Management Reviews*, v. 18, p. 290-310, 2016.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. New York: Routledge, 1954.

SEARLE, J. *The construction of social reality*. New York: Free, 1995.

SEARLE, J. *Mind, language, society: philosophy in the real world*. New York: Basic Books, 1998.

SEARLE, J. *Making the social world: the structure of human civilization*. New York: Oxford University Press, 2010.

SECORD, J. A. Knowledge in transit. *The History of Science Society*, v. 95, n. 4, p. 654-672, 2004.

SELF, P. *Econocrats and the policy process: the politics and philosophy of cost-benefice analysis*. Boulder: Westview Press, 1975.

SHANNON, Claude Elwood. A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, v. 27, n. 3, p. 379-423, 1948.

SILVEIRA, A. M. *Estudos sobre a Indeterminação de Senior, v. I: ensaios econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993a.

SILVEIRA, A. M. Wagner e Schmoller sob a luz da indeterminação de Senior. *Estudos Econômicos*, v. 23, n. 2, p. 320-347, 1993b.

SILVEIRA, A. M. *Estudos sobre a Indeterminação de Senior, v. II: ensaios econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SILVEIRA, A. M. Por uma ciência econômica filosoficamente informada: a indeterminação de Senior. In: SILVEIRA, A. M. (Org.) *Ensaio Econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 1-25, 1995.

SILVEIRA, A. M. A indeterminação de Senior: perspectivas e realizações de um programa de pesquisa. *Economia*, n. 23, p. 159-183, UFPR, 1999.

SPENGLER, J. J. Notes on the international transmission of economic ideas. *History of Political Economy*, v. 2, n. 1, p. 133-151, 1970.

STAPLEFORD, T. A. Historical epistemology and the history of economics: views through the lens of practice. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 35, p. 113-145, 2017.

STIGLER, G. Nobel lecture: the process and progress of economics. *Journal of Political Economy*, v. 91, n. 4, p. 529-545, 1983.

STONE, D.; OLIVEIRA, O. P.; PAL, L. A. Transnational policy transfer: the circulation of ideas, power and development models. *Policy and Society*, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2020.

WAERAAS, A.; NIELSEN, J. A. Translation theory “translated”: three perspectives on translation in organizational research. *International Journal of Management Reviews*, v. 18, n. 3, p. 236-270, 2016.

WUST, L. Translating institutional change: towards a processual framework for rule-based Translation. XX SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA/FEA/USP, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2017.

Wittgenstein entre os economistas: uma primeira aproximação*

Wittgenstein Among the Econs: a First Approach

José Ricardo Fucidji e João Victor Paulo Teixeira**

Resumo: Este artigo é uma tentativa inicial de mapear as influências cruzadas entre Ludwig Wittgenstein e os economistas de Cambridge J. M. Keynes e Piero Sraffa. O presente artigo é parte de um projeto mais amplo de pesquisa acerca da influência de Wittgenstein no trabalho de Keynes e Sraffa, ao longo de suas carreiras como professores na Universidade de Cambridge na década de 1930 em diante. Para fazê-lo, este artigo investiga as biografias e a literatura acerca das abordagens filosóficas contidas no pensamento desses economistas, para compreender as influências recebidas e (ao menos no caso de Sraffa) transmitidas ao austríaco.

Palavras-chave: Wittgenstein. Keynes. Sraffa. Metodologia econômica.

Abstract: This paper is a first start attempt at mapping cross-influences between Ludwig Wittgenstein and the Cambridge economists J. M. Keynes and Piero Sraffa. It is part of a wider research on the influences on and from Wittgenstein, Keynes and Sraffa along their carriers at the University of Cambridge, from 1930s onwards. To do so, this paper draws on biographies, correspondence and the literature on the philosophical thinking in these economists' thought in order of pointing out the received of (at least in Sraffa's case) transmitted to the Austrian philosopher.

Keywords: Wittgenstein. Keynes. Sraffa. Economic methodology.

JEL: B20. B31. B41.

* Submissão: 21/08/2023 | Aprovação: 29/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.944

** Respectivamente: (1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Brasil | ORCID: 0000-0002-8262-7899 | E-mail: fucidji@unicamp.br | (2) Mestrando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de economia da Unicamp, Brasil | ORCID: 0009-0008-8888-8046 | E-mail: joaoteixeira.ie@gmail.com



Introdução

Mesmo sendo contemporâneos em suas respectivas trajetórias docentes em Cambridge e embora tivessem familiaridade com as ideias um do outro, pouco se examina a influência intelectual entre Wittgenstein e John Maynard Keynes¹ em suas teorias amadurecidas. Apesar de poucas evidências diretas sobre a influência do trabalho de um sobre o outro – a exceção é Favereau (2005) –, as contribuições de ambos à Nova Filosofia Realista da Escola de Cambridge no início do século XX, com o *Tractatus logico-philosophicus* (1921) e com *Um tratado sobre probabilidade* (1921), seguidos da rejeição de suas respectivas ideias de juventude e do amadurecimento acadêmico com semelhanças (ou afinidades) metodológicas-chave, com as *Investigações filosóficas* (1953) e *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), sugerem que existem influências de cunho filosófico no trabalho um do outro – com Piero Sraffa e Frank Ramsey sendo “catalisadores” importantes desse intercâmbio de ideias; ou, por assim dizer, pontos de tangência no pensamento filosófico dos autores.

1. Wittgenstein e Piero Sraffa: a insuficiência da forma lógica

As ideias iniciais do jovem Wittgenstein se baseavam em sua suposição de que o significado de um termo ou nome consistia no objeto ao qual esse termo ou nome se referia (a chamada “visão fenomenológica”). A linguagem, no *Tractatus*, portanto, é compreendida como forma literal de representação ou espelho dos fatos sobre o mundo, como no exemplo abaixo:

1. O mundo é tudo que é o caso.²/ 1.1. O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas./ 1.11. O mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos./ 1.12. Pois a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo que não é o caso./ 1.13. Os fatos no espaço lógico são o mundo. (Wittgenstein, 1921, p. 135)

¹ Keynes foi o principal articulador do retorno de Wittgenstein a Cambridge em 1929, inclusive hospedando-o nos primeiros dias. Também foi ele quem providenciou para que o filósofo obtivesse uma posição como docente naquela universidade. Em carta à sua esposa, Keynes se refere a Wittgenstein nos seguintes termos: “Bem, Deus acaba de chegar. Eu o encontrei no trem das 5:15. Ele tem planos de ficar permanentemente em Cambridge” (J. M. Keynes a Lydia Lopokova, 18 de janeiro de 1929; cf. Skidelsky 1992, p. 291).

² Também na tradução mais antiga – por José Arthur Gianotti, em 1968 – do alemão “Die Welt ist alles, was der Fall ist” para o português como “O mundo é tudo aquilo que ocorre”. Mesmo não sendo a tradução mais fiel da obra, a substituição de caso para o que ocorre pode ser um ponto de partida mais intuitivo da obra wittgensteiniana na língua portuguesa – sugere mais diretamente que o atomismo metafísico do *Tractatus logico-philosophicus* constrói um mundo por meio de representações dos estados das coisas nesse mundo.

A gênese da teoria de representação proposicional do mundo e a atribuição de significado wittgensteiniana no *Tractatus* surgiu enquanto o autor servia no *front* oriental, a bordo de um navio na Polônia russa, como voluntário no exército austríaco durante a Primeira Guerra Mundial. Foi durante o outono de 1914 que Wittgenstein iniciou um primeiro esboço da teoria da linguagem enquanto figuração. O filósofo teria formulado as ideias de sua primeira grande obra, pelo que se tem confirmado por pessoas que eram próximas a ele,³ ao ler uma notícia sobre um acidente automotivo em Paris, em que a recriação do ocorrido foi feita por meio de uma maquete:

[...] Wittgenstein leu numa revista uma reportagem sobre um processo em Paris envolvendo um acidente de carro. No tribunal, uma das partes havia apresentado um modelo do acidente e ocorreu-lhe então que o modelo podia muito bem representar, ou figurar, o acidente dada a correspondência entre as partes (casas, carros e pessoas em miniatura) e as coisas reais (casas, carros e pessoas). (Monk, 1995, p. 133)

Wittgenstein, assim, concluiu que a representação do acidente por meio de um modelo que *ilustrasse* o estado entre coisas envolvidas no fato, isto é, que correspondesse às suas devidas “coisas reais”, era uma boa analogia para a proposição de linguagem enquanto figuração do significado do mundo. Em registro em seu diário, Wittgenstein escreveu: “Na proposição um mundo é como que formado experimentalmente” (Wittgenstein apud Monk, 1995, p. 134). No *Tractatus*, portanto, a realidade tem como seu espelho a linguagem que articula os objetos em combinações lógicas verdadeiras ou falsas: “1.2 O mundo resolve-se em fatos/ 1.2.2 Algo pode ser o caso ou não ser o caso e tudo o mais permanecer na mesma” (Wittgenstein, 1921, p. 135).

O filósofo, como dito por ele no prefácio do *Tractatus logico-philosophicus*, acreditava que tinha desvendado o método de representação de significados que colocaria fim a quaisquer dúvidas que restaram no campo da filosofia. Segundo Wittgenstein, “[O *Tractatus*] trata dos problemas filosóficos e mostra [...] que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem” (Wittgenstein, 1921, p. 131). Essencialmente, traçou-se uma demarcação sobre o que a filosofia pode, consegue e *deve* falar:

“6.53. O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, *proposições da ciência na-*

³ Segundo Monk (1995, p. 133), Wittgenstein teria relatado o episódio ao filósofo Georg Henrik von Wright, seu sucessor como professor na Universidade de Cambridge.

tural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significados a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas *esse seria o único rigorosamente correto.* / 6.54. Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. / 7. *Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar.* (Wittgenstein, 1921, p. 281, grifo nosso)

Pode-se observar certo isolamento, no “silêncio wittgensteiniano”, do debate filosófico associado à metafísica atomística do *Tractatus* – um solipsismo, por assim dizer. Mas, nesse estágio do pensamento de Wittgenstein, é uma “solução” da filosofia ao *status* das ciências humanas: tudo aquilo que se faz relativo ou contextual não é contemplado de significado por não corresponder de maneira proposicional ao que o termo tenta representar no mundo.

De 1929 a 1946, Wittgenstein e Piero Sraffa, autor de *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* (1960) – considerado um dos pioneiros na crítica da metodologia individualista atomística da economia neoclássica –, começam a se encontrar semanalmente para discussões acerca de seus trabalhos. Sraffa, apesar de economista, era interessado em filosofia e matemática, o que sugere que o início da relação dos dois tenha sido devido ao interesse por esses tópicos nos trabalhos de Wittgenstein. O economista italiano, durante os anos dessa amizade, teve um papel essencial em apontar os grandes equívocos – como já vinha fazendo com sua crítica à economia neoclássica – do atomismo filosófico de Wittgenstein (Chaparro, 2018, p. 27).

Piero Sraffa havia se notabilizado por suas críticas às funções de oferta marshallianas, sustentando que o conceito de equilíbrio parcial se torna equivocado quando consideradas as relações de interdependência entre firmas e agentes econômicos. Seus postulados econômicos, portanto, apoiavam-se em relações interconectadas e socialmente construídas. Para Sraffa (1960), a determinação marginalista dos preços, ao considerar a relação da formação destes por fatores subjetivos de demanda, era equivocada, pois ignorava a propriedade de produção de excedentes do sistema econômico e, conseqüentemente, a formação de preços na economia seguia uma determinação política de distribuição desse excedente (Davis, 2002, p. 389-390).

O próprio Piero Sraffa confirmou a Alessandro Roncaglia o episódio considerado como ponto de inflexão no pensamento wittgensteiniano – conhecido como “Anedota do Trem” – foi durante uma discussão entre Piero e Ludwig em uma de suas viagens. Wittgenstein teria insistido com Sraffa sobre sua tese de uma linguagem em que a forma lógica das proposições correspondesse fielmente ao objeto no mundo. O economista italiano então fez um gesto de escárnio a Wittgenstein e, logo em seguida, questionou qual seria a forma lógica daquele gesto. Por óbvio a mensagem de que se tinha intenção foi passada ao filósofo austríaco e, claramente, transmitiu significado por vias não proposicionais.

Wittgenstein e P. Sraffa, um professor de economia na Universidade de Cambridge, discutiam bastante sobre as ideias do *Tractatus*. Um dia (eles estavam em uma viagem, creio eu, de trem) quando Wittgenstein insistia que uma proposição e aquilo que ela descreve deve ser da mesma “forma lógica”, da mesma “multiplicidade lógica”, Sraffa fez um gesto, comum aos Napolitanos que significava algo como desgosto ou desprezo, que consistia em raspar a parte de baixo do queixo por meio de uma varredura para fora com a ponta dos dedos de uma mão. E [Sraffa] perguntou: “Qual é a forma lógica disso?” O exemplo de Sraffa provocou em Wittgenstein um sentimento de que havia um absurdo em insistir que uma proposição e aquilo que ela descreve deve ter a mesma “forma”. Isso o libertou do conceito de que uma proposição necessita ser literalmente uma “foto” da realidade que ela descreve. (Malcolm, 1958, p. 57-58).

Segundo seus comentadores (e.g. Davis, 1988; Sen, 2003), esse incidente pode ter contribuído para a transição do Wittgenstein do *Tractatus* para o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*. E isso por pelo menos dois motivos: primeiro, como apontado, indica as reservas de Sraffa ao atomismo linguístico e mostra a insuficiência da “visão fenomenológica da linguagem”, afastando-o das influências de Frege e Russell; segundo, indicando a importância da “linguagem ordinária” (ou “visão fisicalista”) e das convenções sociais para o significado das proposições sobre o mundo – um tema também caro a Keynes, como se sabe, o que cria uma possível via de influência do economista inglês sobre o filósofo austríaco.⁴

⁴ A possibilidade de uma influência de Keynes para Wittgenstein é aludida, em toda a literatura pesquisada até o momento, apenas por Chaparro (2018, p. 22), e muito superficialmente. Merece, pois, uma investigação mais detida.

Os temas acerca da linguagem e da filosofia eram familiares e caros a Sraffa devido à sua amizade com o filósofo marxista Antonio Gramsci durante a década de 1920. Ambos trabalharam juntos na revista *L'Ordine Nuovo*, fruto de um grupo estudantil socialista de que faziam parte, além de sua proximidade com o Partido Comunista Italiano. Para Gramsci, enquanto preso e escrevendo *Os cadernos do cárcere*, a linguagem já vinha sendo assunto de investigação na Itália pelo menos desde os anos 1920 por conta dos projetos de padronização da língua italiana pelo governo Mussolini. A medida proibia o uso de palavras estrangeiras como forma de legitimação de um espírito nacionalista e, como consequência, promovia uma aculturação dos diversos dialetos existentes no país (Chaparro, 2018, p. 28–29). É, portanto, nesse contexto, muito razoável inferir que Sraffa tenha absorvido as definições de *filosofia espontânea* de Gramsci, essenciais para sua crítica aos pressupostos de representação e significado contidos no *Tractatus* de Wittgenstein:

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (Gramsci, 1999, p. 93)

Portanto, a tese de Wittgenstein sobre a forma de representação do significado por meio de uma linguagem exclusivamente proposicional encontra suas limitações metodológicas no fato de diversos itens da linguagem não adquirirem significado pela representação de objetos no mundo em operações lógicas proposicionais. É complicado afirmar, assim, que dado objeto referenciado linguisticamente é o significado do termo: “Se nós fossemos dizer ‘N foi embora’, certamente não queremos dizer ‘o significado de ‘N’ foi embora’.” (Waisman 1965, p. 312–313 *apud* Davis, 1996, p. 435). Isso sem falar na possibilidade de termos linguísticos distintos tratarem do mesmo objeto e terem significados diferentes; e, ao contrário, termos distintos que possuem o mesmo significado tratando de objetos diferentes. Ainda nesse sentido, Frank Ramsey escreve sobre a situação limítrofe da representação por meio de proposições dependentes, em última instância, de tautologias – as chamadas “proposições elementares”, sempre verdadeiras. Ramsey aponta a insuficiência

da eterna derivação de contradições em busca de uma tautologia que, segundo ele, não se formaliza. Sobre a incapacidade do atomismo filosófico contido no *Tractatus* de contornar contradições, diz ele:

É um princípio [da teoria] do Sr. Wittgenstein, e, se verdadeiro, é uma importante descoberta, que toda proposição genuína afirma algo possível, mas não necessário. Isso decorre de sua ideia de proposição enquanto expressão de acordo ou desacordo com possibilidades-de-verdade de proposições elementares independentes, de tal forma que a única necessidade é a tautologia, e a única impossibilidade é a contradição. Existe uma grande dificuldade em sustentar essa afirmação; pois o Sr. Wittgenstein admite que um ponto no espaço visual *não pode* ser ao mesmo tempo vermelho e azul; e, de fato, senão, uma vez que ele pensa que induções não possuem base lógica, não devemos ter razão para achar que não podemos encontrar um ponto no espaço visual que é ao mesmo tempo vermelho e azul. Por isso ele fala que “Isso é vermelho e azul” é uma contradição. Isso implica que os aparentemente simples conceitos vermelho, azul (supondo que queremos dizer com essas palavras cores absolutamente específicas) são muito complexos e formalmente incompatíveis. Ele tenta mostrar como isso pode ocorrer, analisando-os em termos de vibrações. Mas mesmo supondo, portanto, que os físicos forneçam uma análise sobre o que entendemos por “vermelho”, o Sr. Wittgenstein está apenas reduzindo a dificuldade para aquilo que são propriedades *necessárias* do espaço, tempo, e matéria, ou o éter. Ele explicitamente faz [o conceito] depender da *impossibilidade* de uma partícula estar em dois lugares ao mesmo tempo. Essas propriedades necessárias do espaço e tempo são dificilmente capazes de serem novamente reduzidas da mesma forma. Por exemplo, considerando estar entre um ponto no tempo no que diz respeito às minhas experiências; se B está entre A e D, e C entre B e D, então C deve estar entre A e D; mas é difícil de ver como isso pode ser uma tautologia formal”. (Ramsey, 1923, p. 473)

Assim, em *Investigações filosóficas*, Wittgenstein conclui que a investigação da finalidade da linguagem é apenas parte do que envolve o significado. A linguagem não é atribuída a significados apenas por tratar do que “é ou não o caso”, então a compreensão da articulação de diversos mecanismos de linguagem sugere uma conclusão melhor sobre significados: “Veja a frase como instrumento, e seu sentido como seu emprego!” (Wittgenstein, 1953, p. 171). Ora, instrumentos e suas aplicações são sempre relativos às tarefas à mão, o que nos leva ao conceito de convenções e sua relação com os “jogos de lin-

guagem” relativos a comunidades específicas, ensejando uma ligação entre as obras maduras de Wittgenstein e Keynes.

2. Wittgenstein e John Maynard Keynes: tangências metodológicas

Em *Um tratado sobre a probabilidade*, Keynes afirmava que um processo de definição analítica que vai de termos complexos para os simples se desdobra em uma variedade de outros processos analíticos simples que apenas se sustentam em intuição. Assim, os agentes poderiam tomar decisões mediante sua capacidade de intuir em termos éticos aquilo que subjaz à realidade. Essencialmente, assume-se que os agentes tomam inferências probabilísticas como validações objetivas; tomando uma proposição como premissa e uma como conclusão, a relação de probabilidade entre as duas com o objeto deve ser igual (Ramsey, 1926 p. 9). Em suma, para Keynes, a intuição de um indivíduo era uma forma de ele inferir o que era moralmente correto e estatisticamente provável.

As concepções metafísicas da tomada de decisão na visão antiga de Keynes foram, por um lado, criticadas mais amplamente enquanto objetivismo ético, pelo fato de que a bondade (ou a boa decisão) não é um conceito objetivo na observação proposicional do mundo, sendo apenas um rótulo de aprovação (Davis, 1996). Keynes, assim como Wittgenstein, teve sua obra inicial criticada por Frank Ramsey por seus pressupostos solipsistas de inferências proposicionais:

Mas permita-me voltar à crítica mais fundamental das visões do Sr. Keynes, da qual a mais óbvia é que na realidade não há algo como as relações de probabilidade que ele descreve. Ele supõe que, a qualquer taxa em certos casos, elas conseguem ser identificadas; mas, falando por mim mesmo, tenho confiança que isso não é verdade. Eu não as percebo, e se eu for persuadido que elas existem, precisa ser através de argumentos; além do mais, eu astutamente suspeito que os outros também não as percebem, pois eles são capazes de chegar a tão pouco acordo sobre qual deles se relaciona com quaisquer duas proposições dadas. (Ramsey, 1926, p. 10)

Wittgenstein e Keynes, portanto, em suas teorias amadurecidas, parecem caminhar em uma direção de abandono dos pressupostos atomísticos em seus trabalhos, adotando uma abordagem metodológica de contextualização e

abraçando conceitos filosóficos apenas na medida dos propósitos em questão, por meio do convívio com seus colegas em Cambridge.

A teorização sobre “jogos-de-linguagem” nas *Investigações* confirma esse afastamento atomístico na teoria wittgensteiniana. A ideia consiste no fato de a linguagem ser utilizada com *propósitos*, não podendo ser compreendida sem se ater ao contexto no qual está sendo empregada. Ao que parece, o termo empregado, “jogo”, é perfeito nesse caso: por mais que exista uma miríade de jogos distintos, a única coisa que eles possuem em comum, aparentemente, é uma lista de conduta específica a cada jogo – regras propriamente ditas – a ser seguida para jogá-los *devidamente*. O que diferencia os jogos, assim, são as ações que os jogadores conduzem apropriadamente entre si conforme as regras de tal jogo. Se um jogador não joga conforme as regras, ele pode estar jogando outro jogo (ou jogo nenhum). Em paralelo, Wittgenstein parece se ater a um pressuposto de habilidade ou habituação com as regras de um “jogo-de-linguagem”. Isso significa que apenas a compreensão do regulamento não garante um comportamento adequado em qualquer jogo que seja – um bom jogador, ao que se constata, é aquele que se compromete com o treino.

N’*A teoria geral*, Keynes faz uso de um artifício metodológico semelhante ao que Wittgenstein elabora nas *Investigações*, dessa vez aplicado à compreensão da economia capitalista: as chamadas “convenções” que Keynes coloca como determinantes do investimento – preferência pela liquidez, propensão a consumir, eficiência marginal do capital etc. – são uma estrutura de expectativas individuais com objetivos distintos e que seguem um comportamento semelhante. Uma vez que um conjunto de indivíduos interdependentemente forma expectativas de longo prazo acerca dos investimentos possíveis em dada economia, a média expectacional sobre os investimentos cria um ponto de convergência para cada expectativa individual do grupo. Dessa forma, o processo de investimento é regido por convenção. Assim, para Keynes, o atomismo individualista do método adotado para explicar a tomada de decisão em *Um tratado sobre a probabilidade* é substituído pela ideia de interconexão entre os agentes e setores para explicar, por meio de “ações socialmente estabelecidas”, demanda agregada e nível de emprego (Davis, 1996, p. 441-442).

O cruzamento entre o interesse de Wittgenstein em reelaborar a teoria do significado por meio da linguagem com o interesse de Keynes em tratar dos padrões de comportamento dos indivíduos por convenções em domínios diferentes da economia nos permite a visualização do ponto de tangência

entre as teorias dos autores. Agir sob convenções pode ser interpretado como uma questão de significado. Conceber os valores de investimentos (representados por uma cifra dos custos ou dos retornos esperados) em termos de uma convergência referencial das expectativas pode ser um significado compartilhado entre os agentes investidores que tomam tais decisões. Esses valores representam um modo de comunicação fundamentado em convenções – ou regras, preferivelmente – entre indivíduos. Significado (no caso, da realidade) é fruto de prática social⁵. Assim, ao que parece, implicitamente, o que Keynes entende por convenções na economia, n'*A teoria geral*, pode ser colocado lado a lado com a ideia de significado contida nas *Investigações filosóficas* de Wittgenstein.

3. Comentários finais e direções de pesquisa

É possível que Keynes tenha se familiarizado indiretamente com os conceitos wittgensteinianos de significado por meio da teoria de interdependência setorial de Sraffa. Da mesma forma que foram, até aqui, pontuadas as tangências entre Keynes e Wittgenstein, o mesmo exercício pode ser feito entre Sraffa e Wittgenstein. O ponto de intersecção entre esses autores pode ser observado, por exemplo, na crítica sraffiana ao modelo de Marshall acerca dos determinantes de preços em condições de concorrência. Sraffa afirma que o pressuposto marshalliano de que os preços em cada mercado (equilíbrio parcial) são determinados somente pela contraposição entre oferta e demanda (tornando, assim, as relações entre variações de preços um fenômeno *indireto* entre os setores) é válido apenas em uma economia onde não há excedente – i. e., descartar a *convenção* (indiscutivelmente mais importante do modo capitalista de produção) de busca pelo lucro, o que soa completamente inadequado em uma economia capitalista. Assim, as variações de preços industriais, na concepção sraffiana são explicadas também “[...] de acordo com a natureza da regra que a sociedade adota para a distribuição do excedente” (Davis, 2002, p. 390). Portanto, o mesmo paralelo pode ser traçado entre o peso da regra nos “jogos-de-linguagem” de Wittgenstein e os determinantes dos preços em Sraffa.

⁵ Davis (1996) faz extensas referências à filosofia de Keynes a partir do artigo “My early beliefs” (Keynes, 1939). Neste texto Keynes aborda a sua reconciliação com a noção de convenções e a relação delas com o comportamento (e por extensão, com a tomada de decisão). Ver também Lawson (1993) sobre a noção de convenções em Keynes.

A semelhança entre convenções e jogos de linguagem e entre prática social e formas de vida é de extrema importância no que diz respeito aos pontos de tangência entre *A teoria geral* e as *Investigações filosóficas*, pelo fato de Keynes não investigar o conceito de *significado* em sua obra. Isso torna mais plausível a ideia de Keynes ter entrado em contato com a filosofia wittgensteiniana por meio de Sraffa – que, diferentemente de Keynes, estava familiarizado com a obra de Wittgenstein.⁶ Vale notar, contudo, que embora Wittgenstein atribuísse grande importância às trocas intelectuais que tinha com Sraffa, parece que o inverso não é verdadeiro. Partindo dessa constatação, Amartya Sen (2003) levanta a hipótese de que a influência tenha sido reversa, isto é, de Sraffa para Wittgenstein. De acordo com o argumento de Sen, o economista italiano teria sido o grande responsável pela “virada” no pensamento filosófico de Wittgenstein. Para Sraffa, porém, a dependência do significado em relação às práticas sociais não constituía novidade, familiarizado que estava com as discussões do círculo filosófico de Antonio Gramsci.

Tratar esse tema envolve não apenas estudar as mudanças intelectuais nos “anos de alta teoria” econômica, mas também o Círculo de Viena e a filosofia do positivismo lógico e ainda outros economistas que possam ter sido afetados pela filosofia wittgensteiniana, tais como Frank Ramsey, Friedrich Hayek e John von Neumann. É válido notar de passagem que, no período em que as filosofias de Keynes e Wittgenstein estão em mudança, coincide com o início de uma guinada em metodologia econômica – do apriorismo para o empirismo lógico (Hutchison, 2009) – que ignora (e, poder-se-ia mesmo dizer, está na contramão de) tais mudanças.

Assim, o argumento desta primeira aproximação é que Wittgenstein está no ponto de confluência de importantes transformações da teoria econômica do século XX. Se (e como) ele as afetou ou foi afetado por elas, é o objeto da investigação ainda a ser realizada. Um aspecto que merece especial consideração nesta rede de influências é investigar se (e como) esses economistas estavam explicitamente conscientes da importância da linguagem e da formação de narrativas no debate econômico.

⁶ Mais significativo é o fato de Wittgenstein e Keynes estarem modificando suas respectivas concepções filosófico- metodológicas praticamente ao mesmo tempo – outubro de 1929 para Wittgenstein; segundo semestre de 1933 para Keynes. Ver a evidência em Hintikka e Hintikka (1986) e Favereau (2005).

Referências

CHAPARRO, G. La transición del pensamiento de Wittgenstein y la influencia de los economistas de Cambridge. *Apuntes del Cenes*, v. 38, n. 67, p. 15-33, 2019.

DAVIS, J. B. Sraffa, Wittgenstein and neoclassical economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 12, n. 1, p. 29-36, 1988.

DAVIS, J. B. Convergences in Keynes and Wittgenstein's later views. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 3, n. 3, p. 433-448, 1996.

DAVIS, J. B. Gramsci, Sraffa, Wittgenstein: philosophical linkages. *European Journal of the Economic Thought*, v. 9, n. 3, p. 384-401, 2002.

FAVEREAU, O. Quand les parallèles se rencontrent: Keynes et Wittgenstein, l'économie et la philosophie. *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 47, n. 3, p. 403-427, 2005.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1926] 1999.

HINTIKKAA, M. B.; HINTIKKAA, J. *Investigating Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

HUTCHISON, T. W. A formative decade: methodological controversy in the 1930s *Journal of Economic Methodology*, v. 16, n. 3, p. 297-314, 2009.

KEYNES, J. M. *A treatise on probability*. Londres: Macmillan, 1973 [1921]. Edição reimpressa em Cambridge: Cambridge University Press, 2016. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. VIII)

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, [1936] 1983. (Coleção Os Economistas)

KEYNES, J. M. My early beliefs. In: KEYNES, J. M. *Essays in biography*. Londres: Macmillan, [1939] 1972. Edição reimpressa em Cambridge: Cambridge University Press, p. 433-451, 2010. (The collected writings of John Maynard Keynes, v. X)

LAWSON, T. Keynes and conventions. *Review of Social Economy*, v. 51, n. 2, p. 174-200, 1993.

MALCOLM, N.; WRIGHT, G. H. *Ludwig Wittgenstein: a memoir*. Oxford: Clarendon Press, 2001 [1958].

MONK, R. *Wittgenstein: o dever do gênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RAMSEY, F. P. Critical notices: "Tractatus Logico-Philosophicus" by Ludwig Wittgenstein. *Mind*, v. 32, n. 128, p. 465-478, 1923

RAMSEY, F. P. Truth and probability & further considerations e probability and partial belief. In: RAMSEY, F. P. *Foundations of mathematics*. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 156-198, [1926] 1978.

SEN, A. Sraffa, Wittgenstein, and Gramsci. *Journal of Economic Literature*, v. 41, n. 4, p. 1240-1255, 2003.

SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril Cultural, [1960] 1983. (Coleção Os Economistas)

SKIDELSKY, R. *John Maynard Keynes, v. 2: the economist as saviour*. Londres: Macmillan, 1992.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, [1921] 1968.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, [1921] 2008.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Rio de Janeiro: Vozes, [1953] 2014.

Ideas, Virtues and the Bourgeois Deal: McCloskey's Rhetoric of Economics Reasserted*

Ideias, virtudes e o acordo burguês: a retórica da economia de McCloskey reafirmada

Lucas Klotz**

Abstract: Deirdre N. McCloskey's contributions to Economics cover a wide range of topics, including studies in Economic History, Methodology, Language and Ethics. Her most recent collection of studies, the Bourgeois Trilogy (2006, 2010a, 2016b), substantiates this interdisciplinarity by bringing these fields together to reassess the history of the Modern World. The following paper aims to investigate how McCloskey's interest in the rhetoric of economics impacts her reading that the Modern World rose thanks to a rhetorical change, known as the Bourgeois Deal, and its virtues. The discussion will fundamentally be around the ideas expressed in *The Rhetoric of Economics* (1983, 1998b) and in the Bourgeois Trilogy, besides other correlated works. We believe that her studies about the Rhetoric in economics and its importance for the scientific method have a fundamental influence on the research structure regarding the Trilogy. Even further, our argument emphasizes that the Bourgeois Virtues alongside Rhetoric have not only a methodological sense, but also an ethical one, highlighting McCloskey's appeal to a more humane, liberal and bourgeois economics.

Keywords: Deirdre McCloskey. Rhetoric. Ethics. Liberalism. Economics Profession. Bourgeoisie.

Resumo: As contribuições de Deirdre N. McCloskey para as Ciências Econômicas cobrem uma extensa lista de tópicos, incluindo estudos em História Econômica, Metodologia (Retórica), Ética e Linguagem. Sua mais recente coleção de trabalhos, a Trilogia Burguesa (2006, 2010 e 2016) fundamenta essa interdisciplinaridade através da união desses campos no objetivo de reavaliar a história do Mundo Moderno. Portanto, o presente ensaio constitui-se em investigar como a Retórica de McCloskey impacta a sua respectiva leitura de que antes de causas econômicas

* Submissão: 04/04/2023 | Aprovação: 26/08/2023 | DOI: 0009-0005-8881-5419

** Research assistant at Center for Child Well-being and Development (CCWD), University of Zurich, Switzerland | ORCID: 0009-0005-8881-5419 | E-mail: lucasiklotz@gmail.com



como o acúmulo de capital ou instituições, o Mundo Moderno ascendeu graças às ideias liberais através do Acordo Burguês. A discussão se dará fundamentalmente ao redor dos argumentos presentes nas obras “The Rhetoric of Economics” (1998) e na Trilogia Burguesa (2006, 2010 e 2016). Acredita-se que os estudos de McCloskey da Retórica e a importância desta como método científico tenham sido uma tentativa de consolidar essa estrutura de pesquisa na Trilogia. Ainda mais, nosso argumento enfatiza que as Virtudes Burguesas em união à Retórica detêm não apenas de um caráter metodológico, mas também ético, destacando o apelo de McCloskey a uma economia mais burguesa, liberal e humana.

Palavras-chave: Deirdre McCloskey. Retórica. Ética. Liberalismo. Profissão econômica. Burguesia.

JEL: A13. B25. B3. B53.

Introduction

Deirdre Nansen McCloskey's contributions to economics cover a wide range of topics. In the 1970's, she investigated Great Britain's economic history through the lens of the Cliometric School. In the 1980's, McCloskey began her studies in the philosophy of science, promoting works in methodology and defying logical positivism in economics. As a result, her essay "The Rhetoric of Economics" was published in 1983 in the *Journal of Economic Literature* (JEL). In the following decades, McCloskey focused on the ethics in economics (or the lack thereof) as well as emphasizing the role the Bourgeois Virtues. One could argue, as we shall do, that these projects had a considerable impact in the publication of McCloskey's *Bourgeois Trilogy* (2006, 2010a, 2016b).

The so-called Economics of Ideas is at the center of McCloskey's *Bourgeois Trilogy* – or the Bourgeois Era. Economic growth is an endogenous result of an economy which its profit maker agents search for new and better ideas, being free to receive the fruits of their works. The Modern World originated from liberal ideas, a social mobility phenomenon that guaranteed the ordinary people to have a go and enrich. Between the seventeenth and nineteenth centuries, the English aristocratic regime sustained by wars, tyranny and misery was substituted by a bourgeois regime and its Deal: "Let me profit from you now and we shall all enrich afterwards". McCloskey (2010a and 2016b) emphasizes that persuasion in the market – or *sweet talk* – fomented liberty and dignity for people to invest in their crafts and enrich. The Great Enrichment – the greatest humankind event after agriculture's invention – was, and it is, an economic tide, but it was not brought by economic causes. Such causes like Imperialism, Property Rights or Capital Accumulation are not capable of explaining this tide change. Thus, according to McCloskey (2016b), the true reason that the Modern World rose in Great Britain – and Holland – was the liberal ideas of innovation and discovery led by the bourgeoisie and its virtues – prudence, courage, temperance, justice, hope, faith and love.

The Bourgeois Revaluation and the origins of the Modern World are inevitably connected to McCloskey's research on economic history and methodology. From the 1980's to the present, she has argued about the importance of a scientific argument raised not only by statistical significance and utility functions, but also by instruments found in the fields of the Humanities. This methodology should be brought to light through a new and

virtuous rhetoric in economics, creating a wider range of argument and persuasion that, according to McCloskey (1983), Samuelsonian formalization (Prudence-Only) is incapable of doing it alone. There is a fundamental need to embrace the literary aspect of our field, in a way that stories, narratives and metaphors help shape the economy of which social scientists try to make a sense. Under this methodological and historical context, the following paper has the objective of investigating McCloskey's reading in the origins of the Modern World and its relations to her rhetorical approach to economics, originated from *The Rhetoric of Economics* (1983 and 1998b). We also discuss the different roles that the Bourgeois virtues take on both projects.

We believe that the *Bourgeois Trilogy* supports an attempt of highlighting *Rhetoric's* both methodological and ethical senses. The first one, originated in the 1980's, stands for democratic pluralism in scientific research and that economists should pay attention in the way they persuade. The second sense, extensively discussed in the *Trilogy*, is her view that economics is a bourgeois social theory. The same liberal rhetoric that created the economic tide of the Great Enrichment is the one that furnishes the real understanding of our economies. Prudential self interest in competition (Samuelson's *Foundations* and North's economic history, cheap talk) as well as cooperation and trust (Adam Smith's *Humanomics*, sweet talk) make for the conversation that agents practice in the commercial life.

Besides this introduction and the conclusion, this paper consists in three sections. First, we review McCloskey's discernment of how a rhetoric in economics should be, how economists actually persuade and her take on the seven virtues' role in the matter. This section is a revisit to the author's main essays on the methodology of science, including the paper and book "The Rhetoric of Economics" (McCloskey, 1983, 1998b). In Section 3, we discuss the main arguments of the *Bourgeois Trilogy's* reading of the origins of the Modern World. We illustrate how both virtues and rhetoric were instruments of social mobility that guaranteed the Great Enrichment. Section 4 integrates both research projects of methodology and economic history. By analyzing the development of her contributions to those fields, the paper deliberates how McCloskey's *Rhetoric* alongside the Bourgeois Virtues emphasize that economic thinking needs ethics as much as modern formalization. And thus, securing her appeal to a more humane, liberal and bourgeois economics.

1. Wordcraft economics

In the 1980s, McCloskey published “The Rhetoric of Economics” (1983) essay in the *Journal of Economic Literature* (JEL). The ideas expressed in the work were turned into a book in 1985 with a second edition published in 1998. The main objective of both was – and still is – to question the method behind Science, especially economics. McCloskey was concerned with the way economists practiced their rhetoric in the field.

For McCloskey (1998b), rhetoric stands for the ancient Greek notion of wordcraft or the study of argument. It’s about persuasion of an audience. How do economists persuade? The importance of doing a rhetorical analysis in economics is to read one’s argument with understanding, what is the argument about and why. There are two types of rhetoric: the official one which is represented by the Samuelsonian¹ tradition built by maximization functions under constraints and self-interested representative agents; and the unofficial rhetoric, which is present on the former, but economists seem to deny it. The latter is a highlighting of logic through the lens of metaphors, stories, and analogies. The biggest issue that economics faces as a systematic inquiry is the narrow range of argument that Samuelsonian formalization provides.

Economics has a rhetorical character that illuminates its social aspect. Any scientific argument starts with an author establishing her *ethos*, or character. And a good one is necessary if the argument is to be persuasive. Making people believe in your theory is a matter of persuasion. And that is achieved by understanding the role of literacy in the field. Mathematical theorems and axioms create theories that can be tested in controlled experiments. Thus, economists are able to understand decision making, workers’ productivity in steel industry and monopolies. McCloskey (1998b) does not deny such relevance and in fact, believes that Mathematics helped economists to better distinguish, for example, a movement of an entire curve and the one only along it. Mathematics and statistics make for very persuasive arguments, but there is a literary approach to economics that is being denied, though it is used.

One could take the Law of Demand as an example, and McCloskey (1998b) asks, how do economists and students of economics accept, almost instantaneously, the idea that if the price of a good rises, its quantity de-

¹ See Samuelson (1948). As Boulding (1948) writes, Samuelson’s Foundations has two great pillars: the theory of maximization and the theory of difference equations. The former is the one that will be extensively discussed through McCloskey’s perspective.

manded falls? The *scientific* approach would be through statistical tests or fitting demand curves to statistics of a certain good and analysing them through time. The *literary* approach takes introspection into consideration – economic intuition –, business owners cutting prices to sell more of their goods, wise economists saying the Law of Demand is valid – as McCloskey (1998b, p. 26) puts it “what mere latecomer would dispute their testimony?” – and analogy: if this Law is valid for movies and ice cream, why not for gasoline? Economists persuade in many forms; it doesn’t mean that literature contradicts Science.

Economists seem to neglect the unofficial rhetoric of the field, but their persuasion is full of figures of speech that put them closer to poets and novelists. Samuelson’s *Foundations* has the mathematical formalization that helped shape modern economics, but there are also appeals to authority – like from J. M. Keynes and F. R. Knight – and appeals to analogy – transaction “friction” or money “withering away”. McCloskey (1998b) argues that figures of speech are ways of talking. It’s a matter of worrying about one’s audience. A scientist may tell that his concern is mainly with the facts and logic of certain behavior and that metaphors and analogies are childish arguments, but these are the instruments of making people believe in his *ethos*.

Metaphors are the greatest figure of speech used by economists. McCloskey (1998b) highlights Gary Becker’s comparison of children to durable goods, like refrigerators. Kids are costly to acquire, they last for a long time and offers joy to those around them. This kind of approach is not merely ornamental, it’s a literary technique to join two subjects different from one another and generate economic insight. Another example from Becker is “human capital”, a unification of human skills with machinery investments that improved the fields of both labor economics and capital theory. What McCloskey wishes to point out is that these subtle aspects of literature foment the development of economic theory with a wider range of human intuition. A literary approach to economics concerns the unofficial rhetoric to be adopted (accepted).

McCloskey (1998b) relates it to linguistics theory from Ferdinand de Saussure’s “Course in General Linguistics” (1915). The bridge between the two fields is the method of study which can be either diachronic or synchronic. The first represents the historical and dynamic character of a certain variable (tracing the history of words or grammar), like time series analysis. The second mentions the static (*ahistorical*) approach – how a French speak-

er communicates with his countryman. Economics is well familiar with the latter, considering the tradition of the neoclassical's method of comparative statics. McCloskey (1998b) understands the static purity of her field and agrees that trying to understand economic change through solely dynamic approaches – like Marxism, the German Historical School and new and old Institutionalism have tried to – has failed multiple times. Thus, economic theory must create a narrative (or a dialogue) of how a certain economy has developed – i.e a dynamic and historical approach –, so that it is possible to treat such period statically – synchronic. Accepting a literary approach to economics means identifying the role of storytelling and the individual's motivation regarding her economic decisions.

Under this context, what is wrong with the Rhetoric of Economics? What is the deal of neglecting the literary aspect of the field? How important is to analyze economic behavior through the lens of persuasion? McCloskey appeals to the use of *sweet talk*. It's not a Methodology with capital M.² In fact, it is an anti-methodology. Neoclassical, Marxist and Austrian Methodologies don't practice the real conversation among them. As Caldwell (1994, p. xiii) summarizes her idea,

Economists (whose actual practice is not so bad) have been misled by Methodologies into thinking that by following their Methodological prescriptions they would be practicing the proper scientific method. But proper scientific method is nothing more than the disciplined, reasonable and mannerly conversation of a specific language community.

The good intellectual (economist) must practice what McCloskey understands of Jürgen Habermas' (1984) *Sprachethik*. The methodology of having one's data, the statistics and the formal models are fine if the scientist doesn't lie, pays attention, is open-minded and does not treat different ideas with violence. That's what good science is about. As McCloskey (1998a, p. 168) puts it, "A rhetoric of economics exposes what most economist know anyway about the richness and complexity of economic argument but will not state openly and will not examine explicitly". She is talking about accepting the human character of economic speech: embracing the metaphors, the analogies, transmitting an idea to an audience through a narrative, using the right authorities, politics, case study, introspection and so on.

² For the controversy of methodologies with capital M or lower m, the same with t(T)ruth, see Mäki (1988), Klammer *et al.* (1987), Caldwell's Preface of Revised Edition (1994) and Blaug (1992).

Persuasion and wordcraft guarantee a wider range of argument in economics. It is a path of knowing the whys and hows of economic research and the making of a more humane and tolerant economist. In order for this path to be achieved, however, there was³ the need to overcome the culture of Logical Positivism – or Modernism – and to understand the role of seven virtues – prudence, courage, temperance, justice, love, hope and faith – in this task.

1.1 The economists' vices

In the 1980's, what McCloskey (1983) was seeing as the greatest barrier for the rhetorical turnaround she proposed was Modernism, or Logical Positivism. As Caldwell (1994) reflects, this philosophical movement was originated by the so-called Vienna Circle in the 1920's. Its members were seeking for an anti-metaphysical method, using logic and axioms to understand a certain problem.

Logical positivists argued that science should have an enquiry structure like physics. Therefore, the “logical positivist program asserted that only meaningful statements were to be permitted scientific consideration and accorded the status of knowledge claims” (Caldwell, 1994, p. 13). What it is to be understood as meaningful statements are the synthetic ones, thus, that can be verified and refuted through evidence. To separate these from the metaphysics, there was a need for the principle of verifiability which means that a statement is meaningful as long as it is verifiable. Verifiability implies testing and, in this matter, makes it possible to prove whether a statement is true or false. This view was the reason why logical positivism had an affection for physics at the same time it criticized the metaphysical aspect of the social sciences.

Economics embraced this method as its official rhetoric. As we have mentioned, McCloskey (1998b) thinks that it was a good idea, at first. The mathematics pioneered by Samuelson's *Foundations* helped economists to better understand economic behaviors. Afterwards, however, it contaminated the field. Prediction and controlled experiments, observable implications and

³ By the time the second edition was published she was still unsatisfied with the way economists were dealing with logical positivism. As argued in the additional chapter, “Well, has it worked? Since the first edition in 1985, and before it the philosophically oriented paper in 1983, have economists paid attention? No. Most economists have reckoned from the title of the book that Aunt Deirdre ‘advocates’ rhetoric, as ‘against’ mathematics.” (McCloskey, 1998b, p. 187). See McCloskey (2017) for the same restlessness.

objectivity became the leading role aspects of economic understanding which narrowed the range of argument. As McCloskey (1998b, p. 142) puts it,

Modernism [Logical Positivism] views science as axiomatic and mathematical and takes the realm of science to be separate from the realm of form, value, beauty, goodness, and all things unmeasurable. [...] the modernist is antihistorical, uninterested in cultural or intellectual traditions [...].

Under this context, she has a great concern about the way economists have been measuring their research data.

There has been a misunderstanding of treating *statistical* significance and *scientific* significance as synonyms. “The numbers are necessary material. But they are not sufficient to bring the matter to a *scientific* conclusion. Only scientists can do that, because “conclusion” is a human idea, not Nature’s. It is a property of human minds, not of the statistics” (McCloskey, 1998b, p. 112, emphasis in original). The first aims to understand relations between variables of a certain sample, through the econometric models; the second one is a wider result, creating a narrative alongside statistical outcomes.

The convenience of statistical instruments in questioning one’s hypothesis has made economists lose the need for creating standards. Thus, McCloskey (1998b, p. 115, emphasis in original) argues that such scenario is incapable of answering “How Big is Big?” questions, summarizing conclusions through the lens of hypothesis tests,

[...] by discussing the rhetoric of the economic issue, Tables of Student’s-t do not make the choice. They are relevant only if you have already chosen, on scientific grounds, what constitutes Big and Small. [...] The argument is that the econometrics has not followed its own rhetoric of hypothesis testing.

Economists were not paying attention in their way of talking, in their audience, they remain under the light of what journals think as relevant, which is not necessarily of what economics can wholly provide. Modernism – or Logical Positivism – is not compatible with economic reasoning, it is window dressing hiding its unofficial rhetoric. As McCloskey (1998a, p. 153) states, the Keynesian Revolution could never have happened if modernist philosophy was leading the method of scientific enquiry. Keynes didn’t have evidence of controlled and objective experiments by the time he had published *The General Theory*.

The argument may be easily misunderstood as an attempt at disregarding mathematical formalization and statistical from economic analysis. But that should not be the point. McCloskey applied economic theory to Great Britain's economic history.⁴ In fact, as McCloskey (1978) argues, cliometricians have been able to answer important questions like “How Large?”, “How Big?”, “How Long?” which reinforces her appeal for creating standards. McCloskey (1988, p. 281) considered herself an orthodox economist. She has embraced quantitative analysis as any other neoclassical has,

There is nothing inconsistent in using mathematics when it seems useful, historical example when it seems useful, thought experiment when it seems useful, to argue a case. [...] I sometimes wonder if the critics of neoclassicism know what they are talking about, literally. [...] I wonder if the critics have read enough real price theory from the hands of the masters, such as Armen Alchian or Ronald Coase.

The biggest issue, as already described extensively, is what McCloskey (2002) will define as a sin in the economics profession: the excessive use of Prudence.

The virtue of Prudence represents self-interest and practical wisdom.⁵ It is also the one behind neoclassical formalization and understanding decision making under a certain constraint. This virtue, however, if used excessively, could become a vice. That's McCloskey's issue with Modernism, *Prudence-Only* economists, who only care about verifiability and rationalism, treating economic agents as such – what she defines as Mr. Max U –, neglecting the importance of a more humane understanding which rhetorical analysis can provide.

In McCloskey's “The Secret Sins of Economics” (2002), one could see that past almost twenty years from the publication of her *Rhetoric* the argument still stood, like the concern regarding statistical significance and the lack of standards in economic research. Either way, what is important to realize is the role of the Seven Virtues in the faculty of speech she has been suggesting since the 1980's. For McCloskey (2002), if a scientist wishes to understand a certain social behavior (*B*) she must embrace prudence, but also

⁴ See McCloskey's (1970) “Did Victorian Britain Fail?”.

⁵ All the virtues will be described in the following section.

the virtues of temperance, justice, courage, love, hope and faith. As a formal way to illustrate this,

$$B = \alpha + \beta P + \delta S + \epsilon \quad (1)$$

in which P is Prudence and S represents Solidarity social and historical aspects that help substantiate the narrative of rhetorical analysis. McCloskey (1998a) points out for measurements of gender, churches attendances, newspapers read, family background, education, social class, and so on. McCloskey alerts that many investigations of B require both P and S , or else, by neglecting the latter, one's research may have biased coefficients, as $\delta S + \epsilon$ are correlated with the former. Many examples from economic history would demonstrate such a scenario like: the profit from Jamaican slavery during the Industrial Revolution, the governance of Bengal after 1761, child labor in the nineteenth century, segregated labor markets in the South, etc.

The virtues are a way of understanding that economic theory has mathematical formalization of prices, profits, and supply-demand equilibrium, but also the speech, narratives and stories. It's a matter of turning the unofficial rhetoric in economics official. In general, McCloskey (1988, p. 271-272; 274-275) argues that,

[...] in other words, is that economics, dammit, is rhetorical. [...] a literary approach to economics will bring economics back into the conversation of mankind. By showing that economics works in ways that poems and novels work we show economics to be humanistic as well as scientific [...] Rhetoric is a theory of democratic pluralism, and of general education in a free society [...] The good of having economists educated to see their field from the outside will be certain improvements in the practice of economic argument. [...] Economists cannot be honest about their arguments if they cannot see what they are.

There is a classical liberal sense of adopting rhetoric as a (anti) method of systematic enquiry and overcoming Modernism. What logical positivists claimed was that the unification of science would be capable of reducing intolerance and violence in scientific – and political – arguments. They claimed that the statements could be tested as hypothesis and verified accordingly. McCloskey (1989) sees it exactly as the opposite: precisely because of its character of controlled experiments and axioms, logical positivism is the denial of human liberty.

Under this revisit of McCloskey's main ideas regarding economic methodology, we have aimed to illustrate how the virtues have a fundamental role in providing the acceptance of the unofficial rhetoric in economic research. As we shall discuss in the next section, one is able to realize how the relation of rhetoric and liberty is at the basis of McCloskey's rereading of the origins of the Modern World and the bourgeoisie's role in that context. In the 1980's, as she began her rhetorical project defying logical positivism, later on her research would use the same set of virtues to argue how a rhetorical change made the ordinary people accept liberal (bourgeois) values.

2 The bourgeois era

The *Bourgeois Trilogy* is a revaluation of the bourgeoisie. McCloskey is concerned in the way left- and right-wings intellectuals – the *clergy* – have misunderstood the values of a bourgeois. To them, this class of individuals represents greed, trickery, and a ceaseless search for profit. Her view, however, is that there is an ethics in the age of commerce and that ordinary people can be virtually good in the market.

There is a reinterpretation regarding the origins of the Modern World as McCloskey (2006, 2010a, 2016b) shifts the protagonist of this event away from Capital Accumulation, Geo- graphic Position or the role of a certain set of Institutions.⁶ Even though countries like China, Egypt and even the Roman Empire had already practiced capital accumulation, foreign trade or secure property rights way before the eighteenth and nineteenth centuries, these countries were not pioneers in the great march of economic growth and development known as The Great Enrichment. The *Trilogy*, instead, intends to focus on ideas. Specially the liberal ones which acted in the ordinary people.

According to McCloskey (2010a, 2016b), these countries lacked freedom of ideas. There was not a scenario in which the ordinary people could have the opportunity to mobilize society through innovation. In Holland

⁶ There is a wide range of references regarding the role of Institutions in the origins of the Modern Economy. For an institutionalised reading closer to McCloskey's, see Joel Mokyr's *A Culture of Growth* (2016). In his book, Mokyr argues the importance of the Republic of Letters and its cultural entrepreneurs – such as Francis Bacon and Isaac Newton – as an institutional arrangement to foment a spillover of innovation that secured the ascension of the Modern World and the English Industrial Revolution. Besides that, to him, there was indeed a coalition between merchants, navigators and scholars in order to exchange information, test new inventions and support a free market for ideas, but that was not being propagated by all bourgeoisie at once.

first and Great Britain after, however, professionals like dentists, engineers and writers could innovate their business, because they had liberty to do so, and more importantly, they were seen as dignified and virtuous. Under this context, there are three pillars that demand our attention to consolidate McCloskey's point: the Bourgeois Virtues; Liberty and Dignity; the third and last, Rhetoric (The Bourgeois Deal).

2.1 The virtues

The first book of the Trilogy, "The Bourgeois Virtues: Ethics for an Age of Commerce" (2006), has a central message that the individual can be good – virtuous – in Capitalism. There is an ethics in the commerce, whether when the agent is opening a new business, innovating her craft or simply offering a service. McCloskey believes this system cannot be summarized as mere trickery and greed. The market is a mechanism in which constant innovations make it possible to buy a good for a low price and sell it for a higher one. And it was through the Bourgeois Deal, "let me profit from you now, and we shall all enrich afterwards", that this action became acceptable and dignified.

McCloskey (2006; 2010a; 2016a) emphasizes that, between the eighteenth and nineteenth centuries, the ordinary people realized an ethical payoff in which one could appreciate other's inventions of goods, services and methods on a spontaneous and exchangeable manner. The English aristocratic regime sustained by wars, tyranny and misery was substituted by a bourgeois persuasion. This spillover of knowledge is what in economics is called the non-rivalry of ideas – extensively discussed in the theories of Economic Growth. This ethical payoff also includes the accepted condition that if there is a demand for a certain good or service, one should not see the supplier's need for profit as malefactor, but as harmonious, a path that contributes to the enrichment and development of all. It is important to observe, however, that even though the bourgeoisie was the protagonist of this environment, McCloskey (2006, p. 1) does not considerate it a perfect social class, innocent from eventual economic and social setbacks,

[...] a middle class is capable of evil [...] The American bourgeoisie organized official and unofficial apartheid. It conspired against unions. It supported the excesses of nationalism [...] It claimed credit for a religious faith that had no apparent influence on its behavior.

As McCloskey (1994) also points out, a bourgeois is neither a saint nor a hero. She understands, however, that contrary from aristocratic speeches or pagan tales, a bourgeois life is built by persuasion and that is the most suitable way for societies to enrich and prosper. For that, it is indispensable to achieve an equilibrium among what she calls the Seven Bourgeois Virtues: Faith, Hope and Love (charity) – the *Christian* virtues –, Prudence, Temperance, Courage and Justice – the *pagan* ones. The idea is that a well-balanced virtuous individual is a bourgeois who innovates, tolerates and is committed with a free and dignified capitalist society. McCloskey (2006) understands virtue as an educated and stabled habit of disposition in promoting goodness and ethics should be the system which brings these virtues together.

Justice represents social equilibrium, the State's as well as the individual's duty. It secures equality under the Law. *Temperance* highlights the person's moderate way of dealing with the ordinary business of life, self-command. *Courage*, a well-known Virtue from the ancient Greek tales, is about the strength of making important decisions – for a bourgeois, it represents the will of profiting and the welcoming of innovation. The last pagan virtue is *Prudence* that symbolizes the acquisition of knowledge, self-interest and rationality, therefore, practical wisdom. The latter alongside *Temperance* might seem to the clergy of left and right wings intellectuals as mere selfishness, but McCloskey (2006) emphasizes the virtuous importance of being good to the self, understanding one's desires and beliefs, and to achieve that, know-how wisdom and self-command are necessary.

There are also the Christian virtues. The ones that keep the ordinary people closer to the transcendent.⁷ McCloskey (1994, p. 187) understands the will of a bourgeois to give back to the poor, to build a relationship of trust with her customers and to make everyone better off,

Acts of charity follow the bourgeois norm of reciprocity. [...] founding hospitals, colleges, and libraries wherever little fortunes were made, is a bourgeois notion, paying back what was taken in profit. [...] Middle-class people in the nineteenth century habitually gave a biblical tenth of their incomes to charity.

To McCloskey (2006), *Faith*, *Hope* and *Love* (charity) are indispensable if one aims to persuade like a bourgeois and his deal do. The first one stands

⁷ It may represent a (Christian) God, but also one's Nation, meaning that not all decisions based in love, faith or hope is influenced by a certain religion. It can represent the bourgeois' will to practice goodness in the name of her country's welfare

for optimism and imagination. The second, *Faith*, represents the individual identity, her integrity. And it is through the last one, *Love* that the ordinary people practiced charity, understanding the need of the most vulnerable to catch up with society's development and prosperity.

It might seem esoteric to think about these virtues and beliefs. But McCloskey (2008) wishes to assert that Economics has not only a competitive character, led by the virtue of *Prudence*, but also a cooperative one. To her, besides the search for profit, which is virtuously accepted, decision making is fomented by specific relationships such as, price discrimination between a seller and a longtime customer in order to maintain his clientele or an exchange of well-educated persuasions dealing a car's sale. Markets and agents cooperate among themselves and values like friendship, appreciation and affection all have a role in the commerce. More importantly, these contexts demand persuasion – *sweet talk* –, not aristocratic tyranny. The set of the Seven Virtues sustains both a virtuous rhetoric in the economy and a decision-making agent. Business, like McCloskey (2008, p. 191) argues, “depends, that is, on the ‘faculty of speech’ that Adam Smith thought foundational for the economy, though his followers have ignored it. It depends on the invisible tongue as much as on the invisible hand”.

This brief discussion about the virtues and their importance to the Bourgeois Deal consolidate the ethics of the bourgeoisie. McCloskey (2006) reasserts the ethical view of Aristotle and Adam Smith that focuses on the flourishing of the self and worshipping of the transcendent, securing a path to goodness. The virtues must be in equilibrium, though. As an example, the excess of *Hope* became a vice in Hitler's vision for a better Germany, and thus, culminating in the ascension the Nazi regime. Also, the vice of *Prudence* can foment corrupt decisions to take certain advantages in the market.

McCloskey merges some virtues to highlight values like humility – temperance plus justice –, honesty – justice plus temperance in matters of speech – and entrepreneurship – prudence plus courage. Those ideals also corroborate the ethics in the Age of Commerce. The idea that the individual can be good and virtuous converts itself into the first pillar of McCloskey's Bourgeois Era.

It is interesting to point out how the virtues substantiate a (unofficial) rhetoric both in economics and in the economy. Although McCloskey (2010b, p. 3) didn't realized it back in the 1980's, Austrian economics made her understand this relation, “I was still a materialist so far as entrepreneurship was

concerned and confined my study of speech ways to those in academic economics itself. Science, I understood, was about rhetoric. But the economy was Real.”. In the 1990’s, as she reread some of Kirzner’s work – and began her transition to the Austrian School⁸ – McCloskey started to think how the power of persuasion was also in the economy itself.

2.2 Dignity and liberty protected the bourgeoisie

The publication of the Trilogy’s second volume, “Bourgeois Dignity: Why Economics Can’t Explain the Modern World” (2010a) endorses McCloskey’s (2010a, p. 1) attempt to reevaluate the origins of the Modern Economy, “the modern world was an economic tide, but did not have economic causes”. She listed several causes that apparently could explain why the Great Enrichment started in Holland and Great Britain, between the seventeenth and nineteenth centuries. Some examples go as capital accumulation, property rights, interest rates, Imperialism, etc. McCloskey (2010b) understands these explanations as consequences of the Great Enrichment or as already established in English and Dutch societies (mere contexts). She is concerned, instead, with the spark, or trigger, that transformed those nations in a way that started to welcome innovation and discovery through the ordinary people of the bourgeoisie.

For a matter of illustration and certain relations to what was discussed in the earlier section, we’ll take McCloskey’s view of the role of Institutions as a possible trigger for the ascension of the Modern World. What she questions is Douglass North’s (1990, p. 3) definition of Institutions as “[...] the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence, they structure incentives in human exchange, whether political, social or economic”. McCloskey (2010a) is concerned with the definition and even more with its possible explanation on why Industrial Revolution began in Great Britain around the nineteenth century. She doesn’t agree with neither of the asserts, Institutions cannot be seen as subject-to-constraints that generate incentives for humans to make decisions.

⁸ For the influence of Austrianism in her work, see McCloskey (2010b). Also, see McCloskey (2019, p. 1) as she writes, “I can be classified as a late convert to the Austrian School, a fellow traveler. A turn to Austrianism was encouraged by intellectual and personal engagement with Karen Vaughn, Don Bourdreaux, [...] Peter Boettke himself. But I’ve been almost everything available in economics – a Marxist, a Keynesian, a social engineer, a Chicagoan, a property-rights enthusiast.”.

For her, it reminds the Prudence-Only Samuelsonian vision of Economics, *Homo prudens* or Mr. Max U, as she defines it. The reason why North's definition got in economists' minds is, according to McCloskey (2010b, p. 351), "They want this to be true because the idea of the institution as a constraint fits easily with their training in Samuelsonian economics."

North, McCloskey (2017) considers, has an anti-humanistic account regarding the role of Institutions. By treating them as constraints, he left the field of the humanities – art, literature, poetry, philosophy, etc. – aside. As further discussed, North's interpretation alongside of what she defines as Samuelsonian economics (Max U) lacks – real – scientific meaning. As she notes, for example, "[r]eligion was to him, as it was to Bob, just another set of constraints on doing business, whether the business is in the market or in the temple or in the desert", and like neoclassical economics, "consistency in ethics is not the strong suit" (McCloskey, 2017, p. 10-11).

This reductionist sense misses the meaning of decision making, *Homo loquens* (speaking), disregarding six of the Seven Bourgeois Virtues – love, hope, faith, courage, temperance and justice. The interpretation of the economy under *Prudence-only* tells half of the story. For example, a manager has the obligation of coordinating her business to make it profitable. Prudence is important for the know-how and practical wisdom of the industry. But the meaning of the decision making, of understanding shareholder's interests, her stewardship and ethical approach to the daily business challenges, they all require the other six virtues.

Besides that, McCloskey (2010a) does not believe in North's historical role of Institutions either. Property rights, for instance, were around the British island, Chinese and Ottoman Empire way before 1689 – a year after the Glorious Revolution –, and therefore, cannot explain the Modern World and its leap of innovation. Why didn't it start sooner, then? Why not in somewhere else? Asks McCloskey (2010a, p. 338, emphasis in original), "[t]he merely *prudential* incentives to innovate were just as great in the thirteenth century as in the eighteenth". The Institutions that mattered for economic prosperity did not change much between 1688 and 1815, in other words, they were the context.

Under this context, McCloskey (2010a) asks herself: if the reasons described above are incapable of explaining the ascension of the Modern World, what then? What did generate the so-called Great Enrichment? What made

people become richer and better off? She believes it was through a rhetorical change, a change in the ordinary people's way of saying things.

The seventeenth century began an argumentative transformation in which liberty made individuals free and dignified to innovate in their respective crafts and business. For McCloskey (2010a, p. 9),

It [Rhetoric] initiates a humanistic Science of the economy, “humanomics” as the economist Bart Wilson calls it. Speech, not material changes in foreign trade or domestic investment, caused proximally the nonlinearities, or (expressed in more conventional theorizing) the leaping out of the production curve, the imaginings of possible lives. We know this empirically in part because trade and investment were ancient routines, but the new dignity and liberty for ordinary people were unique to the age. What was unique was a new climate of persuasion, out there in the shops and streets and coffeehouses populated by the bourgeoisie.

In other words, the ordinary people embraced the Bourgeois Deal, a newborn sweet talk persuasion of tolerance and prosperity for all. A Commercial class, but also as an intellectual group of people who joined the elite of aristocrats securing this new institutional arrangement. Not as the Northian definition puts it, but more like a collection of beliefs, sentiments and ideas that celebrate innovations.

What McCloskey (2010a) is questioning is an increase of real income per head by a factor of 16 since the 1800's (the Great Fact). How, on average, can western civilization consume 16 times more than their ancestors? Besides the monetary earnings, there's also life improvements. Societies have progressed in education, healthcare, civil rights, tolerance, and life expectancy. The ordinary people have become well educated; vaccines and new treatments have been created to control or extinguish diseases; slavery and certain ethnic or race threats have been retracted; women fought for universal suffrage – and won it. They have gained access to the labor market, supporting gender equality. As a result of the invention of electricity and knowledge spillover from the universities, there was also the betterment of methods in productions – innovation – that fomented new goods (drugs, clothing, flight trips) and services. For McCloskey, all these changes that started in 1600 are up and running nowadays thanks to the Great Enrichment⁹ and her (revalued) bourgeoisie.

⁹ For McCloskey, the Great Enrichment is about any kind of innovation, be it in human capital's development, be it in new services.

The *dignity* – faith and justice – motivated the innovation and *liberty* – hope and courage – the free enterprise. The bourgeoisie had then become honorable and honest. A scenario that was underpinned by a rhetorical change that protected the ordinary people willing to innovate. Therefore, McCloskey (2010a, p. 25) argues that “the idea of a dignified and free bourgeoisie do ideas of the steam engine and mass marketing and democracy”.

Under this context, *dignity* and *liberty* are the second pillar of McCloskey’s *Bourgeois Trilogy*. McCloskey (2010a) defines the first one as the opinion that the others have on certain individuals – shopkeepers, scholars, and engineers; the second illustrates the laws that constrain these individuals, though these constraints don’t necessarily have a Northian “rule of the game” aspect once laws can change without public opinion and vice versa. *Dignity* is a sociological factor and *liberty* an economic one. Thus, there’s an interaction between them. More incisively, it is crucial that they work together. Liberty without dignity reminds us of periods of authoritarian states like Fascist Italy or Nazi Germany. Not everyone could rejoice from the gains of innovation. In fact, some groups of people were forbidden to do so. Dignity without liberty creates a scenario where free enterprise is powerless and only a certain ruling class – usually the aristocracy – can enrich. What happened between the seventeenth and nineteenth centuries was that both public opinion and laws¹⁰ guaranteed the context and instruments for the bourgeoisie to create the Modern World.

2.2.1 Modelling the great enrichment

McCloskey (2010) sets a function for the national product:

$$Q = I(D, B, R) \cdot F(K, sL)$$

in which I is the Innovation function, depending on D – Dignity –, on B – liberty –, and on R which stands for rent or profit from innovation. This function multiplies a conventional neoclassical production function, F , depending on K – physical capital and land –, and on L – labor. There is also an education-and-skill coefficient that multiplies L , s .

¹⁰ As McCloskey (2010a/b, p. 11) contradicts the Prudence-Only economists, arguing that “The society and the economy interact. [...] Laws can change without a change in opinion. Consider prohibition of alcohol and then drugs over the past ninety years. And opinion can change without a change in laws. Consider the decades-long drift toward independence among the English North American colonists.”

The Solow Model with technological change regards the $I(.)$ function as A , the Solow residual. McCloskey (2010a) highlights the former because D , B and R are precisely what explain the Modern World. Moreover, McCloskey (2010a, p. 48) writes “[o]f course, since using Robert Solow’s Residual heavily in my anti-entrepreneurial work around 1970, I had realized that most of growth is about innovation, not investment”. It is a Schumpeterian/Austrian¹¹ approach to understand innovation. $I(.)$ is a nonroutine movement of ideas, an accident that generates creative destruction and changes the way a certain good is produced or a service is provided. Consequently, it creates new sources of profits. By routine movements, however, it means the $F(.)$ maximizations under a constraint, focusing on capital accumulation and versions of human capital. This heritage of Samuelsonian tradition helps to understand the change of tide that happened between the seventeenth and nineteenth centuries, but as McCloskey (2010a, p. 419) argues, “[...] $I(.)$ was the maker of the modern world. $F(.)$ was the coastline. $I(.)$ was the tide”.

Usually R – rent, profit – is an endogenous variable of $F(.)$ function, a routine of marginal benefit and marginal cost. But for McCloskey (2010a) it has an unintended discovery character which depends on the ex-ante and ex-post views of R . The former relates to how rich one could become by innovating and the latter is the consequence of the same innovation in the economy. It depends on how society reacts to one’s invention. If it dissipates quickly – i.e. ex-post competition, the invention is easily imitated –, profits – R – are lower than one discovery that has a greater impact – thus, more difficult to replicate. Also, depending on the innovation, the marginal cost to learn may be close to zero, and then the innovator stops receiving possible profits from it – especially if it is unpatentable. Therefore, it really depends in the impact of one’s innovation in the economy. This uncertain scenario for R is the reason it is in the nonroutine function $I(.)$.

The model can also be explored as a Cobb-Douglas per capita function:

$$(Q/L)^* = [\delta D^* + \beta B^* + \rho R^*] + [\kappa K^* + \lambda s^* + (\lambda - 1) L^*]$$

in which means rate of change and $\delta, \beta, \rho, \kappa$ and λ are the variables elasticities. As an example, to identify the relative importance of the skill variable s in the model, years of education could be a useful factor. If analyzed in $F(.)$, its effect on $(Q/L)^*$ is not enough to explain the Great Enrichment, since it

¹¹ For a brief overview in this approach, see Kirzner (1997).

is not guaranteed that college graduates could contribute more to the economy than the noncollege ones. If we take that into consideration, education's impact on the $I(.)$ variables could set a wider range of understanding the great leap of innovation and discovery. An increase in s' growth rate could have made skilled bourgeois admired for their inventions, increasing the rate of Dignity. Also, scholars that contributed to the development of economics could have helped people realize the gains of free enterprise, increasing the rate of liBerty. Education matters, but not only by analyzing its benefits in $F(.)$. McCloskey's appeal to a better reading of Solow's residual aims to highlight that $(Q/L)^*$ is increased by the whole social mobility phenomenon leaded by the bourgeois ethics. $F(.)$ tells half of the story.

Variables from $I(.)$ are entangled, Dignity for innovation depends on earlier liBerty and rents:

$$D_t = g(B_{t-1}, R_{t-1})$$

McCloskey's point is that when people realize how an increased level of liBerty generates more income, they tend to be more tolerant, respecting one another, acknowledging the benefices that innovations bring to common welfare. The reverse causation is also possible, dignified people can start an argument supporting economic freedom and making people understand the betterment that sloshes to all. This demonstrates how B , D^{12} and R are unpaid externalities – after all rewards for a change in the later have been dissipated. Thus, the model suggests how people, between seventeenth and nineteenth centuries, benefited from other's discoveries without routine costs. It's a matter of understanding the role of $I(.)$ not as a constant A or a routine production function, but as the economic tide that illustrates the Great Enrichment. Like McCloskey (2010a, p. 413) argues,

The Brooklyn Bridge was costly to build, and needed somehow to be financed, but the social opportunity cost of people going across it was, from May 24, 1884, zero, and so charging tolls to cross and to play down the debt is from the economist's social point of view irrational. The Age of Innovation was an age of uncompensated intellectual bridge building on an immense scale.

¹² In case one wonders how could D be measured, McCloskey does not go into specifics, although she suggests the use of public surveys like those from World Value Surveys.

2.3 Liberal persuasion enriched the world

This discussion leads us to the *Bourgeois Trilogy*'s third and last volume, "Bourgeois Equality: How Ideas, not capital or Institutions enriched the world" (2016b). So far we have introduced the virtues that make a well balanced bourgeois. Besides that, the paper has discussed how liberty and dignity work together to put these virtues in practice and generate innovation. Now, McCloskey (2016b) reaffirms an unexceptional theme of her academic work: the Rhetoric. The *prima facie* idea is the change of speech – first in Holland and Great Britain, then in the rest of western societies mainly – that created a tradition of equality among the people. The book is an attempt to call attention to one of the most important pillars of Classical Liberalism: Social Equality (and thus, equality of opportunities). And that matter was achieved back in the 1800s through the Bourgeois Deal, and for McCloskey, this same deal must be reasserted today if societies want to prosper and continue to enrich. This rhetorical movement made the ordinary people accepted as free and dignified individuals, and beyond that, made social mobility possible.

Between the tenth and seventeenth centuries, the world was ruled by Aristocracies that regulated the daily business of individuals. Excesses of privileges, abundant wealth and tons of wars. The lower classes didn't have access to education, well paid jobs – actually, their income could barely pay for their subsistence –, opportunities to innovate and grow. McCloskey (2016b) argues that starting in the 1500s, with the discovery of the New World, access to literature, influences from the Renaissance and eighteenth century's Enlightenment, the ordinary people started to think about the societies they lived in.

The 4 Rs: Reading, Reformation, Revolt and Revolution were the marks of the transformation process. In that way, the middle classes became unsatisfied with Aristocracies' lifestyle – take for example the Glorious Revolution in 1688 and the French Revolution in 1789, both bourgeois movements. The decentralization of power like the English Parliament controlling the crowns expenditures and privileges created a window of opportunity for the liberal ideas to prosper. The 4 Rs, for McCloskey (2016b, p. xxxvi) "caused liberal equality, which caused the Bourgeois Revaluation, which caused The Great Enrichment".

There is not a denial of importance regarding foreign trade, the discovery of the New World, geographic position and well settled property rights in the history of the Modern World. But all of these factors were contextual,

meaning that one is able to find these movements elsewhere and in different centuries. What suddenly change were ideas flourishing, making the Industrial Revolution ascend. A rhetorical change that protected the ordinary people to innovate and be better off. Persuasion and sweet talk in the market made people believe that enrichment is achieved by trade. It was a sudden movement and its spread took awhile to be understood. The Glorious Revolution in 1688 and the Enlightenment in the eighteenth century were important contexts to foment such phenomena, especially in Holland and Great Britain. But by the beginning of the nineteenth century, Western Europe was embracing liberal conversation. It was a matter of self-interest, but also of courage, faith, solidarity and trust. The Deal made by the bourgeoisie with the rest of society needed the set of all Seven Virtues.

For McCloskey (2016b) this change was crucial to start a flourishing of worldwide economic growth and democracy. Individual freedom to come and go, start a business, discuss ideas. Economic freedom to buy from and sell to other countries, ignoring mercantilism's attempts to control prices and quantities of goods. Social equality to abolish slavery – even though that took longer to happen – and judge the individual for his values, not because of his race or ethnicity – also a current issue that twenty-first century societies face which is why McCloskey appeals on the reaffirmation of the classical liberal ideals practiced in the past 200 years. This was the rhetoric of the Bourgeois Deal, the impersonal chase for profit that generates prosperity for all; people exchanging ideas, goods and services for the sake of their self-interest (prudence), but also cooperating and building relationships of trust, giving it back to the poor (love) under a well-established Rule of Law (justice). As McCloskey (2016b, p. 403) argues,

What did “rise” as a result was not trade itself but trade-tested betterment. The idea of equality of liberty and dignity for all humans caused, and then protected, a startling material and then spiritual progress. What was crucial in Europe and its offshoots was the new economic liberty and social dignity for the swelling bourgeois segment of commoners, encouraged after 1700 in England and especially after 1800 on a wider scale to perform massive betterments, the discovery of new ways of doing things tested by increasingly free trade.

Rhetoric is the third and final pillar of the Bourgeois Era. Though McCloskey (2010b, p. 58) agrees with the Kirznerian approach to discovery

as a *nonroutine* movement of ideas from entrepreneurs that furnishes economic growth, she believes that the Austrian economist's analysis lacks language, or the importance of persuasion. Besides discovery (innovation) itself, it is important to understand the role of the entrepreneur's *audience*, "[a]fter all, it is the cash applause of consumers that determines which innovation, or which artistic or scientific advance, continues to evolve". Note how the relation between the persuader and her audience matters, again, both in the 1980's *Rhetoric* and in the 2000's–2010's *Bourgeois Trilogy's* economy.

The pillars work together. One shall realize how the true bourgeoisie, with its well-balanced Seven Virtues, became free and dignified through the power of words. The Revaluation of the bourgeoisie aims to celebrate a social class that has been misunderstood by progressives and conservatives intellectuals. It is also meant to highlight the leading role of the bourgeois as an innovator agent, that appreciates competition as well as cooperation. It is an alternative reading that they made the Industrial Revolution possible and the ascension of the Modern World's Great Enrichment.

3. Rhetoric's ethical approach

The rhetoric in economics, as one can now realize, has a dual sense in McCloskey's work. It stands for both democratic pluralism in scientific research as well as understanding the prosperity of western civilization. A rhetorical approach to economics is a matter of embracing the ethical (bourgeois) character an economy has.

How important is persuasion in the economy? There are so many job occupations that practice the bourgeois talk, or sweet talk, that as McCloskey and Klamer (1995) showed, it represented one quarter of US GDP. They are the lawyers, judges, public relations specialists, managers and supervisors. All of them being prepared to persuade, as McCloskey (2016a, p. 492) argues "[i]n a free society the workers cannot be peremptorily ordered about and beaten with knoutus if they do not respond. They need to be persuaded". Sweet talk stands for the health care worker advocating her patient to take his pills, for the councilor to communicate with his audience, for the salesperson to sell a brand new car for a veteran – "first of all, thank you for your services, we the people salute you" – it's a matter of trust. As McCloskey (2008, p. 191) points out, watch a negotiation for a simple house sale and you will see that it depends on dignities and feelings, roles and pretenses, a give-

and-take of politeness, veiling of threats, excusing of hardheadedness because, after all, this is Business we are doing.

Markets generate virtues, not vices. McCloskey wishes people to understand that since Adam Smith the economy should be studied as a bourgeois town. The commercial life highlights both competition and cooperation among its citizens.

Modern economics, however, has been reduced to *Prudence-Only* approach in decision making. For McCloskey (2016b), economists, since Samuelson, have neglected the talking, or as Akerlof (2020, p.413) puts it, “[...] the stories people are telling themselves [...]”. Recall equation (1), McCloskey (1998b) states the role of narrative of *S*, measuring gender, education, social class, newspapers read and even church attendances. As earlier illustrated, *P* is a powerful variable, but neglecting *S* can create biased coefficients. Rhetoric is what binds both together, by understanding the bourgeois character of the economy one realizes that its virtues are a source of an ethical discourse that is neither an aristocratic tyranny nor a peasant tale. The Bourgeois Deal celebrates equality in the transactions made through the power of persuasion in a free market for ideas.

Economics deals with abstract scenarios, *as if* and *all else being equal* assumptions. The role of ethics has been questioned way before McCloskey’s, as Knight (1936, p. 37) puts it, “[...] what is to be said of ethics? [...] For those to whom is only a more or less ‘glorified’ economics, virtue is correspondingly reduced to an enlarged prudence.” Furthermore, in the 1930’s, Ronald Coase’s *The Nature of the Firm* (1937) furnished the kind of rhetoric in economics McCloskey (2018) is still suggesting.¹³ McCloskey’s (1998b) take on Coase’s paper is that he highlighted the Smithian *faculty of speech*. As Coase (1937, p. 390-91) engages to a realistic definition of a firm, the British economist adds the role of an entrepreneur in coordinating transactions, besides the price mechanism, “[t]he cost of negotiating and concluding a separate contract for each exchange transaction which takes place on a market must also be taken into account.” Under that statement, McCloskey (1998b, p. 99) understands that Coase’s transaction costs, by approaching case by case, by questioning if this scenario applies to the real world,

[...] is in this sense precisely casuistic, looking for the stories and metaphors and facts and logics that fit the case at hand, and avoid-

¹³“I have been arguing so to economists since 1983. No effect so far. But I’m an optimist. Prediction, to take up one item in the litany of positivism, is not the essence of science.” (McCloskey, 2018, p. 8).

ing the unreasonable obsession with one of them alone. A style of ethical storytelling that insists that cases matter as much as principles [axioms, if and then structures of logic] is foreign to most of modern economics.

In other words, Coase (1937) was leading economics to the reality in which people speak, negotiate and trust in each other, where they practice McCloskey's bourgeois rhetoric.

Ethics in economics is not an invitation to less mathematics or less statistics. As McCloskey (2018, p. 5) points out, the issue is the kind of mathematics being learned from the Department of Mathematics, rather than from Engineering or Physics.¹⁴ Young economists are being told to prove mathematical propositions instead of using them to study world issues. Thus, the lack of ethics in our field is a lack of meaning. Economics as being a social theory of decision making must take the human character and its virtues into account. The democratic pluralism that McCloskey's *Rhetoric* has suggested since the 1980's is to give mathematics, statistics and history a meaning to the commercial life that the seven bourgeois virtues provide.

McCloskey (2010a and 2016b) believes that by neglecting the bourgeoisie role as the pioneer of the modern world, economists, focusing on institutions, imperialism or capital accumulation instead, have also forgotten the ethical essence of our field. The celebration of the liberal values in the marketplace, initiated by Adam Smith, aims to show that the Samuelsonian tradition tells only half of the story.

Boulding's (1971) well known essay from the annual meeting of the American Economic Association in Detroit, 1970 questions the best approach in dealing with authors of the past. After Samuelson, who needs Adam Smith? How is economics teaching influenced by the anti-historical approach as well as by the ultrahistorical one? The former represented, back then, the idea that economics was mathematics and there was no need for reading the ancients; the latter would be quite the opposite, learning what the classical economists were saying at their time, how Smith got somethings wrong and confused and then the same with Ricardo, Mill and so on, as a result Boulding (1971, p. 232) alerted "[m]any students never learned anything that was

¹⁴ For McCloskey (2018), the Departments of History and Physics have been more successful in answering *How Big is Big?* questions, thus, of creating standards. If we trace McCloskey's (1989, 2018) take in this issue, she argues that economists have been trying to extract from Physics only the verifiability approach and forgetting to answer the former question.

right at all, and I think emerged from the course with the impression that economics was a monumental collection of errors”. The author agreed to be in the midpoint between both views, understanding the importance of standing on the shoulders of giants as a direct influence on the modern economic models and their interpretation in post Samuelson economics.¹⁵

The point is that there is a relation to what Boulding (1971) calls the Principle of Extended Present – how the present may not be a single point in time but a historical gap of intellectual discussion regarding one’s work – and McCloskey’s appeal to Adam Smith’s Humanomics. Boulding (1971, p. 331) understands that if the intellectual evolution of a certain matter is yet undeveloped, there would be no reason to disregard the classics,¹⁶ in other words, “we need both Samuelson and Smith.” Moreover, if one is looking for new ideas and insights, it is hard not to operate with a longer extended present.

The attempt to bring Smith’s ideas back to economic discussion, as McCloskey (2016a) argued in the *Eastern Economic Journal*, converges to this longer extended present. The way economics has ignored the fields of the humanities – like philosophy, literature – and the interdisciplinary relation to the other social sciences – anthropology and history – distanced itself from the study of human meaning. The rhetorical approach, understanding economics as a series of cooperations in the marketplace, as McCloskey (2016a, p. 2, emphasis in original, quoting Smith, 1776 and 1759 (1790) emphasizes,

[...] [t]he ordinary affair of academic economics itself, for example, as I argued in my books in the 1980s and 1990s on the rhetoric of economics. But certainly in the economy itself, as I am now realizing, and am belatedly and clumsily saying in another set of books [*The Bourgeois Era*].

that unites mathematics and statistics with the fields described above highlights what she is arguing on Smith’s importance in understanding not only the origins of the Modern World, but also the nowadays economy,

¹⁵ As Boulding (1948, p. 199) wrote in his review regarding Samuelson’s *Foundations*, “[m]athematics is only part of the foundations of economic analysis; its other foundations lie in philosophy, in the other social sciences, and even in art and literature where that essential but nonmathematical quality of critical judgement is developed”. He also argued that if economics would become a mere mathematical field, it would lose its essence of humane and empirical quality which converges to McCloskey’s both methodological and historical concerns.

¹⁶ Once the development is reached, economic data and statistical methodology may have the leading role in modern textbooks, being a good replacement for earlier writers.

[...] as Adam knew already in 1762-63: “In this manner everyone is practicing oratory on others through the whole of his life.” Smith’s first book, [...] *The Theory of Moral Sentiments* [...], is about how we converse in public or in the councils of our hearts on ethics. [...] he writes (1776, Bk. I, Chp. ii, para. 2): “whether this propensity [to truck and barter] be one of those original principles in human nature, of which no further account can be given; or whether, as seems more probable, it be the necessary consequence of the faculties of reason [thus Samuelsonian economics] and *speech* [thus Smithian humanomics], it belongs not to our present subject to inquire.”¹⁷

In sum, McCloskey’s long-lasting contribution in economics has furnished different perspectives from the methodology of science to the history of economics as well as ethics. By analyzing her work from the 1980’s to the 2010’s, and besides all the paths the research could have taken, the rhetoric in economics being literally denoted as the Greek notion of persuasion and wordcraft is the key role of generating a meaningful and storytelling analysis of decision making in the economy, even in their most technical and mathematical moods. This analysis starts by accepting the bourgeois character of economics; by embracing that economic agents stand for competition and creative destruction, but the same happens with cooperation and trustworthiness. Self-interest and practical wisdom are a fundamental aspect of understanding the marketplace, but *Prudence-Only* is incapable of creating the whole narrative.

The Bourgeois Deal changed public opinion, between the eighteenth and nineteenth centuries, through the liberal discourse of the seven virtues, by practicing sweet talk. For McCloskey (2016a), the Modern World is run by it. If economists want to understand the matters they are studying, it’s time to take the talking and stories of ordinary people into account.

4. Conclusion

The paper has reviewed many of McCloskey’s contributions to economics. We’ve discussed Great Britain’s economic history, her pioneer and controversial study regarding the rhetoric in economics. Also, the paper inevitably went through McCloskey’s take in ethics and liberal values. As earlier illus-

¹⁷ McCloskey argues on that inquiry “[i]n the Lectures on Jurisprudence, the editors observe about the passage in *The Wealth of Nations*, he had said ‘the real foundation of [the division of labor] is that principle to persuade which so much prevails in human nature’ (n3 in Smith 1776, p. 25)”.

trated, all of these subfields substantiate her life's work, consequently the *Bourgeois Trilogy*. The paper aimed to investigate the different roles that rhetoric has in McCloskey's studies. Moreover, we aimed to illuminate how these roles, from the 1980's to the present, highlight her appeal to Liberalism and a more humane economics.

The practice of McCloskey's rhetoric in economics has a dual sense. First, the 1980's methodological one in which she appeals for a democratic pluralism, of accepting the literary character of economics. By questioning logical positivism's role in our field, she argues how short ranged the economists' persuasion have been, how statistical significance and *prudence-only* maximizations lack meaning in the social theory that economics stands for. For that, besides prudence, there is a need to watch for the other six virtues. Second, the Bourgeois Era considers the same set of virtues that McCloskey described it as bourgeois. By analyzing the origins of the Modern World, she states how a rhetorical change in the public opinion made the ordinary people celebrate and practice innovation. The Bourgeois Deal, "*Let me profit from you now and we shall all enrich afterwards*", is McCloskey's gesture in highlighting the power of words and the free market of ideas. The commercial life, in which we all participate day in and day out, is a matter of trust and cooperation. Rhetoric (wordcraft), therefore, has a role in economics, as an instrument of systematic inquiry; and also an ethical matter of paying attention in the *real* economy.

The bourgeois revaluation of McCloskey's *Trilogy* is a matter of understanding the historical roots of western civilization, especially regarding an important economic tide like the Great Enrichment. Also, it is an interdisciplinary work that highlights her appeal for a more humane study of economics which make scientists more capable of sensing the economy itself. Her take on the bourgeoisie class symbolizes the struggle of reducing the science to the virtue of prudence, of seeing the economic agent as a mere self-interest utility maximizer. If the modern world rose thanks to a rhetorical change in the public opinion which embraced liberal values and innovation, couldn't be the same nowadays for understanding the role of persuasion in the ordinary business of life? On paying attention to the way people are talking and the stories they are telling themselves? The practice of the so called *Humanomics* is the acceptance that there may be more about the economy than economics is truly providing, and for McCloskey this humane approach can be achieved if economists accept the narrative that the seven virtues foment.

References

AKERLOF, G. A. Sins of omission and the practice of economics. *Journal of Economic Literature*, v. 8, n. 2, p. 405–418, 2020.

BLAUG, M. *The Methodology of Economics: or, how economists explain*. Cambridge University Press, 1992.

BOULDING, K. E. Samuelson's foundations: the role of mathematics in economics. *Journal of Political Economy*, v. 58, n. 3, 1948.

BOULDING, K. E. After Samuelson, who needs Adam Smith? *History of Political Economy*, v. 3, n. 2, p. 225–237, 1971.

CALDWELL, B. J. *Beyond Positivism*. London: Routledge, 1994.

COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica*, v. 4, p. 386–405, 1937.

HABERMAS, J. *Theory of communicative action*. [s. l.]: Beacon Press, 1984.

KIRZNER, I. Entrepreneurial discovery and the competitive market process: an austrian approach. *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 1, p. 60–85, 1997.

KLAMER, A.; STEWART, H.; GLEICHER, D.; MCCLOSKEY, D. N. Book review: The rhetoric of economics. *Review of Radical Political Economics*, v. 19, n. 3, p. 80–91, 1987.

KNIGHT, F. H. *The ethics of competition and other essays*. [s. l.]: Harper & Brothers, 1936.

MCCLOSKEY, D. N. Did Victorian Britain fail? *Economic History Review*, v. 23, n. 3, p. 446–459, 1970.

MCCLOSKEY, D. N. The achievements of the cliometric school. *Journal of Economic History*, v. 38, n. 1, p. 13–28, 1978.

MCCLOSKEY, D. N. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*, v. 21, n. 2, p. 481–527, 1983.

MCCLOSKEY, D. N. The consequences of rhetoric. *The Consequences of Economic Rhetoric*, v. 280, p. 286-290, 1988.

MCCLOSKEY, D. N. Why am I no longer a positivist? *Review of Social Economy*, v. 47, n. 3, p. 225-238, 1989.

MCCLOSKEY, D. N. Bourgeois virtue. *American Scholar*, v. 63, n. 2, 177-191, 1994.

MCCLOSKEY, D. N. Bourgeois virtue and the history of p and s. *The Journal of Economic History*, v. 58, n. 2, 297-317, 1998a.

MCCLOSKEY, D. N. *The rhetoric of economics*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998b.

MCCLOSKEY, D. N. *The secret sins of economics*. Cambridge: Prickly Paradigm Press, 2002.

MCCLOSKEY, D. N. *The bourgeois virtues: ethics for an age of commerce*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

MCCLOSKEY, D. N. Not by p alone: A virtuous economy. *Review of Political Economy*, v. 20, p. 181-197, 2008.

MCCLOSKEY, D. N. *Bourgeois dignity: why economics can't explain the modern world*. The University of Chicago Press, 2010a.

MCCLOSKEY, D. N. A Kizrnerian economic history of the modern world. *Annual Proceedings of the Wealth and Well-Being of Nations*, v. 3, p. 45-64, 2010b.

MCCLOSKEY, D. N. Adam Smith did humanomics: so should we. *Eastern Economic Journal*, v. 42, p. 503-513, 2016a.

MCCLOSKEY, D. N. *Bourgeois equality: ideas, not capital or institutions, enriched the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 2016b.

MCCLOSKEY, D. N. Getting over naive scientism c.1950: what Fogel and North got wrong. *Cliometrica*, v. 12, n. 3, p. 435-449, 2017.

MCCLOSKEY, D. N. The two movements in economic thought, 1700–2000: empty economic boxes revisited, *History of Economic Ideas*, v. 26, n. 1, p. 63–95, 2018.

MCCLOSKEY, D. N. What's still right with the Austrian school of economics: a comment on Boettke. *Assessing Austrian Economics (Advances in Austrian Economics)*, v. 24, p. 33–47, 2019.

MCCLOSKEY, D. N.; KLAMER, A. One quarter of GDP is persuasion. *The American Economic Review*, v. 85, n. 2, p. 191–195, 1995.

MÄKI, U. Realism, economics and rhetoric. *Economics and Philosophy*, v. 4, n. 1, p. 167–169, 1988.

MOKYR, J. *A culture of growth: the origins of the modern economy*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

NORTH, D. C. *Institutions, Institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SAMUELSON, P. A. *Foundations of economic analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1948.

SAUSSURE, F. de. *Course in general linguistics*. Fontana/Collins, C. Bally & A. Sechehaye, Eds., 1915.

SMITH, A. *The theory of moral sentiments*. Reprinted Indianapolis: Liberty Classics, 1759 (1790).

SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. Vol. 1*. Oxford: Oxford University Press. Reprinted Indianapolis: Liberty Classics, 1976, 1776.

Não um método, mas uma gramática: a economia da palavra*

Not a Method, but a Grammar: The Economy of the Word

Keith Tribe**

JEL: B12. B41.

Aqui eu noto uma discussão que foi levantada [...] sobre as pretensões da economia política ser considerada uma ciência ou não. Eu estou certo de que a linguagem que é algumas vezes utilizada pelos escritores econômicos, sugerindo que as doutrinas que eles expõem merecem o respeito de perfeição científica similar à da física, é passível de ser seriamente enganosa. Mas eu não estou disposto a inferir a partir disso que devemos deliberadamente aquiescer em tratar a Economia Política como não científica. Minha inferência é que seria melhor não ignorar o esforço em ser o mais científico possível, mas que devemos tomar cuidado para não enganar a nós mesmos em relação ao alcance de nossos alvos: por exemplo, até onde tratarmos a Economia Política positivamente, devemos evitar o erro de uma generalização de experiência limitada por uma lei universal; e desde que tratarmos isso hipoteticamente, deveríamos tomar cuidado para não usar palavras em significados diferentes sem estar ciente da diferença, nem supor que nossas noções sejam quantitativamente precisas quando elas são realmente indefinidas. (Sidgwick, 1903, p. 51-52)

Este livro tem um propósito metodológico amplo: argumentar que o uso da linguagem econômica é o objeto próprio do discurso da história econômica e que, ao entender o argumento econômico, devemos prestar atenção à “economia da palavra”. Como Sidgwick corretamente insistiu, devemos tomar cuidado com as nossas palavras. George Orwell (1961, p. 353) adicionou

* Submissão: 14/07/2023 | Aprovação: 29/09/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.930

Originalmente publicado em *The Economy of the Word: Language, History, and Economics*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-20, 2015. Tradução: Rafael Galvão de Almeida, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com

** Faculty of History and Archaeology, University of Tartu, Estonia | ORCID: 0000-0003-0726-0756 | E-mail: tess@dircon.co.uk



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

mais tarde o princípio razoável de que à medida que a nossa linguagem “se torna feia e imprecisa porque nossos pensamentos são tolos [...] o descuido com nossa linguagem faz com que seja mais fácil para nós termos pensamentos tolos”. Desde 1883, quando a primeira edição dos *Principles* de Sidgwick foi publicada, os argumentos econômicos se tornaram cada vez mais formalizados e técnicos, mas nem sempre isso melhorou a precisão com a qual a linguagem econômica é usada. Podemos nos lembrar que Alfred Marshall, quase contemporâneo de Sidgwick, tinha se formado entre os primeiros lugares no *tripos* matemático de 1865, assim como John Maynard Keynes quarenta anos depois, em 1905.¹ Ambos, Keynes especialmente, compartilhavam da preocupação de Sidgwick de que um entusiasmo por lógica e números poderia sufocar a habilidade de fazer bons julgamentos e formar argumentos claros.

Hoje, argumentos “econômicos” prevalecem sobre argumentos políticos ou éticos, mas o sentido de “economia” que isso implica é notavelmente atenuado e empobrecido: seu significado foi destilado. Como o capítulo 2 demonstra, tal uso é um desenvolvimento recente, porque a hipótese contemporânea de que a “economia” é associada à eficiência e otimização em uma lógica de escolha apenas ganhou aceitação geral na segunda metade do século XX. A “economia” se originou com os gregos antigos, tanto semântica quanto etimologicamente; analisando o termo em seu contexto original, nós encontramos um sentido que é bem diferente desse significado contemporâneo. Em uma escala histórica, seu uso moderno pode ser tão efêmero quanto um vagalume. Quando, por exemplo, Charles Darwin ([1845] 2010, p. 14) se referiu à “economia da natureza” em seus primeiros esboços sobre a evolução das espécies, ele estava usando o termo num sentido bem próximo ao dos gregos. Tal sentido é refletido hoje no termo “ecologia”, de um sistema capaz de se organizar e se corrigir sozinho, no qual a conexão entre as partes e o todo não é imediatamente evidente, nem redutível a leis, mas onde a interferência em uma parte poderia levar a consequências imprevisíveis para o todo – ou também não. Isso é um dos sentidos do termo “economia da palavra” que exploramos aqui – como um sistema complexo e sempre em mutação. Mas ainda preservamos a parcimônia, em que o uso de uma palavra em particular, ou conjunto de palavras, pode relatar significados de forma

¹ Marshall ficou em segundo lugar geral (*second wrangler*), Keynes em décimo segundo (apesar de que a forma do *tripos* que cada um prestou era diferente, então essa não é uma comparação direta).

mais precisa do que linhas de equações. Desde, é claro, que escolhamos as nossas palavras cautelosamente.

Um foco no uso da linguagem requer instrumentos e técnicas particulares. Os recursos aos quais recorro derivam, em sua maior parte, da história das ciências, análise literária, linguística e filologia. Nenhum “método” único é advogado aqui, apenas simplesmente uma orientação de como o texto é organizado; daí vem o título desse capítulo. Mesmo que houvesse tal “método”, poderia ser apenas demonstrado com exemplos, na melhor das hipóteses; metodologia, assim como a filosofia da ciência, é sempre demasiadamente pensada como uma técnica, em vez de um meio de reflexão. Ao partir para determinar as regras de formação do argumento, deixados aos seus próprios parâmetros, ele pode acabar se tornando em um argumento autossustentado sobre regras.²

Estes ensaios têm por objetivo dar exemplos de uma abordagem particular ao entendimento da linguagem econômica. Para esclarecer o que o “econômico” significa nesse contexto, eu começo com uma consideração dos vários usos aos quais a palavra “econômico” se agarrou – e à capacidade constante de mudança das alusões e imagens econômicas. Até o período moderno, a significância da “atividade econômica”, da sustentação da vida, era tão óbvia que nem precisava ser dita. Conseqüentemente, ela atraiu pouca atenção direta dos escritos dessa época e essa indiferença aparente prevaleceu até bem depois da invenção da tipografia e do livro impresso. Só a partir do século XVI que o fluxo de escritos econômicos começa a transbordar. Panfletos e livros aparecem na Europa Ocidental sobre “assuntos econômicos” – para tópicos de agricultura, comércio, moeda e população. Tratados gerais de princípios econômicos apareceram primeiramente no último terço do século XVIII: trabalhos de diferentes autores escoceses, como Sir James Steuart e Adam Smith, e franceses como Anne Robert Jacques Turgot. Durante o século XIX, textos chamados “Princípios de Economia Política” aparecem, começando com o *Traité d'économie politique*, de Jean-Baptiste Say (1803),³

² “[...] metodologia pode apenas ser uma reflexão sobre os meios com os quais a prática *provou* a si mesma e isso é apenas uma pequena pré-condição do trabalho frutífero, assim como o conhecimento de anatomia é à habilidade de andar ‘corretamente’. De fato, assim como alguém que quer controlar sua forma de andar aplicando conhecimento anatômico arriscaria tropeçar ao pensar em cada passo que dá, um pesquisador que se preocupa com considerações metodológicas no seu trabalho pode estar sujeito ao mesmo problema. Se o trabalho metodológico quiser ser útil à prática do historiador, ele pode permitir a ele, de uma vez por todas, resistir às atrações ‘filosóficas’ – que é, obviamente, *um* dos propósitos do trabalho metodológico.” (Weber, 1982, p. 217).

³ O texto de Say estabeleceu o modelo para o século XIX; em contraste, *Principes d'économie politique*, de

terminando mais ou menos com *Principles of economics* de Marshall (1890). Após isso, trabalhos gerais de economia são explicitamente livros-textos escritos para estudantes, além de livros escritos para aqueles que já entendem os princípios de economia, agora direcionados a ramos particulares da economia – por exemplo, os trabalhos de dois estudantes de Marshall, *Economics of welfare*, de Pigou (1920), e *Teoria geral do juro, do emprego e da moeda*, de Keynes (1936). Durante a década de 1930, artigos em periódicos começaram a tomar o lugar dos livros e, no fim do século XX, economistas raramente leem livros – de fato, economistas atuais parecem ter dificuldade com essa ideia.⁴ Existem muitos problemas aqui, não somente da emergência tardia do “economista” como leitor e/ou escritor de textos econômicos (Augello; Guidi, 2012). Minha preocupação no capítulo 2 é, porém, com a mudança lenta do significado de “economia” enquanto ela vaga por novos gêneros textuais, à medida que o volume de escritos econômicos aumenta.

Ao traçar as mudanças do significado de “economia” de Aristóteles à economia neoclássica do século XX, eu recapitulo de forma mais condensada argumentos que já foram propostos no meu primeiro livro, *Land, labour and economic discourse* (Tribe, 1978). Eu argumentei que o mero uso de categorias de terra, trabalho e população não era uma condição suficiente para a existência de uma consideração sistemática da economia e da atividade econômica; elas não eram inerentemente “categorias econômicas”, cujo uso sinalizava a existência de um “pensamento econômico”. Em vez disso, a emergência de tal consideração sistemática requeria que a “economia” fosse constituída como um domínio autônomo e distinto da política ou da administração domiciliar. Isso veio com a construção de uma estrutura conceitual particular, não pela presença de termos individuais, nem pela adoção de um único “método científico”, nem por um alinhamento empírico entre “teoria” e “realidade” – porque, como eu argumentei antes, nós tratamos como a “realidade” é construído na linguagem.⁵ O capítulo 2 aborda a mesma ideia de outra dire-

Nicholas-François Canard (1801) procura dar (apenas parcialmente, apesar de sua reputação) um tratamento matemático das trocas e da formação de preços, enquanto que o *Abrégé élémentaire des principes d'économie politique*, de Germain Garnier (1796) é apresentado como uma crítica a *A riqueza das nações*.

⁴ Ver, por exemplo, o livro *O espírito animal*, de George A. Akerlof e Robert J. Shiller (2009); tomando a ideia originalmente proposta por Keynes em sua *Teoria Geral*, a forma na qual os autores traduziram Keynes sugere uma leitura superficial dos seus escritos.

⁵ Daí a minha ênfase na análise da linguagem econômica, apesar de que isso não deve ser tomado como uma negação da necessidade de conhecer o contexto material do uso da linguagem – ver, por exemplo, meu ensaio “The structure of agrarian capitalism: the English model” (Tribe, 1981, p. 35-100).

ção, traçando o longo processo pelo qual esse trabalho de construção ocorreu,⁶ concluindo que nossa concepção moderna de “economia” é, na verdade, muito mais moderna do que se pensa, datando da metade do século XX na melhor das hipóteses e foi completamente estabelecida numa data mais recente. A construção desse capítulo tem uma grande dívida com a *Begriffsgeschichte*; mas, enquanto eu escrevia *Land, labour and economic discourse*, eu não sabia nada de Brunner e Koselleck, tomando emprestado principalmente de Michel Foucault, especialmente sua *Arqueologia do conhecimento*.⁷

Há uma mudança de foco no capítulo 3, tanto conceitual quanto cronologicamente: ele considera a maneira com a qual a economia foi primeiramente fornecida de uma métrica. Quando, Pigou (1907, p. 533-534) resenhou a quinta edição dos *Princípios* de Marshall, ele direcionou sua atenção ao conceito de “dividendo nacional”, que ele descreveu como “um instrumento prático de grande poder, designado para o serviço de soluções concretas de problemas sociais”. O “dividendo nacional” era o fluxo anual de bens e serviços, o que nós chamamos hoje de Produto Nacional Bruto. Essa foi uma ideia que já tinha sido imaginada por Adam Smith, para quem a origem da “riqueza da nação” era “o trabalho anual de cada nação [que] constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (Smith, 1985, p. 35). Ao longo do século XIX, porém, isso permaneceu simplesmente como uma ideia. Como Pigou apontou, alguma noção exata do número relacionado a essa ideia seria de grande significância para enquadrar políticas sociais, já que uma pessoa precisaria saber o impacto preciso de qualquer política sobre o “dividendo nacional”. Porém, como o capítulo 3 mostra, levou mais de cinquenta anos de trabalho duro após o uso inicial de Marshall até que economistas e estatísticos britânicos pudessem finalmente desenvolver um *framework* consistente de contas nacionais, capaz de assignar um número definitivo ao conceito; e, desde a metade do século XX, pequenos exércitos de estatísticos são empregados para refinar os dados usados para criar esse número e considerando fontes alternativas.

A aparente superioridade das métricas sobre a ambiguidade das palavras encoraja uma fé cega nos números. Hoje em dia, pequenas variações na taxa

⁶ A tese de *Habilitation* [tese necessária para poder lecionar em universidades alemãs] de Siegfried Landshut traçou uma história similar. Ver Landshut ([1932] 1969, p. 131-175).

⁷ Eu fiquei interessado na *Begriffsgeschichte* graças a Pasquale Pasquino, no verão de 1979. Foi por meio dele que eu conheci Reinhart Koselleck e comecei a traduzir seus escritos para o inglês.

de mudança do PIB têm um papel importante na retórica política: partidos políticos prometem, se eleitos, “aumentar o crescimento”, economias são comparadas com base na taxa de crescimento “alcançada” e níveis de dívida são expressos como uma proporção do PIB – uma relação que foi somente possível formular após os primeiros dados oficialmente divulgados do PIB, em 1941. Durante os anos 1990, os níveis de dívida como uma porcentagem do PIB foram parte do critério de convergência para as moedas antes de adotarem o euro, mas elas se tornaram objeto de controvérsia quando se tornou claro que, em 2009, o nível de dívida do governo grego foi sistematicamente falsificado, resultando no rebaixamento da dívida grega para nível especulativo em abril de 2010. Porém, dados reconstruídos agora nos mostram que durante a década de 1930 a razão dívida/PIB para o Reino Unido e os Estados Unidos era muito maior, eclipsando a Grécia e o Japão de hoje; mas isso nunca se tornou um problema político na época porque não havia meio de assignar um número à produção nacional e para calcular níveis de endividamento. A Grande Depressão sempre foi discutida em termos de níveis de desemprego. Na década de 1940, havia um método de computar o produto nacional e um número que o representava; mas o caminho da ideia de dividendo nacional para um número de PIB não foi curto. Ao examinar esse caminho, percebemos quão errônea pode ser uma fé cega em números em vez de palavras.

A parte II tem dois ensaios relacionados a *A riqueza das nações*, considerando primeiramente um aspecto particular da construção desse texto, e da história da recepção desse trabalho no século XIX. Enquanto nós sempre lemos textos num *framework* específico – um *framework* que é apenas um elo na recepção de qualquer outro texto – nós podemos nos conscientizar do quão específico certo *framework* pode ser, e também ao reler tal trabalho com esse entendimento. É claro que existe um corpo considerável de críticos pós-modernos que nega essa premissa, sugerindo que a ideia de um “texto” é algo inerentemente instável, havendo tantas versões de um “texto” quanto leitores; mas tais especulações presumem que postular tal diferença é superior a qualquer consideração do *que* é diferente. Aqui, eu mostro como devemos abordar de forma útil a diferença entre ler *A riqueza das nações* e a apreciar a forma com a qual uma leitura particular do texto se tornou o “problema de Adam Smith”.

O capítulo 4 examina a maneira pela qual *A riqueza das nações* expõe um argumento sobre o desenvolvimento do comércio internacional. A teoria moderna do comércio tem como base a ideia de vantagem comparativa,

cuja origem normalmente é atribuída ao capítulo 7 de *Princípios* de David Ricardo. Consequentemente, é suposto que os argumentos propostos por Smith quarenta anos antes devem ser, de alguma forma, incompletos ou errôneos. Em vez de considerar diretamente esse comentário, eu apresento uma leitura do texto de Smith que examina a sequência na qual tais problemas relacionados ao comércio internacional são realmente abordados, parágrafo por parágrafo, capítulo por capítulo. Eu olho para a maneira como Smith escreve sobre comércio e não como Smith pode ou não ter antecipado a concepção ricardiana de vantagem comparativa.

Essa abordagem, que é de certa forma pouco ortodoxa, até mesmo simples, deve um bocado à Crítica Prática, primeiramente elaborada na década de 1920 por I.A. Richards (1930). Ele observou que os estudantes “liam” textos pelo contexto fornecidos pela autoria, escola de escrita ou tempo de composição. Quando essa orientação canônica lhes era ocultada, os estudantes perdiam completamente sua postura crítica e tinham dificuldade enorme em avaliar as qualidades literárias dos excertos; eles estavam compelidos a considerar como essa escrita realmente funcionava e não através de uma imposição de certa interpretação canônica. Embora tal positivismo literário tenha limites, eu o utilizo para mostrar que Smith parece realmente entender o princípio da vantagem comparativa, mas que não é central ao seu argumento; a consistência de sua “teoria do comércio” presume, ao invés disso, a importância das concepções de tempo e espaço que Ricardo subsequentemente ignorou. Assim, a descrição de Smith do fluxo de comércio internacional revelada por essa leitura ilumina mais a distribuição espacial das atividades econômicas numa economia moderna e globalizada do que teorias convencionais de vantagem comparativa, sejam elas baseadas no modelo Heckscher-Ohlin ou a Nova Teoria do Comércio.

O capítulo seguinte continua focando em *A riqueza das nações*, mas muda a ênfase para sua recepção. Inspirando-se no trabalho de Hans Robert Jauß (1970) e na ideia de recepção literária,⁸ em que a atenção muda da estrutura de um excerto para as formas variantes em que ele é lido, a história de sua recepção. Obviamente essa história sempre tem um fim rápido; o trabalho é, após um tempo, simplesmente esquecido, nunca lido ou referenciado novamente. Esse tem sido o destino da maioria dos livros e é um fenômeno ao qual a teoria de recepção presta a devida atenção: que nossa percepção do passado literário é condicionada pelas nossas preocupações atuais e não pela

⁸ Jauß também enfatiza a importância dos formalistas russos, os quais discuto no capítulo 8.

história empírica do livro impresso⁹. Mas *A riqueza das nações* tem sido impressa em várias línguas desde 1776. Podemos nos perguntar como as leituras desse texto se modificaram com o passar do tempo e o que isso pode nos sugerir sobre nossas próprias abordagens em relação ao trabalho.

No caso de Adam Smith, responder a essa questão é mais fácil porque uma controvérsia se desenvolveu entre pesquisadores alemães na segunda metade do século XIX sobre a relação entre os dois principais livros de Smith: *Teoria dos sentimentos morais* (1759) e *A riqueza das nações*. O primeiro livro propunha uma concepção da motivação humana fundada na simpatia e o segundo no egoísmo? Se sim, como alguém poderia conciliar essas abordagens conflitantes do mesmo autor? Esse era o “problema de Adam Smith” (*Das Adam Smith Problem*), hoje entendido como um não-problema. Porém, ao reconstruir esse debate, eu chamo a atenção para o fato de que, por volta da metade do século XIX, apenas estudiosos alemães tinham algum interesse real nos escritos de Adam Smith. Enquanto Adam Smith era tratado como figura canônica na Grã-Bretanha, existe pouca evidência de que a *A riqueza das nações* era tratada como um livro que exigia uma leitura cuidadosa, apesar de novas edições aparecem ano após ano. Por volta do fim do século XIX, o livro era pensado apenas como relíquia histórica. Ainda assim, enquanto hoje o “problema de Adam Smith” é normalmente pensado como uma ideia equivocada, foi a discussão entre estudiosos alemães que deu fundações a um novo entendimento da significância do trabalho de Smith; de fato, estudiosos modernos simplesmente tomam como garantido que ambos os livros são relacionados e que muito pode ser aprendido fazendo-se leituras paralelas.

Essa justaposição de um texto e sua recepção também sugere que toda discussão de um escritor, texto ou conjunto de ideias é parte de um processo de recepção e, assim, guiado por preocupações que podem ser diferentes daqueles que prevaleciam quando o texto foi escrito. Enquanto que a existência dessa *caesura* é inevitável e inegável, a resposta apropriada é primeiramente reconhecer sua existência e, então, criar maneiras de poderem ser usadas para construir um caminho de volta a um entendimento de textos passados que simplesmente não replica o que quer que as ideias correntes sejam. O primeiro ensaio sobre Adam Smith mostra como podemos contornar isso ao se referir diretamente um texto em particular e avaliar como ele é organizado. Nesse

⁹ No limite, todas as cópias de um livro, cuja existência pode ser confirmada, podem desaparecer, até mesmo de bibliotecas; ver meus comentários sobre o impacto dos bombardeios aliados nas bibliotecas universitárias alemãs em Tribe (1990).

ensaio, eu forneço ao leitor algumas referências à forma como comentários modernos tratam a descrição de Smith do comércio internacional, mas meu engajamento com o comentário é indireto; enquanto que o ensaio implica uma crítica às leituras modernas de Smith sobre o comércio, eu procuro evitar que essas leituras ditem como eu leio Smith e descrevam o que encontrei em *A riqueza das nações*. Eu acabo, é claro, indo junto com a prática seminal de tratar *A riqueza das nações* como um texto canônico; mas em um mundo no qual os textos canônicos são mais referenciados do que lidos, podemos fazer coisas piores do que releituras.¹⁰

A parte III relaciona Karl Marx e Léon Walras como escritores que se voltaram à economia política para desenvolver uma teoria econômica da sociedade industrial, uma ideia essencialmente Saint-Simoniana. O problema das trocas e da igualdade era central para ambos os escritores: a mecânica das trocas iguais numa sociedade desigual. Mas é claro, eles responderam a essa questão de formas muito diferentes e suas respostas têm tido histórias muito diferentes. Mas, na realidade, eles compartilham da mesma herança de Saint-Simon: Marx, lendo economia política pela primeira vez em Paris, em 1844, baseou-se bastante em argumentos franceses contemporâneos sobre socialismo, capitalismo¹¹ e pobreza; Léon Walras se voltou à economia política no final da década de 1850 a pedido de seu pai, Auguste, cujas próprias raízes Saint-Simonianas datam da década de 1820. Durante o fim da década de 1870, Léon percebeu que seu sistema de equilíbrio geral tinha um precursor num livro de Herman Heinrich Gossen (1854); mas do pouco que conhecemos sobre Gossen, podemos dizer que ele também compartilhava dessa linhagem intelectual. O ensaio sobre Léon Walras ilumina esse elo com o argumento socialista contemporâneo ao demonstrar como ele desenvolveu as ideias de seu pai. O longo ensaio sobre economia política de Karl Marx se foca primeiramente em uma questão ignorada: que fontes Marx usou para construir sua “crítica” da economia política e, ao identificar essas fontes, que conclusões podem ser alcançadas em relação à construção de seu trabalho central, *O capital, volume 1*?

Já é reconhecido há tempos que a economia política de Smith, Malthus, Ricardo e James Mill foi a fonte primária com a qual Marx construiu seu

¹⁰ Ver os comentários de Quentin Skinner (1998) sobre uma tradição mais antiga de leituras canônicas. Meu argumento aqui é que as leituras canônicas criticadas por Skinner tentaram pelo menos ser leituras acuradas de um texto em particular, e muito pode ser dito sobre disso.

¹¹ De fato, o termo “capitalista” já era bastante usado; “capitalismo” foi popularizado por Louis Blanc.

relato do modo de produção capitalista, concebido como uma forma histórico-específica na qual relações econômicas se tornam as forças dominantes em formações sociais. Porém, isso se tornou uma daquelas coisas que são tão conhecidas que ninguém parou para examinar o que Marx toma da economia política, o que ele rejeita, o que ele ignora e o que ele aparentemente entende errado. Os escritos de Karl Marx são discutidos há décadas, mas uma inocência chocante prevalece: a própria descrição de Marx sobre o que era seu objetivo e o que ele alcançou expõe os limites nos quais seus escritos são avaliados. Em contraste, eu examino as fontes de Marx, procurando encontrar o que Marx aproveita delas, primeiro de tudo ao identificar o ponto em que Marx começa a ler economia política e o que ele pensa sobre o que ele lê.

Eu uso os transcritos de seus cadernos de anotação de 1844 (Marx, 2022), primeiramente publicados em 1932, comparando suas anotações sobre Say, Smith, Ricardo, Mill e McCulloch com o que ele estava lendo. Tendo primeiro contato com essas anotações em 2011, eu fiquei impressionado com os *insights* sobre o desenvolvimento inicial das ideias de Marx e que, desde 1932, poucas pessoas utilizam. Meu ensaio se foca primariamente nos escritos econômicos de Marx antes de 1850, baseado em algumas conclusões sobre a estrutura da primeira edição de *O capital* (1867). Ao lidar com seus escritos mais antigos, eu me apoio exclusivamente na edição original, mas incompleta, de Ryazanov, *Marx Engels Gesamtausgabe*,¹² enfatizando que a negligência com as fontes textuais, à qual meu ensaio chama a atenção, não tem relação com sua acessibilidade, já que nesse caso elas já estavam no domínio público desde a década de 1930. Os “Manuscritos de 1844” também foram publicados em sua língua original pela primeira vez em 1932, mas aqui, novamente, eles foram lidos e discutidos em formatos que os isolam da série de anotações que Marx fez. Ao ler os “Manuscritos de 1844” como parte deste corpo de textos, nós ganhamos novas ideias sobre os métodos de trabalho de Marx; e essas ideias também iluminam a construção dos escritos posteriores de Marx, especialmente o trabalho associado à composição de *O capital*.

Tem sido sugerido de tempos em tempos que a publicação de outros materiais manuscritos revelaria aspectos desconhecidos do pensamento de Marx. Foi assim com publicação, em 1973, da primeira tradução em inglês dos cadernos de anotações de 1857-1858, a *Grundrisse der Kritik der politischen*

¹² Essa foi uma iniciativa russo-alemã, que foi terminada pelas autoridades soviéticas em 1935.

Ökonomie,¹³ Mais recentemente, os editores da nova *Gesamtausgabe* continuam a publicar obstinadamente resmas de anotações e esboços, “revelando” novos materiais que dão fundamento a argumentos arcanos, mas curiosamente limitados. Mas existe o fato de que há muito pouco o que esconder na *Grundrisse* ou nos outros trabalhos não publicados de Marx que podem não ser estabelecidos a partir de um exame de suas notas, esboços e escritos sobre economia política mais antigos já publicados na década de 1930, ou por meio de uma consideração dos escritos que Marx leu. O problema sempre foi ler e entender o que está disponível. Mais importante, colocar as leituras iniciais de Marx sobre economia política em seu contexto revela o grau em que ele se baseou na crítica contemporânea francesa da economia política inglesa. Estendendo essa análise ao primeiro volume de *O capital*, pode ser demonstrado que as ideias de Proudhon, Blanc e Sismondi moldam muito do que tem sido considerado no trabalho de Marx. Eu sugiro, conseqüentemente, que as partes iniciais do primeiro volume de *O capital*,¹⁴ que diz conter o principal resultado teórico de Marx, devem ser percebidas como evidência da luta labutar de Marx para se afastar dos argumentos da década de 1840 e seu fracasso em fazer isso. Por outro lado, a análise do processo de valor que se segue disso, sua demonstração de como o “mais-valor” é realizado numa troca livre e igual entre trabalhador e capitalista, sucede em reorganizar e atualizar uma crítica (francesa) mais antiga do desenvolvimento econômico inglês. A *Situação da classe trabalhadora inglesa*, de Engels, publicada em 1844 (Engels, 2008), era também tardia a um corpo literário estabelecido sobre a “condição da Inglaterra” que tem sido geralmente ignorada quando considerando a formação intelectual inicial de Marx. Em ambos os casos, para apreciar apropriadamente o que é novo em *O capital*, precisamos saber com quais argumentos Marx se familiarizou quando ele se mudou para Paris em 1843. Isso pode parecer um ponto elementar, mas nas resmas de comentários sobre Marx gerados no curso do século XX, primeiro por radicais e revolucionários marxistas e, depois, por acadêmicos,

¹³ Primeiramente publicados em Moscou entre 1939 e 1941, depois em Berlim Oriental, estes foram primeiro traduzidos em inglês por Martin Nicolaus, em 1973 [e em português em 2011 (Marx, 2011)]. Ver Nicolaus (1968), que argumenta que um número significativo de escritos de Marx era inacessível a leitores anglófonos. Isso me convenceu de que eu deveria aprender alemão, uma ideia que levei adiante enquanto trabalhava como *Gastarbeiter* para o exército britânico em Berlim Ocidental e para o exército americano em Fürth, durante o outono e inverno de 1971-1972. De volta a Cambridge, no outono de 1972, a primeira coisa que fiz como estudante de doutorado foi ler todos os três volumes de *O capital* e as três partes de *Theorien über den Mehrwert* – infelizmente todos eles vieram das edições problemáticas de Dietz que eu tinha comprado em Berlim.

¹⁴ Usei aqui os primeiros dois capítulos da edição original de seis capítulos, de 1867, por razões que explicarei no capítulo 6.

isso conta como uma ideia nova. Mas não é. Ao fazer essa distinção entre as “duas metades” do primeiro volume de *O capital*, eu faço nada mais de que um eco do comentário perspicaz de Philip Wicksteed na conclusão de sua resenha de 1884,¹⁵ apesar disso, minha intenção aqui é demonstrar como e por que essa distinção existe.

Marx esboçou e reescreveu *O capital* a partir do final da década de 1850 até meados da década de 1870, mais ou menos no mesmo período em que León Walras primeiramente se voltou ao estudo da economia, tendo se envolvido com jornalismo econômico e, mais tarde, publicou em duas partes seu *Éléments d'économie politique pure*, em 1874 e 1877 (Walras, 1982). Em face disso, esses são dois trabalhos bem distintos: *O capital*, baseado unicamente na teoria do valor trabalho, propondo uma análise da ascensão e declínio do modo capitalista de produção envolto em linguagem da filosofia alemã; *Éléments*, desenvolvendo uma teoria matemática da emergência de um equilíbrio econômico geral a partir de escolhas feitas por grandes números de agentes econômicos independentes, um modelo da economia do qual a escola neoclássica se apropriou a partir de meados do século XX. Uma conexão entre os dois escritores está em seu legado: enquanto que as economias socialistas do século XX evoluíram de movimentos políticos associados ao marxismo de fins do século XIX, seus mecanismos de planejamento devem mais a Walras do que a Marx. Porém, eu estou mais interessado no fato de Marx e Walras darem respostas diferentes a questões similares a respeito dos elos entre trocas iguais em relação a resultados distributivos. Ambos trabalharam em termos de uma herança Saint-Simoniana em comum.

No caso de Léon Walras, isso acontece porque a fonte de seu pensamento econômico foram os escritos de seu pai, das décadas de 1830 e 1840, efetivamente alinhando Léon Walras e Karl Marx dentro da cultura política da França antes de 1848. Marx tomou desse contexto o problema de que, enquanto que a acumulação de capital se fundamenta na exploração do trabalho, essa exploração era facilitada pelos contratos livres e iguais representados

¹⁵ “Parece-me que Marx falhou em indicar qualquer lei imanente da produção capitalista pela qual uma pessoa, que compra força de trabalho dado seu valor, extrairá de seu consumo um mais-valor. Nós simplesmente retornamos ao fato de que uma pessoa pode comprar (não produzir) tanta força de trabalho quanto ela deseja, sob o preço de subsistência mínima. Mas esse fato é o problema que devemos investigar, não a solução do problema [...] deixe-me repetir que na porção final do volume publicado de *O capital* me parece que Marx fez contribuições de extrema importância à solução do grande problema, mas eu não vejo que elas permanecem em qualquer conexão lógica com o raciocínio abstrato dos seus primeiros capítulos” (Wicksteed, 1884, p. 370). É também salutar a primeira nota de rodapé de Wicksteed: “Eu cito a segunda edição em alemão (1872), que é provavelmente a que está nas mãos dos leitores. Referências à tradução francesa são feitas em parênteses” (Wicksteed, 1884, p. 356).

pela relação de salários. O sistema de Walras começou com o material suprido por seu pai – seu primeiro livro e seu ensaio premiado de 1861 eram, efetivamente, baseados nas notas de seu pai. A forma real que seu próprio trabalho tomou vem de um desafio imposto a ele, em 1860, pelo saint-simonista Charles-Joseph Lambert, que argumentou que Walras não podia provar de que o *laissez-faire* era ótimo (Jolink, 1996, p. 53). A solução de Walras era endogeneizar a “justiça” (*fairness*) em um sistema de equilíbrio, tornando-se a uma concepção de justiça comutativa. O sistema de equilíbrio foi desenvolvido matematicamente, mas era severamente restrito em escopo, uma restrição que outros ignoraram posteriormente.

Ambos os autores, Marx e Walras, procuraram demonstrar, de formas diferentes, como a desigualdade poderia ser compatível com trocas livres e justas (*fair*), e ambos tinham suas raízes no pensamento socialista francês das décadas de 1840 e de 1850. Uma consideração de Walras que parte dessa premissa oferece uma perspectiva nova sobre as razões de sua adoção do uso matemático e formal das trocas e equilíbrio, demonstrando que esse trabalho caminhava junto com uma crítica da ênfase francesa contemporânea liberal do *laissez-faire*; porque o ímpeto por trás do equilíbrio geral walrasiano, e seu escopo estritamente limitado, foi também uma “crítica” da economia política francesa contemporânea assim como foi a “crítica” de Marx à economia política britânica. Walras empregou o formalismo matemático porque ele acreditava que isso oferecia ao seu resultado o maior grau de clareza e generalidade, mas ele fez questão de dizer que o seu conjunto de equações tornava os resultados limitados em sua aplicação: a universalidade das técnicas usadas não implicava nada sobre a universalidade dos resultados produzidos usando essas técnicas.

Este livro está dividido em três partes para que a progressão do argumento possa ser clara. Os primeiros dois ensaios são obviamente relacionados como representações léxicas e numéricas da atividade econômica, fornecendo algum sentido preliminar do que entendemos por “economia”. A parte II contrasta uma leitura cuidadosa de *A riqueza das nações* com um relato de sua recepção. O capítulo 4 ignora os contextos nos quais o livro foi lido para se focar na organização interna do texto; o capítulo 5 reverte isso, examinando as diferentes formas nas quais Smith foi lido. A parte III retorna à ideia de leitura cuidadosa, colocando de lado muito do que foi escrito sobre Marx e Walras a fim de ganhar um entendimento melhor de como seus trabalhos foram construídos a partir dos materiais que eles leram. No caso de Karl

Marx, isso significa ignorar toda a “história do marxismo” a fim de ter uma perspectiva mais clara do contexto no qual Marx trabalhou; apesar de ser um apêndice ao capítulo 6, há um relato breve que fornece alguma explicação do que o “marxismo” veio a significar no século XX.

Como já foi notado, enquanto que o método analítico desses ensaios é relativamente coerente – uma ênfase sobre o texto como objeto de análise tanto linguística quanto material, atenção à organização interna dos textos, à maneira que eles criam significado, sua interconexão com as fontes, e um sentido flexível do contexto relevante em alcançar entendimento do trabalho feito pelo texto –, essa abordagem tem diversas fontes. Na conclusão, eu apresento um relato do caminho que percorri ao desenvolver essa abordagem – não como um molde a ser replicado, mas como uma explicação da maneira em que as influências vieram a se sintetizar no meu trabalho, tanto em respeito aos objetivos e aos meios que emprego para realizar esses objetivos. É suficiente dizer que agora eu concebo meu trabalho como amplamente filológico em estilo e inspiração: procurando estender nosso entendimento do argumento econômico ao considerar a construção histórica de sua linguagem. O propósito dos ensaios seguintes é demonstrar isso na prática, deixando ao leitor decidir o que é valioso nessa abordagem.

Referências

AKERLOF, G.; SHILLER, R. *O espírito animal*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

AUGELLO, M. M.; GUIDI, M. E. L. (Org.). *The economic reader: textbooks, manuals and the dissemination of the economic sciences during the nineteenth and early twentieth centuries*. London: Routledge, 2012.

DARWIN, C. Journal of researches into the natural history and geology of the countries visited during the voyage of H.M.S. Beagle round the world. 1845. In: DARWIN, C.; SECORD, J. (Org.). *Evolutionary writings*. Oxford: Oxford University Press, p. 3-95, 2010.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

GOSSEN, H. H. *Entwicklung der gesetze des menschlichen verkehrs, und der daraus fliessenden regeln für menschliche handeln*. Brunsvique: F.Vieweg, 1854.

JAUß, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.

JOLINK, A. *The evolutionist economics of Léon Walras*. London: Routledge, 1996.

LANDSHUT, S. Der Begriff des Ökonomischen. 1932. In: LANDSHUT, S. (Org.). *Kritik der Soziologie und andere Schriften zur Politik*. Neuwied am Rhein: Luchterhand, 1969.

MARX, K. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Rio de Janeiro: Vozes de Bolso, 2022.

NICOLAUS, M. The unknown Marx. *New Left Review*, n. 48, 1968. Disponível em <<https://newleftreview.org/issues/i48/articles/martin-nicolaus-the-unknown-marx>>.

ORWELL, G. Politics and the English language. In: ORWELL, G. (Org.). *Collected essays*. London: Secker and Warburg, 1961. Disponível em <<https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/politics-and-the-english-language/>>.

PIGOU, A. C. Review of Alfred Marshall, *Principles of Economics*, fifth edition. *Economic Journal*, v. 17, p. 532-535, 1907.

RICHARDS, I. A. *Practical criticism*. London: Keegan Paul, 1930.

SKINNER, Q. *Liberty before liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SIGDWICK, H. *The principles of political economy*. London: Macmillan.

TRIBE, K. *Land, labour and economic discourses*. London: Routledge and Keegan Paul, 1978.

TRIBE, K. *Genealogies of capitalism*. London: Macmillan, 1981.

TRIBE, K. Locating German economics: a bibliographical guide to the study of the history of German economics. *German History*, v. 8, p. 73-81, 1990.

WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WEBER, M. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. 1. Zur Auseinandersetzung mit Eduard Meyer. In: WEBER, M. (Org.). *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1982. Disponível em <<http://www.zeno.org/Soziologie/M/Weber,+Max/Schriften+zur+Wissenschaftslehre/Kritische+Studien+auf+dem+Gebiet+der+kulturwissenschaftlichen+Logik>>.

WICKSTEED, P. Review of *Das Kapital*. 1884. In: HERFORD, C. H. *Philip Henry Wicksteed. His life and work*. London: J. M. Dent and Sons, 1931. Disponível em <<https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/today/1884/10/wicksteed-capital.htm>>.

Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria língua*

Language, Context and History of Economic Thought: Before Economics Had its own Language

Ryan Walter**

JEL: B12. B41.

A premissa-chave deste livro é que a noção de que existia uma coisa chamada “economia política clássica” é um mito enganador. O fato desse mito ter um papel central nas nossas histórias do pensamento econômico sugere que temos um entendimento pobre do que as pessoas pensavam no passado e dos processos históricos pelos quais a economia veio a asseverar seu papel no mundo moderno. Faço uma tentativa de revisão: uso a história intelectual contextual para expor as deficiências do nosso conhecimento e, assim, estabelecer uma história mais confiável sobre o que Malthus, Ricardo e seus pares tinham em mente quando escreveram seus textos de economia política.

Malthus e Ricardo são o meu foco porque eles são centrais a todos os relatos da economia política clássica e porque eles tiveram papéis de liderança no processo de longo prazo onde o raciocínio econômico veio a se asseverar na vida política britânica. Mais especificamente, Malthus e Ricardo foram os primeiros autodenominados “teóricos”, que atacaram explicitamente seus oponentes “práticos” por ignorarem a teoria nas discussões sobre economia política. Essa estratégia foi tremendamente bem-sucedida. Acima de tudo, ela preparou o terreno para a emergência de economistas políticos *tories* que arrogavam igualdade teórica em relação aos seus rivais *whigs*, assim permitindo

* Submissão: 14/07/2023 | Aprovação: 29/09/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.931

Originalmente publicado em *Before method and models: the political economy of Malthus and Ricardo*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-14, 2021. Tradução: Rafael Galvão de Almeida, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com

** School of Political Science and International Studies, University of Queensland, Austrália | ORCID: 0000-0002-0258-7904 | E-mail: r.walter1@uq.edu.au



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

que os economistas políticos em geral alcançassem tração institucional o suficiente para reformar o governo britânico, especialmente nas mudanças em relação às Leis dos Pobres (1834), ao Banco da Inglaterra (1819, 1844) e Leis dos Cereais (1846). A capacidade dos economistas políticos em montar tais reformas nas suas sociedades sem a necessidade de departamentos institucionais tem sido um aspecto da política anglo-americana desde então. Mas é quase impossível entender esse fato quando a categoria “economia política clássica” organiza os materiais históricos, porque o faz normalmente a serviço de polêmicas relacionadas aos méritos das escolas neoclássica, marxista e pós-keynesiana no presente.

Portanto, este livro confronta a presença contínua de anacronismos na história do pensamento econômico. A causa primária vem de praticantes que estão dispostos a abordar o passado por meio de categorias de controvérsia no presente. Tradicionalmente, essa prática tem sido defendida ao especificar o objetivo próprio de pesquisa como uma recuperação do “sistema analítico” de algum pensador no passado (Stigler, 1969, p. 220), ou a “história da análise econômica” como distinta da “história do pensamento econômico” (Schumpeter, [1954] 1994, p. 38-43), ou como fornecendo uma “reconstrução racional” em contraste com uma “reconstrução histórica” (Blaug, 1990), sempre em conjunção com a distinção de Imre Lakatos entre história “externa” e “interna” (Waterman, 2003). De tempos em tempos, essas justificativas têm como objetivo facilitar a recuperação de ideias perdidas que são úteis no presente (Corsi; Kregel; D’Ippoliti, 2018; Kates, 2020). Porém, de forma mais geral, essas justificativas para anacronismos vêm da necessidade de assegurar um lugar para a história nos currículos de economia, o que explica a ansiedade do campo em demonstrar que estudar o passado pode ser bom para a formação intelectual do economista.¹

Essa ansiedade foi exacerbada pela competição historiográfica, após a história do pensamento econômico migrar dos departamentos de economia, desde a década de 1970 em certos países. Desde então, muitos estudiosos de diferentes formações, incluindo pesquisadores da língua inglesa, historiadores da ciência e, acima de tudo, historiadores intelectuais profissionais têm escri-

¹ Por exemplo, Ivan Moscati (2008) retrata historiadores como locutores da história do “jogo” para os “jogadores” – economistas que não têm o tempo ou interesse de ouvir toda a história, mas que podem se beneficiar de uma boa recapitulação. Uma lista de razões para se estudar história do pensamento econômico, que se assemelha mais a uma lista de compras, é fornecida por Steve Kates (2013, p. 21), escrita após tentativa do European Research Council em remover a história do pensamento econômico da lista de disciplinas da economia.

to sobre a história do pensamento econômico. Independentemente das opiniões pessoais deles sobre o potencial edificante da história para economistas, eles não costumam lecionar em departamentos de economia.² Assim, sem as preocupações de vender seu peixe aos economistas e departamentos de economia, historiadores intelectuais ficam livres para empurrar a história do pensamento econômico em direções genuinamente históricas, dispensando as necessidades de se rezar de acordo com uma cartilha. Ao invés disso, uma vez que se toma por garantido que a história é um fim em si mesmo, a distinção guiadora não é entre reconstrução racional e histórica, mas entre “criação de mitos e historiografia” (Condren, 2006, p. 229). Como essa oposição alternativa implica, alguns dos resultados são destrutivos para narrativas estabelecidas, porque um dos efeitos rotineiros da história intelectual contextual é revelar a tendência de disciplinas acadêmicas de projetarem “auto-histórias” imaginárias no passado.³ Em relação a isso, este livro deve bastante ao trabalho pioneiro de Keith Tribe e Donald Winch, que foram pioneiros em produzir histórias genuinamente históricas do pensamento econômico.⁴

Se a história intelectual não lida com fantasmas, então a principal questão é determinar o *que* pode ser identificado como um objeto válido de análise histórica. Para os historiadores intelectuais, a resposta mais curta são os textos, entendidos como registros escritos de grande variedade, incluindo tratados filosóficos, relatórios do governo, a imprensa popular e muitos outros. Diferente da natureza conjectural de um sistema analítico que move consciente ou inconscientemente os pensamentos de um autor ou uma análise econômica que existe independentemente de textos e contextos que guia a análise como se fosse adivinhação, posicionar textos históricos como uma coisa no mundo não é algo que precisa ser assegurada por teleologia ou metafísica. Isto é, alguém pode apontar para os textos como objetos físicos, examinando de forma literal seu conteúdo e organização e sempre identificando sua história de publicação, o que não pode ser feito num sistema analítico ou outros objetos hipotéticos. A confiança do historiador intelectual em relação à existência de textos como seu objeto de estudo vem com um custo, porque o

² O falecido Donald Winch foi um exemplo raro de alguém treinado em economia, mas que se tornou um historiador intelectual profissional. A natureza especializada da história intelectual e a falta de comunicação da economia com os estudos humanistas faz com que o caminho tomado por Winch seja difícil de replicar. Ver Tribe (2018, p. 96).

³ Para uma exposição clássica sobre “mitologias” que tipicamente estão no subtexto de reconstruções racionais, ver Skinner ([1969] 2002).

⁴ Em particular, Tribe (1978, 2015) e Winch (1978, 1996).

horizonte historiográfico deve ser rebaixado para evitar bagunça nas características contextuais da composição e recepção dos textos em tempo histórico, para que isso possa vir à tona.

Apesar de a análise de textos permitir aos historiadores firmar seu trabalho em evidência textual, ela cria um conjunto de problemas relacionados às ferramentas que devem ser usadas para avaliar essa evidência. De fato, alguns dos melhores historiadores do mundo trabalharam nessa questão por décadas sem alcançar um consenso. Portanto, deve ser necessário reconhecer que a abordagem adotada aqui se baseia na assim chamada escola de Cambridge de história intelectual, associada aos nomes de J. G. A. Pocock e Quentin Skinner.⁵ Em termos de abordagem técnica, Pocock e Skinner enfatizaram a necessidade de prestar atenção à evidência linguística quando tentam determinar o que um texto pode ter significado para a sociedade ou ao meio no qual foi produzido.

Para Pocock, a tarefa-chave deve ser verificar a linguagem ou o idioma político que um autor utilizou. Daí se torna possível determinar se o autor alterou essa linguagem e, se sim, se a alteração foi permanente. Em contraste, Skinner tipicamente identifica um alvo menor do que linguagens: termos-chave e as convenções aceitas para utilizá-los em determinado meio. Isso permite instâncias específicas do uso da palavra ou dos “atos de linguagem” de um autor serem avaliados em termos de convencionalidade ou originalidade. Muito já foi dito sobre o apelo relativo desses princípios e como eles devem ser utilizados na prática.⁶ Quando o problema é reduzido ao seu problema básico, porém, a injunção é suficientemente clara: examinar quais palavras são usadas em um texto, qual era a intenção da pessoa que as escreveu ao usá-las e o que elas poderiam ter significado às pessoas que as leram, tendo aberta a possibilidade de que as respostas a essas questões podem não ser as mesmas.

O que tudo isso significa para a história do pensamento econômico em geral? Que se os historiadores do pensamento econômico reescreverem os textos estudados com um vocabulário que usamos hoje, eles acabam manipulando a evidência (linguística).⁷ Ou, colocando em outros termos, tal ma-

⁵ Para afirmações programáticas, ver Skinner (2002) e Pocock (2009).

⁶ O comentário mais atento (apesar de desafiador) vem de Condren (1985, 1994). Muito também já foi escrito por aqueles que recusam a disciplina de identificar contextos históricos antes de ler textos e essa rejeição de contexto por filósofos e historiadores de persuasões rivais desaparece de suas carreiras desde o início. Sobre isso, ver o relato indispensável de Hunter (2019).

⁷ Isso é o que foi chamado de “efeito Piltown”. Ver Condren (1994, p. 13). Em resumo, nosso vocabulário

nipulação é essencial ao projeto de *reconstrução racional*, ou como a história da análise econômica tem sido chamada, porque o historiador julga seus textos condizente apenas com o que se considera proficiente com um vocabulário contemporâneo. Para a história intelectual contextual, em contraste, a evidência linguística contextualizada deve estar no centro de qualquer interpretação do que um texto significa para seu autor e seus leitores em um dado tempo e espaço, e isso requer que a linguagem de um texto seja abordada com grande cuidado e deva ser claramente distinguida do vocabulário do contexto contemporâneo do historiador. Em termos simples, isso não significa que o historiador de hoje deva escrever igual aos mortos, mas que ele deve compreender a linguagem dos mortos da melhor forma possível, explicando como ela funcionava e sinalizar ao leitor que eles precisam entender vozes do passado e do presente a fim de que os textos sejam inteligíveis em termos históricos.⁸

O que isso significa para o estudo de Malthus e Ricardo em particular? Eles chamam a atenção à linguagem que é usada em seus textos e à linguagem que é usada pelos economistas hoje, suspeitando quando o último substitui o primeiro; a consequência é que o entendimento histórico é comprometido em favor de transformar textos passados em participantes dos debates de hoje. Como qualquer familiarizado com a história do pensamento econômico vai saber, tal procedimento é rotina. Em relação à ambição deste livro, adquirir conhecimento histórico de Malthus e Ricardo, as consequências desse procedimento são maiores em relação a três termos: *economia política clássica*, *modelo* e *método*. Isso pode ser substantiado com alguns exemplos influentes na história do pensamento econômico em seu modo reconstrutivo.

Vamos começar com o termo “economia política clássica”. É sabido que essa categoria tende a unificar autores que são agrupados dentro de suas fronteiras sem respaldo histórico (Winch, 1996, p. 8-9, 15). As suas origens parecem estar na leitura cínica de Karl Marx da economia política, sendo o termo cunhado no contexto de uma avaliação polêmica de seus antecessores. O mais próximo que temos de uma definição explícita de economia política clássica nos textos de Marx são duas notas de rodapé consecutivas no fim do capítulo 1 do primeiro volume de *O capital*, na discussão sobre fetichismo

conceitual é primeiramente “enterrado” nas evidências (textos) a serem estudadas, para então dizer que elas foram “descobertas”; em outras palavras, essencialmente evidência fabricada; nós não temos ancestral com um crânio humano e mandíbula de macaco, mas uma caveira fabricada desse tipo foi enterrada em Piltdown, Inglaterra, e então “descoberta” (Gould, 1980, p. 108-124).

⁸ Sobre a noção de que o procedimento dos historiadores envolve distinguir entre seu próprio “ponto de vista histórico” daqueles a quem ele estuda, ver Gallie (1964, p. 120).

das mercadorias. O ponto geral de Marx era que, apesar de Smith e Ricardo merecerem crédito por realizarem avanços científicos em relação ao papel do trabalho em criar valor, suas categorias e modos de pensamento eram burgueses. Considera-se que isso é mais claro no tratamento de Ricardo da forma-mercadoria como natural, quando de fato dependia do modo capitalista de produção, sendo assim específica a um estágio histórico em particular. Esse é o contexto no qual Marx escreveu que o valor era “o ponto fraco da economia política” (Marx, 1954, p. 84). Um ponto similar é feito em relação à “economia clássica”, em que Marx clarifica seu uso na segunda nota.

[...] quando falo de economia política clássica, eu me refiro à economia que, desde o tempo de W. Petty, investigou as relações de produção reais na sociedade capitalista, distinta da economia vulgar, que lida apenas com aparências, rumina sem cessar nos materiais fornecidos há tempos pela economia científica e daí busca explicações plausíveis dos fenômenos mais intrusivos, para o uso diário capitalista. (Marx, 1954, p. 85)⁹

Após esse esclarecimento, o que Marx quis dizer é simples: a economia política clássica é qualquer pensamento econômico que tenha valor científico, julgando a partir do ponto de vista vantajoso da economia política marxista. É esse caráter político da categorização que permitiu a Marx agrupar figuras discrepantes como William Petty e Ricardo. Ao fazer isso, Marx uniu o discurso de conselhos políticos do século XVII de Petty, baseado numa analogia fisiológica entre o corpo político e os corpos naturais, com a análise idiossincrática da renda e do valor de Ricardo. Aqui, as diferenças históricas são aplainadas por polêmicas epistemológicas.

Rendições mais recentes do termo foram produzidas na história do pensamento econômico. Em seu famoso artigo “The canonical classical model of political economy”, Paul Samuelson (1978) combinou Smith, Ricardo, Malthus e John Stuart Mill ao identificar um modelo comum entre eles de crescimento e distribuição equilibrados. Samuelson construiu esse modelo usando economia matemática contemporânea, seguro na hipótese de que “dentro de cada economista clássico, existe um economista moderno distinto esperando para nascer” (Samuelson, 1978, p. 1415). Nesse caso, não é por causa de uma polêmica, mas por uma teleologia que bagunça os materiais históricos, fazendo com que o contexto e as preocupações de Malthus, Ri-

⁹ A citação corresponde à nota 24, nas páginas 34-35 da primeira edição alemã. Sou grato a Keith Tribe pela ajuda.

cardo e seus interlocutores sejam ignorados, enquanto eles são colocados num contexto preparado convenientemente por um economista de outro século.

Igualmente sintomático é o trabalho volumoso de Samuel Hollander, que se tornou num para-raios de debates sobre a natureza da herança clássica (Hollander, 1979; Tribe, 1981). Hollander é revelador por sua resistência a abordagens históricas ao pensamento econômico, mesmo quando tenta defender a categoria “economia política clássica” contra a acusação de que é uma reificação anacrônica. A defesa toma a forma de especificar o “‘núcleo’ da doutrina clássica” como a unidade apropriada de análise, que pode variar historicamente no sentido de que pode ser afirmada em “linguagem diferente”, mas o historiador pode ver o que é relevante ao acessar a “analítica pura do classicismo”, que o historiador pode reescrever com álgebra, sem qualquer dano (Hollander, 2000, p. 8, 18). Tendo a “analítica pura” em mente, Hollander conclui que os “clássicos habitavam um mundo ‘marshalliano’”, não um “marxiano” (Hollander, 2000, p. 23). Para qualquer historiador intelectual profissional, isso é um exemplo clássico de anacronismo, já que escritos de 1770–1830 são reescritos em linguagem do século XX e então assumidos como pertencentes a um universo da década de 1870! Ainda assim, Hollander é insistente em dizer que sua historiografia não é anacrônica: “Eu realizei ‘reconstruções históricas’, não ‘racionais’” (Hollander, 2000, p. 18). Essa defesa insistente dá um sentido do fechamento tradicional do campo a abordagens históricas e de sua preocupação contínua como “clássicos” em relação a Marx ou Marshall.

Essa questão sobre a verdadeira natureza da economia política foi complicada por Piero Sraffa, cujo *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* (Sraffa, 1960) teve influência desproporcional sobre historiadores do pensamento econômico. Sraffa alinhou seu trabalho com os “velhos economistas clássicos” que foram supostamente “submergidos e esquecidos” pela análise marginalista (Sraffa, 1960, p. v). Essa narrativa também produz teleologia ao ligar o passado com o presente, embora o padrão não seja Marx ou Marshall, mas um composto Ricardo–Marx–Sraffa. Assim, um discípulo de Sraffa poderia repetir a afirmação de Marx sobre Petty sem qualquer hesitação: “Petty também falhou em desenvolver uma análise sistemática da determinação dos salários”, como se fosse possível que Petty pudesse ter formulado essa intenção no século XVII (Gehrke, 2016, p. 128). Nesse exemplo, a categoria “economia política clássica” permite ao historiador ignorar a investigação do que um autor estava tentando dizer porque toma em seu valor de face que Petty

era um sraffiano prestes a nascer. Como Terry Peach (1993, 1998) demonstrou, a evidência contra a leitura de Ricardo por Sraffa em termos de um modelo de distribuição de cereais é imensa; a resistência a esse fato parece derivar da natureza quase-espiritual do apego da escola sraffiana a Ricardo, considerando-o seu ilustre fundador.

A referência ao assim chamado *modelo de cereais*, que é central à economia política sraffiana, é relevante ao segundo termo vítima de anacronismos na história do pensamento econômico: “modelo”. A ideia de que os cientistas produzem modelos é um fenômeno do século XX. Para economistas, tal mudança pode ser datada da década de 1930, em relação ao trabalho de Jan Tinbergen sobre ciclos econômicos (Boumans, 2004).¹⁰ Daí não é surpreendente que o contemporâneo de Tinbergen, John Maynard Keynes, parece não ter pensado em termos de modelos, colocando como subtítulos os dois volumes do seu *Um tratado sobre a moeda* como *A teoria pura da moeda* e *A teoria aplicada da moeda* (Keynes, [1930] 1978). Além do mais, ele identificou como o alvo da polêmica no primeiro capítulo de sua *Teoria geral* (1936) não os “modelos” dos clássicos, mas, ao invés disso, seu “pensamento econômico, tanto prático quanto teórico”, em especial seu divórcio com “os fatos da experiência” (Keynes; Johnson; Moggridge, 1978, v. 7, p. 3). Em resumo, falar sobre modelos é uma tradição recente, e hipóteses tais como dizer que um pensador tão recente quanto Keynes estava fazendo modelos são altamente suspeitas.¹¹

A realidade é que reescrever os textos de Malthus e Ricardo como se eles contivessem modelos é incrustar nosso vocabulário na evidência histórica, corrompendo-a em seguida. O principal exemplo dessa patologia é encontrado nas leituras de Sraffa do *Essay on profits* (1815) de Ricardo para construir o modelo de cereais (o fato de que Sraffa não usava muito o termo “modelo”, preferindo “teoria”, tanto em Sraffa (1960) quanto em sua introdução editorial ao *Principles of political economy, and taxation* (1817), é evidência de um vagalhão semântico criado pela ascensão da modelagem na economia a partir do século XX). Mas Malthus também foi sujeito a esse tratamento, com Hollander (1997) lendo Malthus como implicitamente construindo um

¹⁰ Apesar de estar ciente desses problemas, Mary Morgan adota uma definição contemporânea de modelagem como um estilo de raciocínio e então a projeta no tempo passado, considerando Ricardo “um pioneiro” (Morgan, 2012).

¹¹ Victoria Chick (1983) é de grande ajuda quando comenta que economistas que estão acostumados a pensar em termos de modelos têm dificuldade de entender o método de Keynes na *Teoria geral*, porque não se encaixa nas categorias nem de equilíbrio parcial nem geral.

modelo de desenvolvimento agrícola. Mais clamorosa ainda é a releitura feita por Waterman de diversos textos em termos de um modelo subentendido, seguindo o “modelo canônico” de Samuelson notado acima. Malthus é um dos autores a receber esse tratamento de Waterman, sendo retrospectivamente dotado de um “modelo de equilíbrio estacionário” como parte da “reconstrução racional” de Waterman (1991). Às vezes, essas reconstruções de autores passados em termos de modelos obliteram completamente o ponto de vista histórico de seu trabalho. Considere-se o tratamento de Burke por Waterman, nas linhas seguintes:

Tanto os argumentos de Burke quanto os de Godwin têm os mesmos defeitos. Porque, ao postular um equilíbrio estável em algum estado diferente do *status quo*, e ao tratar o último como instável a menos que restringido por elos institucionais, eles deixam inexplicada a maneira a qual a sociedade vem a ser. (Waterman, 1991, p. 27)

“Exatamente!”, Burke poderia ter respondido, porque uma teoria racional que se presumisse a “explicar” em termos mecânicos a formação de todo um modo de vida era vista por Burke como causa de perturbação social, e ele sempre se esforçava em impedir tais especulações.¹² Esse aspecto do pensamento de Burke é impossível de se recuperar quando ele é transformado em um construtor de modelos fracassado.

Agora vamos voltar ao termo final que é central à produção desses anacronismos – “método”. Deve ser notado que esse termo (no sentido de hoje) é menos tardio do que “modelo” ou “economia política clássica”. A discussão do método científico no sentido de perseguir uma estratégia epistemológica geral, como indução ou dedução, emergiu logo após a morte de Ricardo, especialmente graças a William Whewell e John Herschel (Yeo, 1986, 1991). Durante a vida de Ricardo, “método” era utilizado de forma esparsa e sendo primariamente referido como um proceder de modo ordenado – no sentido moderno de “metódico” – e para conduzir o intelecto com certeza ética.¹³ Deve ser enfatizado que Whewell e seu aliado, o economista político

¹² Por exemplo, a distinção de Burke entre uma sociedade nova, como a França revolucionária, cujas origens devem ser examinadas, e uma “estrutura antiga que nós encontramos desse jeito e não para disputar o fim e o propósito original, com a qual foi produzida” (Burke, 1981–2015, p. 252). Para tendência geral de traduzir a abordagem de direito consuetudinário de Burke aos mercados em uma forma analítica de economia política, ver Walter (2020). Obviamente, Burke não se opunha à *historiografia* como um modo de entender as origens e, nesse aspecto, sua dívida com os escoceses é profunda (O’Neill, 2007).

¹³ Numa das raras ocasiões em que Ricardo usou a palavra “método”, ele usou nesse sentido. Ver (Ricardo, 1951a, p. 259; 1951b, v. 7, p. 378). Em relação à palavra “método” no período moderno em geral, ela é

Richard Jones, foram guiados por sua hostilidade à economia política ricardiana. Isso significa que, quando discutimos Ricardo em relação ao método e fazendo uso da oposição de Whewell entre indução e dedução, não estamos apenas utilizando uma linguagem que Malthus e Ricardo quase nunca utilizaram, mas também estamos adotando sem perceber uma linguagem desenvolvida pelos inimigos de Ricardo após sua morte, com o propósito de atacar seu trabalho (de Marchi; Sturges, 1973).

Todos os três termos – “economia política clássica”, “modelo” e “método” – são tipicamente encontrados na literatura acadêmica. De fato, é comumente dito que a construção de modelos primeiro aflorou como um método explícito na economia política clássica, amarrando os três conceitos. Aqui está um excerto revelador do texto influente de Denis O’Brien, *The classical economists revisited*

O método dedutivo de Ricardo, sua construção de modelos, era de grande importância. Ricardo essencialmente inventou essas técnicas. Seu procedimento não apenas contrasta fortemente com a abordagem basicamente indutiva de Adam Smith, mas, como um processo de abstração heroica, não apenas negligencia as fricções do sistema econômico, mas também habitualmente raciocina em termos da relevância imediata do longo prazo. Ambas as características foram de grande importância para a economia após o fim da era clássica: sem dúvidas, elas deixaram suas marcas na economia clássica. (O’Brien, 2004, p. 49)

Igualmente comum é encontrar escritos sobre a “metodologia da economia política clássica” (Waterman, 2004) ou do “método clássico da teoria do valor e da distribuição” (Kurz, 2003, p. 169). Se metodologia e métodos são posteriores a Malthus e Ricardo, e se a “economia política clássica” foi um rótulo inventado por Karl Marx para suas polêmicas, então precisamos perguntar: o que eles estavam fazendo? Responder a essa questão requer um retorno ao vocabulário real de Malthus e Ricardo e então usar essa evidência para reconstruir seu contexto intelectual.

atribuída a significados não históricos. Descartes, por exemplo, é lido erroneamente nesse ponto – note o título do seu *Discurso sobre o método*. Ver os comentários do tradutor da edição em inglês em questão, Paul J. Olscamp, a respeito de como o *Discurso* é tipicamente lido isolado em relação aos três trabalhos que tinha como objetivo introduzir e seu argumento de que o “método consiste num conjunto de regras ou procedimentos para utilizar as capacidades e operações naturais da mente corretamente” (Olscamp, 2001, p. xiv). Ainda mais revelador é o estudo de Matthew L. Jones (2001). Indo além, antes de Descartes, “método” era um termo artístico nos estudos após a Renascença, com Ramus sendo uma fonte de controvérsia, mas seus significados ainda eram relacionados a procedimentos específicos (Ong, 1961).

1. Vocabulário e a recuperação do contexto

Como indicado no título do livro, *Antes do método e dos modelos*, um dos principais resultados a ser reportado é que, no período estudado (c. 1790–1823), nem “modelo” ou “método” tiveram um papel importante no vocabulário conceitual dos economistas políticos britânicos ou seus críticos. De fato, é difícil encontrar essas palavras sendo usadas pelos economistas políticos e, quando elas são realmente utilizadas, elas não tinham o mesmo significado que hoje. O vocabulário dos economistas políticos, porém, realmente incluía “teoria”, “prática”, “experiência” e “entusiasmo”. Não apenas essas palavras estão presentes, mas seu significado e alcance referencial eram intensamente contestados nas principais disputas do período. Como qualquer um familiarizado com esse período da história britânica vai saber, esses termos foram usados extensivamente na Inglaterra do século XVII. Eles até chegaram a ser lugar-comum e foram energizados de forma duradoura pela resposta hostil de Edmund Burke à Revolução Francesa em *Reflexões sobre a revolução na França* (1790). O ponto essencial de Burke era que as noções recentes e errôneas de direitos humanos enchiam as pessoas de “entusiasmo apaixonado” e corrompiam o raciocínio dos “legisladores modernos” (Burke, 1981–2015, v. 8, p. 108, 232). A consequência trágica era que isso cegava as pessoas para os benefícios que a forma existente de governo produzia na realidade, porque eles se fixavam numa sociedade futura melhor.

Em linhas gerais, um dos achados mais importantes do livro é que esse vocabulário era central à economia política no tempo de Malthus e Ricardo e que a economia política não tinha um vocabulário que poderia ser considerado independente. Dados os preceitos articulados anteriormente a respeito da atenção à linguagem, a importância desse fato precisa ser enfatizada. Acima de tudo, ela sinaliza que a tendência de estudar a economia política como se fosse uma disciplina autônoma, como é a economia de hoje, é um anacronismo. Em vez de desfrutar da autonomia intelectual, economistas políticos operavam em um contexto onde o lugar da teoria não era algo que eles podiam determinar independentemente. Eles estavam participando num conjunto mais amplo de debates e culturas intelectuais diferente do que os historiadores do pensamento econômico normalmente estudam.

Após Burke, “teoria” levantava suspeitas, enquanto que “prática” e “experiência” as dispersavam. Por esse motivo, economistas políticos, que se viam como teóricos, esforçaram-se para comunicar seu trabalho intelectual nesses termos privilegiados ao alinhar retoricamente seus escritos com noções de

prática e experiência. Os economistas políticos também tentaram negar uns aos outros a proteção desses termos, retratando seus oponentes como “entusiastas”. Aqui, então, temos um ponto de início rival para a pesquisa histórica que rejeita o caminho da reconstrução racional: Malthus e Ricardo não estavam fazendo macroeconomia nem construindo modelos, mas eles estavam tentando equilibrar especulação teórica com a demanda intensa, após a Revolução Francesa, de se prestar atenção à prática e à experiência. Esse fato explica por que Malthus e Ricardo nunca se importaram com a natureza de um bom modelo, mas refletiam rotineiramente sobre a relação entre teoria, prática e experiência, usando essas ideias para defender seus trabalhos e atacar outros.

Essa característica do contexto pode ser ilustrada ao notar que a visão geral desse vocabulário, apresentada por Jeremy Bentham em *The book of fallacies* (1824), no título do capítulo relevante à discussão: “Falácias antirracionais”. Bentham, como um reformista convicto, atacava o vocabulário que era utilizado de forma bem-sucedida para bloquear ondas de mudanças. A estratégia-chave, de acordo com Bentham, era menosprezar “razão” e “pensamento”, qualificando-os com os adjetivos “especulativo”, “teórico”, “visionário”, “quimérico”, “romântico” e “utópico” (Bentham, 1824, p. 295-296). O argumento de Bentham era que tais ataques à teoria ocultavam o fato de que toda argumentação envolvia algum tipo de teoria, mesmo que sua importância não fosse percebida (Bentham, 1824, p. 299-300). (O argumento de que a teoria é onipresente se tornou comum nas defesas de argumentos teóricos desde então). A outra defesa da teoria por Bentham era conceder que o “medo da teoria” era justificado por causa da tendência de teóricos em ignorar as complicações levantadas pelos “casos particulares” que exigiam exceções (Bentham, 1824, p. 299). Mas tal cegueira em relação à necessidade de exceções era uma afronta à razão e à utilidade, ou simplesmente teoria ruim, e não uma invalidação da teoria (Bentham, 1824, p. 80-81).¹⁴

Bentham ia além da defesa: ele desenvolveu várias linhas de ataque contra a posição antirracional. Sua campanha teve seu ponto alto quando ele argumentou que a rejeição da teoria era tipicamente motivada pelo desejo de proteger interesses privados que se serviam do sistema existente, interesses que seriam comprometidos se a ciência da utilidade seguisse seu curso em programar a arquitetura do governo.¹⁵ Tais interesses eram, de acordo com

¹⁴ Para o caráter cauteloso e até casuístico do pensamento de Bentham, ver Bentham (2011, p. 152-219). Agradeço a Lorenzo Cello por me recomendar esse texto.

¹⁵ Sobre isso, ver o título ao capítulo 18 de seu livro *Plan for parliamentary reform*: “Interesses adversos à

Bentham, defendidos usando as palavras “experiência”, “prática” e “sabedoria dos ancestrais” para urgir legisladores em confiar num conhecimento datado dos séculos XVI e XVII (Bentham, 1824, p. 69-79). Contra isso, Bentham insistiu que esses séculos eram bárbaros, e que a geração atual podia aprender com seus erros. Bentham até ousou criticar a constituição antiga, virando de cabeça para baixo a injunção de Burke para não examinar as origens da herança política de um povo.

A constituição, por que está além de qualquer suspeita? Por que, sob a ameaça de ser *ipso facto* um anarquista convicto, nunca devemos presumir olhar para ela a não ser com olhos fechados? Porque foi o trabalho dos nossos ancestrais – de ancestrais, legisladores, poucos dos quais podiam ler, e poucos que achavam que valia a pena ler. Primeira suposição teórica, *sabedoria de ancestrais bárbaros*. (Bentham, 1824, p. 237)

Com tais falácias em voga, os antirracionais concluíam que agir sem precedente ou costume – como dito pelos termos “novidade” e “inovação” – era prejudicial (Bentham, 1824, p. 113-115, 384, 390). De fato, Bentham escreveu, tipicamente “inovação” era usada para significar “mudança ruim” (Bentham, 1824, p. 143-144). O problema com toda essa linguagem antirracional era que ela obscurecia o mal no tempo presente e, simultaneamente, direcionava atenção aos maus futuros que nunca emergiam quando uma boa teoria é usada para abrir caminho (Bentham, 1824, p. 150).

Burke publicou suas *Reflexões* em 1790, enquanto que Bentham publicou seu *Book of fallacies* em 1824. Assim, existe evidência *prima facie* de que, antes da primeira publicação de Ricardo sobre economia política (1809) até após sua morte (1823) o vocabulário da teoria e da prática era usado para debater a relação entre pensamento abstrato e o funcionamento das instituições políticas de uma nação. É, portanto, pouco surpreendente que esse vocabulário teve um papel importante nos debates sobre o status e o papel potencial da economia política em emancipar ou destruir a sociedade, já que a nova ciência estava profundamente preocupada em reformar o Estado. Como esse argumento implica, a economia política era vista como uma espécie especulação política, filosofia ou pensamento abstrato. Ela era, portanto, sujeita aos mesmos padrões de avaliação de outras atividades.

Reforma – apoio dado por eles aos moderados e à exclusão dos radicais: *tories*, *whigs* e homens do povo” (Bentham, 1817, p. 299).

Em outras palavras, ao prestar atenção ao vocabulário, é possível estabelecer que o contexto no qual a economia política era estudada na Grã-Bretanha na virada do século XVIII era um em que a economia política não era uma ciência autônoma, muito menos uma vocação. Esse achado determina que a concepção comum de que a economia política era uma ciência que se desenvolveu por meio de modelos de maior sofisticação e consistência não é histórica. Mais positivamente, ele também confirma e estende o estudo clássico de Stefan Collini, Donald Winch e John Burrow (1983), no qual o contexto de Malthus e Ricardo era a “ciência da política”. Essa ciência continha a economia política como um dos elementos subordinados, inibindo especialização intelectual do tipo de que os economistas desfrutam hoje. Em resumo, uma das razões pelas quais economistas políticos não se comportavam como especialistas era porque eles não possuíam um vocabulário especializado.

Referências

- BENTHAM, J. *Plan of parliamentary reform*. London, 1817.
- BENTHAM, J. *The book of fallacies*. London, 1824.
- BENTHAM, J. Place and time. In: BENTHAM, J; ENGELMANN, S. G. (Org.). *Selected writings. Jeremy Bentham*. New Haven, Yale University Press, 2011.
- BLAUG, M. On the historiography of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 12, n. 1, p. 27-37, 1990.
- BOUMANS, M. *How economists model the world into numbers*. London: Routledge, 2004.
- BURKE, E. First letter on a regicide peace. 1796 In: BURKE, E.; LANGSFORD, P.; TODD, W. B. (Org.). *Writings and speeches*. Oxford: Oxford University Press, 1981-2015.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes*. A reconsideration of the General Theory. Cambridge: MIT Press, 1983.
- COLLINI, S.; WINCH, D.; BURROW, J. *That noble science of politics: a study*

in nineteenth-century intellectual history. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CONDREN, C. *The language of politics in seventeenth-century England*. New York: Palgrave Macmillan, 1994.

CONDREN, C. *The status and appraisal of classic texts*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

CONDREN, C. *Argument and authority in Early Modern England: the presupposition of oaths and offices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CORSI, M.; KREGEL, J.; D'IPPOLITI, C. (Org.). *Classical economics today: essays in honor of Alessandro Roncaglia*. London: Anthem, 2018.

DE MARCHI, N. B.; STURGES, R. P. Malthus and Ricardo's inductivist critics: four letters to William Whewell. *Economica*, v. 40, n. 160, p. 379-393, 1973.

GALLIE, W. B. *Philosophy and the historical understanding*. London: Chatto and Windus, 1964.

GEHRKE, C. British classical political economy. In: FACARELLO, G.; KURZ, H. D. *Handbook on the history of economic analysis*. Volume 2. Cheltenham: Edward Elgar, p. 125-149, 2016.

GOULD, S. J. *The panda's thumb: more reflections in natural history*. New York: W. W. Norton, 1980.

HOLLANDER, S. *The economics of David Ricardo*. London: Heinemann, 1979.

HOLLANDER, S. *The economics of Thomas Robert Malthus*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

HOLLANDER, S. "Classical economics": a reification wrapped in an anachronism?" In: FORGET, E. L.; PEART, S. (Org.). *Reflections on the classical canon in economics: essays in honor of Samuel Hollander*. London: Routledge, p. 25-44, 2000.

HUNTER, I. The contest over context in intellectual history. *History & Theory*, v. 58, n. 2, p. 185-209, 2019.

JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

JONES, M. L. Descartes's geometry as spiritual exercise. *Critical Inquiry*, v. 28, n. 1, p. 40-71, 2001.

KATES, S. *Defending the history of economic thought*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

KATES, S. *Classical economic theory and the modern economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2020.

KURZ, H. D. The surplus interpretation of the classical economists. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Org.). *A companion to the history of economic thought*. Malden: Blackwell, p. 167-183, 2003.

MARX, K. *Das Kapital: Kritik der politischen Oekonomie*. Hamburg, 1867.

MARX, K. *Capital: a critique of political economy*. Moscow: Progress Publishers, 1954.

MORGAN, M. *The world in the model: how economists work and think*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MOSCATI, I. More economics, please: we're historians of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 30, n. 1, p. 85-92, 2008.

O'BRIEN, D. P. *The classical economists revisited*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

OLSCAMP, P. J. Introduction. In: DESCARTES, R. *Discourse on the method, optics, geometry, and meteorology*. Indianapolis: Hackett Publishing, p. ix-xxiv, 2001.

ONG, W. J. Ramist method and the commercial mind. *Studies in the Renaissance*, v. 8, p. 155-172, 1961.

O'NEILL, D. *The Burke-Wollstonecraft debate: savagery, civilization, and democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2007.

PEACH, T. *Interpreting Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PEACH, T. On interpreting Ricardo: a reply to sraffians. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, n. 5, p. 597-616, 1998.

POCOCK, J. G. A. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICARDO, D. Ricardo to Maria Edgeworth. In: SRAFFA, P. (Org.). *Works and correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951a.

RICARDO, D. Ricardo to Mill. In: SRAFFA, P. (Org.). *Works and correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951b.

SAMUELSON, P. A. The canonical classical model of political economy. *Journal of Economic Literature*, v. 16, n. 4, p. 1415-1434, 1978.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Oxford: Oxford University Press, [1954] 1994.

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SKINNER, Q. *Vision of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SRAFFA, P. *Production of commodities by means of commodities: prelude to a critique of economic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

STIGLER, G. J. Does economics have a useful past? *History of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 217-230, 1969.

TRIBE, K. *Land, labour and economic discourse*. London: Routledge and Keegan Paul, 1978.

- TRIBE, K. *The economy of the word*. Language, history, and economics. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- TRIBE, K. Ricardian histories. *Economy and Society*, v. 10, n. 4, p. 451-466, 1981.
- TRIBE, K. Donald Winch 1935-2017. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 25, n. 1, p. 196-201, 2018.
- WALTER, R. Conservative politics and laissez-faire economics? The Burke-Smith problem revisited. *Critical Historical Studies*, v. 7, n. 2, p. 271-295, 2020.
- WATERMAN, A. M. C. *Revolution, economics and religion: Christian political economy, 1798-1833*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- WATERMAN, A. M. C. Mathematical modelling as an exegetical tool: rational reconstruction. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Org.). *A companion to the history of economic thought*. Malden: Blackwell, p. 553-570, 2003.
- WATERMAN, A. M. C. *Political economy and Christian theology since the Enlightenment: essays in intellectual history*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- WINCH, D. *Adam Smith's politics: an essay in historiographic revision*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- WINCH, D. *Riches and poverty: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- YEO, R. R. Scientific method and the rhetoric of science in Britain, 1830-1917. In: SCHUSTER, J. A.; YEO, R. R. (Org.). *The politics and rhetoric of scientific method*. Historical studies. Dordrecht: D. Reidel, p. 259-297, 1986.
- YEO, R. R. William Whewell's philosophy of knowledge and its reception. In: FISCH, M.; SCHAFFER, S. (Org.). *William Whewell: a composite portrait*. Oxford: Oxford University Press, p. 175-199, 1991.

Resenha bibliográfica*

Book review

GOULARTI FILHO, Alcides; SAES, Alexandre Macchione. *História de empresas no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Hucitec, 2021.

Henrique Pons Agnelli**

Lançado trinta anos após a realização da 1ª Conferência Internacional de História de Empresas, em 1991, antecessora da própria Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), o livro organizado por Alcides Goularti Filho e Alexandre Macchione Saes é o terceiro volume da Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil e reúne catorze trabalhos distribuídos entre discussões da “história de empresas como área de pesquisa” e “estudos regionais”, como proposto pela própria divisão da obra. Conforme destacado no Prefácio por Luiz Fernando Saraiva, organizador geral da coleção, e Teresa Cristina de Novaes Marques, sócia da ABPHE e ex-diretora da *História Econômica & História de Empresas* (HE&HE), o livro “reforça a importância de um campo do conhecimento de longa tradição” no país, tanto pela perspectiva teórico-metodológica quanto pela apresentação do “estado da arte dos grandes temas estudados pelos pesquisadores”, dialogando com obras que o antecederam nessa mesma tradição.

As reflexões de Flávio Azevedo Marques de Saes a respeito das relações entre história econômica e história de empresas, inclusive a respeito da história de empresas “como ‘instrumento’ da história econômica”, compõem o capítulo inaugural do livro e indicam de antemão algo que logo se perceberá nos estudos regionais: a coincidência temporal entre o estabelecimento da grande empresa no Brasil e importantes processos históricos do país, além do

* Submissão: 11/08/2021 | Aprovação: 02/11/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.828

** Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil | ORCID 0000-0003-2826-4182 | E-mail: agnelli.henrique@gmail.com



caráter estatal, multinacional ou quase institucional da grande empresa brasileira, conferem à nossa história de empresas eixos de pesquisa distintos daqueles de tradições estrangeiras, mais sujeitas aos riscos de uma história apologética, resultante do viés de seleção de casos bem-sucedidos intrínseco a narrativas que tratam “de entender o desenvolvimento industrial e o próprio crescimento econômico” através desses estudos. Serão estudos como “A chegada da grande empresa internacional no Brasil: o caso da Imperial Mining Brazilian Association (IMBA)”, “A grande empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso (1883–1949)”, “A Celesc na eletrificação de Santa Catarina” e “Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico” que evidenciarão como a intimidade entre o capital e a política econômica e como própria formação da sociedade a partir das relações estruturadas na grande empresa tornam a história de empresas singular no Brasil, mais integrada à história econômica apesar de sua “plena autonomia acadêmica”.

Lembrando também as especificidades da história de empresas brasileira em suas primeiras páginas, Alexandre Macchione Saes e Caroline Gonçalves discorrem no segundo capítulo a respeito das origens e do desenvolvimento da *business history* internacional, rememorando os embates teóricos travados entre seus primeiros representantes e as transformações metodológicas que colocaram em questão a essência da história de empresas, ainda em evolução e, enfim, sujeita a novas críticas e reformulações paradigmáticas. Entre o campo interdisciplinar e diverso de suas origens, mais associado à história econômica e, portanto, com um processo de análise que deveria “[levar] em conta tanto o ambiente como a conjuntura em que os negócios estavam inseridos”, e o campo independente para o qual se dirigiria, com métodos delimitados e responsável por “realizar uma leitura voltada para a empresa como objeto prioritário”, os autores discutem os fundamentos e as relações da *business history* com outras áreas do conhecimento em um debate que tem continuidade no capítulo seguinte, no qual Guilherme Grandi associa a “velha” e a “nova” economia institucional à história de empresas. Em sua análise, companhias são entendidas como resultado de condições institucionais, “não somente da ação conjunta de determinados agentes (reunidos em organizações), [mas] também de um arcabouço previamente estabelecido de regras, formais e informais, que fundamentalmente determina o conjunto de ações e interações dos agentes”. Nessa perspectiva, o caso apresentado ao final do capítulo, das relações de trabalho no setor ferroviário paulista entre as décadas de

1920 e 1940, é emblemático da relação entre empresas e instituições brasileiras na medida em que o paternalismo, a estrutura hierárquica quase “familiar”, a ingerência da empresa na vida pessoal de seus funcionários e os demais mecanismos de controle laboral estabelecidos reformulavam as relações de produção de acordo com as necessidades empresariais.

O capítulo que entremeia as discussões teórico-metodológicas da primeira parte do livro, de autoria de Armando Dalla Costa e Angelo Brião Zanela, oferece uma análise dos “grupos empresariais” como objeto de pesquisa “fragmentado” entre abordagens e perspectivas diversas, muito importantes e reconhecidos tanto em economias “maduras” quanto em “emergentes”, porém sujeitos a análises díspares em função da heterogeneidade de suas estruturas e da multiplicidade de perspectivas conceituais de interesse. No capítulo, mais uma vez as circunstâncias institucionais têm sua importância destacada, inclusive para teorias de internacionalização, sendo a abordagem utilizada dependente, por exemplo, da maior ou menor eficiência dos mecanismos de mercado em cada país e da maior ou menor participação do Estado no processo de desenvolvimento e nas operações desses grupos.

No encerramento da primeira parte do livro, Flávia Borges Pereira e Silvana Goulart apresentam os centros empresariais de memória como espaços não apenas de consulta jurídica, administrativa e publicitária para as empresas, que buscam em seu passado a construção dos valores e da identidade da marca, mas também espaços de valorização do patrimônio cultural e espaços de pesquisa científica pela disponibilização de fontes documentais. Se o capítulo recorda a amplitude e a variedade de estudos realizados dentro do campo da história de empresas ao discutir experiências de pesquisadores que dependeram de consultas a acervos físicos e espaços de memória empresarial em suas pesquisas, resgatando as questões discutidas no primeiro capítulo, sobre a importância da disponibilidade de informações para a realização de pesquisas e a influência das informações disponíveis sobre os objetos da história de empresas, a pluralidade de abordagens e objetos discutidos na segunda parte do livro evoca outro importante aspecto da história de empresas no Brasil: o confronto entre teoria e particularidade histórica no contexto de um país imenso e diverso.

Retraçando a trajetória da National Brazilian Mining Association e de seu fundador, Eduardo Oxenford, Fábio Carlos da Silva inaugura a segunda parte do livro dando destaque ao caráter personalista dos investimentos nas minas durante a primeira metade do século XIX, tendo Oxenford sido o

primeiro estrangeiro a obter um despacho favorável à aplicação direta de capitais estrangeiros no Brasil por suas amizades e negócios anteriores. No texto, a pessoalidade é um elemento de destaque desde a fundação do empreendimento, viabilizado pelo contato com “os brasileiros mais notáveis da região, proprietários rurais e detentores do poder político local”, até a ocasião da fuga de Oxenford da Inglaterra para o Brasil em meio às investigações na Justiça britânica de irregularidades financeiras e administrativas da companhia, que dariam ao controlador dos negócios a possibilidade de negociar a venda de minas e o aluguel dos escravos da companhia. O significado desses investimentos da *City* londrina em uma atividade fundamentalmente escravocrata além-mar, outro lado da moeda da participação britânica nas minas de ouro imperiais, é a questão abordada por José Alex Rego Soares no capítulo seguinte, que apresenta como os dirigentes europeus do empreendimento empregaram modelos de gestão modernos para organizar e comandar o trabalho escravo em uma grande empresa capitalista, financiada pela especulação financeira. Partindo de uma atividade extrativa de moldes essencialmente coloniais, enfim, o texto revela a rentabilidade para os investidores estrangeiros e a capacidade de pagamento de impostos de uma simbiose estabelecida entre capital financeiro e trabalho escravo.

O livro tem continuidade em seu oitavo capítulo com o texto de Leila Mourão Miranda, que, “em face da hegemonia do discurso de que a economia agrária e exportadora predominou, restringindo ou impedindo outras experiências” fora “do eixo Sudeste e Sul do país”, estuda a indústria paraense como concretização local de um tema “universal em si” que é a indústria, “como uma forma histórica de realização do capitalismo em sua dimensão industrial e em um contexto determinado, ou seja, na região amazônica”. A ideia que conduz o texto, de condições regionais, conjuntura internacional e ação governamental que determinaram tanto a direção quanto os limites da atividade econômica local, aplica-se também à descrição de Paulo Roberto Cimó Queiroz da trajetória da grande empresa sul-mato-grossense dos ervais no capítulo seguinte: iniciada em 1882 graças a uma concessão do governo imperial, o empreendimento expandiria para terrenos devolutos fronteiriços brasileiros uma atividade extrativa de tradição, mão de obra e mercado consumidor majoritariamente estrangeiros. Tendo sua concessão renovada em 1926, “ainda em um contexto de estreita vinculação entre as esferas pública e privada”, o fim do monopólio decorreria de questões institucionais e de natureza internacional, assim como sua instituição décadas

antes, deixando de fruir da boa vontade do governo e enfrentando dificuldades para a entrada de seus produtos na Argentina a partir de 1930.

Chegando à metade da segunda parte do livro, o texto de Fábio Farias de Moraes a respeito da Celesc e da eletrificação de Santa Catarina abre a seção de dois capítulos cuja contribuição para o “panorama diversificado (espacial, teórico e metodologicamente)” dos estudos regionais se dá exatamente de acordo com a tradição de pesquisas nas quais a história da empresa se confunde com elementos de formação da economia nacional, ou seja, nas quais a trajetória do empreendimento está diretamente associado a circunstâncias centrais do desenvolvimento econômico do país. Nesse primeiro caso, interligada a história da expansão da rede elétrica do estado ao percurso da empresa, a fundação da estatal em 1955 inauguraria uma sucessão de episódios de investimentos públicos que, em benefício da acumulação privada de capital e em linha com interesses estrangeiros, envolveria fundamentalmente o Estado na expansão da geração, transmissão e, inclusive, distribuição de energia elétrica em Santa Catarina. A associação e o conflito entre interesses privados e interesses de Estado são também objeto central de Alcides Goularti Filho no capítulo seguinte, que discute a criação, o desenvolvimento e as crises da empresa Lloyd Brasileiro. Fundada por decreto em 1890 em função de preocupações referentes ao aparelhamento da Marinha Mercante, entendida como reserva da Marinha de Guerra, o Lloyd Brasileiro enfrentaria em sua história prolongados déficits financeiros e graves crises de insolvência, aliviados apenas por superávits episódicos e por repetidas liquidações das dívidas por parte da União, cujo entendimento de que os serviços prestados pela companhia eram fundamentais para a defesa e para a integração nacional persistiria durante boa parte do século XX.

Discutindo as origens e o desenvolvimento do Grupo Gerdau, José Lannes inaugura no décimo segundo capítulo a seção final do livro, composta por três estudos de empresas que se tornam protagonistas em seus setores de atuação durante o século XX. Partindo de modesto empreendimento comercial em fins do século XIX, a Gerdau transformaria seu capital comercial em capital industrial quase meio século antes de sua entrada no mercado de aços, que em 1948 marcaria o primeiro movimento de expansão vertical da companhia. Fruto de um longo processo de acumulação de capital, a expansão internacional que aceleraria seu desenvolvimento e sua diversificação tardaria também décadas até tomar forma nos anos 2000. O longo ciclo de amadurecimento atravessado pelo Grupo Gerdau, que envolveu mudanças geracionais e de co-

mando, expansões verticais por aquisições e por novos empreendimentos, experiências de inserção de seus produtos no mercado internacional e internacionalização, não foi exclusivo da companhia, tendo marcado também a trajetória da Votorantim, objeto de estudo de Gustavo Pereira da Silva no capítulo final do livro.

Consolidado em 1919 como empresa familiar, o grupo Votorantim, que concentrava 80% de suas receitas no setor têxtil, tomou forma através de um movimento de integração vertical com o negócio anterior da família, de descaroçamento de algodão, e através de relevante expansão horizontal, com atuação nos setores de cimento, cal e transporte ferroviário. Inaugurando a subsidiária produtora de raíom em 1935 e as operações siderúrgicas em 1943, o grupo continuaria durante todo o século sua trajetória de expansão horizontal, “guiada pelos recursos produtivos preexistentes e pela sinergia entre as firmas”, consolidando posições de destaque em diversos setores industriais intermediários e finais. “Maior grupo econômico de capital privado no Brasil” na década de 1980, a concentração das atividades dentro de um país em crise motivaria um movimento de internacionalização que se prolongaria até a crise de 2008.

Destoando das duas empresas discutidas anteriormente, Jaques Kerstenetzky completa a seção final do livro ao apresentar a Metal Leve como caso emblemático de uma companhia nacional que, apesar da liderança em seu segmento, da atualização tecnológica, das experiências de diversificação, da inserção de seus produtos no mercado internacional e da internacionalização em si, rapidamente perderia espaço com a abertura comercial da década de 1990 e com a competição direta com concorrentes estrangeiros que, por sua escala, podiam diluir muito melhor os custos de produção de amostras e os custos de pesquisa e desenvolvimento necessários para a atuação no mercado.

Ao final da leitura, a diversidade de objetos de análise e de abordagens dos estudos nos remete mais uma vez ao Prefácio, à Introdução e aos capítulos iniciais do livro, que, ao introduzir a obra no contexto de uma ciência recente no país, porém independente e vigorosa, faz pensar a respeito dos desenvolvimentos futuros dessa tradição. Lidando com múltiplos contextos dentro de um mesmo imenso e diverso país, a história de empresas tem cumprido o duplo papel de recordar e analisar a trajetória de empreendimentos públicos e privados, resgatando documentos e materiais muitas vezes de difícil acesso, e de, muitas vezes, contribuir para a construção da compreensão do próprio

processo de desenvolvimento do país, tendo diversas empresas tido suas operações estreitamente associadas a elementos constitutivos de nossa história econômica.

Resenha bibliográfica*

Book review

PESAVENTO, Fábio; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira (Org.). *História econômica do Brasil colônia*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 6)

Antonio Carlos Jucá de Sampaio**

De novos e antigos rumos: a historiografia econômica do período colonial

Of new and old directions: the economic historiography of the colonial period

Em primeiro lugar, é preciso saudar com alegria a criação, pela ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica), da coleção “Novos Estudos de História Econômica do Brasil”, da qual o livro aqui resenhado é o sexto volume. Merece elogios sobretudo a forma como a coleção foi concebida, buscando estabelecer o “estado da arte” atual dos estudos sobre história econômica. Num contexto repleto de desafios para o país, a possibilidade de refletirmos sobre os rumos tomados pelas pesquisas sobre a economia nacional nos diversos períodos é sem dúvida da maior importância para o alargamento e o enriquecimento do debate acerca dos rumos do país.

No que se refere especificamente à história do período colonial, deparamo-nos com uma produção ampla e bastante variada no que se refere às formas de abordagem, fruto de perspectivas teóricas diversas que terminam

* Submissão: 21/12/2022 | Aprovação: 09/06/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.907

** Professor Titular do Instituto de História, UFRJ, Brasil | ORCID: 0000-0003-1719-0245 | E-mail: acjuca@gmail.com



por influenciar a construção dos respectivos objetos de pesquisa e as metodologias utilizadas. Por tudo isso, um livro como esse mostra-se absolutamente necessário, por reunir artigos que, sem a pretensão de serem exaustivos, dão um panorama bastante amplo da situação atual acerca dos rumos da historiografia econômica colonial.

Em primeiro lugar, cabe destacar os organizadores responsáveis pelo volume. Fábio Pesavento e Fernando Cerqueira Lima são pesquisadores de reconhecida competência em suas respectivas áreas. O primeiro, um estudioso das redes mercantis que, a partir do Rio de Janeiro, organizaram a economia do Centro-Sul da América portuguesa setecentista. O segundo, um especialista no estudo da moeda e da circulação monetária na colônia. A competência de ambos e a complementaridade de suas formações refletem-se no livro que organizaram.

Numa primeira parte, temos quatro capítulos dedicados às diversas regiões que compunham a colônia, numa preocupação clara de evitar a concentração geográfica no eixo Sudeste-Nordeste, problema comum a trabalhos desse tipo. Estranhamente, no entanto, falta um capítulo dedicado ao Centro-Oeste, sem que haja qualquer informação sobre o porquê da ausência.

O primeiro capítulo dessa seção, sobre a Amazônia, é assinado por Rafael Chambouleyron e Alírio Cardoso. Nele, há não só o resgate da variada produção atual sobre a região como a preocupação central em caracterizá-la a partir de suas especificidades, questionando uma tradição historiográfica que a via como marginal no contexto brasileiro. Surgem aí as “drogas do sertão”, mas também uma agricultura dinâmica e redes de comércio que se estendem tanto pelo Atlântico quanto pelo seu intrincado universo fluvial. Ao final, e em que pesem as lacunas ainda existentes e apontadas pelos autores, é a complexidade da maior região brasileira que se apresenta ao leitor, convidado a conhecê-la.

O capítulo seguinte trata do Nordeste, e é assinado por George Cabral de Sousa, Gustavo Acioli Lopes e Mozart Vergetti Menezes. O problema colocado aos autores é, de certa forma, o oposto do capítulo anterior. O Nordeste possuiu sempre uma centralidade indiscutível na produção historiográfica brasileira, tanto por ter sido a primeira região colonizada em ampla escala quanto pela sua centralidade na agroexportação colonial. Essa centralidade, no entanto, pode se tornar por vezes um fardo. A historiografia brasileira esteve muito tempo capturada pela noção de que a dinâmica econômica se restringia ao setor exportador, sendo este, por sua vez, mero apêndice da

dinâmica econômica europeia.¹ Os autores optaram por não adentrar o debate historiográfico, fazendo, em vez disso, uma análise cuidadosa dos diversos setores da economia nordestina, apresentando uma imagem mais completa da sua evolução ao longo dos séculos. Ao analisarem o comércio, demonstram a importância central das redes na constituição da lide mercantil. Evidencia-se a importância da multiplicação dos pesquisadores locais, cujos trabalhos vieram cobrir aspectos desconhecidos ou mesmo ignorados da economia nordestina. Mesmo assim, terminam por ressaltar as lacunas ainda existentes, sobretudo no que se refere ao abastecimento para o mercado interno e às relações entre as diversas regiões.

O Sudeste, terceira região analisada, ficou a cargo de Carla Almeida e Fábio Pesavento. O texto busca traçar inicialmente as redes de negócio que se estruturaram na região a partir da fundação da Colônia de Sacramento e se intensificaram com a descoberta do ouro no Setecentos. É a partir dessas redes que se pode entender a inserção sudestina no contexto do império português, bem como as transformações sociais que ocorreram no período. Na segunda parte do texto, os autores realizam um levantamento notável do debate historiográfico. Iniciando sua análise com obras de brasilianistas, como Dauril Alden, demonstram como a percepção da economia colonial estava ligada a uma perspectiva externalista, em que as conjunturas internas derivavam direta e inexoravelmente das conjunturas externas. Esse pressuposto, no entanto, será abalado por trabalhos que, a partir da década de 1990 e, de forma ainda mais intensa neste século, demonstraram a importância central do mercado interno para a compreensão da economia colonial, bem como para a existência de grupos mercantis poderosos e com grande autonomia perante seus congêneres reinóis. No entanto, já não se trata mais apenas de repensar as “relações metrópole-colônia”, mas de compreender a inserção regional no interior do império português. Retomamos aqui o papel central das redes de negócios para a compreensão da dinâmica econômica regional.

A última região abordada é o Sul, analisado por Tiago Gil. O texto é dividido em duas partes. Na primeira, há uma apresentação da história econômica da região considerando os trabalhos mais recentes, de forma a dar conta do quadro historiográfico atual. A segunda busca apresentar as transformações na historiografia sobre a região a partir da década de 1930. Sua análise demonstra como, de um quadro excessivamente simplificado, em que a economia do Sul é praticamente resumida ao gado, passou-se a uma crescente

¹ Ver, por exemplo, o trabalho de Stuart Schwartz (1990).

complexificação, que considerou não só a variedade produtiva da região como suas vinculações com outras áreas do império luso e o papel da escravidão na constituição de sua formação social. Ao final temos uma interessante avaliação de conjunto, em que Gil busca não só fazer um resumo das transformações apontadas nas páginas anteriores como também aponta para as carências e possibilidades de pesquisas futuras.

A segunda parte do livro intitula-se “Entendendo os atavismos: temas imprescindíveis à compreensão do Brasil”. Como o próprio título indica, busca-se aqui abordar temas transversais, que englobam as diversas regiões e épocas da história colonial.

O primeiro capítulo, de Maximiliano Lenz e Wolfgang Lenk, propõe-se a tratar da escravidão e do tráfico de escravos, temas centrais para a constituição da sociedade colonial. O texto, no entanto, é organizado a partir das conjunturas do tráfico atlântico de escravos, tal como foram identificadas pelos autores. A escravidão surge aí como um epifenômeno, uma mera derivação do tráfico. Este, por sua vez, nasce e se transforma a partir de conjunturas externas. Assim, a constituição do sistema açucareiro no Brasil em meados do século XVI “atrelava-se aos investimentos capitalistas (sic) no setor de transportes, construção naval e comércio de produtos coloniais, na ponta do desenvolvimento da economia europeia” (p. 133). A partir daí é a Europa quem dita os ritmos do tráfico de escravos, por suas conjunturas econômicas e/ou políticas.

A maior riqueza do texto está na análise minuciosa do cotidiano do tráfico, seja na América ou na África. Temos aí uma descrição das regiões envolvidas, das formas de captura dos cativos, dos impactos nas diversas sociedades e, principalmente, dos mecanismos mercantis que tornavam possível o tráfico negreiro. O resultado final é um texto desigual. Por um lado, apresenta um panorama bastante rico do que foi o tráfico atlântico ao longo de aproximadamente três séculos, tendo por base a historiografia mais recente. Por outro, parece pagar tributo a uma perspectiva historiográfica já ultrapassada ao considerar as conjunturas econômicas (e com elas, as do tráfico) a partir de uma perspectiva puramente externalista.

O capítulo seguinte, de Fernando Cerqueira Lima, analisa a moeda e os meios de pagamento, um tema quase sempre negligenciado pela historiografia, mas ao qual o autor tem se dedicado há anos. O resultado é um panorama bastante completo sobre a “questão monetária” no período colonial, que se inicia com uma apresentação do sistema monetário da época e segue

depois pelas sucessivas conjunturas coloniais. Lima é cuidadoso ao mostrar como a circulação de moeda vinculava-se não só a fenômenos econômicos, como a oferta (ou não) de metais preciosos, como também a interferências políticas, que buscavam quase sempre resolver problemas específicos, como a escassez de moeda. O sistema monetário surge aí, portanto, como resultado da estrutura social em que se encontra inserido.

O capítulo seguinte, de Fernando Gaudereto Lamas, busca analisar os estudos sobre a história agrária. Parte, para isso, de uma análise historiográfica que se inicia na década de 1970, quando Maria Yedda Linhares estruturou, junto com Ciro Cardoso, um programa de pesquisa voltado para a história agrária. A partir daí, Lamas analisa temas que ganharam espaço na área, como a questão da fronteira, a história indígena, o campesinato e os conflitos agrários. Em um segundo momento, o autor se debruça sobre as fontes disponíveis para o estudo da história agrária no Brasil, com uma preocupação didática não só em descrevê-las como em apontar seus limites e suas possibilidades heurísticas. A lamentar aqui somente o tamanho exíguo do texto, tendo em vista que os temas levantados mereciam melhor aprofundamento.

O último texto, de Angelo Alves Carrara, é sobre a Real Fazenda no Brasil. Após uma introdução sobre o sistema tributário português, Carrara realiza uma análise cronológica sobre as conjunturas da fiscalidade na América colonial. Inicialmente, temos o século XVII, com sua enorme dependência dos dízimos e uma série de conjunturas difíceis, ligadas tanto à União Ibérica quanto à Restauração. Nesse contexto, foram as câmaras que avançaram na estruturação do sistema fiscal, tendo em vista a demanda crescente por recursos, notadamente para os gastos militares. Depois, o século XVIII, quando os múltiplos impactos da mineração marcaram a conjuntura fiscal, tanto com o crescimento exponencial das receitas como com a ampliação das fontes de arrecadação e um maior controle da Coroa. Aqui, o autor preocupa-se em analisar separadamente as principais capitânicas da América portuguesa (Minas Gerais, Bahia e Pernambuco), sublinhando as especificidades da organização tributária em cada uma delas. O quadro que emerge, bastante diversificado, mostra como a administração régia se constituía, na prática, a partir de uma correlação de forças que era sempre local.

O resultado final da coletânea é uma obra de inegável qualidade, com textos que conseguiram tanto apresentar o estado atual da historiografia quanto apontar as possibilidades futuras da pesquisa em história econômica colonial, estimulando o debate e o aprofundamento dos estudos. Que tal

exemplo se multiplique no momento em que os historiadores são chamados, mais do que nunca, a participar do debate público nacional.

Referências

SCHWARTZ, S. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750.” *In*: BETHELL, L. (Org.). *Historia de América Latina 3. América Latina colonial: economía*. Barcelona: Editorial Crítica, p. 191-259, 1990.